

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
ÁREA DE LITERATURAS, ARTES E CULTURAS



Uma Cartografia das Mentalidades:
A Diplomacia Portuguesa na Corte Isabelina

Susana Paula de Magalhães Oliveira

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor
no ramo de Estudos de Literatura e de Cultura, na especialidade de Estudos Ingleses

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
ÁREA DE LITERATURAS, ARTES E CULTURAS



Uma Cartografia das Mentalidades: A Diplomacia Portuguesa na Corte Isabelina
Susana Paula de Magalhães Oliveira

Orientadoras:

Professora Doutora Adelaide Victória Pereira Grandela Meira Serras

Professora Doutora Maria de Jesus Crespo Candeias Velez Relvas

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Estudos de Literatura e de Cultura, na especialidade de Estudos Ingleses

Júri:

Presidente: Doutora Maria Cristina de Castro Maia de Sousa Pimentel, Professora Catedrática e Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

– Doutor Rui Manuel Gomes Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

– Doutora Maria de Jesus Crespo Candeias Velez Relvas, Professora Auxiliar do Departamento de Humanidades da Universidade Aberta, co-orientadora;

– Doutora Ana Maria Homem Leal de Faria, Professora Auxiliar com Agregação Jubilada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

– Doutor António Maria Maciel de Castro Feijó, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

– Doutor Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Uma Cartografia das Mentalidades:
A Diplomacia Portuguesa na Corte Isabelina

Susana Paula de Magalhães Oliveira

Copyright

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa têm licença não exclusiva para arquivar e tornar acessível, nomeadamente através do seu repositório institucional, esta tese, no todo ou em parte, em suporte digital, para acesso mundial. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa estão autorizadas a arquivar e, sem alterar o conteúdo, converter a tese entregue, para qualquer formato de ficheiro, meio ou suporte, nomeadamente através da sua digitalização, para efeitos de preservação e acesso.

Aos meus filhos,

Pedro e Diogo

Agradecimentos

Será impossível nomear todos aqueles que contribuíram, directa ou indirectamente, para a escrita desta tese. De qualquer forma, agradeço, em primeiro lugar, o apoio incondicional de um conjunto de pessoas especiais – independentemente de se tratarem de familiares, amigos, colegas, professores ou alunos – que, ao longo dos sete anos de realização deste doutoramento, não me deixaram desistir e sempre acreditaram que seria, enfim, possível terminar o projecto. A todos eles, o meu mais profundo reconhecimento.

Às minhas Orientadoras, Professora Doutora Adelaide Meira Serras e Professora Doutora Maria de Jesus Relvas, agradeço a luz em tempos de escuridão, o conselho, o incentivo, o rigor, a sabedoria, o conhecimento.

À minha família – especialmente aos meus filhos, aos meus pais e aos meus irmãos – pelo amor que revelaram na compreensão do modo como geri o tempo, sempre tão pouco para quem nos quer tanto e tão bem.

Ao CEAUL (Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa) e aos membros da SEDERI (*Spanish and Portuguese Society for English Renaissance Studies*) que, ano após ano, me incentivaram na investigação, na participação em projectos e na publicação de artigos.

Aos elementos da Torre do Tombo, da Biblioteca da Ajuda, dos *National Archives* e da *British Library*, especialmente à Dr^a Maria de Fátima Gomes e a Jeffrey Kattenhorn, pelo apoio ao difícil acesso aos manuscritos dos diplomatas portugueses do período pré-moderno.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela oportunidade de continuar na busca do conhecimento.

Aos embaixadores portugueses na corte isabelina devo uma menção póstuma especial: pelos desafios do percurso partilhado, pelo que me permitiram conhecer e dar a conhecer.

Resumo

Na grande área das Humanidades, em geral, e dos Estudos Ingleses, em particular, o regresso ao período pré-moderno tem vindo a ser cada vez menos frequente. Esta tese pretende contrariar essa corrente e evidenciar como o estudo do Renascimento permite uma melhor compreensão das relações anglo-portuguesas, como estabelece relações significativas de interdisciplinaridade, não só entre as grandes áreas do Conhecimento, mas também com diversas áreas disciplinares, como a História e a Historiografia, a Teoria da Diplomacia, as Relações Internacionais, entre outras.

Uma Cartografia das Mentalidades: A Diplomacia Portuguesa na Corte Isabelina centra-se na investigação da correspondência diplomática dos embaixadores portugueses enviados à corte de Inglaterra, entre 1558 e 1581, *i.e.*, desde o início do reinado da monarca Tudor até à saída da corte isabelina do último embaixador português, decorrente do começo da União Ibérica. Serão analisadas as missões dos diplomatas lusos João Pereira Dantas (1559; 1562-63), Manoel d'Araújo (1560-61), Ayres Cardoso (1564), Manuel d'Álvares (1567-68), Francisco Giraldes (1571-78) e António de Castilho (1579-81), segundo três casos principais: o caso económico (Capítulo I), o caso religioso (Capítulo II) e o caso político (Capítulo III).

O estudo do *corpus* de *Uma Cartografia das Mentalidades* evidencia o papel do Embaixador enquanto ponte metafórica entre o 'Eu' e o 'Outro', responsável por formar, entretecer e determinar o modo como os soberanos pensavam, julgavam e, em última análise, decidiam sobre as matérias de governação. No equilíbrio entre o silêncio e a palavra enunciada encontramos os embaixadores portugueses na corte isabelina: o silêncio forçado por factores externos, como aquele imposto pelo desaparecimento das suas missivas no Grande Terramoto de 1755, mas, acima de tudo, o silêncio imposto pelos próprios, num exercício de contensão, na decisão de escrever nas entrelinhas.

Palavras-chave: diplomacia; cartografia; mentalidades; período pré-moderno; embaixadores.

Abstract

The emphasis on the early modern period has become less frequent within the large area of the Humanities, in general, and of the British Studies, in particular. It is the purpose of this thesis to counter such current and to endorse the study of the Renaissance, once it provides a better understanding of the Anglo-Portuguese relations, while it also establishes meaningful interdisciplinary associations, namely among the wide areas of knowledge and subject areas, as History and Historiography, Diplomacy Theory and International Relations.

A Cartography of Mentalities: Portuguese Diplomacy in the Elizabethan Court focuses on the study of the diplomatic correspondence authored by the Portuguese ambassadors between 1558 and 1581, *i.e.*, from the beginning of Elizabeth I's reign until the end of the Portuguese diplomatic representation in England, as a result of the Iberian Union. The missions of the Portuguese ambassadors João Pereira Dantas (1559, 1562-63), Manoel d'Araújo (1560-61), Ayres Cardoso (1564), Manuel d'Álvares (1567-68), Francisco Giraldes (1571-78), and António de Castilho (1579-81) will be analysed according to three main cases: the economic case (Chapter I), the religious case (Chapter II) and the political case (Chapter III).

The analysis of the *corpus* in *A Cartography of Mentalities* points to the role of the Ambassador as a metaphorical bridge between the 'I' and the 'Other', responsible for shaping and determining the way rulers thought, judged and, ultimately, decided on matters of governance. The reader will encounter the Portuguese ambassadors in the Elizabethan court in the balance between the articulated word and the silence, the latter being either involuntary – such was the case with the Lisbon 1755 earthquake and the disappearance of part of the diplomatic correspondence – or intentional, an exercise of contention, the decision to write between the lines.

Keywords: diplomacy; cartography; mentalities; early modern period; ambassadors.

ÍNDICE

Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Abstract	xi
Nota Preambular: Critérios e Fontes	xvii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O Caso Económico: Diplomacia e (Des)Acordo	
1. Notas Introdutórias	13
2. A Questão da Supremacia Política	17
3. A Cartografia e a (Im)Parcialidade política	
3.1. Enquadramento	20
3.2. A Emergência do Factor Político	24
3.3. A Eclosão de Conflitos	26
4. As Contendas em torno das Riquezas da Mina	
4.1. Os Reinos Europeus	38
4.2. A Inglaterra anterior a Isabel I	41
5. A Desarmonia entre Isabel I e D. Sebastião	46

5.1. João Pereira Dantas	47
5.2. Manoel d'Araújo	50
5.3. O Regresso de João Pereira Dantas	58
5.4. Ayres Cardoso	67
5.5. Manoel d'Alvares	74
6. A Ruptura	80
6.1. Francisco Giraldes	84
7. Notas Finais	94
CAPÍTULO II – O Caso Religioso: Diplomacia e (In)Sucesso	
1. Notas Introdutórias	97
2. O Plano Religioso	98
3. Edwin Sandys	103
4. O Incidente Diplomático de 1573	104
5. As Imunidades Diplomáticas	111
6. Manoel d'Alvares e o Incidente Diplomático de 1568	117
6.1. De <i>Spes versus</i> d'Alvares: as Qualidades dos Diplomatas	123
7. O Desfecho do Incidente Diplomático de 1573	125
8. Francisco Giraldes e o Incidente Diplomático de 1576	126
8.1. William Fleetwood	129

8.2. Fleetwood e o Relato dos Acontecimentos	133
8.3. Giraldes <i>versus</i> Fleetwood	139
8.4. Guaras ou Giraldes?	141
8.5. Mendoza <i>versus</i> Castilho	143
9. A Violação das Imunidades Diplomáticas	149
10. Os Silêncios Diplomáticos	153
11. Os (In)Fortúnios dos Embaixadores Portugueses na Corte Isabelina	156
12. As residências diplomáticas dos Embaixadores Portugueses	160
13. Notas Finais	165
CAPÍTULO III – O Caso Político: Diplomacia e (In)Dependência	
1. Notas Introdutórias	169
2. Crise de Sucessão de 1580: Breve Enquadramento	171
3. Inglaterra no contexto da Crise de Sucessão de 1580	
3.1. Os Pedidos de Apoio dos Pretendentes Portugueses ao Trono	181
3.2. Os Pedidos de Apoio dos Governadores do Reino	186
3.3. Portugal como Foco de Interesse	190
4. Os Enviados Ingleses a Portugal	
4.1. Edward Wotton	195
4.2. William Waad	200

5. A Rede de Correspondência Diplomática	204
6. A Prudência de Isabel I face aos Assuntos de Portugal	212
7. Notas Finais	217
CONCLUSÃO	219
BIBLIOGRAFIA	227
ANEXOS	253
Anexo 1	255
Anexo 2	256
Anexo 3	257
Anexo 4	258
Anexo 5	259
Anexo 6	260
Anexo 7	261

Nota Preambular: Critérios e Fontes

1. Critérios

As controvérsias em torno de várias questões de forma mereceram a adopção de critérios, os quais importa, desde já, referir.

O esclarecimento inicial remete para a redacção do texto, a qual não segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

A tradução para o português de alguns nomes próprios de figuras históricas, locais, títulos de cargos ou ofícios e determinados acontecimentos constitui-se, amiúde, prática algo discutível. Por um lado, a utilização de versões portuguesas para todos os casos mencionados e aos quais se alude pareceu incoerente, uma vez que muitas dessas versões são pouco conhecidas na nossa língua e resultam ambíguas. Por outro lado, a utilização tácita das versões inglesas para nomes, locais, títulos de cargos e acontecimentos históricos que se encontram perfeitamente consignados na língua portuguesa revelou-se desnecessário e incongruente. Assim, o critério adoptado para as questões de antroponímia e toponímia remete para a utilização da versão inglesa apenas quando as respectivas versões em português se revelarem dúbias ou de uso pouco comum, tendo como objectivo permitir uma lógica de leitura coerente.

Ainda quanto a questões de nomenclatura e de modo a tornar clara a leitura desta tese, convém referir o critério implícito ao recurso a maiúsculas e minúsculas para um mesmo nome, nomeadamente Embaixador/embaixador, Corte/corte, Igreja/igreja entre outros. Nestes casos, o uso de maiúsculas ocorrerá sempre que o nome se referir à figura institucional representativa de um estatuto ou à instituição. O uso de minúsculas será utilizado, como preconiza o Acordo Ortográfico de 1945, no nome de cargos, postos ou dignidades e títulos.

Outra questão que não pode deixar de ser mencionada remete para uma dificuldade inicial – seguida da adopção de um critério – e que encerra, em si mesma, alguns traços distintivos entre Portugal e Inglaterra. Em 1582, o Papa Gregório XIII aprovou o novo calendário, que preservaria o seu nome até aos dias de hoje. O Calendário Gregoriano reajustou, ou corrigiu, a duração do ano civil, impedindo as derivações verificadas no anterior Calendário Juliano.¹ Através da *Bula Inter Gravissimas*, de 24 de Fevereiro de 1582, decretou-se a introdução do novo calendário. Contudo, numa Europa religiosamente dividida, apenas alguns reinos católicos, incluindo Portugal e Espanha,² adoptaram prontamente o Calendário Gregoriano. Em Portugal, a Quinta-feira, 4 de Outubro de 1582, segundo o Calendário Juliano, foi seguida da Sexta-feira, 15 de Outubro, segundo o novo calendário. Perderam-se 10 dias.³ Em Inglaterra, e tendo em conta o Cisma com Roma no reinado de Henrique VIII, a adopção do Calendário Gregoriano foi sendo protelada, devendo-se tal facto essencialmente à renúncia a iniciativas papais que colocariam em causa – pelo menos de modo aparente – a autonomia da Igreja de Inglaterra, assim como o sistema político inglês, o qual determinava as questões civis, sobre as quais o Papa não detinha qualquer prerrogativa. A situação só seria corrigida em 1752, quando Inglaterra e as colónias do Império Britânico adoptaram o Calendário Gregoriano.⁴ Foi ainda decretado, de forma a ajustar o calendário britânico com o dos restantes países europeus, que a Quarta-feira, 2 de Setembro de 1752, fosse seguida da Quinta-feira, 14 de Setembro. Perderam-se 11 dias.⁵ Trabalhar manuscritos portugueses e ingleses da época que nos ocupa apresenta, pois, as suas complexidades, tendo em conta a diferença de calendários. Foi comum, ao longo do trabalho de investigação, encontrar datas distintas para o mesmo documento em diferentes catálogos ou mesmo nos próprios manuscritos, à medida que estes iam sendo catalogados para as respectivas colecções. Tal disparidade era por vezes mais evidente, quando na datação

¹ Especialmente no que respeitava ao Equinócio da Primavera, o qual permitia calcular a data da celebração da Páscoa, inicialmente observada a 21 de Março. De facto, o Calendário Juliano continha um erro de cálculo do ano solar, correspondente a 11 minutos, e desse erro derivava o afastamento, cada vez maior, da celebração da Páscoa do Equinócio da Primavera. Este erro de cálculo representava a perda de 1 dia num ciclo de 128 anos.

² À data, e desde a perda da independência portuguesa em 1580, Portugal e Espanha encontravam-se unidos politicamente.

³ Veja-se, a este propósito, o trabalho de António Ricardo, *Pragmática sobre os Dez Dias do Ano*, de 1584.

⁴ O ano de 1751 iniciou-se em 25 de Março, de acordo com o Calendário Juliano, e terminou em 31 de Dezembro, perfazendo um total de 282 dias. O ano de 1752 teve início no dia 1 de Janeiro, já segundo o Calendário Gregoriano.

⁵ Tal facto originou amplos distúrbios que ficariam imortalizados na máxima “Give us our eleven days”. William Hogarth faria alusão a esse movimento na pintura *An Election Entertainment*, de 1755.

figurava, por exemplo, “1562/3”. Outras vezes, contudo, resultava mais complexa a datação dos documentos, tendo em conta as diferentes referências cronológicas. Nesses casos, apenas a interpretação dos conteúdos decorrente do método de *close reading*, bem como a comparação e a justaposição dos eventos com a sucessão cronológica histórica permitiam a datação fidedigna dos manuscritos. Tornou-se, portanto, necessário adoptar um critério único quanto às referências cronológicas associadas aos documentos analisados, sempre que esta complexidade surgia. A opção recaiu sobre a adopção do Calendário Gregoriano, mesmo quando este não vigorava em Inglaterra. Pese embora a diferenciação inglesa, tratando-se de um calendário amplamente usado à época (em Portugal, entre um conjunto de outros reinos), e tendo em linha de conta a posterior adopção do mesmo de forma generalizada, resulta evidente que se obviarão possíveis erros de datação seguindo este critério.

2. Fontes

A generalidade dos documentos que constituem a correspondência diplomática portuguesa na corte isabelina, os quais formam o *corpus* principal desta tese, encontram-se, na esmagadora maioria, na British Library e nos National Archives, em Londres.

Duas razões para que estes manuscritos não se encontrem em Portugal emergem logo à partida. A primeira prende-se com o facto de muitos documentos de valor incalculável se terem perdido quando a torre que os albergava dentro do Castelo de S. Jorge se desmoronou no Grande Terramoto de Lisboa, em 1755. Para além desse desastre natural, devem ainda ter-se em conta os inúmeros assaltos e consequentes furtos que depauperaram o acervo do Arquivo Nacional. A segunda razão remete para os procedimentos comuns relativos ao tratamento específico deste tipo de manuscritos. Por um lado, a correspondência diplomática permanecia amiúde como pertença pessoal dos embaixadores, figurando no espólio de colecções privadas das respectivas famílias; por outro, há que considerar o hábito generalizado de os embaixadores destruírem documentos desta natureza, como forma de acautelar possíveis discórdias entre os reinos envolvidos, face ao conteúdo potencialmente incriminatório das missivas.

Assim, a investigação desenvolvida ao longo dos primeiros anos do presente doutoramento, realizada apenas em Portugal, resultou morosa e complexa, uma vez que cada tentativa de recolher manuscritos originais em bibliotecas portuguesas saía gorada. Mesmo os escassos manuscritos existentes em Portugal, anteriores ao período da Restauração (ou seja, anteriores a 1640), encontram-se por trabalhar arquivisticamente. Inúmeras horas de consulta resultaram, pois, assaz infrutíferas, uma vez que em Portugal não existe um repositório organizado, de consulta compreensível e/ou lógica e coerente, relativa à temática em apreço. A existirem colecções das cartas dos embaixadores portugueses na corte isabelina, estas encontrar-se-ão escondidas, perdidas, ou esquecidas algures, muito provavelmente em colecções privadas, longe dos olhos dos investigadores e do público em geral.

Além disso, as cópias das cartas dos embaixadores, que com toda a certeza foram utilizadas pelo Visconde de Santarém no seu exaustivo trabalho sobre a diplomacia portuguesa, não têm no nosso país um paradeiro certo. Consultei, em virtude da cortesia por parte das colaboradoras da Torre do Tombo, várias caixas com documentação avulsa pertencente ao Visconde de Santarém (ele próprio guarda-mor da Torre do Tombo), na esperança de que lá se encontrassem as cópias dos manuscritos diplomáticos originais a que o autor faz inúmeras referências nos vários volumes da sua publicação *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*.⁶ Os muitos documentos que se dispõem em vários tomos, atados por cordéis dentro de caixas, encontram-se ainda por catalogar, embora se trate de documentos do século XIX. A consulta desses testemunhos – vagarosa, intrincada e difícil – revelou apontamentos do autor para a elaboração do *Quadro Elementar* e não as tão desejadas cópias.

Portanto, e logo à partida, este processo de investigação levado a cabo nas bibliotecas e arquivos em Portugal conduz a uma conclusão evidente: no futuro, seria fundamental realizar um levantamento dos manuscritos que constituem a correspondência diplomática anterior a 1640, organizá-los e publicá-los. Tal aconteceu no caso da correspondência dos embaixadores de Filipe II na corte isabelina, a qual se encontra acessível, de forma detalha e segundo uma sequência cronológica, nas publicações

⁶ De ora em diante referida como *Quadro elementar*.

Calendar of Letters and State Papers Relating to English Affairs Preserved Principally in the Archives of Simancas, constituídas por vários volumes.

Por agora, apenas a British Library possui colecções cujos catálogos permitem aceder, de forma lógica e organizada, aos manuscritos basilares a este projecto. Uma colecção em particular detém um número bastante significativo de manuscritos portugueses. Trata-se da *Cotton Collection*, considerada como a maior e mais rica alguma vez reunida por um particular, Sir Robert Bruce Cotton, que viveu entre 1571 e 1631. A colecção foi, mais tarde, ampliada pela família Cotton até 1701, altura em que Sir John Cotton, neto de Sir Robert Bruce Cotton, a doou à nação inglesa, razão pela qual pode hoje ser consultada na British Library. Tendo recolhido manuscritos de várias colecções privadas, Sir Robert Bruce Cotton adquiriu o conjunto de cartas e missivas diplomáticas pertencentes a William Cecil, Lord Burghley, entre as quais se incluem muitos dos manuscritos dos embaixadores portugueses. O espólio português da *Cotton Collection* encontra-se, sobretudo, na secção Nero, a qual deve o seu nome à forma como Sir Robert Bruce Cotton a organizou: os manuscritos encontravam-se instalados sob prensas, encimadas pelos bustos de doze imperadores romanos e duas imperatrizes consortes. Actualmente, mantém-se a sequência original da colecção, idealizada por Sir Robert Bruce Cotton.

Outro acervo de grande relevância para a presente investigação, *Lansdowne Manuscripts*, encontra-se igualmente na British Library. A extensa colectânea de manuscritos em *folio* contém cerca de 170 volumes, divididos em duas partes. A primeira parte é aquela que resulta significativa para o *corpus* desta tese – *Burghley Papers* – é formada a partir de uma miscelânea de manuscritos originais: documentos de Estado e correspondência diplomática, pertencentes a William Cecil.

A consulta dos dois acervos pertencentes à British Library permite confirmar a existência de três classificações distintas quanto à numeração dos *folia*. No canto superior direito da frente de cada *folium* surgem dois conjuntos de números a caneta de tinta preta, que se encontram riscados.⁷ Estas classificações corresponderão, por certo, a uma ordenação inicial, seguida de uma outra, aquando da criação dos respectivos catálogos, no início do século XIX, quando ambas as colecções eram ainda pertença do British Museum. Todavia, as numerações a caneta foram substituídas por uma outra, a lápis,

⁷ Veja-se o Anexo 1.

sendo esta última a mais recente e aquela que poderá corresponder à catalogação realizada quando os acervos passaram para o espólio da British Library.⁸ A dificuldade na referência dos *folia* destas colecções consiste no facto de os catálogos não terem sido actualizados. Caso seja solicitada cópia de um manuscrito de acordo com essa classificação, a reprodução não corresponderá ao conteúdo pretendido. Apenas uma consulta *in loco* permite ao investigador relacionar as divergências arquivísticas (as que constam nos catálogos e a actual) com os conteúdos dos manuscritos. Assim, no presente projecto, optou-se por fazer referência à classificação actual, aludindo à ordenação do catálogo apenas quando esta se justificar.

Por outro lado, em Portugal, a correspondência diplomática incluída no corpus desta tese encontra-se, essencialmente, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com maior incidência no *Corpo Cronológico*. Este, dividido em três partes, forma-se a partir de centenas de maços, os quais são, por sua vez, compostos por centenas de *folia*. Aí se encontram dispersas algumas cartas dos embaixadores portugueses na corte isabelina, embora sem qualquer catálogo de referência temática para o efeito. Portanto, a investigação envolve necessariamente a análise de todos os *folia* das centenas de maços que compõem o *Corpo Cronológico*. Os restantes núcleos pertencentes ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Gavetas*, *Chancelarias Reais*, *António Prior do Crato*, entre outros – possuem alguns (embora escassos) manuscritos importantes para a temática em apreço.

Deve referir-se ainda a dificuldade que constitui a utilização da ferramenta Digitarq no processo de consulta e análise do espólio do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. De facto, são inúmeras as vezes em que o sistema não funciona, e nem mesmo a voluntariedade dos funcionários da Torre do Tombo supera a frustração de quem tenta, sem sucesso, aceder às fontes. Apesar de vivermos na era das tecnologias e de estas serem alvo de investimentos avultados, as falhas decorrentes do sistema informático conduzem o investigador a recorrer aos meios convencionais de busca, os quais, por sua vez, remetem para outras problemáticas no processo de investigação. Em suma, já volvida a primeira década do século XXI mantém-se actual a observação feita pelo Professor Joel Serrão em 1984:

⁸ Segundo Jeff Kattenhorn do departamento *Manuscripts Reference Services*, na British Library, esta será a justificação para a existência de três classificações distintas.

Os EB [Elementos de Busca no Arquivo Nacional da Torre do Tombo] são na verdade tecnicamente muito rudimentares, fragmentários, incompletos, por vezes errados, além de muito dispersos e pouco acessíveis... muitos núcleos estão apenas tratados em parte ou com grandes omissões. Por vezes, contêm graves erros de alfabetação, de cronologia, de nomes e de cotas, entre outros (43).

A já referida obra do século XIX (*Quadro Elementar*), da responsabilidade do 2º Visconde de Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, resultou essencial para o presente projecto. Como o próprio Visconde de Santarém expõe no primeiro dos 19 volumes que constituem aquela que é considerada a sua obra principal, o autor, historiador, guarda-mor da Torre do Tombo, diplomata, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Reino dedicou a sua vida a um projecto que pretendia formar uma “coleção, ainda [que] mesmo parcial, e limitada dos nossos [portugueses] actos diplomáticos” (1842: LXXXI). Tal façanha seria iniciada cerca do ano 1809 pelo então ainda jovem Manuel Francisco de Barros Carvalhosa, quando residia no Rio de Janeiro, por altura da presença napoleónica em Portugal. O espólio coleccionado pelo Visconde de Santarém, título que adquiriria pelo falecimento de seu pai em 1818, foi sendo ampliado à medida que o próprio exercia funções diplomáticas em vários países da Europa, ou mesmo enquanto se encontrava em Lisboa, como guarda-mor da Torre do Tombo, entre 1823 e 1833. Apesar da instabilidade política da época e das consequências desta para a vida pessoal do Visconde de Santarém, o seu projecto manteve-se imperturbado e resultou na mais extensa compilação de relações diplomáticas envolvendo o reino de Portugal, a qual mantém a sua extrema relevância no estudo da Diplomacia portuguesa na actualidade. Dada a abrangência e a dimensão do trabalho intrínseco ao projecto, vários volumes da tão vasta obra do Visconde de Santarém seriam publicados postumamente. De facto, após o seu falecimento em 1856, outros intelectuais ilustres da Academia Real das Ciências de Lisboa, como Luís Augusto Rebelo da Silva, seriam responsáveis pela edição dos tomos XVI a XVIII do *Quadro Elementar*.

O *Quadro Elementar* encontra-se organizado segundo uma estrutura interna que compreende 14 secções iniciais – sendo a secção VI dedicada às concessões e privilégios

entre Portugal e Inglaterra – e 13 diferentes secções adicionais, relativas às relações diplomáticas entre Portugal e outros países, ocupando as ligações com Inglaterra a secção 19. As relações entre Portugal e Inglaterra encontram-se registadas nos tomos XIV, XV e XVI da referida obra. Importa mencionar que a linha original de edição e publicação traçada pelo autor foi interrompida pelo próprio, exactamente para se dedicar aos assuntos de Inglaterra (Rebello da Silva 1864:x). Vivia-se, à época, um conturbado período que remetia para a discussão da primazia dos direitos portugueses sobre os territórios africanos, que mereceria a publicação, em 1855, de uma outra importante obra, *Demonstração dos direitos que tem a corôa de Portugal sobre os territórios situados na costa Occidental d'Africa, entre o 5.º grau e 12 minutos e o 8.º de latitude meridional*. Assim, a publicação do tomo XV do *Quadro Elementar* seria o último publicado em vida do autor, concluindo a imensa obra de Santarém, a propósito do qual Rebello da Silva comenta:

... erudito de merecido conceito, que no decurso de muitos anos se não poupára a averiguações pacientes... visitando os... arquivos de França e Inglaterra pessoalmente, ou pela diligencia de amigos zelosos dos progressos da historia pátria (1858: ccl).

Confirmando a riqueza que se encontra escondida – e até esquecida – do espólio português, quanto à correspondência diplomática do período pré-moderno, a Biblioteca da Ajuda guarda nos seus arquivos duas cartas de enorme valor, ambas pela pena de Francisco Giraldes. O conteúdo das missivas, endereçadas a D. Duarte de Castelo Branco, revelou-se de extrema importância na compreensão do enquadramento da vida e da obra deste embaixador.

Em suma, o *corpus* da presente investigação é constituído pela correspondência diplomática anglo-lusa e composto por 46 manuscritos originais (27 dos quais recolhidos em Inglaterra) e 35 traslados (32 dos quais reunidos em Inglaterra). Outros registos permanecerão por explorar. No entanto, importará abordar o *corpus* possível, analisando os documentos recuperados de prateleiras e gavetas partilhadas pelo pó, essas partículas que cristalizam a inexorável passagem do tempo e o oblívio, mas que simultaneamente encerram a riqueza de um passado por (re)descobrir.

When we try to make sense of a particular happening, we often tell a story about the sequence of events that led to it... The past will not make sense unless we make sense of it.

Bernard Williams

Introdução

“The humanities need all the help they can get”, afirmou Catherine Belsey (xi). O presente trabalho pretende, em primeiro lugar, responder a esse desafio. Na grande área das Humanidades, em geral, e dos Estudos Ingleses, em particular, o regresso ao período pré-moderno e ao Renascimento tem vindo a ser cada vez menos frequente. Proponho-me contrariar essa corrente e evidenciar como o estudo do Renascimento permite diálogos permanentes com a contemporaneidade, como estabelece relações significativas de interdisciplinaridade, não só entre as grandes áreas do Conhecimento, o estudo da Língua, da Cultura, da Literatura e das Artes, mas também com diversas áreas disciplinares, como a História e a Historiografia, a Teoria da Diplomacia, as Relações Internacionais, entre outras, fundamentais às exigências do século XXI. Em suma, mesmo no contexto particular da actualidade, o estudo e a investigação focalizados no Renascimento constituem-se pertinentes e, sem dúvida, criadores de significados e de ferramentas conducentes a uma melhor percepção das complexidades dos desafios sociais, económicos, políticos, religiosos e culturais dos dias de hoje.

Por outro lado, esta investigação desdobra-se em significado e pertinência quando considerada no âmbito das convulsões políticas, económicas, sociais, religiosas e culturais que emergem no quadro actual da crise migratória, bem como da saída do Reino Unido da União Europeia, ou seja, do *Brexit*, ou mesmo na acepção *quasi*-generalizada que distingue os países que compõem o norte e o sul da Europa. A este propósito, importa considerar duas ideias. Por um lado, como afirmou R.H. Tawney, as sociedades, e os indivíduos, têm as suas crises morais, além das suas revoluções espirituais (271). Por outro lado, Raymond Williams observou que o que constitui uma sociedade é o encontro de significados e direcções comuns, e o seu crescimento só é possível através de um debate activo e de uma constante adaptação às pressões da experiência, do contacto e da descoberta (4). Portanto, a fim de melhor compreendermos as sociedades, a sua constituição e as direcções que assumem num dado momento do percurso da história, teremos de compreender as suas mudanças, ou as transformações que

atravessam/atravessaram, e tal só será possível através de um olhar atento focalizado na percepção do ‘Eu’ e do ‘Outro’. Importa compreender os fenómenos multifacetados que contribuíram para a criação da tradição que modela as nações e a memória colectiva das populações; ou seja, lançar um olhar atento sobre o passado, numa busca incessante para compreender melhor o presente: na sua multiplicidade de relações entre cidadãos de uma mesma sociedade ou de sociedades distintas; nas relações entre os cidadãos e os seus sistemas políticos; nas relações entre diferentes sistemas políticos, agentes de decisões societais transformadoras, quer no âmbito local, quer nacional, quer internacional. Proponho que o diálogo com a tradição e a herança colectivas que formam o que hoje somos enquanto sociedade nos poderá conduzir a respostas mais esclarecedoras, amplas de significado e orientadoras, face aos desafios contemporâneos enfrentados pela Europa, de uma forma geral e, no contexto das relações anglo-portuguesas, por Inglaterra e por Portugal, em particular. Como veremos, muitos dos desafios que se colocam às sociedades nossas contemporâneas foram colocados de forma análoga às sociedades do período pré-moderno.

A Introdução merece um pequeno enquadramento sequencial relativamente à escolha do tema. De facto, em virtude da minha dissertação de Mestrado – sobre a mulher do Renascimento inglês – iniciei a investigação de Doutoramento focalizada nas mulheres e na importância destas na construção e desconstrução do Mito Tudor. Contudo, à medida que realizava as leituras, confirmei algo de singular: de entre as fontes primárias que fundamentam as obras publicadas sobre a época encontram-se várias cartas, ou colecções de cartas, bem como vários documentos diplomáticos, produzidos por enviados ou embaixadores de reinos europeus em Londres. Entre eles conta-se a correspondência dos embaixadores de Cidades-Estado italianas, de França, de Espanha, mas *nenhuma* referência aos enviados do reino de Portugal à corte inglesa. Afigurava-se-me enigmático constatar que, apesar da existência de uma união que remonta à assinatura da Aliança Anglo-Portuguesa em 1373, reiterada pelo Tratado de Windsor, assinado em 1386 e ainda válido, nenhum vestígio de tal relação diplomática servisse os interesses da investigação académica e científica. Por onde andariam esses registos? Que conteúdo encerram e porque são negligenciados pelos académicos do Renascimento inglês? Qual o nível de conhecimento e em que medida se realiza o tratamento da correspondência diplomática dos embaixadores portugueses na corte isabelina?

Dediquei-me, então, a um outro processo de investigação, procurando eventuais vestígios escritos deixados pelos diplomatas portugueses em serviço na corte de Inglaterra da época em apreço, procurando, igualmente, estudos sobre a temática. Subjacente a este recém-encontrado projecto encontrava-se a busca para as questões que a seguir constam.

- Quem foram os embaixadores portugueses na corte isabelina?
- Que missões realizaram?
- Que representações do ‘Outro’ construíram?
- Que papel desempenharam nas relações entre Portugal e Inglaterra?
- Que importância terão tido a nível do desenvolvimento da diplomacia?
- Terão deixado relatos? Em caso afirmativo, onde se encontram esses relatos?
- O que terá acontecido aos embaixadores portugueses e à diplomacia portuguesa em Inglaterra em 1580, quando Portugal e Espanha passaram a estar unidos sob uma só Coroa?

Apesar de enunciar, e de contextualizar, as fontes primárias desta investigação na Nota Preambular: Critérios e Fontes,¹ importa notar que os registos dos embaixadores portugueses na corte isabelina existem, embora dispersos por vários locais e bibliotecas em território nacional e europeu. Uma vez que não se encontram trabalhados arquivisticamente, o acesso a estas fontes resulta árduo e a sua compilação de forma contextualizada torna-se muito complexa. No entanto, tal como afirmou J.B. Bury, é o trabalho penoso, paciente e microscópico no levantamento de manuscritos e registos em arquivos e bibliotecas que serve o propósito de compilar uma colecção completa dos mais pequenos factos da história humana, com o objectivo de servir uma leitura inteligente de continuidade para a posteridade (17).

A este propósito e a título de exemplo, a Torre do Tombo possui algumas (embora poucas) cartas de embaixadores portugueses, dispersas pelas centenas de maços que compõem as três partes do *Corpo Cronológico*. Também na Biblioteca da Ajuda encontramos manuscritos avulsos do século XVI, não trabalhados arquivisticamente. Além disso, muitos dos manuscritos, alguns redigidos em latim, outros em italiano e

¹ Veja-se páginas ix a xiv.

espanhol, acham-se em avançado estado de degradação, pelo que a análise do seu conteúdo remete para cuidados vários, inclusive de carácter filológico e paleográfico.

Apesar de existirem alguns projectos em torno da temática da diplomacia no período pré-moderno,² não existem estudos centrados no *topos* que serviria a minha investigação. Parecia, pois, evidente que trabalhar no sentido de coligir esses registos de modo estruturado, com uma determinada temática e dentro de balizas cronológicas concretas, serviria de forma mais ampla e abrangente quem quisesse aprofundar os seus conhecimentos desta época histórica do que a investigação sobre o contributo feminino para a construção e desconstrução do Mito Tudor. Contudo, apraz-me reconhecer que foram as mulheres, especialmente o silêncio em torno da figura histórica de Anne Neville, que me conduziram até aqui, como resultado da produtividade do não-dito.

No âmbito do enquadramento teórico do presente trabalho, importa referir que o olhar contemporâneo sobre a sociedade renascentista portuguesa e inglesa terá, necessariamente, de revestir-se de uma multiplicidade de análises históricas, literárias, culturais, políticas, económicas, religiosas, antropológicas e sociológicas que não se excluem entre si, mas que, pelo contrário, se devem complementar. Se a história tem de ser mais do que uma simples compilação de factos *dryasdust*, como já há muito observava Thomas Carlyle (5), então o olhar sobre a cultura de uma determinada sociedade deve ampliar-se a todos os ramos do saber e da sua *praxis*.

Matthew Arnold associou a Cultura à busca da perfeição individual – “love of perfection”/“study of perfection” – através do Conhecimento, colocando-se o indivíduo ao serviço da comunidade – “now, then, is the moment for culture to be of service” (45, 46). Ampliando essa defesa arnoldiana ao pensamento de E.M. Forster (“culture... is no longer a social asset” – 111), então a Cultura esbate os seus contornos de carácter erudito, canónico e elitista de uma classe privilegiada e assume-se como transversal a todos os estratos sociais, à sociedade em geral, precisamente como defendeu T.S. Eliot: “the term culture... includes all the characteristic activities and interests of a people” (298). Por seu turno, como Raymond Williams propôs, o uso do termo Cultura remete para duas definições que, embora distintas, se entrecruzam numa intrincada associação e co-relação: Cultura como “a whole way of life”, mas também como “the arts and learning – the special processes of discovery and creative effort” (4). Para R. Williams, o crescimento

² Nomeadamente *Anglo-Iberian Relations*, de Elizabeth Evenden-Kenyon, e *Premodern Diplomats Network*, de Roberta Anderson e Anna Kalinowska.

de uma sociedade humana depende também da (re)construção ou constante adaptação que se opera na mente de cada indivíduo, através da observação, da experiência, da comparação, em busca de novos significados e, por essa mesma razão, a essência da Cultura é simultaneamente tradicional e criativa, colectiva e individual (4).

Por conseguinte, e na esteira das acepções mencionadas, recupera-se a ideia inicial: a análise das sociedades portuguesa e inglesa do final do século XVI, sob o desígnio de um estudo cultural, remete este projecto para um empreendimento holístico e sincrético, numa amplitude de reflexões nos vários campos das Humanidades.

Centrar o estudo na correspondência diplomática dos embaixadores portugueses na corte isabelina é, de igual modo, investir esses enviados de um outro papel, o de divulgadores ou veículos de difusão de conhecimento, ou, conforme Williams propôs os agentes que proporcionam “the making of new observations, comparisons, and meanings” (4). T.S. Eliot defendeu a família como o primeiro canal para a transmissão de cultura e acrescentou: “in a society of any complexity it [the family] is supplemented and continued by other conduits of tradition” (300). Em meu entender, os embaixadores podem assumir-se precisamente como esses “other conduits of tradition”, e a forma de apreendermos o seu legado – parte da herança colectiva da nossa sociedade – e com ele aprendermos a olhar o presente de forma mais consciente e esclarecida depende da investigação dos seus registos escritos.

Deverá ainda considerar-se a subjectividade inerente ao conhecimento de uma determinada realidade cultural, tendo em conta que esta é percepcionada a partir de uma perspectiva humana, com pressuposições e escolhas particulares (Weber 121; B. Williams 243). Contudo, e face ao bem maior que o olhar sobre o passado pode significar para as escolhas que fazemos perante os desafios que se impõem no presente, Weber também notou:

...we are cultural beings, endowed with the capacity and the will to adopt a deliberate position with respect to the world, and to bestow meaning upon it. Whatever this meaning may be, it will become the basis on which we are, in our life, led to judge certain phenomena of human existence in common and to adopt a (positive or negative) position with respect to them (119).

Dada a amplitude do campo cronológico por trabalhar, a opção de circunscrever a época de estudo recaiu sobre o período compreendido entre 1558 e 1581, ou seja, desde o início do reinado da mulher monarca Isabel I até à saída da corte isabelina do último embaixador português, decorrente do princípio da União Ibérica.

Isabel I constituiu um caso paradigmático no âmbito da diplomacia: tanto dominava magistralmente a ‘arte da negociação’ e a ambivalência da linguagem, como se distinguia na ‘arte de representar’ em corte, ecoando a convicção do embaixador Abraham de Wicquefort: “Il n’y a point de theatre plus illustre que la Cour” (1689: 3). Isabel criou e manteve imperturbável, ao longo do seu reinado de 45 anos, uma imagem de poder e autoridade, cujos signos visíveis inspiravam a humildade de quem os observava, nomeadamente os enviados e embaixadores.

Enquanto mulher monarca, ela própria personificava a ambivalência entre a fragilidade e a força, elegendo, com sabedoria, o momento certo para demonstrar cada uma destas características. Lamentavelmente, como descreveu o Visconde de Santarém, tal mestria era também associada a uma outra característica, a dissimulação (1865b: CXXXIII). No contexto das negociações diplomáticas, todos os interlocutores comunicavam na mesma linguagem da ambiguidade. É que, segundo Ana Leal de Faria, “a arte da negociação dependia de *todo um mundo* de aparências” (53), esse mundo associado à corte e essa arte intrinsecamente ligada à função da diplomacia. Todavia, esperava-se ainda mais do diplomata: o perfeito domínio sobre a ‘aparência’ e a ‘essência’.

François de Callières, ele próprio embaixador experiente, defendeu que o ofício mais exigente de um diplomata se inscrevia na ‘arte da negociação’ e referiu ainda:

... la fortune des plus grands États dépend souvent de la bonne ou de la mauvaise conduit & du degré de capacité des Negociateurs qu’on y employe (1, 2).

Cabia ao embaixador demonstrar um vastíssimo número de qualidades perante uma variedade multifacetada de situações e de contextos, ora de guerra, ora de paz; ora em corte amistosa, ora em corte hostil.

Estamos, assim, perante um dos vários papéis desempenhados pelos enviados diplomáticos, ou seja, a sua função enquanto “negociadores”. E no contexto em que se insere este projecto, considerando o crescente pulsar do poderio inglês num mundo então dominado pelas grandes potências europeias, nomeadamente Portugal e Espanha, as qualidades e os engenhos diplomáticos assumem particular relevância.

À medida que Inglaterra estendia o seu domínio pelos novos continentes, assumia-se também como um reino que já não se limitava aos contornos insulares e que enfrentava, directa ou sub-repticiamente, os domínios estabelecidos pelas coroas portuguesa e espanhola. A figura do embaixador na sua função de intérprete surge, então, como fundamental, na medida em que é essencial interpretar os desígnios deste reino que já não se subalterniza ao Papa e que se ergue em desafio às coroas dominantes. Interpretar no sentido mais elementar, ou seja, explicar, esclarecer, traduzir, servir como uma espécie de ponte metafórica entre o ‘Eu’ (o seu Soberano) e o ‘Outro’ (a corte que o recebe). Numa realidade tão limitada em termos da relação tempo–distância geográfica, os olhos de quem viajava ao serviço da corte serviam para a construção da imagem feita pelo soberano acerca do ‘Outro’; uma função, portanto, que permitia algo intangível, mas absolutamente fundamental. Logo, a função dos diplomatas transcendia o seu papel enquanto agentes políticos no âmbito da negociação, numa teia de planos que se entreteciam e amalgamavam, e a sua responsabilidade em construir, desenhar, tecer, mapear imagens mentais do ‘Outro’ – uma cartografia das mentalidades – resultava decisiva. De certa forma, Noé Cornago sumaria a importância desta função da diplomacia ainda hoje:

... this new understanding of diplomacy would need to rediscover... the old meaning of diplomacy as a way of knowing and dealing with otherness that we find in history (1).

O termo ‘cartografia’ foi cunhado muito posteriormente à época trabalhada no presente projecto de investigação. De facto, segundo *The Dictionary of Human Geography*, a autoria da designação ‘cartografia’ deve-se precisamente ao português Visconde de Santarém, já citado nesta Introdução, o qual a cunhou no léxico francês em 1839, a partir da junção dos termos *carte* (mapa, em francês) e *graphie* (escrita, em grego

(66, 67). Apesar de ‘cartografia’ remeter, *stricto sensu*, para o estudo e a elaboração de mapas, a escolha do termo para o título da tese prende-se com o sentido metafórico que é possível associar ao mesmo. Ou seja, tal como a cartografia pretende representar o mundo exterior de forma fiel, através de mapas, uma cartografia das mentalidades pretenderá representar a forma como estas se desenhavam no mundo interior do ‘Eu’ e do ‘Outro’. E a cartografia das mentalidades da época pré-moderna não estaria completa sem o contributo dos embaixadores, os quais, enquanto observadores, informadores, negociadores, manipuladores de eventos, moldavam as mentalidades, ou pensamentos, dos seus soberanos, a quem cabia decidir sobre os destinos dos reinos e, em consequência, o rumo dos acontecimentos históricos.

Por outro lado, o uso do termo ‘cartografia’ não pode deixar de associar-se de uma outra forma, talvez mais evidente, ao período em apreço, na medida em que a grande campanha dos Descobrimentos estava intrinsecamente ligada à elaboração de mapas. Uma vez mais, da representação fiel do mundo físico muito dependiam decisões políticas e económicas, assim como, na mesma proporção, resultavam determinantes as representações do ‘Outro’ pela pena dos embaixadores.

De facto, as perspectivas e as interpretações gravadas na correspondência diplomática dos embaixadores do reino de Portugal permitir-nos-ão aquilatar a corte isabelina à luz dos olhos desses enviados. Poderemos compreender, igualmente, vários casos que remetem para o ofício singular dos embaixadores portugueses, mas sobretudo examinar as relações que se estabeleciam entre Portugal e Inglaterra nos vários contextos político, económico, religioso e cultural. Tendo em conta que o *corpus* deste projecto não se enquadra no âmbito dos textos literários, o objectivo na análise das missivas diplomáticas lusas remete para a ideia defendida por Stephen Greenblatt:

An intensified willingness to read all of the textual traces of the past with the attention traditionally conferred only on literary texts (19,20).

Deste modo, e de forma a esboçar respostas para questões subjacentes ao presente trabalho, serão analisados três casos principais que resumem as missões dos embaixadores portugueses na corte isabelina e que permitem, simultaneamente, compreender as relações que se estabeleceram entre os dois reinos na época em apreço.

O termo ‘caso’ resulta da escolha de um critério que se pretende abrangente, em termos de conjuntura, e singular, em termos de temática.

Assim, o Capítulo I expõe o *caso económico*, inscrito no interregno comercial entre Portugal e Inglaterra, que se prolongou de 1569 a 1576, questionando e fragilizando a Aliança Anglo-Portuguesa. A necessidade de enquadrar determinados passos históricos foi um critério, uma escolha consciente, para compreender a sequência do trabalho. O Capítulo II analisa o *caso religioso*, que opôs os embaixadores portugueses a importantes figuras de poder, segundo uma focalização mais interessada nas perspectivas religiosas, na ruptura e no impacto do Cisma nas relações internacionais. O Capítulo III trata o *caso político*, nomeadamente o papel dos embaixadores no contexto do desempenho de Isabel I na crise sucessória em Portugal de 1580. Uma vez mais, a contextualização dos eventos históricos afigurou-se imprescindível, a fim de abarcar a completude do tema em análise. Como é evidente, a economia, a religião e a política são fios de uma mesma teia, a qual se entrelaça, formando e moldando uma sociedade e a sua cultura. Contudo, a análise isolada de cada um destes fios temáticos surgiu como um critério lógico e coerente, partindo de uma leitura atenta dos textos-fonte para só depois construir um plano de análise e de compreensão da conjuntura epocal.

O preâmbulo de cada capítulo surge acompanhado por citações de obras de Shakespeare. Essa escolha decorre de dois factores principais. O primeiro remete para a figura incontornável do autor no panorama da Literatura e das Artes, cujo legado será sempre associado ao Renascimento inglês, mas cuja influência extravasa qualquer baliza cronológica e confirma as palavras de Jonson: “[Shakespeare] was not of an age, but for all time!” (xli). O segundo decorre da importância da figura do embaixador que já não se confinava apenas ao palco político, mas se movia também nos palcos físico e literal. Apesar de o foco do presente trabalho não incidir na literatura renascentista, não pode deixar de considerar-se a forma como a crescente relevância da diplomacia, das missões diplomáticas e dos seus agentes se confirmava na produção literária da época, em especial nas obras dramáticas. Os embaixadores passaram, assim, a figurar como personagens de uma realidade ficcionada, a qual imitava e representava as realidades epocais, nomeadamente em termos históricos e políticos. Se, por um lado, a figura do embaixador mereceu constituir-se como parte integrante do *locus* do discurso de poder que emerge da dramatização literária renascentista, então as elocuções que lhes são concedidas pelo autor inserem-se na intersecção entre a retórica política e a eloquência do discurso

literário poético. Tal como observado e demonstrado por Timothy Hampton (2009) e Nathalie Rivières de Carles (2016), são vários os pontos de intersecção entre a literatura e a diplomacia, entre a política e a estética. Parece, assim, evidente que a consagração e perpetuação da figura do embaixador na literatura merece neste trabalho a sua referência e se assume, pois, logo no início de cada capítulo.

Transversal a este contexto, importa considerar a evolução da prática e da teoria da diplomacia, bem como o surgimento da figura do embaixador residente e a génese e o desenvolvimento das imunidades diplomáticas. A obra de Garrett Mattingly, *Renaissance Diplomacy* (1955), resultou essencial para o enquadramento teórico relativo a estas matérias, subjacente a todos os Capítulos. De igual forma, também a obra do Visconde de Santarém, *Quadro elementar* (1842-1865), emergiu como uma valiosa fonte de informação e de compreensão das matérias abordadas, conforme descrito com mais pormenor na Nota Preambular: Critérios e Fontes. Por outro lado, e tendo em linha de conta a especificidade do Capítulo II, a obra de Henry Norbert Birth, *The Elizabethan Religious Settlement: A Study of Contemporary Documents* (1907), provou ser uma importante fonte para a compreensão e reflexão das temáticas político-religiosas abordadas. Por fim, o Capítulo III beneficiou da compilação exaustiva da correspondência diplomática, editada por Martin Hume, constante em *Calendar of Letters and State Papers Relating to English Affairs Preserved Principally in the Archives of Simancas* (1896).

A época do Renascimento, ou período pré-moderno, é de uma riqueza cultural incontornável, múltipla de legados nas mais variadas áreas do saber e das artes, profícua em acontecimentos e figuras históricas marcantes que ainda hoje habitam o consciente e a memória colectiva dos povos europeus e de além-Europa. Com o fim do Renascimento, algo mudou para sempre na Humanidade, como afirmou T.S. Eliot:

In the seventeenth century a dissociation of sensibility set in, from which we have never recovered (59-68).

E apesar da impossibilidade de resgatar o que para sempre se perdeu, mantém-se a possibilidade de recuperar o que se encontra apenas esquecido. Assim, a presente tese pretende não apenas analisar a correspondência diplomática dos embaixadores

portugueses na corte de Isabel I, como forma de compreender melhor a realidade epocal do Renascimento português e inglês. Pretende, de forma idêntica, resgatar para o domínio público documentos que, lamentavelmente, se encontram esquecidos em bibliotecas dispersas e merecem ser (re)conhecidos. Julgo, então, que como superior objectivo, este projecto colocará o conhecimento ao serviço da Cultura e, por inerência, das Humanidades ao serviço da sociedade de hoje e de amanhã, porque, tal como afirma Terry Eagleton:

Culture is not only what we live by. It is also, in great measure, what we live for. Affection, relationship, memory, kinship, place, community, emotional fulfilment, intellectual enjoyment, a sense of ultimate meaning (131).

I.

O Caso Económico:

Diplomacia e (Des)Acordo

Alas, how should you govern any kingdom

That know not how to use ambassadors...?

W. Shakespeare, *Henry VI*, Part 3 (IV.3.35-36)

1. Notas Introdutórias

O capítulo que agora se inicia incide sobre a análise da correspondência diplomática, relativa aos esforços de resolução da discórdia político-económica que opôs as cortes de Isabel I e D. Sebastião. Os dois reinos disputavam os direitos de comércio nos territórios da costa ocidental africana a sul do Cabo Bojador, sobretudo na Costa da Mina (hoje Elmina, no Gana). Com efeito, a discórdia no campo da supremacia política resultou no interregno comercial entre os dois países, desde 1569 a 1576 e, consequentemente, na disrupção da Aliança de Amizade, que contava já com cerca de dois séculos de existência.

Tal facto, dada a conjuntura geopolítica da época em apreço, era de enorme relevância. A quebra de tão longa, estável e importante aliança significou, portanto, um momento histórico de significado incontornável, de consequências político-económicas gravosas para ambos os reinos. O caso merece, pois, uma análise ponderada e cuidada que remete, essencialmente, para o conteúdo da correspondência dos embaixadores portugueses na corte isabelina, mas que não se limita à mesma.

Em primeiro lugar, e num plano mais amplo, deve considerar-se o modelo existente de diplomacia no período em análise. A este propósito, Levin e Watkins observam qual seria a perspectiva da monarca de Inglaterra:

Elizabeth saw Europe in terms of dynastic loyalties that had been honored, strengthened, disregarded, forgotten, and, in recent history, tragically broken... What mattered was her public assent to an older diplomatic model, in which all Europeans were imagined to be capable of working toward peace (65).

Veremos adiante que a corte portuguesa partilhava o mesmo modelo diplomático, almejando o mesmo objectivo: a paz. Nathalie Revière de Carles refere o termo *consensus christianus* e confirma a ideia de que monarcas, embaixadores, figuras diplomáticas de todos os credos e nacionalidades se esforçavam por fomentar, ou manter, a paz (2). Ao longo dos anos que permearam o diferendo entre Portugal e Inglaterra deparamo-nos com a repetição desse propósito na correspondência diplomática – concretamente a manutenção da Aliança de Amizade – usado amiúde como argumento na retórica das negociações. Contudo, apesar de pretenderem um objectivo comum, Inglaterra e Portugal não conseguiam alcançar o consenso desejado, pelo que o recurso à figura do embaixador resultou indispensável.

Por outro lado, e num plano mais particular, se o objectivo da missão diplomática consiste, acima de tudo, na manutenção de relações pacíficas entre países, então o discurso do embaixador surge com uma importância acrescida. Desde logo, e no caso do discurso escrito, a correspondência diplomática deve conformar-se a uma linguagem de discrição, cautela e cortesia. A cartografia das mentalidades realizada pelos enviados diplomáticos a respeito do ‘Outro’ depende dessa atenção cuidadosa, tanto quanto à forma, como ao conteúdo. Assim, o papel do embaixador, ou enviado, como agente político é deveras crucial. A análise da correspondência diplomática ajuda-nos a melhor compreender as decisões e os acontecimentos históricos, através da justaposição das diferentes percepções dos enviados e dos seus discursos ideológicos, evidenciados nas missivas.

Este tipo de correspondência é de valor inquestionável. Hoje, em pleno século XXI, bem como no período em apreço, são muitas as consequências que resultam de uma imprudência diplomática. Note-se o escândalo desencadeado em Novembro de 2010 pela *Wikileaks*. A esfera político-económica tremeu, ao tomar conhecimento do conteúdo de certa correspondência diplomática que continha várias indiscrições e considerações imprudentes. De facto, os efeitos deste episódio para as Relações Internacionais poderiam ter conduzido a uma alteração do mapa de alianças até então existente no panorama mundial. Ou seja, a correspondência diplomática deve seguir um determinado código de discrição e até de ambiguidade,¹ uma forma de escrita nas entrelinhas, prestando aos seus destinatários informação valiosa, preservando, em simultâneo, a reputação do seu remetente e do país que representa, no caso de a missiva ser interceptada.

De resto, a ambiguidade no discurso diplomático – oral e escrito – revela-se quase uma condição *sine qua non* no exercício deste tipo de funções ou, como Noé Cornago afirma, um imperativo pragmático que impregna não só a linguagem diplomática, mas muitas outras expressões extra-linguísticas da comunicação na Corte, nomeadamente o protocolo (87, 88). Por seu turno, Norman Scott observa que uma forma discursiva diplomática (“diplomatic form of expression”) será aquela que encerra um equilíbrio entre a precisão e a ambiguidade, que evita criar ofensa e recolhe a aceitação das partes envolvidas (153).

Detenhamo-nos um pouco no recurso à ambiguidade no contexto diplomático. Paul Sharp sugere que a própria origem do termo ‘diplomacia’ remete para a centralidade da noção de ambiguidade no exercício diplomático: *díplōma* (δίπλωμα), termo grego que significa documento dobrado em dois e que, assim, tanto revela, como esconde (37). Além disso, no seu ensaio de crítica literária sobre ambiguidade, William Empson propõe a definição de sete tipos de ambiguidade que enriquecem a poesia, partindo de uma acepção simples e inclusiva: “any verbal nuance, however slight, which gives room for alternative reactions to the same piece of language” (3). Empson discorre, então, sobre os sete tipos de ambiguidade, desde o recurso à metáfora, à relevância do contexto, aos estados de espírito/entendimento (*state of mind*) do autor e do leitor, entre outros. Resulta evidente a relevância da análise empsoniana no contexto da diplomacia: múltiplos significados/sentidos, múltiplas interpretações, múltiplos contextos. Dražen Peħar

¹ Na acepção do termo enquanto duplicidade de sentidos ou ambivalência e não decorrente do que mais adiante se refere como *ambiguation*.

acrescenta outro elemento significativo à questão da ambiguidade no contexto diplomático – a dicotomia desconhecimento *versus* conhecimento:

... ambiguity is a product of our ignorance of a particular kind. We are ignorant about which (of two, or more) meanings should be taken as attached to the ambiguous sentence (word, text), but this ignorance is founded on our knowledge of possibilities, because we know that the sentence could carry a number of meanings, and we know which meanings it could carry (155).

Face ao exposto, compreende-se o desafio imposto ao embaixador, especialmente aquele que tem como missão negociar um acordo, como veremos no decorrer do presente capítulo: deve gerir o discurso, oral e escrito, a fim de manter, em harmonia, a assertividade, a cordialidade, a precisão e a ambiguidade.

Por sua vez, a ambiguidade no discurso escrito – neste caso, a correspondência diplomática – remete, de igual modo, para as idiossincrasias do autor, bem como para o seu perfil e as suas virtudes individuais. Os detalhes acrescentados pelo autor ao relato dos acontecimentos que descreve permitem aos investigadores uma interpretação mais lata dos mesmos, interpretação essa que extravasa o contexto epocal de factos historicamente aceites. A escrita nas entrelinhas permite-nos, pois, *ler* nas entrelinhas e perscrutar o que terão sido as múltiplas representações do ‘Outro’; permite-nos ainda compreender o estado das relações anglo-lusas num dado momento histórico, não obstante a leitura oficial dos eventos.

O presente capítulo pretende sugerir que os enviados portugueses à corte isabelina desempenharam um papel decisivo, cartografando mentalidades, tecendo uma teia de cumplicidades e de argumentos em torno do reclamado direito português sobre o comércio nos territórios da costa ocidental africana, assegurando a conquista de um entendimento entre Portugal e Inglaterra. De acordo com Revière de Carles: “the exercise of *diplomatic reading* is a means of uncovering the strategic aspects underpinning early modern diplomatic appeasement” (8). De uma forma mais abrangente, a análise das missões diplomáticas que visavam a pacificação dos conflitos entre Portugal e Inglaterra

decorrentes do diferendo comercial servirá, portanto, como um meio de *ler* a diplomacia do período em apreço.

2. A Questão da Supremacia Política

Na esteira de Portugal e de Espanha, também Inglaterra se lança numa campanha de viagens marítimas, com claros objectivos de proveito económico. Havia, porém, questões limitativas a considerar, conforme nota Adelaide Meira Serras:

Na verdade, durante o reinado de Isabel I, as viagens transoceânicas ganham um ímpeto substancial na busca de novas rotas comerciais, denotando já interesse na conquista territorial, como o demonstra o estabelecimento da colónia da Virgínia... O desafio, contudo, não se limitava às dificuldades inerentes à perícia na arte de marear, por muito importantes que elas realmente fossem. Questões de esfera política e do direito internacional como a existência do Tratado de Tordesilhas pareciam sobrepor-se às vantagens de tais empresas (60).

O principal motivo de discórdia entre Portugal e Inglaterra remetia precisamente para as questões da esfera política e do direito internacional, tendo em conta o comércio realizado nos territórios africanos, em particular na zona da Costa da Mina. Seria admissível que os súbditos ingleses levassem a cabo as suas actividades comerciais em territórios que se encontravam sob o domínio português? A coroa portuguesa considerava que não, a coroa inglesa considerava que sim, mas de uma forma ambígua. Isabel I ora concordava com as queixas dos embaixadores portugueses e fazia emitir legislação que proibia os súbditos ingleses de comercializar em territórios ditos portugueses, ora discordava da legitimidade portuguesa sobre esses territórios e estimulava o comércio inglês, oficial ou oficiosamente.

Este comportamento equívoco da rainha de Inglaterra exasperava a corte portuguesa e os embaixadores que com ela tinham de negociar. Sempre uma atriz sublime no palco de aparências que é a Corte, Isabel I prolongou o desentendimento, amiúde disfarçado de entendimento, agastando o mais paciente embaixador/negociador. Muitas eram as queixas escritas, as cartas, a correspondência entre monarcas, os ofícios, em suma, todo o tipo de documento possível de ser redigido a propósito do comércio indevido dos Ingleses em territórios pertencentes a Portugal. Os anos sucediam-se e não era possível esgrimir argumentos que fossem aceites pela rainha de Inglaterra, nem chegar a um acordo que não fosse quebrado pelos súbditos ingleses. É então que, em 1569, o jovem rei D. Sebastião decide pôr fim ao diálogo com Inglaterra e tomar uma atitude drástica, como mais adiante se verá.

No entanto, convém compreender que, no enquadramento das negociações políticas e económicas entre os dois países, Portugal havia já apresentado várias queixas aos monarcas ingleses anteriores a Isabel I. Junto com as provas relativas a essas denúncias, duas ideias eram continuamente enfatizadas pelos diplomatas de Portugal, como consta na sua correspondência, e admitidas de forma reiterada pelos monarcas ingleses: primeiro, o domínio legítimo de Portugal sobre os territórios descobertos em África;² segundo, o desejo de manter os laços da Aliança de Amizade.

Importa recuar um pouco no tempo, à época do reinado de Henrique VII, em Inglaterra, e de D. Manuel, em Portugal, a fim de compreendermos o enquadramento em torno da questão que nos ocupa. Conforme observa o Visconde de Santarém, Portugal encontrava-se embrenhado, assim como o seu país vizinho Espanha, numa complexa teia de procedimentos decorrentes da campanha das Descobertas:

... multiplicadas complicações que resultavam dos descobrimentos e da posse de novas terras que conquistavam, e também das do... prosseguimento das grandes navegações Oceanicas que necessitavam...

² Para efeitos da presente análise, não serão aprofundadas as questões decorrentes da política imperialista e colonialista. De acordo com perspectivas recentes, os territórios em causa não foram descobertos, pois encontravam-se habitados; os relatos de viagens de outros povos até àqueles territórios surgem dispersos entre lendas e histórias passadas de geração em geração das populações nativas de muitos destes territórios, mas tal não é o foco desta investigação. Contudo, importa tornar claro que, para efeitos do contexto das temáticas e da época em apreço, não pode contornar-se o uso de termos que resultam, na contemporaneidade, algo ‘imperialistas’ ou ‘colonialistas’, apesar de estes não reflectirem a visão da autora desta investigação.

nomeações de Comissários para as demarcações, das questões de direito que... se agitavam (1865:15. V-VI).

Como se depreende, à descoberta de territórios seguia-se a demarcação dos mesmos, a fim de salvaguardar as questões relativas à legitimidade da supremacia política do reino conquistador sobre as terras “conquistadas”. De facto, Santarém expõe de forma clara as razões subjacentes ao direito de prioridade sobre um determinado território:

As provas da prioridade de um descobrimento territorial são de duas naturezas; a saber: 1º, as que são attestadas pelas cartas geographicas e hydrographicas contemporaneas, onde os primeiros descobridores marcaram esses descobrimentos que elles mesmos fizeram, e que foram depois copiadas, generalisadas, e seguidas ou admittidas por todas as nações maritimas; 2º, as que constam dos testemunhos e das relações dos Historiadores contemporaneos dignos de fé, e que são geralmente reconhecidos como authoridades historicas (1855:4).

Santarém enumera, pois, os fundamentos pelos quais Portugal detinha os direitos sobre os territórios que havia conquistado em África. Apesar de a defesa de Santarém remeter para a disputa do século XIX entre várias nações europeias em torno da posse dos territórios em África,³ os argumentos deste autor servem igualmente para o contexto em apreço. Portugal poderia atestar os seus direitos por duas vias: a primeira, pela cartografia; a segunda, pela correspondência trocada à época, na qual se inclui a diplomática.

Tendo em linha de conta a possibilidade, que se afigura plausível, de os embaixadores portugueses terem apresentado ao *Privy Council* de Isabel I mapas e cartas geográficas que corroboravam a legitimidade do domínio de Portugal nos territórios em África, será prudente aludir a trabalhos de cartografia de relevância histórica, anteriores às suas missões na corte isabelina, as quais se analisarão posteriormente. Do mesmo

³ Santarém antecipa as difíceis negociações em torno da soberania dos territórios em África. Assim, a obra *Demonstração dos Direitos que tem a Coroa de Portugal sobre os Territórios situados na Costa Occidental D'África* pretende fundamentar a legitimidade dos interesses de Portugal nessa matéria, consubstanciados também em forma de mapa, o qual ficaria conhecido como Mapa Cor-de-Rosa.

modo, e considerando que o próprio título do presente trabalho inclui o termo ‘cartografia’ no seu plural, afigurou-se adequado esboçar um enquadramento histórico da arte e do conhecimento relacionados com esta actividade intrinsecamente associada aos feitos portugueses dos Descobrimentos e, como veremos, associada também à instrumentalização política por parte dos soberanos.

3. A Cartografia e a (Im)Parcialidade Política

3.1. Enquadramento

A cartografia náutica da época em apreço desenvolve-se a partir dos portulanos. Em contrapartida, as cartas náuticas que vão sendo produzidas ao longo dos vários períodos resultam da influência daquelas que as antecedem, como Luís Albuquerque informa:

A cartografia náutica teve a sua origem no Mediterrâneo, aparecendo decerto como meio a ilustrar os portulanos que descreviam as viagens percorridas nesse mar anterior, e depois se alongaram, contornando a península Ibérica, até a Flandres. As mais antigas cartas hoje conhecidas são, na verdade, de origem catalã... ou italiana... mas parece não haver dúvida de ter sido a cartografia catalã que serviu de exemplo à portuguesa. Esta última foi dominante nos últimos vinte anos do século XV e na primeira metade do século XVI; todavia, pouco a pouco foi cedendo passo à cartografia de outras origens... sobretudo de origem alemã ou flamenga... No século XVII a reprodução gravada de cartas tornou-se corrente (16).

As cartas – que serviam não só para reproduzir os roteiros numa determinada área marítima, mas também para permitir aos seus observadores uma noção da distribuição das terras e dos mares (Albuquerque 13) – evoluem e atestam os resultados das

campanhas marítimas. Os portulanos eram, de facto, uma derivação dos *peripli* dos tempos clássicos:

The typical guide to navigation in classical times was the periplus, or “coastal pilot” giving a description of a voyage with sailing directions... These peripli obviously ranked as *itineraria scripta*, that is, as written records only, since nothing is known of any maps to accompany them... Greek texts mention special peripli, which modern scholars call “drawn peripli” or sea-charts... It seems most likely that sea-charts appeared in a later period [after the Byzantine era], developing gradually from written sailing directions. The first peripli were accounts of voyages rather than manuals, and not only gave descriptions of coasts and harbours, distances between ports, and so on, but also mentioned countries far distant from the sea-coast. Later, as the use of compass developed, the old periplus gradually changed into the medieval portolano (portolan) – the special guide to navigation between harbours along a coast or even in sea-crossings (Bagrow 61,62).

Embora o progresso do saber cartográfico, consubstanciado na evolução dos *peripli* para os portulanos, tenha permitido, acima de tudo, um precioso e fundamental conjunto de informações à navegação, o que importa aqui analisar é a relevância política destes documentos.

Um olhar atento ao mapa da Europa e do Mediterrâneo, parte integrante do *Atlas Catalão* de Abraão Cresques, datado de 1375, permite-nos, desde logo, tecer duas considerações prévias. O documento original, actualmente na Biblioteca Nacional de Paris, assume-se como obra-prima da escola da cartografia catalã, referida por Albuquerque. Nele podemos observar não só parte do continente europeu, mas também uma fracção da costa ocidental norte do continente africano. O território africano a sul do Cabo Bojador não surge retratado com detalhe por Cresques, uma vez que era desconhecido à época. Por outro lado, no mar junto à costa ocidental africana, o cartógrafo incluiu a imagem de uma embarcação e seus navegadores, com uma legenda que remete para a viagem frustrada de Jaime Ferrer ao Rio do Ouro, hoje território do Sara Ocidental, em 1350. Sobre o resultado da expedição do capitão maiorquino nada se sabe, tendo este

desaparecido, junto com a sua tripulação. John K. Thornton observa que todas as expedições à costa ocidental africana – desde a portuguesa de 1154, à de Ferrer, ou seja, a última conhecida por Cresques – fracassaram, devido à incapacidade dos navegadores de fazerem frente às correntes das Ilhas Canárias (12). Portanto, como Santarém também afirma, até ao sucesso das explorações portuguesas pela costa ocidental africana a sul do Cabo Bojador (hoje território de Marrocos), as terras que serviam como o “cerne” do debate entre as cortes de D. Sebastião e Isabel I eram desconhecidas da civilização dos povos europeus.

Ainda a propósito do legado da escola da cartografia catalã e como esta influenciou a sua homóloga em Portugal, convém referir que o trabalho e o conhecimento do cartógrafo judeu Abraão Cresques conheceriam uma digna sucessão pela mão de seu filho, Jafunda Cresques, o qual viajou de Barcelona para Portugal, em 1427, a fim de instruir os navegadores do Infante D. Henrique na arte da cartografia (Bagrow 66).

À medida que a exploração marítima avançava, as cartas náuticas demonstravam a nova realidade geográfica. Em 1434, o navegador português Gil Eanes, ao serviço do Infante D. Henrique, dobra o Cabo Bojador. Este feito português dissipou os medos e as superstições que pairavam sobre os navegadores durante a exploração marítima mais a sul da costa ocidental africana. Afinal era possível vencer os ventos das Ilhas Canárias e as correntes que amedrontavam os espíritos dos homens do mar. Cedo, as cartas náuticas e outros trabalhos cartográficos confirmariam as descobertas marítimas e apresentariam o desenho contornado da costa africana a sul do Cabo Bojador, como atestam, por exemplo, o *Mappa mundi* de Fra Mauro, de 1459, ou a Carta de Grazioso Benincasa, de 1467.

Fra Mauro, monge camaldulense de Veneza, trabalhou para o rei português D. Afonso V, e a sua obra constituiu-se como um *ex libris* da cartografia, conquistando Mauro o título de *Geographus Incomparabilis*. Leo Bagrow observa:

King Afonso of Portugal... sent Fra Mauro money and information on the Portuguese discoveries, and commissioned a world map from him... we cannot but marvel at the extent of Fra Mauro's knowledge. His portrayal of the world was unprecedented in its thoroughness and stood alone for a considerable period (72, 73).

Ainda a propósito do trabalho de Fra Mauro e tendo em conta o tema que nos ocupa, Santarém afirma:

Sur la mappemonde du célèbre Frau-Mauro on voit déjà la côte se prolonger bien au delà de la Gambie, parce qu'à cette époque les Portugais avaient découvert le Sénégal, le cap Vert, Rio Barbacim, Rio Grande, Bissangos, Rio de Nuno, et Serra Leoa, et qu'ils avaient dépassé le Cabo Mesurado. On trouve dans cette mappemonde les noms portugais Cabo Verde, Cabo Roxo et d'autres (1842b:111).

Não restam dúvidas, portanto, que os descobrimentos marítimos dos navegadores portugueses permitiram a realização mais completa de um mapa-mundo que incluía já uma parte significativa da costa ocidental africana a sul do Cabo Bojador.

A zona mais sulana retratada no trabalho de Fra Mauro, Cabo Roxo, marca hoje a fronteira entre Guiné-Bissau e Senegal, zona bem distante do Cabo Bojador, comprovando o ímpeto dos Descobrimentos portugueses. Ora, para efeitos políticos da legitimidade do reino de Portugal sobre o comércio nesses territórios, a cartografia confirmava que haviam sido os Portugueses, ou navegadores por estes contratados, a explorar, pela primeira vez, aquelas terras. A cartografia avançava rumo ao sul da costa ocidental africana, na exacta medida em que se realizava a exploração marítima lusa.

Por outro lado, convém referir que não só os cartógrafos ao serviço dos reis portugueses confirmavam os feitos marítimos deste povo. A já referida Carta de Grazioso Benincasa, datada do ano 1467, é disso mesmo exemplo. A propósito do trabalho de Benincasa, Santarém comenta:

Sur la carte inédite du cosmographe Gracioso Benincasa... on voit la côte au delà du cap Bojador s'étendre jusqu'au Cabo Roxo ; en conséquence des progrès des découvertes portugaises, la nomenclature y est également portugaise, et quoique quelques noms aient été traduits, ce sont toutefois les mêmes imposés primitivement par les premiers navigateurs portugais (1842b:115).

Uma vez mais, é a voz do Visconde de Santarém – cujos conhecimento e obra atestam a veracidade das suas apreciações sobre a matéria em análise – que se faz ouvir em múltiplas línguas na defesa da legitimidade de Portugal sobre os territórios na costa africana. Para Santarém, a cartografia constituía prova da prioridade das descobertas lusas em territórios a sul do Cabo Bojador. A própria nomenclatura ou toponímia o confirmava, uma vez que os Portugueses haviam sido os primeiros Europeus a desenhar as cartas da costa ocidental africana, determinando a origem portuguesa dos nomes constantes nas suas cartas náuticas e nas subsequentes, independentemente da origem dos autores.

3.2. A Emergência do Factor Político

Cerca de 50 anos após o início da exploração da costa ocidental africana, os Portugueses chegaram finalmente a Mina, provavelmente entre os anos de 1471 e 1472 (Hair 48), conforme atestado numa das várias cartas náuticas que compõem o *Atlas de Cornaro*, c. 1489. De facto, a colecção veneziana terá sido uma compilação de cartas de vários cartógrafos notáveis, nomeadamente o já referido Grazioso Benincasa (D’Avezac 1850). Não deixa de ser curioso notar que as três cartas que compõem a reprodução da costa ocidental africana são acompanhadas do título *Ginea Portogalexe, ou Guiné Portuguesa*, e que o conjunto retrata a costa africana, desde Gibraltar até ao actual Gabão. Na carta 32 pode ver-se uma imagem que representa a construção do Castelo da Mina, acompanhada da nota “Qui se defiendo uno altro Castello del Re de portogal”. Ao castelo seria atribuído o nome de S. Jorge da Mina, em honra do santo padroeiro de Portugal e cuja edificação terá sido terminada em 1486, sob as ordens de Diogo de Azambuja (Newitt 95). A cartografia demonstrava, uma vez mais, os direitos do reino de Portugal sobre os territórios que, mais tarde, teria de disputar com Inglaterra.

As explorações marítimas, sempre acompanhadas de perto pelos portulanos reproduzidos por cartógrafos atentos, conduziram já a nossa análise até aos territórios que serviriam de base ao trabalho dos embaixadores portugueses na corte isabelina. Parece ser evidente a forma como a cartografia – apesar do rigor, da ciência e da neutralidade dos seus autores – poderia servir como instrumento político. A cartografia produzida na

época da chegada aos territórios em torno dos quais se geraria a disputa entre Portugal e Inglaterra ora em análise serviria como “prova” a apresentar pelos embaixadores de Portugal: este reino, e nenhum outro, deveria obter os lucros oriundos das terras que havia conquistado.

Aliás, como foi possível constatar, não só a cartografia acompanhava o ritmo das expedições marítimas portuguesas, como a nomenclatura usada para nomear os novos territórios era portuguesa, nomeadamente Terra Alta, Terra Baixa, Cabo Branco, Cabo Verde, Ilha Branca, entre tantos outros (Santarém 1841:211). A este propósito, interessa recuperar o comentário de J. Rennard Dean:

It is clear that each progressive step in the art of navigation, so aptly described as the haven-finding art, is marked by the achievement of individual explorers, scientists, seamen and pioneers whose names are often engraved on the maps and charts of their day. That these names, so many of them Portuguese, should be thus recorded for posterity is just reward for the new knowledge they gave to all who followed them. Moreover, in the finding of the best havens, the names of many of the finest harbours dotted along the coast of Africa, (to give but one example), themselves pay tribute to Portugal (191).

Por conseguinte, os exemplos abordados confirmam a utilidade política da cartografia da época. Importa ainda acrescentar um outro dado significativo, inerente à história da Cartografia desde os finais do século XV. Na verdade, vivia-se uma época rica em descobertas territoriais e marítimas: Cristóvão Colombo chegava ao continente americano, em 1492, John Cabot ao norte do mesmo continente, em 1497, e Vasco da Gama à Índia, em 1498. Faria, pois, todo o sentido que a Cartografia acompanhasse os feitos da Era dos Descobrimentos. Leo Bagrow relata:

The 15th century saw the emergence of weatherly ship, in which oceanic voyages could be attempted with hope of return, greater knowledge of Atlantic winds and currents, and the application of navigational methods which enabled the pilot to determine his position, or at least his latitudes, with more confidence. These technical developments, in which the

Portuguese took the lead, enriched the content of maps by new discoveries and enabled cartographers to lay down positions and outlines with greater precision... The stages in the Portuguese advance to the south, culminating in the triumphant opening of the sea-route to India in 1497-1499, are otherwise depicted only in maps of Italian authorship, drawing on Portuguese sources of information. Thus the oceanic discoveries were mapped by men who had learnt their craft in drawing pilot-charts of the Mediterranean and European coasts (105).

Por um lado, compreende-se a proximidade entre os cartógrafos e os comandantes das campanhas marítimas, especificamente os portugueses. Por outro lado, confirma-se a forma como a cartografia era cada vez mais rica e pormenorizada em informação.

3.3. A Eclosão de Conflitos

À medida que a riqueza de alguns territórios recém-descobertos se tornava evidente, a probabilidade de conflitos em torno da supremacia dos mesmos por parte dos reinos europeus aumentava. Foi precisamente nesse contexto e em consequência da disputa entre os Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, e D. João II, a propósito da viagem de Cristóvão Colombo, que ambos os reinos assinaram o Tratado de Tordesilhas, em 1494. Porém, as cartas náuticas nem sempre eram totalmente isentas de interesses políticos. Uma vez mais, Albuquerque esclarece:

As primeiras provas dessa utilização [fins reivindicativos de carácter político] aparecem logo depois de assinado o Tratado de Tordesilhas; torna-se necessário definir o semimeridiano divisório, e a tarefa não era fácil... o meridiano era deslocado mais para poente ou mais para nascente, consoante as conveniências ou as origens dos cartógrafos (15,16).

Apesar das complexidades crescentes, e decorrentes, das questões de ordem política, compreende-se que a cartografia produzida à época visava o rigor e a incessante modernização. Não será, pois, de estranhar que a cartografia passasse a conter um outro elemento, também ele passível de ser usado como instrumento político: os mapas e as cartas marítimas passaram a incluir os símbolos identificadores dos reinos que dominavam um determinado território; ou seja, tornou-se evidente para os cartógrafos a necessidade de assinalar a posse dos territórios conquistados com a coroa dos reinos conquistadores. Santarém observa:

Desde os finais do século XV principiaram os Cosmographos a indicar a soberania dos diferentes paizes que marcavam nas suas Cartas pelas Armas e Pavilhões nacionaes dos Principes que os dominavam... O estudo d'estes monumentos mostra que n'estes signaes de direito, longe de haver o menor capricho do desenhador, antes pelo contrario, os auctores de taes Cartas punham n'isto o maior esculpulo (1855:6).

É revelador que Santarém refira as reproduções das várias coroas justapostas aos territórios representados cartograficamente como “sinais de direito”. Um exemplo que corrobora a sua interpretação é o *mappa mundi* de Juan de la Cosa, datado de 1500 e pertença do Museu Naval de Madrid. O trabalho cartográfico de Juan de la Cosa beneficiou do facto de este ter acompanhado Cristóvão Colombo numa das suas viagens, entre 1493 e 1494, bem como Alonso de Ojeda e Américo Vesputio nas explorações da América do Sul, em 1499 (Bagrow 107). Não obstante, Cosa acolheu igualmente as fontes portuguesas, em particular no que respeita à viagem de Vasco da Gama, segundo Martín-Merás refere:

En la carta de Juan de la Cosa toda la información de las costas de África procede, en mayor o menor medida, de fuentes portuguesas. La costa occidental africana alcanza una notable perfección que va disminuyendo en el trazado de la costa oriental que acaba de contornear Vasco da Gama en su viaje a la India de 1497-1499 (76).

Cosa inclui já os “sinais de direito”, como se pode verificar nos territórios do continente americano, em que o cartógrafo justapôs a coroa de Inglaterra em cinco bandeiras e numa legenda, “tierra descoberta por Ingleses”, referindo-se às viagens de John Cabot (Martín-Merás 77,78). No que respeita ao domínio dos Portugueses, Cosa assinala, por baixo da Península Indostânica: “Tierra descubierta por el rey D. Manuel, rey de Portugal” (Martín-Merás 76,77). Quanto à soberania da Coroa espanhola sobre o centro do continente americano, Cosa assinala, a sul do Cabo das Antilhas: “este cabo se descubrió en el año de 1499 por Castilla”.

Juan de la Cosa iniciaria aquela que seria a prática comum na cartografia posterior, uma vez que possuímos inúmeros exemplos de cartas marítimas e mapas, cada vez mais pormenorizados, com as insígnias das coroas dos reinos conquistadores, ou descobridores, assinalando os territórios sob o seu domínio. A título de exemplo, poderemos referir os trabalhos dos cartógrafos Lopo Homem, de 1519, e de Juan Vespucio, de 1526.

O *Atlas Náutico do Mundo*, mais conhecido como *Atlas Miller*, de 1519, atribuído a Lopo Homem, faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de França (*Cartes et Plans*). Como elucida Albuquerque, este conjunto de cartas pertencia ao Visconde de Santarém. Contudo, face às dificuldades económicas pelas quais passou após a facção miguelista ser derrotada nas guerras liberais, Santarém viu-se forçado a vender parte do seu espólio ao bibliotecário Clement Miller, tendo a colecção sido posteriormente adquirida pelo Museu Nacional de Paris (12). O nome pelo qual se identifica comumente este extraordinário trabalho da cartografia portuguesa permanece, pois, sempre associado à transacção, daí o título *Atlas Miller*. Nele podemos observar as bandeiras da coroa portuguesa, espalhadas pelos territórios e mares sob o domínio português, até aos territórios do Golfo Pérsico, Arábia, Índia e Norte da Ilha de Sumatra; podemos ainda observar as caravelas portuguesas espalhadas pelos Oceanos Atlântico e Índico, ostentando a cruz da Ordem de Cristo, símbolo associado às navegações portuguesas. Considerado um trabalho cartográfico de enorme riqueza, o *Atlas Miller* terá tido outros autores, para além de Lopo Homem, nomeadamente Pedro Reinel e o seu filho, Jorge Reinel (Bagrow 267). Na inscrição inicial, o autor faz-nos saber que o trabalho havia sido comissionado por D. Manuel I de Portugal e, confirmando a análise que temos vindo a esboçar, os objectivos políticos foram claros, conforme reiterado por Jim Siebold:

It is now also revealed by current cartographic historians that this atlas, so strange and lavish and intended for the eyes of Emperor Charles V and the men of Castile, was in fact an instrument of geostrategic, geopolitical and diplomatic counter-information that even featured nautical mystification. The Atlas Miller is the last Portuguese attempt to thwart Columbus' Spanish plan. And... this atlas was also created to counter the voyage by Ferdinand Magellan, and the voyage by Ferdinand Magellan was done to counter the Atlas Miller (2).

As complexidades de ordem política perpassavam os trabalhos cartográficos, fossem eles no sentido de desincentivar viagens futuras por parte de outros reinos, ou como forma de assinalar os domínios de cada Coroa sobre os territórios recém-descobertos, através da iconografia heráldica.

O cartógrafo florentino Juan Vespucio, sobrinho do já referido Américo Vespucio, trabalhava ao serviço de Espanha, e os seus préstimos não se limitavam à cartografia, uma vez que era também comandante, tendo realizado várias viagens aos territórios sob domínio espanhol no continente americano (d'Anghiera 170).

A grande campanha dos Descobrimentos havia deslocado as principais rotas comerciais do Mediterrâneo para o Atlântico, dando início ao fenómeno do capitalismo comercial, numa escala transcontinental (Magalhães 15). As sociedades, antes predominantemente rurais, reorganizaram-se em torno das crescentes actividades comerciais. Como J. Carlos Viana Ferreira observa, a procura de novas rotas comerciais e de novos mercados, a criação de uma crescente necessidade de novos bens, a vulgarização do uso da moeda, cada vez mais indispensável nas trocas comerciais e na vida quotidiana, constituíram factores que operaram significativas transformações na sociedade:

... o critério de lucro e a posse de fortunas em dinheiro representaram os principais factores de erosão da sociedade tradicional, assente numa hierarquia rígida dos três estados – nobreza, clero e povo – e no conceito de serviço (41).

À medida que as sociedades se foram transformando em economias monetárias,⁴ a campanha expansionista encetada pelos reinos ibéricos manteve o ímpeto de expansão da fé cristã, do lucro financeiro e do poder político. A índole política das viagens expansionistas resumia, assim, a amalgamação de diversos interesses. Estes, por sua vez, emergiam de forma prática, sempre que se iniciava uma nova demanda: o sucesso económico, político e religioso das viagens marítimas dependia também do recurso aos conhecimentos especializados. A sobreposição das funções de Juan Vespucio – a de cartógrafo e a de comandante – é, por si mesma, demonstrativa da forma como a Cartografia e a Política se entrecruzavam. A este respeito, María García informa:

Ciertamente en estos años iniciales del Descubrimiento, cuando los conocimientos de nuevas tierras eran aún rudimentarios y los estudios cosmográficos no habían avanzado lo suficiente, se hizo necesario recurrir a un puñado de hombres expertos, de extranjeros, cuya fama había llegado a oídos de la Corona no sólo por su experiencia en el mar sino por sus conocimientos científicos. En estos años tempranos se practica ya por parte de España una especie de “drenaje de cerebros” de otros países punteros (153).

Juan Vespucio assumia-se como depositário dos vastos conhecimentos do tio, Américo Vespucio, e a eles acrescentou os seus, resultantes também do engenho e das incursões ao continente americano. O mesmo é atestado por Pietro Martire d' Anghiera, historiador da Era dos Descobrimentos:

Cuenta maravillas del puerto de Santa Maria, y lo mismo dicen los que de allá volvieron, entre los cuales se cuenta Vespucio, sobrino de Américo Vespucio, el Florentino, que al morir le dejó a éste en herencia el arte marítimo y el polar; pues este joven fué enviado por el Rey como uno de los maestros de la nave capitana, porque sabe regular los polos con los cuadrantes... A este Vespucio le tengo convidado con frecuencia; porque

⁴ De acordo com Vitorino Magalhães Godinho, no contexto dos Descobrimentos o conceito de economia monetária consiste num “sistema económico, seja ele qual for, desde que disponha de uma gama assaz extensa de espécies amoedadas preciosas e não preciosas, ligadas entre si por relações definidas” (1981:7).

es un joven de aventajado ingenio, y al recorrer aquellas regiones anotó diligentemente todo lo que se ofrecía (243).

Compreende-se que unir a função da cartografia à da capitania⁵ em plena época das explorações marítimas fazia todo o sentido, pois aos cartógrafos assistia a capacidade de conservar uma mente atenta e desperta, uma atitude observadora e uma disciplina de registo consciencioso e metucioso das suas observações. O facto de testemunharem em primeira mão o avanço do conhecimento geográfico diminuía a probabilidade de erros na realização dos trabalhos cartográficos. Tal terá sido o caso de Juan Vespucio. O seu mapa de 1526, conservado na Sociedade Espanhola da América, em Nova Iorque, demonstra o valor crescente das tendências imperialistas que germinavam na época, as quais conduziriam, por sua vez, Portugal e Espanha à assinatura do Tratado de Saragoça, em 1529. Nele verificamos, uma vez mais, a existência dos “sinais de direito”, relembrando o termo usado por Santarém: o brasão de Carlos V justaposto ao Norte da América e com as bandeiras de Leão e de Castela (castelos dourados sobre um fundo vermelho e leões sobre um fundo branco) marcam os territórios espanhóis. Por outro lado, a bandeira lusa (as cinco quinas brancas sobre um fundo azul e um rebordo vermelho) marca os territórios portugueses. Podemos observar, de forma bem clara, o território africano da Mina, invariavelmente representado pelos cartógrafos com o Castelo de S. Jorge da Mina. A bandeira portuguesa encima o castelo e encontra-se sobreposta a toda a área marítima que envolve a costa ocidental africana.

Confirmamos, então, que os cartógrafos, não obstante os interesses geo-políticos dos monarcas que os comissionavam, assinalavam de forma escrupulosa o domínio português sobre os territórios da costa ocidental africana, em particular a Mina, que tantos problemas e complexidades levantaria aquando do reinado de Isabel I e de D. Sebastião.

Em períodos mais conturbados na história da exploração marítima terá havido momentos em que os cartógrafos sucumbiram às ambições políticas e económicas dos seus soberanos. Tal terá sido o motivo subjacente à elaboração de cartas incluindo

⁵ No presente contexto, o termo ‘capitania’ refere-se a um cartógrafo que segue na nau capitânia, ou seja, na nau principal, de comando da esquadra. No século XVI, o termo pode aplicar-se também às divisões administrativas dos territórios coloniais, tendo sido a forma encontrada para o povoamento do Brasil e das ilhas desertas como os Açores ou a Madeira.

embustes, quer da parte de Portugueses, quer de Espanhóis, na tentativa de se afastarem mutuamente das terras a conquistar, como Teixeira da Mota observa:

Depois que os espanhóis passam a navegar para as terras do sul do Brasil, assiste-se ao desenrolar das falsificações cartográficas por parte de Portugal e de Castela, com evidentes intuitos opostos – enquanto no caso das cartas portuguesas se procura incluir os estuários do Amazonas e do Rio da Prata no hemisfério lusitano, nas cartas espanholas eles são mais frequentemente assinalados no outro hemisfério (15).

Já antes, no século XV, no contexto do Tratado de Tordesilhas, algumas cartas representavam a linha que separaria os hemisférios lusitano e espanhol mais a oeste ou mais a este, de acordo com os interesses dos respectivos reinos.⁶ Tal foi, de resto, já referido por Albuquerque, conforme citação acima (15, 16). Contudo, convém compreender que as razões subjacentes às discordâncias entre os reinos ibéricos não eram apenas de teor político. A ciência da Cartografia estava em plena expansão e os conhecimentos iam sendo transpostos para as cartas, à medida que os seus autores os recebiam e interpretavam. A mudança que se verificou da transição dos portulanos para as cartas náuticas encerrava, em si mesma, um importante conceito que estava ainda a emergir: a projecção. A este propósito, Teixeira da Mota elucida:

A “carta de marear” atlântica de portugueses e espanhóis tem origem na tradicional carta náutica aparecida no Mediterrâneo do século XII para o XIII. Esta caracteriza-se por conter um traçado de linhas costeiras de rumo (magnético) em que um determinado rumo é representado em toda a carta segundo a mesma direcção. É evidente a incompatibilidade entre estes dois princípios, e por isso se pode dizer que tal carta não obedece a qualquer sistema de projecção... Quando tal sistema de construção da carta foi alargado a novos arquipélagos atlânticos, à costa africana... e depois ao

⁶ Em rigor, à data, os territórios que mais tarde se unificariam para formar o reino de Espanha encontravam-se ainda separados nos reinos de Aragão, Castela e Leão. Foi precisamente o casamento entre o rei de Aragão, Fernando II, e a rainha de Castela, D. Isabel, conhecidos como Reis Católicos, que possibilitaria a unificação do reino espanhol, a qual ocorreu no contexto histórico que nos ocupa. Por questões de critério, a opção recaiu no uso dos termos Espanha, reino espanhol, coroa espanhola, pois possibilita uma leitura mais fluida, evitando as complexidades inerentes às especificações de sucessão e de territórios.

continente americano, agravaram-se sensivelmente os erros da carta e os riscos da sua utilização, até porque a navegação deixou de ser costeira e passou a oceânica (5).

Portanto, resulta claro que a própria técnica agora aplicada às navegações oceânicas necessitava de ser apurada, refinada. Aliás, a opinião de Leo Bagrow vem reiterar a importância da projecção inexistente nas cartas à época da assinatura do Tratado de Tordesilhas:

Although these maps [from the 14th and 15th centuries] are sometimes called “loxodomic” in modern specialist literature (a loxodrome being the line which intersects all meridians at the same angle, in contradistinction to the orthodromic line of any course that maintains a constant compass-bearing), the world is wrongly applied to the sea-charts of this period, since a loxodrome gives an accurate course only when the chart is drawn on a suitable projection. Cartometric investigation has revealed that no projection was used in the early charts, for which we therefore retain the name “portolan” (65).

Podemos, assim, concluir que o próprio sistema de concepção das cartas geográficas requeria revisão e aperfeiçoamento, o que foi alcançado por meio da mestria portuguesa, segundo Teixeira da Mota:

Tais erros se atenuaram em consequência de os portugueses, pela prática da navegação com latitudes observadas por meio do Sol e de estrelas, haverem introduzido, na carta náutica, nos fins do século XV, uma gradação de latitudes, caracterizada por graus iguais marcados numa linha norte-sul... Em consequência, também surge nas cartas a linha do equador e por vezes as dos trópicos. É evidente que a carta assim obtida continua a não ter um sistema de projecção definido (5).

Mais uma vez se infere a importância da perícia e da mestria dos cartógrafos para o sucesso da navegação e da exploração marítimas. Quanto mais rigorosa e actual fosse a arte de representar terras e mares, maior sucesso as expedições teriam. E, conforme exposto, essa evolução da Cartografia foi sendo concretizada, ora com o surgimento das gradações das latitudes, ora com o surgimento da *raia*, ou seja, a linha de pólo a pólo que separava os hemisférios português e espanhol pós-Tratado de Tordesilhas, o qual se situava a 370 léguas a ocidente do Arquipélago de Cabo Verde. O texto do referido tratado apresenta essa divisão:

... que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direta de polo a polo; convém a saber, do polo Ártico ao polo Antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetuar contanto que não seja dado mais (*Gavetas* 17:2.24).

A divisão resulta clara, e conhecemos os motivos políticos que lhe são inerentes. No entanto, resulta também evidente a dificuldade de estabelecer, com absoluta certeza e acuidade, essa ‘linha imaginária’, quando os navegadores estivessem em alto mar: “por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetuar” (*Gavetas* 17:2.24).

Contudo, a questão da isenção e da idoneidade dos cartógrafos mantém-se. Teixeira da Mota refere-se a “erros intencionais, resultantes de motivos políticos” na cartografia, em particular de início do século XVI, principalmente no que respeita à representação do Brasil (12). Os motivos para este género de decisões de autor foram, de resto, registados pelos próprios cronistas portugueses, conforme mais adiante veremos. O que Garcia de Resende registou como “muito segredo e grandes juramentos” (33), Teixeira da Mota designa por “mistificação” (15), ou seja, a decisão de guardar – ou manter em sigilo pelo tempo possível – o conhecimento que Portugal detinha sobre a existência de determinados territórios. E a estratégia terá sido bem-sucedida, como sabemos através do decurso da história dos Descobrimentos e como Teixeira da Mota confirma:

Pode concluir-se que a mistificação levada a cabo pelos portugueses até cerca de 1515 resultou plenamente... E é sintomático que as proas espanholas só se tenham orientado nessa direcção [sul da América] ... quando em Castela se divulgou a notícia de que uma expedição portuguesa chegara ao Rio da Prata (15).

Não poderemos finalizar este comentário à exactidão dos trabalhos efectuados pelos cartógrafos da Era dos Descobrimentos sem ter em linha de conta a possibilidade de existirem dois tipos de cartas: as destinadas ao uso interno e aquelas para propagar e difundir pelo exterior. Ainda Teixeira da Mota, na sua análise sobre os reflexos do Tratado de Tordesilhas na cartografia do século XVI, aponta para o que denomina como cartas “autênticas” e cartas para “exportação”, sendo que as primeiras resultariam dos “levantamentos executados pelos *pilotos*” (14). Seriam essas que, com certeza, os comandantes das expedições marítimas utilizariam, criando um fluxo de informação e de actualização crescentes, mas centrado no reino subsidiário, o que aconteceria com ambos os reinos ibéricos. O mesmo é corroborado por Ernest Theodore Hamy:

It is important to call attention to the fact that so far as possible the earliest maritime discoveries of both Spanish and Portuguese were kept secret by their respective governments. The original charts by the first explorers were protected under lock and key by the governmental officials; the penalty was severe for disclosing any information, and that given to inquiries was sometimes purposely incorrect. Pilots of important expeditions sent out by State were, however, exceptions to this rule and were allowed access to or given copies of such charts as were necessary for their purposes (17).

Lamentavelmente, poucos desses mapas sobreviveram, inclusive os trabalhos cartográficos portugueses, apesar da importância que detinham:

Few of the maps drawn by explorers have come down to us from the Great Age of Discovery. This is a reminder that a very large proportion of maps made before the middle of the 16th century have been lost and that generalization from the surviving examples is perilous... Yet (and this is perhaps the most striking and inexplicable fact of the history of cartography) only two complete Portuguese charts of the 15th century are known to survive (Leo Bagrow 105).

Ainda que Bagrow refira apenas duas cartas, Albuquerque calcula que serão cinco:

No entanto, se é inegável que a Cartografia do século XV se iniciou em data muito anterior a 1485, também é certo que foi sem dúvida bem mais numerosa que os escassos cinco espécimes dela sobreviventes parecem indicar (7).⁷

Podemos, pois, concluir que a cartografia da época em apreço era, regra geral, isenta, imparcial, no que respeita às questões políticas. Procurava acompanhar o ritmo galopante das expedições marítimas e, *grosso modo*, retratava os novos territórios com rigor científico. Resulta, igualmente, evidente que terão existido excepções, quer por via da inabilidade técnica no sistema da concepção das cartas, quer por via dos motivos políticos subjacentes à realização das mesmas. A cartografia poderia ser usada (e tê-lo-á, de facto, sido) enquanto instrumento político. De qualquer forma, a riqueza de pormenores e a crescente precisão da cartografia produzida neste contexto epocal atestam a sua gradual importância na esfera do Conhecimento, tornando o cartógrafo figura fundamental, e a sua arte e técnica factores indispensáveis para a evolução do Saber. Talvez por essa mesma razão podemos encontrar na arte pictórica indícios da progressiva importância da Cartografia, tal como na Literatura emerge a figura do embaixador e a arte

⁷ Armando Cortesão, na obra *Portugaliae Monumenta Cartographica*, apresenta um *fac simile* das duas cartas portuguesas que se conhecem do século XV. Convém, contudo, ter em conta que a investigação se trata de um processo em *continuum* e, tal como em 1968 se descobriu uma carta de Jorge de Aguiar, datada de 1492, na Universidade de Yale, outros espécimes semelhantes poderão reemergir (Albuquerque 1985:7).

de diplomacia. A este propósito, vejam-se as obras de Alejo Fernández, *Virgen de los Navegantes* (ca. 1531-36),⁸ e de Hans Holbein The Younger, *The Ambassadors* (1533).⁹

A primeira obra constitui a pintura central de um retábulo.¹⁰ Nela observamos a Virgem dos Navegantes, uma representação da Virgem Maria, como figura principal, cobrindo o rei D. Fernando e os exploradores espanhóis com o seu manto protector (Linda B. Hall 46, 217). É interessante notar que o artista retrata Américo Vesputio, o cartógrafo já mencionado. Segundo María García, Fernández reproduziu “algunos de los más ilustres personajes de la época” (16). Infere-se, portanto, a importância associada ao cartógrafo Vesputio, que surge incluído na mesma representação pictórica ao lado do rei e do explorador da América, Cristóvão Colombo.

Na tela de Holbein,¹¹ podemos observar como um dos vários detalhes incluídos pelo autor alude à arte dos cartógrafos. Assim, na prateleira inferior – cujos objectos remetem para a esfera terrestre, em oposição aos que representam a esfera celeste, perfilados na prateleira superior – os embaixadores guardam um globo. A investigação em torno do(s) trabalho(s) cartográfico(s) subjacente(s) à reprodução pictórica deste globo encontra-se sobejamente examinada. Presume-se que Holbein terá ajustado as fontes de forma a incluir a cidade francesa de Jean de Dinteville, Polisy, na superfície do mapa, conforme referem Dekker e Lippincott (93-98). Para efeitos da presente análise, importa notar como a Cartografia se encontra presente na tela de Holbein, mesmo que subtilmente, e esta, por sua vez, associada aos embaixadores. A inclusão da arte e do saber cartográficos emerge, pois, como significativa. Além disso, *The Ambassadors* capta a mundividência epocal, realizando a própria tela uma espécie de cartografia das mentalidades a partir de uma simbologia que preenche os silêncios. Encontramos os planos activo e contemplativo da existência humana reproduzidos por Jean de Dinteville, à esquerda, representante do poder temporal, e Georges de Selve, à direita, representante do poder espiritual. De facto, os vários planos da tela (esquerda/direita, superior/inferior) revelam, por um lado, o sucesso dos embaixadores e as conquistas do Homem, nomeadamente a exploração do mundo e do Conhecimento; por outro lado, os limites impostos à condição humana, nomeadamente pela inclusão do *memento mori* representado pelo crânio anamórfico (em baixo), bem como pelo crucifixo (em cima).

⁸ Veja-se o Anexo 2.

⁹ Veja-se o Anexo 3.

¹⁰ A obra encontra-se na Capela da Casa de Contratación, no Real Alcázer, em Sevilha.

¹¹ Parte da colecção da National Gallery, em Londres.

Não deixa, pois, de ser interessante notar como numa obra repleta de segredos e aparências encontramos a Diplomacia.

4. As Contendas em torno das Riquezas da Mina

4.1. Os Reinos Europeus

O ouro era abundante na Mina. Era, de facto, tão abundante que havia suplantado já o ouro da Guiné, e não havia dúvidas quanto ao interesse de Portugal em defender a sua conquista. Na crónica *Vida e Feitos d'El Rey Dom João Segundo*, Garcia de Resende relata:

Em vida d'el-rey Dom Afonso sendo ainda el-rey principe,
tinha já governança dos lugares dalem em Africa, e assi as
rendas e tratos da Mina e todo Guinee que então rendiam pouco; e
os trazia a esse tempo arrendados Fernan Gomez da Mina cidadão
de Lixboa que nelles ganhou muito dinheiro. E tanto que el-rey
reynou como muito prudente e muy astucioso, cuydando muitas vezes
o grande proveito que a elle e a seus reinos e naturaes recrecia
se naquella parte da Mina podesse fazer e ter hũa torre fortaleza onde
assentasse trato com muitas e boas mercadorias pera com ellas se
aver muito ouro como tinha por verdadeira enformaçam que ali se
vinha resgatar...
... determinou com hos do seu
conselho de fazer como fez aa cidade de Sam Jorge da Mina de que tanto
proveito a estes reinos recreceo...
... E porque em todo o Mar

Ouceano nam há navios latinos senam as caravelas de Portugal
E do Algarve, el-rey por ninguem ousar d'ir aaquellas partes, fez
crer a todos que da Mina nam podiam tornar navios redondos por
caso das correntes...
... e assi se fez com muito
segredo e grandes juramentos, e o ouveram tantos por tam certo,
que em vida d'el-rey sempre pareceo que os navios redondos nam
podiam vir de lá; e com ysto teve sempre a Mina muy guardada (32, 33).

Reinava em Portugal D. Afonso V, embora, conforme Paul Hair observa, fosse o futuro rei D. João II, à data ainda Infante, o responsável pela visão estratégica que África representaria para Portugal:

... from 1471 [Afonso “the African”] left Guinea affairs to his son, the future João II – seemingly the first Portuguese royal to recognise the worldwide implications of the Portuguese outthrust (10).

As queixas dos navegadores portugueses contra Inglaterra eram antigas. Já na década de 70 do século XV, em *Chronica d'El Rei D. Affonso V*, o cronista e diplomata Rui de Pina relata como os navios de corsários ingleses perturbavam as actividades comerciais portuguesas:

E n'este anno [1471] e assim no passado determinou El-Rei de passar em África... e estando El-Rei já casi prestes, foi certificado que doze náos grossas de seus reinos vindo em canal de Frandres foram tomadas, e suas mercadorias roubadas por Facumbrix, cosairo, capitão e sobrinho do conde Baroique, que a este tempo governava o reino de Inglaterra... E sobre os agravos e lamentações que os mercadores e povo d'estes reinos acerca dos seus damnos e perdas fizeram a El-Rei, elle teve logo conselho com os principaes de sua côrte... Dos quaes sustancialmente foi pela mór parte aconselhado, que a armada d'Africa que era voluntaria, e convertesse por

muitas razões esta contra os ingleses, que era obrigatoria e necessaria. E que fosse grossa e de muito boa gente, para que d'algum castigo, d'estes nascesse receio aos outros muitos, que a seus vassallos não fizessem no mar os males e damnos que cada dia e sem emenda lhe faziam... e procurou por embaixadas, que com pessoas d'autoridade a Inglaterra e a Borgonha muitas vezes depois enviou (57,58).

Como percebemos pelo relato, em épocas anteriores àquela aqui tratada, os reis portugueses reconheciam a importância incontornável da diplomacia, embora embrionária, na medida em que investiam em embaixadas especiais, ou seja, um enviado especial com uma missão específica. Assim que terminasse a missão, o enviado regressaria ao seu país, junto com a sua comitiva. Tal procedimento será abordado mais aprofundadamente no Capítulo II. No fundo, importa compreender que a diplomacia do século XVI terá funcionado de forma distinta daquela a que o cronista Rui de Pina se refere. Contudo, e para efeitos do nosso tema, sabemos que as disputas em torno dos territórios da costa ocidental africana ocupavam havia muito o palco dos acontecimentos, sendo que aos embaixadores portugueses na corte isabelina caberia o papel do último acto e do baixar do pano. Pelo menos, assim esperavam.

O número de Bulas que permanecem conservadas na Torre do Tombo confirma que os reis de Portugal procuraram garantir, desde o início, o domínio sobre os territórios recém-descobertos e as riquezas deles oriundas. A título de exemplo, logo em 1450, a Bula de Nicolau V, concede a D. Afonso V de Portugal e a seus sucessores (“*D. Alfonsus Rex et sucessores*”) todas as conquistas resultantes da Campanha do Infante D. Henrique (*Gavetas* 7:13.7). Em 1481, uma nova Bula, pela mão de Sisto IV, reitera o domínio de Portugal sobre “todas as ilhas e terra firme, assim descobertas como por descobrir, desde o Cabo Bojador e Cabo Não por toda a Guiné até à Índia e a jurisdição espiritual delas à Ordem de Cristo”¹² (*Bulas* 9:1). À época, os perigos vindos do reino inglês não eram comparáveis àqueles que eram impostos às caravelas portuguesas pelos vizinhos espanhóis. A Bula de Sisto IV pretende apaziguar a animosidade entre os Reis Católicos, Fernando II de Aragão e Isabel de Castela, e o rei de Portugal, D. Afonso V.

¹² Tradução do conteúdo da bula *Aeterni regis clementi* constante no instrumento de “transcrito reduzido em pública forma”, segundo a classificação da Torre do Tombo.

Portugal afastou também França das riquezas provenientes dos territórios em África. A Torre do Tombo guarda registos dispersos que comprovam tal facto. Por exemplo, a carta de um almirante francês de 1532, em resposta ao ofício do embaixador português em França, proibia qualquer navio da frota francesa de navegar até à Guiné e ao Brasil (*Corpo Cronológico* 1:49.32). Outro exemplo, de 1536, é da autoria do próprio rei de França, Francisco I, ordenando que se examinasse “sumariamente as tomadias e roubos feitos aos vassallos do rei de Portugal e lhas fazerem restituir, castigando os culpados como quebrantadores da paz” (*Corpo Cronológico* 1:57.94).¹³

Resultam evidentes os esforços do reino de Portugal em manter a uma distância segura outras coroas europeias que, ouvindo acerca das fortunas provenientes dos territórios sob domínio português, tudo faziam para extrair o quinhão possível. Se a campanha dos Descobrimentos havia sido longa e árdua, a manutenção das suas possessões trazia a Portugal preocupações extremas e despesas avultadas. Além da questão eminentemente política que forçava ao envio de embaixadas especiais a vários reinos e à Santa Sé, havia a questão – talvez mais directa e imediata – dos perigos advindos dos saques constantes às naus portuguesas. A Torre do Tombo guarda uma curiosa carta de 1532, na qual Francisco Pessoa, feitor em Málaga, apresenta ao rei a impossibilidade de fazer sair as suas naus, uma vez que a “armada do Barba Roxa” permanecia vigilante, à espera da oportunidade para saquear (“grande caque”)¹⁴ o “muito proveito de Vossa Alteza” (*Corpo Cronológico* 1:49.80). A prática de corso sofreria, de resto, variações e refinamentos, como confirmado pelo engrandecimento da figura do corsário no reinado de Isabel I, destacando-se Francis Drake.¹⁵

4.1 A Inglaterra anterior a Isabel I

No que respeita a Inglaterra, os monarcas que antecederam Isabel I haviam demonstrado, em múltiplas situações, a sua aquiescência quanto ao domínio de Portugal sobre os territórios na costa ocidental africana. Desde logo sabemos, a partir do

¹³ Tradução segundo a classificação da Torre do Tombo.

¹⁴ Ou seja, grande saque.

¹⁵ Também os irmãos Winter, aos quais se fará referência mais adiante.

levantamento realizado pelo historiógrafo real Thomas Rymer na sua vastíssima obra *Fœdera*, que o primeiro monarca da Dinastia Tudor, Henrique VII, fez passar, em 9 de Dezembro de 1502, uma Carta Patente a dois Ingleses naturais de Bristol, Hugo Elyot e Thomas Ashurst (“*Hugoni Elyot & Thomae Afhehurfte*”) e dois Portugueses naturais dos Açores, João Gonçalves e Francisco Fernandes (“*Johanni Gunfalus & Francisco Farnandus*”), concedendo-lhes poderes de navegação, descobertas, estabelecimento, posse e administração de territórios, sob uma condição, ou um impedimento:

Proviso femper quod de Terris, Patriis, Regionibus, five Porvinciis Gentilium aut Infidelium, per Subditos Cariſſimi Fratris & Confanguinei noſtri Portugalie Regis, feu aliorum quorum-cumque Principum, Amicorum, & Confœderatorum noſtrorum prius repertis, & in quarum Poſſeſſione ipſi Principes jam exiſtunt, ſe nullo modo impedian aut intromittant (1739: 186).

Henrique VII deixava, portanto, clara a restrição que se impunha à campanha marítima inglesa, a qual consistia em não lesar os territórios já descobertos pelo seu aliado e amigo rei de Portugal.¹⁶

Mais tarde, a 14 de Setembro de 1516, Henrique VIII escreveria a D. Manuel I acerca da grande campanha dos Descobrimentos portugueses, reconhecendo que, com enormes custos para a Coroa portuguesa e pela virtude dos reis de Portugal, a palavra de Deus estava a ser disseminada num mundo desconhecido, da costa do Grande Oceano até ao Mar Vermelho, e que novos reinos estavam a ser subjugados pelos monarcas portugueses. A carta deste icónico monarca de Inglaterra, escrita em latim, encontra-se incluída no vastíssimo espólio do *Corpo Cronológico* da Torre do Tombo. Nela, Henrique VIII recomenda ao seu aliado e amigo, D. Manuel I, os serviços do nobre cavaleiro inglês John Wallop, grande admirador dos feitos portugueses. O excerto que importa à presente análise refere o seguinte:

¹⁶ Na época, D. Manuel I, com quem Henrique VII havia ratificado o Tratado de Windsor, a 12 de Maio de 1499. O mesmo havia feito com D. João II, a 8 de Dezembro de 1489, seguindo o costume dos reis que o antecederam (*Cotton MS Nero B.1. f. 64*).

*Magnis dispendis, magnaue suorum virtute, ignotum antea orbem adaperuit, et vitricia Domini Dei nostri signa per eadem Vestram Serenitatem, immenso Oceani littore regnis ac populis subactis, ad Rubrum usque mare perlata fuisse cognoverit (Corpo Cronológico 1:20.99).*¹⁷

Henrique VIII, ainda longe de prever o cisma religioso que o iria separar irreversivelmente de Roma, admitia os feitos da campanha dos Descobrimentos portugueses no que respeitava à disseminação da fé cristã, confirmando ser um homem de fé e defensor da crença católica. O monarca inglês refere, de forma clara, os reinos e os povos subjugados por “Vossa Serenidade”, assumindo o domínio de Portugal sobre os territórios descobertos pela coroa portuguesa. Deste modo, as palavras de Henrique VIII confirmam aquelas que haviam sido escritas pelo próprio D. Manuel I ao Papa Leão XIII, a 8 de Junho de 1513, notificando-o acerca da conquista e do estabelecimento de Afonso de Albuquerque na Península de Malaca e da disseminação da religião cristã naqueles territórios (*Cotton MS Nero B.1. f. 69*). Importava, sem dúvida, obter a bênção e a aprovação de Roma quanto à clarificação dos direitos de domínio sobre os territórios descobertos, e, neste caso, a referência à evangelização dos povos gentios reforçaria os propósitos religiosos que preocupavam também os monarcas católicos.

Mais tarde, em 1542, o embaixador português em Londres, António Marques, informou o seu soberano sobre um novo pedido de Henrique VIII, no sentido de obter permissão para que alguns dos súbditos ingleses acompanhassem os Portugueses na sua missão a Calicut (hoje Kozhikode), Índia (*Cotton MS Nero B.1. f. 74*; Santarém 1865b:LIV). O fascínio pelo Oriente havia tomado de assalto os monarcas da Europa, deslumbrados pelo exotismo da fauna e da flora, das construções arquitectónicas, dos povos e das culturas, tal como é possível depreender através do já mencionado *Atlas Miller*, de 1519, o qual representa o Oceano Índico, a Arábia, a Índia e o Norte da Sumatra. Esse mapa, contemporâneo de Henrique VIII, oferece a peculiaridade acima referida que iria servir a causa portuguesa no futuro: a bandeira de Portugal encontrava-se colocada sobre os seus domínios. Contudo, a questão da legitimidade portuguesa em

¹⁷ Tradução para português em colaboração com o investigador da Universidade do Minho, João da Costa Peixe: “Com grandes despesas, pela sua virtude, [ele] abriu um mundo antes desconhecido, e [ele] tenha sido informado que os sinais da Criação de Deus Nosso Senhor terão sido levados/anunciados a reinos e povos subjugados por Vossa Serenidade no litoral do imenso Oceano até ao Mar Vermelho.”

reclamar a supremacia sobre os territórios por si descobertos só mais tarde seria questionada por Inglaterra, uma vez que Henrique VIII cumpriu os procedimentos convencionados na época, solicitando junto da coroa portuguesa a necessária autorização para que os Ingleses pudessem desenvolver actividades comerciais naqueles territórios.

Também Maria Tudor reconheceria os direitos de Portugal sobre os territórios alcançados pelos Descobrimentos. Em 1556, o embaixador de Portugal em Inglaterra, Diogo Lopes de Souza, apresenta várias queixas à monarca quanto à ilegalidade do comércio inglês no Cabo da Guiné e na Costa da Mina. Por sua vez, Maria Tudor proibiu os seus súbditos de negociar, directa ou indirectamente, nos territórios portugueses, quer em África, quer na América do Sul. Em caso de desobediência, os navios ingleses seriam apreendidos e a sua carga confiscada, com pesadas consequências para a tripulação, sobre a qual pendia a pena de prisão, em nome do interesse da longa relação de amizade entre os soberanos de Portugal e Inglaterra (*Cotton MS Nero B.1. f. 75*).

A 19 de Maio de 1556, Maria Tudor escreve duas cartas aos reis portugueses, as quais se encontram no acervo da Torre do Tombo: a primeira é destinada a D. João III, a quem a monarca se dirige por “Sereníssimo Muy Alto y muy Poderoso Principe my muy Caro y muy amado Tio” (*Gavetas 2:6.1*); a segunda é dirigida à rainha de Portugal, Catarina de Áustria, ou de Habsburgo,¹⁸ e sobrinha de Catarina de Aragão, mãe de Maria Tudor. Nesta sua missiva, Maria Tudor mantém uma cordialidade afectuosa: “Sereníssima my Alta e muy poderosa Princesa... muy cara y muy amada Tia” (*Gavetas 2:6.4*). Ambas as cartas recomendam o embaixador português em Inglaterra, Diogo Lopes de Souza, a quem Maria Tudor incumbe de relatar “las cosas que han passado” (*Gavetas 2:6.1.1*):

Y por que el Dito Diego Lopez aviendo estado presente y visto do que aquí se ha tratado assi tocante a lo de los Mercadores deste Reyno que armavam para la Mina como en lo demás, le podra dar particular noticia de lo que quixere entender, me remito a su relación (*Gavetas 2:6.4.1*).

¹⁸ Filha do casamento de Filipe, rei de Castela e arquiduque da Áustria, conhecido como ‘O Belo’, e de Joana, de cognome ‘A Louca’ (Bernardo da Cruz 5). Por sua vez, Joana de Castela e Catarina de Aragão eram irmãs, ambas filhas dos Reis Católicos.

Maria Tudor confiava na seriedade do embaixador português, dando-lhe autonomia para informar os seus soberanos do que entendesse necessário, abonando tal voto de confiança a favor do carácter de Diogo Lopes de Souza. Por outro lado, não avançar qualquer dado mais específico em nenhuma das cartas quanto à situação sensível da Mina significava, igualmente, que a rainha de Inglaterra tudo havia feito para satisfazer os pedidos que lhe haviam chegado de Portugal, no sentido de pôr fim ao comércio ilegal dos Ingleses em territórios portugueses. De facto, Maria Tudor declara a D. João III:

... y si por aca podere yo en algo complazer a V. Al: le ruego me lo haga saber, que puede ser cierto lo hare de tan entera voluntad quanto a ello me muebe el deudo y buena amistad que entre nos otros ay (*Gavetas* 2:6.4.1).

Verifica-se que, até ao reinado de Isabel I, os monarcas que a antecederam demonstraram o reconhecimento e a aceitação do domínio português sobre os territórios em África. De acordo com as premissas veiculadas por Santarém, este reconhecimento servia como uma espécie de autorização histórica em relação à matéria do direito de prioridade de um dado reino sobre um determinado território (1855:4). Como veremos, Isabel I pensava de forma distinta de seus avô, pai e irmã. Foi, como sabemos, diferente de todos eles em variadíssimos planos, incluindo nas relações internacionais,¹⁹ defendendo de forma absoluta os interesses do reino e dos súbditos. Tal atitude granjear-lhe-ia um lugar único na história de Inglaterra, mas fá-la-ia entrar em confrontos com o rei de Portugal, D. Sebastião, conforme comenta Santarém:

As causas destes desastrosos e longos conflictos forão as viagens clandestinas dos Inglezes ás conquistas de Portugal na África contra os direitos da Corôa Portuguesa.

¹⁹ Apesar de se tratar de um termo cunhado no século XVIII, a opção do uso do mesmo justifica-se por razões que remetem para o amplo reconhecimento da crescente evolução do conceito mais restrito ‘Lei das gentes’. De acordo com *Online Etymology Dictionary*, o termo ‘internacional’ foi cunhado por Jeremy Bentham em 1780, a partir da evolução do conceito de lei das gentes. De facto, em *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, o autor observa: “The word international, it must be acknowledged, is a new one; though, it is hoped sufficiently analogous and intelligible. It is calculated to express, in a more significant way, the branch of law which goes commonly under the name law of nations: an appellation so uncharacteristic, that, were it not for the force of custom, it would seem rather to refer to internal jurisprudence... what is commonly called droit des gens, ought rather to be termed droit entre les gens” (296).

Todas as nações marítimas haviam respeitado a nossa jurisprudência colonial até á segunda metade do seculo XVI, que prohibia aos estrangeiros navegarem para as conquistas que os Portuguezes tinham feito nas diversas partes do Globo, mas nesta época as grandes riquezas que os Portuguezes tiravam do commercio que fazião na África occidental principalmente na Costa da Mina excitáão sobre tudo a inveja e a cobiça dos Inglezes (Santarém 1865b:LXXXIX).

5. A Desarmonia entre Isabel I e D. Sebastião

A 11 de Junho de 1557 morre D. João III, tendo sido sucedido por D. Sebastião, seu neto. Já na época, a sociedade e a monarquia portuguesas se angustiam em torno da sucessão e da ameaça da União Ibérica, tema que será retomado no Capítulo III.

D. João III, casado com D. Catarina da Áustria, havia tido dez filhos (nove dos quais legítimos), mas sobreviveu a todos eles. O único descendente de D. João III – pelo casamento do filho, Infante D. João, com D. Joana (filha do Imperador Carlos V) – foi o seu neto D. Sebastião, que nasceu já após a morte do pai, em 1554. Tendo em conta a menoridade do herdeiro, a avó, D. Catarina, e o tio, o cardeal D. Henrique, assumiram a governação,²⁰ até D. Sebastião chegar aos 14 anos de idade e assumir ele próprio o comando, no ano de 1568:

... sendo já el Rei dom Sebastiam de idade de quatorze anos, e cujo entendimento estava amadurado com prudencia para reger seus reinos e com exercícios de virtude pera não temer delle cousas indignas de um rei de considerado conselho, lhe entregou [o Cardeal D. Henrique, seu tio] o governo e cetro publicamente, sendo a estes actos chamados todos os

²⁰ No entanto, tal governação partilhada não esteve isenta de incidentes, tendo em conta a disputa entre ambos em torno de quem deveria, de facto, comandar os destinos do reino (Bernardo da Cruz 10; 15-19).

senhores e prelados, na qual entrega o Cardeal, em escrito e por palavra, se descargou de todas as cousas do governo (Bernardo da Cruz 18,19).

A exposição do contexto político português aquando da subida ao trono de D. Sebastião justifica-se pelas semelhanças que se podem estabelecer com Inglaterra. Ambos os reinos sofriam, em virtude da fragilidade das suas linhas sucessórias. D. Sebastião terá sido “O Desejado” logo desde o início e não apenas depois do seu desaparecimento na Batalha de Alcácer Quibir, afastando com a sua presença a ameaça espanhola ao trono português.

Por seu turno, o cenário em Inglaterra não era muito diferente. A Dinastia Tudor, que se impôs aos Ingleses após a morte em batalha do último monarca Plantageneta, Ricardo III, em Bosworth, no ano de 1485, albergava fragilidades de legitimidade desde a sua formação. Essas fragilidades agudizaram-se à medida que os monarcas da Dinastia Tudor se sucederam e a 3ª geração – quer com Eduardo VI, quer com Maria Tudor – não havia conseguido um herdeiro. A ascensão de Isabel I ao trono, em Novembro de 1558, despertava uma nova esperança. Os jovens monarcas Isabel e Sebastião personificavam, pois, a continuidade da soberania dos respectivos reinos e partilhavam, além disso, uma ameaça comum: Filipe II de Espanha. E apesar dos factores que os aproximavam, seriam eles os protagonistas da maior disputa que opôs Portugal e Inglaterra no decorrer dos anos que partilharam, enquanto monarcas. Conforme observou Santarém, foram os 20 anos “mais hostis entre os dois paizes” (1865 b:LXXXVIII).

5.1. João Pereira Dantas

A primeira carta entre os dois monarcas de que há registo data de 26 de Janeiro de 1559 e encontra-se nos *National Archives*, em Londres. D. Sebastião assume a autoria de uma missiva com tonalidade muito cordial, inclusive afectuosa. Haverá que considerar que D. Sebastião tinha, à época, 5 anos, pelo que a carta credencial foi certamente redigida

pelos seus representantes na governação (D. Catarina/cardeal D. Henrique).²¹ De forma a facilitar a leitura da missiva, a opção recaiu na modernização da grafia e da pontuação, mantendo, no entanto, a estrutura linguística do documento original, de forma a preservar o seu valor semântico. D. Sebastião dirige-se a Isabel I nos seguintes termos:

Muito Alta e Muito Poderosa Princesa e Irmã, Eu, Dom Sebastião, por Graça de Deus Rei de Portugal... mando D. João Pereira [Dantas] para, da minha parte, vos visitar do falecimento da Rainha de Inglaterra, minha Tia, e dizer o grande contentamento que recebi de saber que ficastes por Rainha e Senhora desse Reino e estaríeis em posse dele com muita paz e conformidade de todos os naturais do dito Reino e conforme a amizade que sempre houve entre os Reis destes Reinos com os desse. Afectuosamente vos rogo que o queirais ouvir e dar inteiro crédito no que acerca disso de minha parte vos disser. E em mui singular prazer o receber. E de vós, mui Alta e mui Poderosa Princesa Irmã, nosso senhor haja sempre vossa pessoa e real estado em sua santa guarda. Escrita em Lisboa, de 26 de Janeiro de 1559 (SP 70/2 ff. 61,62).

A 15 de Abril de 1559, Isabel I escreveu a D. Sebastião, agradecendo não só as missivas do rei, recebidas por intermédio do embaixador em Londres, João Pereira Dantas,²² mas também afirmando que iria retribuir a bondade demonstrada pelo monarca português (*CSP Foreign Eliz.* 1:533).²³ Auguravam-se, pois, relações auspiciosas entre os dois países.

²¹ Isabel I responde não só ao rei, D. Sebastião, mas também a D. Catarina, a 15 de Abril do mesmo ano: "The Queen to Catherine, Queen of Portugal". Por se tratar de um manuscrito em latim, a inscrição no *Calendar of State Papers* sumaria a carta da seguinte forma: "John Pereira, the servant of the King of Portugal, has presented to the writer the letters, dated at Lisbon 26 Jan., addressed to her by the Queen of Portugal. The messenger and the letters were most welcome, and she listened to the one and read the other with the utmost satisfaction, since they both expressed so much kindness. She, for her part, will take advantage of every opportunity of testifying her friendship. —Westminster, 15 April 1559" (*CSP Foreign Eliz.* 1:536; MS Royal 13 B.I fol. 5). "Elizabeth: April 1559, 11-20." *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 1, 1558-1559.* 210-222. [British History Online](http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol1/pp210-222). 08.04.2017 <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol1/pp210-222>>.

²² Segundo o costume, os monarcas escreviam aos seus homólogos, felicitando-os pela coroação. Para a entrega de tal correspondência era enviada uma embaixada especial ou, existindo embaixador no país, recorria-se a este, conforme abordado no Capítulo II.

²³ *CSP Foreign*, "Elizabeth: April 1559, 11-20". [British History Online](http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol1/pp210-222). 20.09.2016. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol1/pp210-222>>.

Porém, tal não se confirmaria. De facto, a corte portuguesa recebeu uma carta do seu embaixador em Espanha, Francisco Pereira, escrita poucos dias depois da missiva de Isabel I referida acima, alertando para a necessidade de cautela em relação aos Ingleses:²⁴

Não será esta [carta] para mais que... para o avisar que me Ruy Gomes deu de Ingraterra. Por amor de Deus que não peçamos sempre esmola, porque desde que cá estou nunca outra cousa fiz senão pedir cartas de favor para ofensas recebidas de que no-las quer fazer. Se lhes mostrássemos os dentes, um dia a franceses e a ingleses, por ventura que seríamos melhor louvados. Ordene vossa mercê a isto como seja serviço d’el rei, nosso senhor. Porque eu estou com tamanha coragem que não seja mais digno. Mas sei muito bem que nunca ao reforço desajuda a fortuna (*Corpo Cronológico* 1:103.61).

Informações partilhadas entre embaixadores, enviados especiais e outros altos representantes da Corte permitiam a construção de uma cartografia das mentalidades; ou seja, um determinado conjunto de ideias subjacentes às representações eram feitas acerca dos monarcas estrangeiros e das suas cortes e eram depois transmitidas ao soberano e difundidas pela corte. Assim, com base nos avisos de Ruy Gomes,²⁵ o embaixador português em Espanha depressa acautelou a sua corte em relação aos Ingleses. Não eram os únicos a quem Francisco Pereira se referia, mas para a presente análise permanecem como foco do nosso interesse. Acreditava, pois, o embaixador português que a atitude subserviente com que tratávamos com os Ingleses era, de alguma forma, humilhante. No seu entender, urgia alterar comportamentos. O próprio embaixador encontrava-se já num estado em que temia fazer algo indigno, tal era a sua revolta. Qualquer ajuda seria bem-vinda, no sentido de defender a Coroa portuguesa do ataque de Ingleses e Franceses cujos navios “*infestavam*” os mares e cujas empresas “*atrevidas*” perturbavam o enriquecimento do reino português, conforme Santarém indica (Santarém 1865b:XC):

²⁴ Uma vez mais, e de forma a facilitar a leitura, a opção recaiu na modernização da grafia e da pontuação, mantendo, no entanto, a estrutura linguística do documento original.

²⁵ Ruy Gomes da Silva era um nobre português que servia Filipe II, chegando a ser um dos seus principais conselheiros e ministros. Acompanhou o então príncipe de Espanha a Inglaterra, em Julho de 1554, e aí permaneceu por algum tempo. As suas observações eram, pois, baseadas (também) na sua própria experiência com os Ingleses (James M. Boyden 40-46).

O exemplo que a Nação Portuguesa tinha dado a toda a Europa, estimulou a França e a Inglaterra a emprenderem viagens remotas aos mesmos paizes de que os Portuguezes e Hespanhoes tiravão tamanhos proveitos (Santarém 1865b:LXXXIX).

5.2. Manoel d'Araújo

Nas cartas dirigidas a D. Sebastião e D. Catarina atrás mencionadas, Isabel I havia afirmado que iria valer-se de todas as oportunidades para provar a sua amizade para com Portugal, referindo o desejo de retribuir a amabilidade demonstrada pelo governo luso.²⁶ Contudo, não iria demorar muito até que o enviado português, Manoel d'Araújo, percebesse que os súbditos de Isabel continuavam a desenvolver as actividades comerciais em territórios portugueses na costa africana, navegando águas que pertenciam ao domínio de Portugal. Os corsários ingleses causavam prejuízos incalculáveis aos cofres da coroa portuguesa, devastando a economia de forma crescente. Manoel d'Araújo suspeitava que a própria rainha protegia e patrocinava a actividade ilegal da pirataria. De facto, estas incursões seriam já um vislumbre da oposição ao instituído *Mare Clausum*, defendido por Portugal e Espanha e ratificado por Roma, que várias coroas da Europa acabariam por consolidar mais tarde, nomeadamente a Holanda, no trabalho de Hugo Grócio, intitulado *Mare Liberum* (Ram Prakash Anand 99-110).²⁷

²⁶ Conforme consta na inscrição resumida da carta dirigida a D. Sebastião: “Thanks him for the kindness... which she will be happy to reciprocate”. Quanto à carta para D. Catarina, na informação abreviada da missiva lê-se: “She [Elizabeth], for her part, will take advantage of every opportunity of testifying her friendship” (CSP Foreign Eliz. 1:533, 536). CSP Foreign, “Elizabeth: April 1559, 11-20”. British History Online, 24.09.2016. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol1/pp210-222>>.

²⁷ No fundo, Portugal e Espanha defendiam o modelo tradicional de “mar fechado” ou *Mare Clausum*, na esteira da *res publica christiana* e do sucedido aquando da hegemonia do Império Romano sobre o Mar Mediterrâneo. Os restantes países europeus foram consolidando a defesa da liberdade de navegação, ou *Mare Liberum*, tendo em conta a conjuntura da época e as vantagens que a mudança de paradigma traria ao desenvolvimento do comércio marítimo internacional. Não deixa de ser interessante notar que John Selden, erudito e jurista inglês ao serviço de Carlos I, publica em 1637 *On the Dominion or Ownership of the Sea*, defendendo expressamente: “your [the Parliament of the Common-wealth of England] Right of Sovereignty over the Seas, by the clearest evidences of Reason, and Record of all Antiquitie” (A2).

Assim, Manoel d'Araújo apresenta um conjunto de reclamações à corte isabelina, no início de Abril de 1561,²⁸ cujos originais em latim foram traduzidos por William Cecil e cujas entradas no *Calendar of State Papers Foreign* resumem o conteúdo da seguinte forma:

1. Many Portuguese ships having been seized by the English, who have gone so far as to sell the crews to the Moors, the King of Portugal desires that these proceedings may be stopped.
2. Whereas certain of the Queen's subjects trade to Myne, Oran, Manigette, and other Moorish provinces, the right of trading to which belongs to the Portuguese, and has never been infringed by any Prince of Christendom; his master desires that the Queen will forbid them for the future from doing so.
3. Desires that certain Scots, who under pretence of letters of marque plunder his subjects, may be forbidden to bring their prizes into English ports (SP 70 ff. 25-27).

O conteúdo das missivas de Isabel I aos monarcas portugueses não coincidia com a sua atitude face às queixas do reino, cuja bondade e amizade afirmava querer retribuir. Os súbditos ingleses e escoceses mantinham a navegação em mares portugueses, prosseguindo paralelamente com as trocas comerciais em territórios como a Mina. Para além das referidas reclamações, Manoel d'Araújo apresentaria, de igual modo, as solicitações do seu soberano:

1. That proclamation be made that none of the English should molest the subjects of the King of Portugal on the sea or in their harbours.
2. That the English be prohibited from trading to any of the regions conquered by the King of Portugal on pain of death and confiscation of goods.

²⁸ Sobre a datação deste documento veja-se nota 30.

3. That the Scots should not be allowed to plunder the Portuguese vessels near the English coasts.
4. That these three articles be contained in letters patent under the Great Seal, and be published in all the ports.
5. That a copy of the said letters patent, signed by two notaries public, may have the same force as the letters themselves (SP 70 ff. 25-27).

A missão deste enviado consistia, portanto, numa difícil tarefa. Solicitar a aplicação da pena de morte a súbditos ingleses que de forma ilegal mantivessem o comércio em terras de Portugal parece evidenciar a exaustão que permeava a corte portuguesa quanto a esta matéria. Por outro lado, tal conjunto de reclamações e solicitações, bem estruturadas e consistentes, revela de igual modo que Portugal se mantinha atento e não pretendia ceder espaço a um reino que insistia em manter uma certa duplicidade quanto às relações internacionais. Aliás, o documento original contém uma nota marginal à esquerda, no segundo parágrafo (que equivale ao ponto 2), ao referir o rei de Portugal, acrescentando “*Minæ, Mingetæ, et Brasiliæ*” (a saber, Mina, Malagueta²⁹ e Brasil), sem dúvida enfatizando a grandeza portuguesa e remetendo, simultaneamente, para uma certa precisão geográfica dos locais a evitar pelos Ingleses. O facto de Portugal manter embaixadores residentes em Londres, ou mesmo solicitar a enviados especiais que se deslocassem amiúde a Inglaterra, permitia o fluxo contínuo de informação e esta, por sua vez, a pressão política que Portugal apresentava agora à corte isabelina.

Uma das responsabilidades dos embaixadores portugueses em Inglaterra era monitorizar os portos, recolher informação relativa aos nomes dos navios (e seus comandantes) que navegavam de e para os portos ingleses, bem como coligir provas detalhadas das rotas e carga dessas navegações. Assim, em pouco tempo haviam já sido recolhidas provas suficientes que questionavam os propósitos e as atitudes da rainha.

Isabel I responde ao enviado português a 8 de Abril.³⁰ O conteúdo dessa resposta revela argúcia, determinação e coragem políticas, bem como a permanente preocupação

²⁹ Hoje Libéria. Sobre a origem e evolução toponímicas, bem como a demarcação geográfica da Costa da Malagueta, veja-se *Memórias sobre a influência dos descobrimentos dos portugueses no conhecimento das plantas: Memória sobre a malagueta*, de Conde de Ficalho (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945).

³⁰ Não havendo data específica a acompanhar a exposição do embaixador, a resposta da soberana auxilia a datação da missiva de Manoel d'Araújo, tal como informação dos arquivos: “*before 8 April*” (SP 70 ff. 25-27). Daí a referência ao início do mês de Abril que acompanha a análise das queixas apresentadas pelo embaixador português.

em defender e proteger os seus súbditos. A tradução do latim original, da autoria de Cecil, mantém-se conservada nos *National Archives* e resume-se conforme segue:

1. In answer to the first Article of this complaint, if any of her subjects can be proved guilty of the crimes laid to their charge, they shall be punished. The Queen has at great expense equipped vessels against the pirates, whilst no other Princes have done the same, but rather abetted them by allowing them to enter their ports.

2. To the second Article, the Queen does not acknowledge the King of Portugal's right to forbid the subjects of another Prince from trading where they like, and she will take care that her subjects are not worse treated in the King of Portugal's dominions than his shall be in hers.

3. To the third Article, as the Scots are not esteemed as pirates in their own country, she cannot exclude them from her harbours without breaking the amity now existing. She will, however, forbid, under heavy penalties, any of her subjects from assisting them in their depredations on the Portuguese (SP 70/25 fol. 29).

Inglaterra era agora governada por uma mulher com perspectivas bem diferentes das de Maria Tudor no que respeita a muitas matérias, nomeadamente às relações anglo-portuguesas. Isabel não demonstra qualquer sinal de recuo perante a pressão lusa; pelo contrário, jamais refere a morte como punição dos seus súbditos e, num tom algo provocador, informa o rei de Portugal que não lhe reconhece legitimidade para proibir os súbditos de outros reinos de navegar e comerciar onde entendessem. Mais ainda, Isabel devolve a pressão que lhe havia sido dirigida: os Portugueses seriam tão bem tratados em Inglaterra conforme os Ingleses o fossem nos domínios de Portugal. O pequeno reino insular ameaçava a grande potência dos Descobrimentos; ou seja, o paradigma de amizade que havia ligado Portugal e Inglaterra durante séculos tinha sido alterado por esta jovem monarca. Portugal teria, pois, de reajustar rapidamente a cartografia das mentalidades tecida em torno do reino inglês. As peças reposicionavam-se agora de forma muito diferente no tabuleiro político e económico anglo-português, e a rainha parecia ganhar um protagonismo que não havia sido previsto.

Portugal mantém, contudo, a coacção através da figura de Manoel d'Araújo, o qual apresenta novas reclamações, semelhantes às anteriores, no dia 20 desse mesmo mês de Abril (SP 70/25 ff. 83-85). Isabel reagiu prontamente. Proclamou um salvo-conduto, quatro dias depois, declarando que não seria aceite qualquer interferência por parte dos Ingleses em relação ao comércio português em territórios do Norte de África (SP 70/25 ff. 93,94). Nesse mesmo documento, a rainha adianta que os seus súbditos não tinham autorização para viajar até aos domínios portugueses em África, nem se deveria providenciar qualquer ajuda aos corsários escoceses que roubavam mercadorias às caravelas portuguesas, com o fim de as venderem nos portos ingleses. Além disso, Isabel I demonstrou que desejava manter a aliança de amizade com o monarca português, conforme carta enviada a D. Sebastião, também datada de 24 de Abril, na qual refere as várias audiências com o embaixador português “*Emanuelem Daranjum*”, cujas exigências haviam sido concedidas (SP 70/25 fol. 91). No dia 30 de Abril, a monarca dá instruções ao *Lord Admiral*, Edward Fiennes de Clinton, para fazer cumprir a restrição de qualquer viagem “into Africa or Myna, or such like places” (SP 70/26 fol.3). Contudo, as ordens da soberana não foram cumpridas, pelo que cedo tanto o embaixador português na corte isabelina, como o reino de Portugal compreenderam quão habilidosamente Isabel Tudor dominava a linguagem ambígua da diplomacia política.

Manoel d'Araújo havia saído de Inglaterra em 1561, após o já referido salvo-conduto publicado por Isabel I, o qual parecia dar motivos para que Portugal pudesse considerar bem-sucedida a missão do seu enviado, dando-a por terminada. Talvez por essa mesma razão, não haja registo de ter sido destacado um embaixador para Inglaterra imediatamente após a saída de Manoel d'Araújo.

Deve considerar-se ainda que a rede de informações não dependia apenas dos enviados diplomáticos (como se verá no Capítulo II), sendo muitos os que trabalhavam como agentes e informadores. Além disso, durante este período, a correspondência diplomática aumentou substancialmente, não só devido à troca de missivas entre embaixadores, mas também devido ao aumento do número de cartas enviadas pelos embaixadores aos soberanos. Esta ampliada rede de correspondência iria resultar, em última análise, numa vasta troca de informações secretas (*intelligence*), com enormes benefícios políticos.

Como exemplo de tais procedimentos diplomáticos, os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo preservam alguns manuscritos paradigmáticos. Consideremos, pois, a

correspondência de Álvaro de la Quadra, o qual se encontrava em Londres ao serviço de Filipe II e que poderia contar-se entre os vários agentes de informação ao serviço de Portugal.³¹ Escreveu de la Quadra a D. Sebastião, em 25 de Novembro de 1561, o seguinte:

A xvi deste recebi uma carta de V. Alt.^{za} de xxv del passado com otras para la Reyna de Inglaterra y para algunos de su consejo sobre el negocio dela navegacion de Ethiopia a la qual visto lo que V. A. me mandava de su carta y hable en conformidad de lo que se me ordenava... assi como pienso que aura visto lo que de parte de la dicha reyna se me respondio en su consejo por un escrito del qual he enbiado traslado a Don Juan Pereyra, Embaix.^{or} de V. Alt.^{za} en Francia... Lo que devo dizir es que a mi parecer ninguna cosa bastava a remover a los deste consejo por agora de la opinión que tenen de que estas demarcaciones y repartimento no pueden aver dado mas dominio de quanto ha podido ocuparse, y que en lo que non esta conquistado pueden yr ellos y quien quiera, y... sobre la patente que llevo Manuel de Araujo es que ellos por dominio entienden solamente lo conquistado ; y no quieren admitir que V. A. pueda prohibir el comercio en lo que no esta conquistado. La qual opinion naçe de no querer aprobar la potestad del Papa de la qual sola piensan que procede el derecho destas conquistas (*Corpo Cronológico* 1.105:63).

A carta de Álvaro de la Quadra constitui um olhar bastante claro e revelador sobre o passado. O simples facto de ser suficientemente minucioso ao referir as datas em que recebeu e enviou cartas e se estas eram, por sua vez, respostas a cartas anteriores permite-nos compreender que passara um mês desde o dia em que a carta foi redigida até chegar ao seu destinatário.³² Ademais, ter de la Quadra sido incumbido de entregar cartas de D. Sebastião a Isabel I e a membros do seu Conselho confirma a orientação da política externa da regência de D. Catarina, em linha de continuidade com a política de D. João III, segundo a qual a identificação com a política externa espanhola garantiria a Portugal

³¹ Álvaro de la Quadra, bispo de Aquila, encontrava-se envolvido numa situação política complexa que resultaria no desfavor de Isabel I e no final da sua missão em Londres. O enquadramento político-religioso subjacente à situação de Álvaro de la Quadra será abordado no capítulo seguinte.

³² Sobre esta característica da correspondência espanhola, facilitadora do olhar contemporâneo sobre o período em apreço, apresentar-se-ão vários exemplos no Capítulo II.

o benefício de se ver incluído nas negociações internacionais, dispensando-se múltiplos contactos directos. No entanto, uma vez que Portugal era ainda um reino soberano, com política externa autónoma, podemos concluir que de la Quadra representaria os interesses de Portugal de forma oficiosa e contribuía para a amplificação da rede de informação diplomática. Outro dado significativo consiste na referência a João Pereira Dantas, o anterior embaixador de Portugal em Inglaterra: o facto de Álvaro de la Quadra trocar correspondência com este embaixador, à época destacado em França, surge como mais uma prova de como a informação fluía e quão alargada era a rede da correspondência trocada. Mesmo tendo sido destacados para um posto diferente, ao serviço de uma missão distinta, nada era estanque na política e na diplomacia, pelo que os embaixadores continuavam a partilhar informação e a actualizar-se reciprocamente quanto à situação dos assuntos de Estado. Este seria um contributo suplementar para a construção das cartografias das mentalidades e para o desenvolvimento da Diplomacia.

Além disso, de la Quadra apresenta, de forma muito clara, a sua própria interpretação da rainha e do seu Conselho quanto ao assunto de Portugal: em Inglaterra não se compreende a designação ‘domínio’ como em Portugal (pelo menos, não ainda). Para os Ingleses, domínio deveria ser acompanhado por conquista, ou seja, ocupação. Deste parecer resultou, também, a campanha portuguesa de construção de fortificações e outros edifícios que (de)marcassem os seus territórios. Os Ingleses consideravam que se as terras não estavam conquistadas, uma vez que não se encontravam ocupadas, qualquer indivíduo ou reino tinha o direito de as ocupar e aí comerciar. Por último, não podemos deixar de fazer referência à questão religiosa, sempre presente: para o reino que rompeu com Roma e que vivia agora em pleno contexto do Compromisso Isabelino, o reconhecimento da autoridade papal em certificar, aclamar e circunscrever as conquistas portuguesas (ou outras) resultava inaceitável.³³

Naturalmente que devemos considerar ainda o autor do manuscrito, a fé que professava e a sua carreira política e religiosa. Álvaro de la Quadra mesclava, de forma habilidosa, as questões do poder temporal e do poder espiritual, e apresentava o seu ponto de vista ao monarca português, também ele católico. Em última análise, apelava à fé do rei para contextualizar a questão das navegações ilegais dos Ingleses, num quadro de uma sociedade cujo credo emergente acabava por questionar a mundividência em vigor. E, tal

³³ Tal como contestavam a já referida convenção em torno dos mares – *Mare Clausum* – que recolhia, igualmente, a aprovação papal.

como sabemos, a ordem natural remetia para uma concepção singular do universo, segundo uma hierarquia rigorosa, herdada e aperfeiçoada pelo homem do Renascimento: *the great chain of being*.³⁴

Álvaro de la Quadra continua a sua missiva dando informações mais particulares ao rei de Portugal: 20 dias antes, várias naus inglesas haviam partido com cinco naus francesas, às quais se iriam juntar mais embarcações; transportavam muita gente, muitas armas e materiais de construção, os quais, segundo o autor, deveriam servir o objectivo “de edificar” (*Corpo Cronológico* 1:105.63). O embaixador refere que muito lamenta não ter conseguido remediar esta situação, não só pelo seu desejo pessoal em servir o rei de Portugal, “a quien devo y deseo obedecer y servir como al Rey mi señor próprio siendo una misma cosa”, mas também pelo desejo do próprio Filipe II: “a quien esto tocca comunmente” (*Corpo Cronológico* 1:105.63). Tudo indicava, portanto, que a aplicabilidade do salvo-conduto da rainha de Inglaterra não vigorava. As embarcações continuavam a zarpar dos portos ingleses, rumo aos domínios portugueses, sem quaisquer punições. Aliás, logo depois, a 20 de Dezembro de 1561, de la Quadra escreve à Infanta Maria de Portugal, mais tarde duquesa de Parma:³⁵

En Abre de Grace se arman ocho naos, con nombre de yr al Brasil, por el Cavallero Villaganon. Las 4 que foran de aquí para Guinea con otras 4 o cinco francesas que aviam salido adelante son vueltas con tormenta a esta isla (*Corpo Cronológico* 1:105.80).

Álvaro de la Quadra informa que as naus voltariam a partir com o objectivo de assaltar as caravelas vindas da Guiné ou do Perú, não obstante se encontrarem atracadas nos portos de Bristol e Portsmouth devido aos estragos causados pela tempestade (*Corpo Cronológico* 1:105.80).

³⁴ Para o efeito, consulte-se Arthur O. Lovejoy, *The Great Chain of Being: A Study of the History of an Idea*, e E. M. W. Tillyard, *The Elizabethan World Picture*.

³⁵ Neta de D. Manuel I, por via paterna, pois era filha de D. Duarte. No Capítulo III, as questões de ascendência real serão abordadas mais detalhadamente.

5.3. O Regresso de João Pereira Dantas

Face à conjuntura atrás descrita, compreende-se que Portugal tenha enviado um embaixador para a corte isabelina, a fim de acompanhar de perto e resolver de forma célere a difícil situação. A este propósito, a Torre do Tombo guarda uma carta esclarecedora, relativamente à forma como os próprios embaixadores reconheciam a importância das suas missões enquanto residentes – e não enviados – a cortes estrangeiras. O embaixador residente representava maiores e mais numerosas vantagens para os seus soberanos, como afirmou Lourenço Pires de Távora, embaixador português na corte de Roma, na carta que dirigiu a D. Sebastião a 27 de Outubro de 1561:

E os que quiserem ser tidos em reputação de obedientes, não devem somente mostrá-lo na observância e acatamento, mas ainda em todas as obras exteriores. E como os embaixadores representam o nome dos seus Reis e são [“sejam” no original] umas pinturas necessárias para a lembrança, parece de certo modo que onde eles faltam é mais fácil o esquecimento (*Corpo Cronológico* 1:105.50).

No fundo, Pires de Távora reflecte sobre a celeridade na resolução de problemas ou diferendos, mas a apologia dos embaixadores residentes extravasa a questão de ordem prática que, à primeira vista, parece ser o foco da sua missiva. De certa forma, Pires de Távora apela para que o rei considere os embaixadores residentes como sinais visíveis da sua autoridade, porque “representam o nome dos seus Reis”. Reforçando a ideia da neste caso específico perante o Papa; representação, Pires de Távora recorre à metáfora das “pinturas exteriores”, as quais simbolizavam a *persona* real. Para este embaixador, a autoridade do monarca não dependia apenas da demonstração de “observância e acatamento”, ou seja, de qualidades algo passivas, inerentes e necessárias às relações políticas internacionais. Num plano mais lato, a autoridade dos monarcas dependia da demonstração activa de autoridade numa determinada corte estrangeira, de uma agência ou acção que deveria ser promovida pelos soberanos e que ganhava forma nas figuras dos embaixadores residentes. Eles representavam – qual processo de *mimesis* na criação

artística das “pinturas exteriores” – a autoridade real e funcionavam, assim, como uma evocação constante da realidade que reproduziam.

Recuperando a epígrafe do presente capítulo, a governação pressupõe, entre outras coisas, saber usar (ou administrar/gerir) os embaixadores de forma sábia e proveitosa para o reino. De facto, os versos citados resumem, com o virtuosismo expressivo que Shakespeare confere a Richard Neville, Earl of Warwick, o ponto crucial da obra e da reviravolta política dos eventos decorrentes das Guerras das Rosas, apontando a sua explicação causal: o rei, Eduardo IV, havia desonrado a missão diplomática de Warwick, despojando-a de conteúdo. Por isso, Warwick declara ao rei:

Alas, how should you govern any kingdom

That know not how to use ambassadors...?

W. Shakespeare, Henry VI, Part 3 (IV.3.35-36)

A *mimesis* dramática do palco político alude à interdependência entre o estatuto político dos soberanos e os sinais nacionais e internacionais que lhe dão forma, como os seus representantes, os embaixadores. Esvaziá-los do conteúdo objectivo da sua representação, significa esvaziar o próprio soberano da sua autoridade.

Possivelmente em virtude da experiência acumulada na anterior missão em Inglaterra, João Pereira Dantas foi o diplomata escolhido para representar a autoridade do rei de Portugal na corte de Inglaterra. De Paris, Dantas escreve a Álvaro de la Quadra, a 25 de Abril de 1562, referindo a satisfação que sentia em regressar à corte inglesa:

Molti giorni sono che sentend'io laudare' la Real prudenza, Magnanimitá et bellezze' della Ser^{ma}. Regina d'Inghilterra, accompagnata di tante rarissime qualítadi et virtù, Ho desiderato sempre con tutto il cuore che mi venisse qualeche buona occasione' con la quale potessi andar à vedere sua M^{ta}. et basciarle le mani et.. dal Ré mio signore commandato ch'io venga in quella Corte' per visitare sua M^{ta}. in nome' suo, et della Regina mia signora [rainha Catarina de Áustria, avó de D. Sebastião] et presentare le sua affettionatissime raccomandationi... et con la presentia rinforzaró l'amicitia (SP 70/36 f.122).

A presente missiva emerge como significativa, face ao conteúdo da restante correspondência diplomática portuguesa. De facto, e regra geral, os embaixadores lusos não aludem aos atributos físicos e psicológicos de Isabel I, como adiante se verá.³⁶ As representações que constroem do ‘Outro’ restringem-se a assuntos de Estado, isto é, a elementos de ordem política e económica. João Pereira Dantas contraria essa corrente, elogiando a prudência, a magnanimidade e a beleza da rainha de Inglaterra, cujas mãos anseia beijar. Acrescenta que Isabel I possui raríssimas qualidades e virtudes, permitindo-nos concluir a admiração que o embaixador nutria pela monarca Tudor. Apesar de esta carta ser dirigida a de la Quadra, depreende-se que Dantas teria partilhado com o seu soberano as opiniões sobre os atributos da rainha inglesa.

A missão de Dantas revestia-se de uma importância imensa. Os cofres do Estado português estavam a ser depauperados pelas campanhas inglesas, mas não só. Piratas, corsários, súbditos ingleses e aventureiros determinados persistiam num ataque *quasi*-claro, porém nunca absolutamente evidente. Essa parecia ser também a forma de estar da rainha de Inglaterra: sempre prudente, hábil na negociação, cordial com os diplomatas portugueses na sua corte, nunca rompendo definitivamente a Aliança de amizade com Portugal, permitindo, contudo, que a riqueza do tesouro de Inglaterra fosse sendo ampliada, com base nas actividades dos seus súbditos, consideradas por Portugal ilegítimas e ilegais.

Talvez por essa mesma razão, Pereira Dantas concretiza uma abordagem diferente à situação delicada que o leva de novo a Inglaterra. A 22 de Maio de 1562, o diplomata apresenta uma longa exposição à rainha, sumariando todas as razões pelas quais os Ingleses não deveriam comerciar nos domínios de Portugal (*Cotton MS Nero B.1. ff. 85v-87v*). Porém, logo no dia seguinte, escreve uma carta à mulher de William Cecil, propondo-lhe uma pensão anual de 2,000 moedas de ouro, caso os assuntos do rei de Portugal fossem tidos em linha de conta (e, dir-se-ia, resolvidos) pelo seu marido, o mais importante e influente ministro de Isabel I (*Cotton MS Nero B.1. f. 84*). Também o

³⁶ Veja-se, a título de exemplo, as representações de Isabel I pelas penas dos embaixadores Giovanni Michiel (“Venice: May 1557, 11-15.” *Calendar of State Papers Relating To English Affairs in the Archives of Venice*, 6:1041-1095), André De Maisse (57-58) e Bernardino de Mendoza (*CLSPREA* 3:113). Ao contrário do que sucede com a correspondência dos embaixadores portugueses, estas missivas encontram-se repletas de descrições físicas e psicológicas, algo pormenorizadas, construindo estes diplomatas um quadro imaginário da figura da monarca de Inglaterra.

Calendar of Sate Papers contém uma iniciativa análoga por parte de Pereira Dantas, apresentada directamente a Cecil, no dia 7 de Junho de 1562. O original, em francês, encontra-se traduzido e expõe, de forma resumida, o pedido do embaixador:

... to take under his [William Cecil] protection the affairs of his master's subjects in this Court, and has requested his wife (whom he cannot name otherwise for fear of inconvenience) to remind him. Assures him of his master's friendship, in token of which he will do him a service before his departure, and also every year after. He may depend on the writer's word. He will only employ him in just and reasonable affairs like those which he has required from the Queen and her Council, and which he still hopes to obtain, notwithstanding the replies of last year and this. If he is unsuccessful, he intends to have all the reasons and their objections printed in English and French, and other languages, so that all the world may see the injustice with which he is treated (SP 70/38 f. 46; *CSP Foreign Eliz.* 5:157).³⁷

Parece evidente que o embaixador português recorria a todas as estratégias concebíveis, desde a aliciação, à promessa, rematando com a advertência. No entanto, o jogo de bastidores resultava transversal a todos os intervenientes, e Pereira Dantas revelava ser apenas um diplomata que dominava a *Realpolitik* da época. Não existe, porém, qualquer registo quanto à aceitação pelo casal Cecil das ofertas do embaixador português.

Fundamentalmente, toda a missão de Pereira Dantas em Londres se traduzia num conjunto de exposições escritas à soberana e ao seu Conselho, que são respondidas por estes e aos quais ele replica em seguida.³⁸ Não havia, pois, um desfecho à vista. Portugal não conseguia, pela via diplomática, pôr fim ao conflito com Inglaterra. Nem mesmo os expedientes habilidosos de Pereira Dantas pareciam surtir qualquer efeito. Isabel I não

³⁷ "Elizabeth: June 1562, 6-10." *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 5, 1562.* 74-90. *British History Online*. 25.09.2016. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol5/pp74-90>>.

³⁸ O espólio desse esgrimir de argumentos encontra-se na *British Library*, incluída na colecção *Cotton* (MS Nero B.1. ff. 84-111).

demonstrava compreender ou aceitar a causa portuguesa, apesar de manter a já referida cordialidade com os diplomatas portugueses, incluindo Pereira Dantas.

A apresentação exaustiva de todos os documentos produzidos durante a missão deste embaixador resultaria incoerente face ao foco do presente trabalho. Diversos documentos merecem-nos, contudo, algumas considerações.

Por um lado, importa referir que várias exposições de Pereira Dantas se encontram redigidas em francês, talvez porque o embaixador havia servido na corte de França quando deixou a missão em Inglaterra e foi substituído por Manoel d'Araújo. Por outro lado, os manuscritos revelam uma sequência lógica de argumentos, acompanhada por uma enumeração na margem de cada parágrafo. A legibilidade torna-se penosa, tendo em conta a grafia, que parece resultar de documentos não-finais (denotando-se ainda traços por cima de palavras, por exemplo). De qualquer forma, os argumentos de Pereira Dantas a favor da causa portuguesa podem ser resumidos do seguinte modo:³⁹

- o reino de Portugal detinha o direito às terras descobertas e conquistadas pelos seus súbditos e, conseqüentemente, o direito às riquezas provenientes dessas terras;
- os reis portugueses decidiam sobre a forma de governação e regência desses territórios, nomeadamente no que respeita à regulação do comércio, bem como ensinando aos povos nativos o conhecimento de Deus, sem violência ou qualquer acto de tirania;
- Portugal mantinha a posse efectiva dos territórios conquistados, com elevados custos para o reino, quer em vidas humanas, quer em recursos materiais;
- a construção de fortalezas, guarnições ou outros edifícios era fruto da decisão dos soberanos de Portugal;⁴⁰
- sempre que se verificava a decisão de não-construção de edifícios, Portugal enviava anualmente expedições marítimas a esses territórios, mantendo o contacto com os povos autóctones;
- a legitimidade portuguesa sobre os ditos territórios não havia sido questionada até então, nem Portugal depauperado das riquezas oriundas dessas terras por qualquer outro reino;

³⁹ Conforme a exposição do embaixador na carta de 22 de Maio de 1562 (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 85v-87v*).

⁴⁰ O embaixador deixa claro que a decisão de construir, ou não, fortalezas dependia da ponderação de vários factores, como o elevado investimento de recursos e o clima (propício à propagação de pestes). No fundo, Pereira Dantas justificava a inexistência de “ocupação” em alguns territórios, seguindo a argumentação dos Ingleses para comerciarem em territórios portugueses.

– os restantes reinos deviam a Portugal e aos Portugueses a descoberta desses territórios; os Descobrimentos portugueses beneficiavam toda a Europa e resultavam na glorificação de Deus, o que era amplamente reconhecido por inúmeros soberanos, os quais pagavam tributos à Coroa portuguesa.

Por seu turno, a corte isabelina permanecia imperturbável, mantendo a posição que já havia apresentado ao embaixador Manoel d'Araújo e a qual pode ser resumida da seguinte forma:⁴¹

- Portugal deveria apresentar a lista dos lugares que havia conquistado, de forma a confirmar se a Coroa portuguesa era (ou não) reconhecida como soberana pelos habitantes locais e se estes pagavam tributo ao rei português;
- com base na lista acima, a rainha de Inglaterra proibiria os seus súbditos de se dirigirem a esses territórios;
- a rainha de Inglaterra havia já confirmado a sua vontade em relação a este assunto, proclamando salvo-conduto que proibia os Ingleses de navegarem e comerciarem em territórios de Portugal;
- Isabel I reconhecia o valor de Portugal em reduzir o número de infiéis e de ter espalhado o conhecimento de Deus aos povos nativos; porém, também sabia que o Cristianismo havia chegado à Etiópia Ocidental⁴² antes da chegada dos Portugueses;
- nem a rainha de Inglaterra, nem o *Privy Council*, conheciam toda a documentação sobre as campanhas de navegação de Portugal, pelo que não confirmavam, nem contestavam, as posses portuguesas daí resultantes;
- Isabel I mantinha a sua determinação em proibir os seus súbditos de comerciar em territórios nos quais Portugal tivesse fortalezas e dos quais recebesse tributo.

Uma vez mais, a astúcia, a subtilidade e a habilidade argumentativa emergem desta posição de Isabel I e do seu *Privy Council*. À primeira vista, nenhum dos argumentos de Pereira Dantas era abertamente contestado. Contudo, todos os pontos referidos pelo embaixador mereceram refutação e foram, de certa forma, desconstruídos pela contra-argumentação, ou *refutatio*, tão própria da oratória clássica. Com uma simplicidade

⁴¹ Conforme resposta dada ao embaixador português, a 15 de Junho de 1562 (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 89v-93*).

⁴² Ou seja, África Ocidental, de acordo com as convenções da geografia antiga.

aparente e, todavia, carregada de reflexão séria, Inglaterra confirmava que não se submeteria ao poder luso.

Resulta ainda evidente que Isabel I manteria o jogo das aparências, ao publicar legislação para agradar aos Portugueses e ao mostrar benevolência quanto à aplicabilidade da lei. O tom cordial presente nas missivas da administração inglesa, dissonante das acções governativas que prejudicavam os interesses de Portugal, levaria muitos a associarem a rainha e o seu Conselho a uma atitude de cinismo.

Com efeito, o estado das relações económicas e políticas entre Portugal e Inglaterra resultava em grande medida do *modus operandi*, hábil e inteligente, da governação de Isabel I. A monarca havia afirmado, de modo claro, que os seus súbditos não poderiam realizar comércio nos domínios portugueses. Contudo, a que se estaria a referir em concreto? O relatório de Martin Frobisher de 27 de Maio de 1562 lança luz sobre esta questão.

Frobisher, um explorador inglês que ficou conhecido pela sua actividade enquanto *privateer* ao serviço de Isabel I, viveu (possivelmente em cativeiro) cerca de 9 meses na Mina (SP 70/37 ff.151, 152). Os seus testemunhos foram providenciais para a resposta de Isabel I a Pereira Dantas. Isabel mantinha-se fiel ao que havia afirmado ao embaixador português Manoel d'Araújo, ao levantar a questão da legitimidade do domínio português sobre determinados territórios. Se esses territórios não tivessem quaisquer construções portuguesas (fortalezas, guarnições, marcos), ou ainda se as populações locais não pagassem tributo nem prestassem obediência ao rei português, então tal significaria que, segundo a interpretação feita pela corte isabelina, Portugal não poderia reclamar domínio sobre tais terras. Foi precisamente o que Isabel I reiterou na resposta a Pereira Dantas, tendo por base o que se regista no relatório de Frobisher, de 27 de Maio de 1562, do qual constam os seguintes pontos:

1. He says assuredly that the King of Portugal has neither castle, fort, or house of traffic between Cape Verde and the kingdom of Binny, but only one small fort at Cape Trepoints, called Ashien, and another twenty leagues beyond called Castle de Mina.

2. That none of the people other than such as inhabit under the said fort, or within gun-shot of the same, owe any obedience, neither be they at the commandment of the Portuguese.
3. That the Portuguese dare not go a mile from the forts, nor trouble any that bring merchandise to the coasts near the castles, except by reward they first obtain favour of the rulers next adjoining to do the same.
4. That whereas the English and French ships traffic along the coasts of Guinea and the Myne, the Portuguese dare not traffic in any other place but the said forts.
5. That the Portuguese are in such danger of the captains of the country between Cape Treponts and the Myne that they dare not pass themselves or goods to and fro by land, but are forced to carry the same by sea.
6. That in the time that he was there detained by the Portuguese they were glad sundry times to use him to make journeys to those who dwelt a mile or two off to get goats, poultry, and other victuals; for that they durst not for peril of their lives do that.
7. That a captain named Don Joan, dwelling in Futta, being promised great rewards by the King of Portugal's agent if he would come under his obedience and aid him against others who would trade in those parts, refused, and said that he accounted himself his fellow.
8. That the houses about the fort and castle are made all of canes and reeds, and the people inhabiting them very ethnics, and not the fourth person of them christened, and most of them people who have committed crimes in other places.
9. That except they have Mass now and then within the castle, (to which a very few of the said inhabitants who have been trained up of children sometimes come,) there is neither priest or preacher to convert anyone (SP 70/37 ff.151, 152).

A exposição de Frobisher não poderia resultar mais consonante com a refutação que a rainha de Inglaterra e o Conselho se preparavam para apresentar a Pereira Dantas. Pode até especular-se sobre a forma como surge esta informação, tanto no tempo, como no que respeita ao seu conteúdo. De facto, o testemunho de Frobisher fragiliza a

argumentação de Pereira Dantas. No caso de se tratar de um testemunho tendencioso, pois importava conquistar o favor da soberana para a concretização de futuras explorações marítimas, então o relatório terá sido algo providencial para a corte isabelina.

A informação continuava a chegar a Portugal e confirmava a duplicidade do governo inglês. Por exemplo, Ruy Mendes, um anterior enviado português à corte de Londres, na época colocado em França, prestou informação útil a Pereira Dantas, com base no testemunho de uma fonte, como adiante veremos. Durante a sua estadia em Inglaterra, Mendes havia mantido um servo bastante dócil, bem informado (Santarém 1865b:CVIII), alguém que se poderia considerar um ‘agente secreto’. A 28 de Setembro de 1562, Mendes notificou Dantas:

... e mais tendo da Mina a vista do ouro que tanto cega o juízo... nem as patentes que Vossa Senhoria pretendia me fizeram ter mais confiança neles, nem Vossa Senhoria a deve ter em que eles deixarão de armar
(*Corpo Cronológico* 1:106.23).⁴³

Assim se manteriam as relações anglo-portuguesas durante a vigência da missão de João Pereira Dantas, para enorme frustração do embaixador e da corte de Portugal. Contudo, a habilidade de Isabel I encontrava equivalência na diplomacia portuguesa, o que se confirma pela congratulação e recomendação que a monarca apresentou a D. Sebastião, em 1562, sobre Pereira Dantas (*Cotton* MS Nero B.1. f. 85). Confirma-se, igualmente, pela carta do embaixador para a soberana, já a partir de Paris, para onde foi em missão após deixar a corte de Inglaterra, em Junho de 1563. Nesta, Pereira Dantas refere:

⁴³ De forma a facilitar a leitura, a opção recaiu na modernização da grafia e da pontuação. Este manuscrito apresenta-se praticamente ilegível, tendo em conta a tinta repassada. De qualquer forma, a mensagem de Ruy Mendes é resumida na entrada do *Corpo Cronológico* da seguinte forma: “Carta de Rui Mendes avisando João Pereira de Dantas, Embaixador em França, negociarem os ingleses nas mercadorias da Mina. Que lhe tinha tomado todas as informações precisas e se fazia necessário que Sua Alteza pusesse os meios competentes para evitar que se apossassem desta negociação” (*Corpo Cronológico* 1:106.23).

Je ne diray autre chose qui de supplier tres humblement votre Amitié, m'excuser si des dix paires de gantez que je vous presente ne sont si bons... Sil y a MADAME autre chose en laquelle je puisse faire tres humble service à votre Maté, je le feray de si bon cœur, que pour le Roy Monseigneur. Et de semblable volonté je supplieray l'infime bonté (SP 70/58 f. 52).⁴⁴

Apesar de não ter alcançado o sucesso na sua missão, Pereira Dantas terá estabelecido, pois, uma relação de amizade com Isabel I. Aliás, a própria rainha havia oferecido ao embaixador português as luvas pelas quais ele deveria mandar fazer as que agora lhe enviava, o que poderá indiciar uma boa relação entre ambos, apesar da complexidade e sensibilidade das matérias que os haviam colocado em confronto. O hábil domínio da arte da diplomacia, que evitou o desfavor da soberana, terá sido, pois, um triunfo não apenas de Pereira Dantas, mas também do governo português, no que respeita ao uso dos seus embaixadores.

Pereira Dantas continuaria a ser informado e a informar a corte de Portugal quanto ao estado da situação em Inglaterra. A 29 de Setembro de 1564, o embaixador, então em França, escreve a D. Sebastião sobre as embarcações inglesas que haviam partido para África com o objectivo de “edificarem em terra e resgatarem escravos naquelas costas para além do seu domínio” (*Corpo Cronológico* 1:107.12). O estado das relações anglo-portuguesas deteriorava-se e urgia tomar medidas.

5.4. Ayres Cardoso

Portugal envia novo diplomata a Inglaterra, Ayres Cardoso, com uma Carta Patente, datada de 26 de Setembro de 1564. Nela, o rei português solicita que Ayres

⁴⁴ Apesar de a referência no CSP apontar para 1563, o manuscrito possui, a lápis, a indicação 1562 e uma outra relativa a 1565 (embora acompanhada com um sinal que pode referir-se à incerteza desta última datação). Contudo, João Pereira Dantas escreve, de forma clara, “*De Paris, le 7 jour de Juin 1563*”. A questão que remete para a dificuldade da precisão das datas em alguns manuscritos, à qual se fez referência na Introdução, confirma-se neste exemplar. Veja-se o Anexo 4.

Cardoso seja reconhecido em todos os assuntos, pelo bem da amizade entre as duas coroas e a justiça que D. Sebastião almejava:

Eu [Dom Sebastia'o]... mando Aires Cardoso meu criado para de minha parte vos falar em algumas cousas que muito importtam... da antiga amizade que sempre antre estes Reinos e esse ouve, nas quaes creio que folguareis de falar...vos por ele mando pedir pela Razam e Justiça que para ifo há, Muito vos peço que o queiras ouvir e dar lhe inte[iro]⁴⁵ crédito, no que Acerqua difo de minha parte vos disser E em muy singular prazer o Receberes (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 112, 113*).⁴⁶

Confirmando a ajuda mútua desejada, e desejável, entre os embaixadores, Diogo Barbosa Machado refere a carta que D. Sebastião escreveu ao embaixador espanhol Diego Guzmán de Silva:⁴⁷

⁴⁵ As últimas letras desta palavra têm de ser depreendidas segundo o contexto, uma vez que a palavra se encontra parcialmente sumida pela dobra existente entre os fólhos 112 e 113. De facto, embora surjam dessa forma catalogados, trata-se de uma folha única.

⁴⁶ O original, em português, encontra-se assinado pelo cardeal D. Henrique, que assumia as funções governativas em nome do rei D. Sebastião, à época com 10 anos de idade.

⁴⁷ Barbosa Machado foi, para além de abade em Santo Adrião de Sever, no Porto, um dos membros fundadores da Academia Real da História e um coleccionador de livros, retratos e folhetos. Além disso, foi autor de inúmeras obras de referência bibliográfica compiladas antes do Grande Terramoto de 1755, nomeadamente a *Bibliotheca Lusitana*, publicada em 1741. No Prólogo que acompanha o Tomo I das *Memorias para a historia de Portugal*, o autor refere os documentos que consultou e, mais importante para justificar o que parece ser aqui uma citação em segunda mão, o acesso que o autor teve a “noticias importantíssimas de huma larga copia de Cartas originaes de diversos Principes, que florecerao no reynado delRey D. Sebastiaõ... instrucções dos Embaixadores, que para as mayores Cortes da Europa, e ainda da Alia expedio EIRE y D. Sebastiaõ” (1736:v). Tendo em conta que a grande maioria dos originais a que Barbosa Machado teve acesso se perdeu no Terramoto de 1755, não pode deixar de se fazer referência aos mesmos, através da compilação realizada pelo autor, considerando o trabalho rigoroso levado a cabo por este erudito. Tal como observado por Mário Costa, Barbosa Machado assume-se como historiador, “distanciando-se daqueles portugueses do século XVII para os quais a História muito consistia na glorificação dos mitos e em narração de matéria lendária e situações irreais” (59). Já idoso, Barbosa Machado doou a sua grandiosa colecção de livros ao monarca português e mecenas, D. José, a fim de reconstruir a Real Biblioteca, tão depauperada em consequência do Grande Terramoto. A Real Biblioteca acompanhou a corte portuguesa, aquando da partida para o Brasil, no século XIX. Entretanto, o acervo de Barbosa Machado permaneceria no Rio de Janeiro, junto com uma parte significativa da Real Biblioteca, ajudando na criação da Biblioteca Imperial, hoje conhecida como Biblioteca Nacional. Veja-se a informação disponibilizada pela Fundação Biblioteca Nacional a propósito das suas colecções. (Diogo Barbosa Machado. *Biblioteca Nacional*. Acedido pela última vez em 5/11/2016. <<https://www.bn.gov.br/explore/colecoes/diogo-barbosa-machado>>).

Por cartas de João Pereira Dantas meu Embaixador na Corte de França, e de Ruy Mendes, que em Anvers faz as coufas de meu serviço, tenho entendido o desejo, e afeição, que mostraes para todas as coufas de meu serviço, e como os avisaes de tudo... muito vos rogo, que o queiraes assim sempre continuar, porque além del Rey meu tio se haver disso por muito servido de vós por as suas coufas, e as minhas serem humas mesmas, não me esquecerey eu da obrigação em que vos por isso fico. Ayres Cardofo, que esta vos dará, vay ao negocio, que vereis, o qual lhe mandey, que com vosco communicasse, porque confio, que alli o tratareis, e o ajudareis como se fora proprio del Rey meu tio (1737:406, 407).

A carta a que Barbosa Machado faz referência permite-nos compreender várias situações relativas à diplomacia e à política da época. Ayres Cardoso contaria com o apoio do homólogo espanhol em Londres, pois o seu soberano havia previsto essa necessidade e encetado esforços para o efeito pelo próprio punho. Compreendemos, uma vez mais, que Filipe II e D. Sebastião partilhavam da mesma preocupação quanto à questão que opunha ambos à rainha de Inglaterra e cuidavam dos seus interesses de forma uníssona; compreendemos e confirmamos ainda que a informação fluía entre os vários agentes, numa rede vasta de correspondência.

A 19 de Novembro de 1564, Ayres Cardoso apresenta uma queixa formal a Isabel I, relativa à quantidade de navios que saíam de Inglaterra, rumo à costa africana, e cuja resposta, emanada do *Privy Council*, data de 24 do mesmo mês (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 114, 115*).⁴⁸ Bernardo Machado sumaria o labor e a missão do enviado português em Inglaterra da seguinte forma:

Ayres Cardofo da parte do nosso Principe à Rainha de Inglaterra como tivera noticia de que nos seus portos se tinham carregado dez navios de vários generos de mercadorias para irem commutar por outros generos à costa da Mina, e de Guiné; e sendo estas terras da sua Conquista, e demarcação, lhe parecera dar a S. Alteza noticia daquele procedimento para que logo o impedisse, pois não devia permittir, que pelo interesse

⁴⁸ Trata-se de cópias dos manuscritos originaes.

particular se rompesse a antiga amizade, que Portugal sempre conservava com Inglaterra –, quando os lucros, e conveniências, que podiam resultar daquelle commercio, eram devidos aos seus Vassallos, cujos ascendentes com o sangue, e as vidas lhe tinham alcançado aquella Conquista. Recommendou El Rey a Ayres Cardoso, que depois de fazer esta representação à Rainha, observasse com grande dissimulação, e cautela o numero dos navios: as Abras, e Bahias, onde se preparavam: a gente, munições, e artilharia, de que hiam guarnecidos: quem eram as pessoas principais, que nos ditos navios eram interessadas: de que grandeza, e toneladas eram: se a gente, que os guarnecia era paga pela Rainha, ou pelos Capitães das mesmas embarcações: e se dentro levavam materiaes para fabrica, e construcção de alguma Fortaleza, querendo ser de tudo individualmente informado. Na forma, que o desejava El Rey, o executou felizmente Ayres Cardoso, e attendendo a Rainha de Inglaterra à justificada representação do nosso Príncipe, mandou com severas penas prohibir, que nenhum dos seus Vassallos navegasse com mercancias para algum dos portos das Conquistas de Portugal, e com esta prohibição se conservou inalteravelmente a amizade, que havia entre huma, e outra Coroa (1737:407-409).

O acesso aos originais, entretanto destruídos pelo Terramoto de 1755, confirma que as missões diplomáticas estavam revestidas de inúmeros riscos e complexidades. Ayres Cardoso deveria possuir a frontalidade para apresentar à rainha as provas de que não estava a ser cumprida a sua parte no compromisso que havia estabelecido com o soberano português. No entanto, havia que usar de habilidade para deixar a ameaça, mesmo que de forma velada, em relação à manutenção da amizade, tendo em conta que D. Sebastião referia já a possibilidade de rompê-la. Por último, havia que realizar um minucioso trabalho de informação (*intelligence*), fazendo o arriscado levantamento de dados pormenorizados sem levantar suspeitas, mas com o objectivo final de compreender, ou confirmar, o envolvimento da rainha nas campanhas inglesas em terras do rei luso.

A política ardilosa de Isabel I levaria Portugal a tomar medidas mais agressivas e, em 1567, seria a rainha de Inglaterra a apresentar queixa a D. Sebastião contra os Portugueses. Inglaterra envia Thomas Wilson para expor em Lisboa queixa formal pelo facto de vários navios ingleses terem sido afundados pela Armada Real portuguesa,

resultando num avultado prejuízo para os Ingleses, no valor de 4.000 ducados (*Cotton MS Nero B. 1. f. 118*). Trata-se, pois, de uma situação idêntica àquelas vividas pelos embaixadores portugueses na corte isabelina, ao longo de vários anos. No entanto, é Isabel Tudor que agora recorre a um enviado diplomático, reclama perante a Corte em Lisboa e demanda ressarcimento pelos danos causados aos navios ingleses (*Cotton MS Nero B. 1. f. 120*).

Nas instruções ao seu enviado, Isabel I afirma não reconhecer a autoridade nem a jurisdição portuguesas para julgar os súbditos ingleses presos no forte da Mina. Instrui ainda Wilson a dirigir-se a um notário em protesto, caso o governo português não cedesse à reclamação. Por último, se Portugal recorresse à autoridade do Papa, então que Wilson manifestasse, de forma clara, que a rainha de Inglaterra não reconhecia tal autoridade. Além disso, Isabel colocou ao serviço de Wilson a informação coligida anteriormente, já aqui referida, que consubstanciava o facto de Portugal não ter tomado posse, nem recebido tributo, nas terras onde os seus súbditos haviam sido presos (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 125, 126*). No entanto, a Coroa portuguesa considerava ter tomado medidas justas de retaliação à conduta dos Ingleses e da sua monarca, conforme evidenciado no relato de Barbosa de Machado:

Ao tempo, que... se hiaõ accendendo entre Portugal, e Inglaterra, lhe chegou a noticia [a D. Sebastião] de outro aggravo, com que a Rainha igualmente infiel a Deos, como ao noſſo Principe se resolvera a romper a paz, e amifade, que obſervava com eſte Reyno. Succedeo, que entre os Inglezes, que comerciavaõ na Coſta da Mina, hum chamado Vinter⁴⁹ deſprezando as ordens, com que o noſſo Monarcha pohibira aquella navegação aos eſtrangeiros, ſe atraveo a continuar o commercio naquele porto, por cuja infolencia lhe tomaraõ os Portuguezes o navio com todas as fazendeas, que levava. Vendo ſe privado de tudo quanto tinha adquirido na ſua cubiça, ſe queixou à Rainha, a qual irritada deſte procedimento lhe concedeu Carta de marca para que como pirata ſe ſatisfizeſſe nas fazendas

⁴⁹ O Comandante Winter havia recebido a Carta de Marca (ou Carta de Corso) por parte de Isabel I, o que lhe permitia atacar impunemente, sob protecção real, as naus portuguesas. A carta de Sir Thomas Gresham a Cecil, de 10 de Fevereiro de 1569 (datada 1568), relata o ataque que Winter infligiu às embarcações portuguesas e como o capitão e a sua tripulação beneficiavam da riqueza saqueada aos Portugueses (*CSP Foreign Eliz. 9:104*). "Elizabeth: February 1569, 1-28." *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 9, 1569-1571*. 25-40. *British History Online*. 6.03.2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol9/pp25-40>>.

dos Portuguezes do damno, que deles recebera. Com este indulto indigno da soberania de huma Princeza discorria Vinter por aquelles mares roubando a todas as nobres naos mercantes, que navegavaõ na segurança da paz, que esta Coroa tinha com todos os Principes da Europa (1737:734, 735).

A missão do enviado inglês assumia-se, pois, desafiante e pouco auspiciosa. Se as palavras de Barbosa de Machado ecoarem, com veracidade, o sentimento que perpassava o governo português, então a rainha de Inglaterra era vista como *infidel*, para com Deus e a aliança com Portugal, e defendia súbditos *insolentes* e *cobiçosos* que *roubavam* os Portugueses e *perturbavam a paz* das suas actividades económicas. Mesmo que Barbosa de Machado tenha escolhido termos excessivos, hoje interpretados como politicamente incorrectos no contexto da Diplomacia, o facto de as negociações terem fracassado confirmará, por certo, que a corte portuguesa havia esgotado a tolerância em relação ao *modus operandi* do governo inglês.

Wilson faria uma viagem terrível, em consequência de uma enorme tempestade, e ficaria doente, tendo seguido de imediato para o hospital, assim que aportou em Lisboa. Foi visitado pelo anterior enviado a Inglaterra, Ayres Cardoso, que o consolaria e solicitaria junto do cardeal D. Henrique que os melhores préstimos fossem dados ao enviado inglês. Na verdade, D. Henrique não só enviaria um físico (hoje, médico), mas também um oficial da Inquisição, advertindo Wilson, desde logo, sobre a necessidade de manter uma conduta piedosa e não promover qualquer cisma religioso enquanto permanecesse em território luso e católico (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 135, 136*). O receio do ‘Outro’ e a sempre presente questão cismática tornam-se evidentes na conduta do oficial português, as quais certamente ecoariam o sentimento, não só dos teólogos, mas também dos políticos de Portugal.

Os protestos apresentados pelo enviado inglês em Lisboa mereceram uma carta dirigida a Isabel I, datada de 24 de Outubro de 1567 (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 133, 134*).⁵⁰ Uma vez mais, o original, em latim, encontra-se assinado pelo cardeal D. Henrique, embora seja de D. Sebastião. A tradução para a língua portuguesa pelo Visconde de Santarém serve de base à súmula que se segue.⁵¹ Resumidamente, o rei português informa

⁵⁰ Barbosa de Machado refere a data de 23 de Outubro (1737:734).

⁵¹ A adaptação da tradução, para português, de Santarém (1865b:177-180).

que recebeu Wilson, que registou as queixas apresentadas com grande eloquência por parte do enviado inglês, mas que não ignorava os tratados assinados entre os monarcas seus predecessores e os da sua interlocutora, aludindo ao dever de honrar os acordos, conforme a tradição. O rei notifica que averiguará as situações em causa, mas revela, desde logo, que os súbditos ingleses cometiam, amiúde, actos de pirataria, prejudicando os súbditos portugueses nas suas actividades económicas. Se se verificasse ter sido esse o caso, então seria lícito julgar os súbditos ingleses com justiça, punindo-os por lesarem Portugal no usufruto das riquezas provenientes dos territórios conquistados com sangue e trabalho árduo. D. Sebastião acrescenta que não entende a razão para a indignação dos Ingleses quanto ao tema, uma vez que já havia exposto, inúmeras vezes, à sua homóloga inglesa as queixas que Portugal tinha contra os súbditos ingleses, tal como o voltaria a fazer em breve, através de um novo enviado. Aliás, o reino havia sido lesado pelos Ingleses num valor muito superior a 4.000 ducados, e as queixas destes afiguravam-se agora como uma tentativa de atordoar a corte portuguesa com alegações falsas e injustas. De forma astuta, o monarca de Portugal inverte completamente a estratégia da monarca de Inglaterra, pedindo-lhe que fosse ela própria a julgar e punir os súbditos que congeminavam falsamente contra o seu aliado, pelo bem da manutenção da paz entre os dois reinos e da qual ambos tanto tinham a beneficiar. Assim, seria dever de Isabel informar-se melhor sobre os assuntos que ora os distanciavam, estando D. Sebastião certo de que a sua congénere descobriria as maldades cometidas pelos seus súbditos e que até então lhe haviam sido ocultadas. Depois, esperava o monarca que a rainha de Inglaterra aplicasse o castigo adequado, devido à perturbação do Direito das Gentes, dos tratados e da paz pública, condição que possibilitaria a conservação da paz e amizade entre ambos os reinos. E, rematando com um golpe de diplomacia, D. Sebastião informa que tinha ordenado a libertação dos súbditos ingleses e a restituição das suas fazendas, em demonstração de boa-fé em relação aos assuntos que originavam a divergência entre ambos (Santarém 1865b:177-180).

Resulta evidente a mensagem velada do rei português: a Aliança de Amizade estava em causa. Apesar do jogo de aparências necessário no palco das relações externas, a tolerância de Portugal estava a esgotar-se e D. Sebastião demonstra a Isabel I que espera dela uma posição firme. Os cofres de ambas as coroas saíam muitíssimo depauperados, caso se rompesse a aliança ancestral. De forma a evitar essa situação e a defender os

assuntos lusos contra as acusações apresentadas por Thomas Wilson, o rei português envia novo embaixador a Inglaterra.

5.5. Manoel d'Alvares

A 31 de Dezembro de 1567, D. Sebastião escreve uma Carta Patente em benefício de Manoel d'Alvares, acreditando-o como enviado à corte de Inglaterra (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 116, 117*).⁵² A missão de Alvares tratava-se, pois e em princípio, de um serviço temporário e não de um serviço enquanto embaixador residente numa corte estrangeira.⁵³ Alvares partiu de Lisboa a 18 de Janeiro de 1568,⁵⁴ apesar de a sua apresentação oficial a Isabel I só ter ocorrido a 28 de Abril (Santarém 1865b:CXXV).

Desde logo, os três meses que medeiam a partida do enviado de Lisboa e o momento em que apresenta o seu caso perante a monarca em Londres permitem-nos compreender como o cumprimento do protocolo diplomático resultava moroso. Aos olhos da contemporaneidade, pode parecer tratar-se de um processo demasiado vagaroso, no decurso do qual um conjunto de novos episódios disruptivos entre Portugueses e Ingleses se sucediam em terras e mares. A paciência e a perseverança seriam, pois, qualidades indispensáveis aos diplomatas do Renascimento, cujo processo de viagem, estabelecimento e estadia em corte estrangeira, a par da obtenção de audiências encerrava complexidades incompreensíveis e inoportáveis no contexto actual.

No seu discurso, Alvares demonstrou paciência e perseverança, além de determinação e coragem. O registo escrito desse momento encontra-se em latim, pelo que, uma vez mais, a tradução do Visconde de Santarém serve de base para a súmula que se segue.

De uma forma geral, Alvares repete o conjunto de queixas e argumentos que os seus predecessores – e o próprio monarca português – já haviam apresentado à rainha e à corte de Inglaterra. Contudo, e de uma forma bastante particular, a exposição de Alvares

⁵² Carta em latim, assinada pelo cardeal D. Henrique. O fólio 117v encontra-se representado no Anexo 1.

⁵³ Distinção que convém reter e que será retomada no Capítulo II.

⁵⁴ Dois dias mais tarde, na manhã de terça-feira, 20 de Janeiro, D. Sebastião toma posse do reino de Portugal, com apenas 14 anos, no Palácio dos Estaus, em pleno Rossio da cidade de Lisboa (Machado 1747:12,13).

assume uma tonalidade muito distinta, na medida em que não só pressiona a soberana a tomar uma atitude inequívoca quanto ao assunto em questão, como verbaliza a forma dissimulada como Isabel I tratava tais matérias. E apesar de Alvares expor ambas as críticas num registo cuidado, fá-lo num quadro de ameaça velada: a fragilidade da aliança entre Portugal e Inglaterra prenuncia o seu fim. Tal resulta evidente nos seguintes passos do discurso do enviado português:

Mas que ElRei seu Amo experimentava um profundo desgosto de vêr, que apesar do parentesco que existia entre ambos, e da antiga amizade que existio entre seus respectivos predecessores, ella Rainha não somente não fazia castigar aquelles perturbadores e violadores da Paz, mas parecia antes acordar-lhes uma grande protecção favorecendo as pretensões deles, tendo instado pelo seu Enviado que estas terminassem conforme os seus desejos. Em consequência do que a audacia de taes indivíduos se augmentava, animando-os assim a perturbar e violar a antiga paz que fôra mantida por seus antepassados, seguindo-se das infracções della muitos odios e escandalos.

Que se pois ella Rainha não dêsse remedio a isto, castigando-os e apreendendo seus bens, os odios se augmentarão...

Que se S. M. assim o não praticasse, seria evidente aos olhos de todos que ella Rainha autorizava as suas maldades, porque a obra dos piratas consistia em violar a paz e a tranquillidade da patria, e que tratando ella de dissimular os perniciosos actos de seus subditos, parecia querer prestar-lhe apoio, e dar-lhes armas contra ElRei de Portugal... elle Enviado pedia em nome do... Monarcha duas cousas:

1º Que ella Rainha se lembrasse quanto convinha manter e conservar a Paz, Alliança e amizade, e seguir os exemplos de seus predecessores para a augmentar, prevenindo no futuro os Portuguezes d'experimentarem semelhantes males.

2º Que ella Rainha devia lembrar-se que as maiores vantagens e proveitos que ganhavam os Reinos d'Inglaterra provinham do commercio dos Portuguezes, recebendo deles tudo quanto era necessário para a vida humana...

Que os subditos della Rainha devião conservar estas vantagens, e não regeital-as para que em proveito de alguns se não rompesse a paz e antiga amizade...

Que ElRei seu Amo não permittiria aos Estrangeiros o que elle prohibia aos seus proprios vassalos.

Que o mesmo Soberano estava determinado a não consentir que uma cousa tão detestavel acontecesse durante o seu reinado...

Requeria em consequencia...:11 Que a Rainha d'Inglaterra promulgasse uma Lei que impozesse pena de morte contra os que navegassem para aqueles dominios da Corôa de Portugal para ali comerciarem, e que os bens deles fossem confiscados. 2º Que ella Rainha mandasse restituir aos

vassalos d'ElRei de Portugal 600,000 peças d'oiro, que os Inglezes lhes havião roubado, como piratas.

Que não havendo guerra entre ella Rainha de Inglaterra, e ElRei de Portugal, e existindo pelo contrario uma antiga amizade, ella Rainha era obrigada pelas Leis divinas e humanas a restituir a dita somma; e se ella não fizesse imediatamente aquella restituição, ficaria sendo evidente que não desaprovava os ditos attentados e roubos praticados pelos seus subditos... e os odios se excitarião nas entranhas de ambos os Reinos (Santarém 1865b:190-195).⁵⁵

Regista-se, assim e pela primeira vez no decurso das missões diplomáticas em torno da questão económica, o recurso a uma linguagem com conotações mais graves, nomeadamente no que respeita à dissimulação por parte do governo inglês no tratamento destas matérias, bem como ao desrespeito demonstrado por Inglaterra pelas leis divinas e temporais. Porém, muito significativa é ainda a referência velada à possibilidade de guerra, ou seja, resulta evidente que o governo português insta Isabel I a tomar uma atitude rápida e inequívoca favorável a Portugal, sob pena de dar-se início a um período de contenda.

⁵⁵ Texto traduzido e abreviado por Santarém do original em latim constante em *Cotton MS Nero B. 1. ff. 138-140*.

O governo inglês responde a Alvares a 23 de Maio (SP 70/98 ff. 73-77v). O documento, também em latim, confirma a disposição de Isabel I em manter a gestão dos assuntos de Portugal como até então. De facto, resulta claro que o objectivo de Inglaterra passava por protelar e embargar qualquer resolução definitiva no diferendo que opunha as duas cortes, apesar do empenho e da mestria de Manuel d'Alvares.

Além disso, a missão de Alvares em Inglaterra era desempenhada num contexto político ainda mais sensível, tendo em conta as manobras de bastidores de vários elementos de peso nas cortes portuguesa e espanhola (em particular da rainha Catarina de Áustria, avó de D. Sebastião, e de Filipe II), na tentativa de afastarem o cardeal D. Henrique da governação do reino de Portugal, precisamente a pessoa que havia assinado a carta de missão do enviado.⁵⁶ Estes elementos servem a presente análise, uma vez que compreendemos as complexidades, de ordem diversa, inerentes às missões diplomáticas da época, quando a informação chegava aos interessados com uma diferença de tempo que poderia resultar significativa na resolução dos problemas, ou na prossecução das próprias missões. De facto, a resposta dada por Alvares à contestação de Maio da corte inglesa só surgiu em Dezembro. Trata-se de um documento que assinala, de forma pormenorizada, os agravos sofridos pelos Portugueses às mãos dos mercadores ingleses, fazendo referência a nomes de indivíduos, navios, locais, quantidade de mercadoria e montantes de dinheiro (*Cotton MS Nero B. 1. ff. 144-145*). A este propósito, Santarém comenta:

Esta demora parece ter tido por motivo a necessidade em que se vio o Embaixador Portuguez de obter provas mais positivas dos nomes dos navios roubados e dos proprietarios deles, e do valor das mercadorias pilhadas pelos Inglezes, afim de poder cabalmente responder á asserção do Governo Inglez, de que as reclamações de indemnidades haviam sido expostas de uma maneira difusa, que não se podia conhecer se na realidade

⁵⁶ Diogo Barbosa de Machado relata a renúncia de D. Catarina à administração da monarquia em 1562. Nesse ano foram convocados os Três Estados do Reino a Cortes e o cardeal D. Henrique assumiu o comando. De resto, D. Catarina tinha proposto tal alteração governativa e nomeado o seu substituto, a quem terá instado veementemente para que aceitasse tomar posse da governação. O acto solene foi celebrado a 13 de Dezembro, nos Paços da Ribeira, em Lisboa, sendo a eleição do cardeal como regente marcada para dia 23 do mesmo mês. A eleição foi realizada e a votação unânime, tendo o Instrumento Público registado que o governo assim se manteria até que o rei fizesse 14 anos (Machado 1737:162-198). Como já mencionado, D. Sebastião começou a governar no decorrer da missão de Alvares em Inglaterra, a 20 de Janeiro de 1568.

tinham sido os Inglezes ou os vassalos de outros Principes que haviam commettido os ditos roubos (Santarém 1865b:CXXXII).

Manoel d'Alvares manteve-se em Inglaterra até 15 de Janeiro de 1569 (Santarém 1865b:CXXXV). Contudo, antes da sua partida para Portugal, o enviado viveu um incidente diplomático que o opôs às autoridades inglesas e cuja análise se encontra no Capítulo II.

O jogo das aparências que mantinha Portugal e Inglaterra num clima de paz superficial, se bem que de profunda discórdia, não poderia subsistir indefinidamente. Apesar de todos os esforços diplomáticos, os dois reinos demonstravam evidentes propósitos antagónicos. Portugal procurava garantir os territórios conquistados pela campanha dos Descobrimentos, mantendo o controlo do mar, das rotas comerciais e das riquezas daí provenientes. Inglaterra, por outro lado, estava entusiasticamente, mas de forma encoberta, desejosa de tirar proveito das riquezas oriundas dos novos territórios e das novas rotas comerciais. De forma a concretizar esse objectivo, Inglaterra teria de derrotar os seus oponentes, seguindo duas estratégias principais, muitas vezes em simultâneo: a primeira consistia em adiar decisões importantes; a segunda, em assumir um discurso ambíguo, o qual era, por sua vez, interpretado pelos Portugueses como dissimulado e mesmo cínico. Tal leitura confirma-se, em vários passos, pelas palavras de Barbosa de Machado, nomeadamente quando associa a rainha de Inglaterra a “dissimulado artifício” que fazia D. Sebastião sentir-se “ofendido” (1737:728, 729).

A este propósito, a análise proposta por Ravière de Carles, sobre a reabilitação da identidade do Embaixador no contexto do artifício, da dissimulação e da ambiguidade associadas à prática diplomática resulta significativa.

Por um lado, Lawrence Lessig refere o termo *ambiguation*⁵⁷ e demonstra como a ambiguidade pode, em si mesma, funcionar de duas formas distintas:

With this technique [the technique of ambiguation], the architect tries to give the particular act, the meaning of which is to be regulated, a second meaning as well, one that acts to undermine the negative effects of the first.

⁵⁷ A tradução para o português resultaria dúbia. Essencialmente, trata-se de um termo que deriva do verbo transitivo e pronominal ‘ambiguar’, ou seja, tornar ambíguo.

In this sense, while tying is about establishing that X is like Y, ambiguation is about establishing that X is like Y or Z. It simply adds a link without denying an existing link, and thereby blurs just what it is that X is (1010).

Segundo Revière de Carles, a prática da ambiguidade no contexto da diplomacia no período pré-moderno não deve estar sempre associada à conotação negativa da dissimulação ou do engano:

Ambiguation is the double endeavour of cultivating ambiguity but not always as a means of deception but rather in Lessig's sense of the word... The process of *ambiguation* can lead to a subtle redefinition of a negatively considered action as a positive one. *Ambiguation* could thus refer to diplomatic language as well as the construction of the ambassador's identity. The inherent accusation of dissimulation being not an instance of the ambassador's vice, but a necessity to let virtue emerge (7, 25).

A ambiguidade – dúvida ou incerteza – decorre da prática negocial inerente à actividade diplomática. Mas transformar o pendor negativo da ambiguidade em algo de potencialmente – ou possivelmente – positivo dependerá da virtude de cada negociador:⁵⁸ encarar a ambiguidade como uma oportunidade, ou *momentum*, de demonstrar a virtude – integridade e rectidão – individual. Esse seria, pois, mais um enorme desafio implícito na missão diplomática dos agentes envolvidos na negociação entre Inglaterra e Portugal, visando sanar o diferendo que opunha ambas as coroas. Seria, assim, uma questão de colocar a retórica da ambiguidade ao serviço da pacificação e da concórdia, como Revière de Carles propõe:

Diplomatic ambiguation... emerges as a means to generate appeasement whether on the domestic or the international level. Appeasement and

⁵⁸ Negociador, na acepção do termo usado por Callières para embaixador em *De la manière de negocier avec les souverains*.

peacemaking do not only rely on words or silence but on the conscious use of a material and commercial soft power (10).

A expressão *soft power* (ou *co-optive soft power*) foi cunhada por Joseph Nye em 1990 e resume a capacidade de um dado país para persuadir outro(s) na prossecução dos seus objectivos, sem o recurso à coerção ou à força (165-169). Hoje em dia, a expressão tornou-se amplamente associada às relações de política externa. Utpal Vyas observa que o exercício deste tipo de poder resulta, em simultâneo, de políticas activas (por exemplo, através de intercâmbios culturais e educativos, ou da cooperação económica e política) e de políticas que criam o ambiente propício para o intercâmbio de ideias, serviços e bens (40). No contexto da diplomacia do período pré-moderno, Revière de Carles observa que a relevância do conceito de *soft power* decorre da análise das tácticas cooperativas e dos métodos que favoreciam a pacificação política e religiosa a que os reinos recorriam (4).

Em última análise, a figura do Embaixador permaneceria associada a um instrumento de paz, como prescrito por Du Rosier. Ainda neste contexto, Ana Leal de Faria denomina o Embaixador como “arquitecto da paz” (2008). Tendo em conta o presente estado de tensão nas relações entre Portugal e Inglaterra, o consenso, a concórdia e a paz eram precisamente o que mais se desejava.

6. A Ruptura

Em Março de 1569, reconhecendo que não se alcançariam resultados satisfatórios pela via diplomática, o governo português tomou uma decisão firme. Barbosa de Machado relata:

Naõ pode diſſimular eſte aggravo a Mageſtade do noſſo Monarcha por fer contra o decoro da ſua peſſoa, e a liberdade dos ſeus Vaſſalos, e para que de algum modo caſtigaffe aquelle inſulto mandou reprezar todos os navios de Inglaterra, que eſtavaõ ancorados no porto de Lisboa, e nos de todo o

Reyno, até que a Corte de Londres lhe déssse satisfação competente ao excesso, em que violentamente rompera (735).

D. Sebastião ordenou o seguinte: que todas as fortalezas (em Portugal e em todos os territórios portugueses) fossem reforçadas; que todas as embarcações inglesas chegadas aos portos portugueses fossem confiscadas, a carga apreendida e as tripulações presas; que todos os navios ingleses navegando em águas portuguesas sem a autorização de Portugal fossem abatidos. Daí em diante, as transacções comerciais luso-inglesas cessariam até que Inglaterra aquiescesse aos termos e condições defendidos por Portugal (Santarém 1865b:CXXXV-CXXXVII). Portanto, a Aliança entre as duas coroas estava suspensa pela primeira vez desde 1373, após cerca de 200 anos de existência.

Não obstante a ordem drástica de D. Sebastião, o governo português arrogava o ónus da ruptura da Aliança de Paz e Amizade a Inglaterra, conforme atesta o já referido relato de Barbosa de Machado, o qual refere a infidelidade da rainha de Inglaterra para com Deus e o rei português. Tal confirmou-se quando Isabel I passou Cartas de Marca aos súbditos ingleses, permitindo que infligissem prejuízos avultados aos súbditos portugueses. Para Portugal, esse procedimento foi uma prova de deslealdade, tendo em conta a Aliança.

No contexto europeu da época, apesar de existirem outros motivos significativos e inflamatórios de discórdia, como a religião, por exemplo, Portugal e Inglaterra sempre haviam conseguido manter os termos da Aliança. No âmbito das questões de ordem religiosa, deve considerar-se a partilha da fé católica entre Portugal e a arqui-inimiga de Inglaterra, Espanha; deve também atender-se ao facto de D. Sebastião ser sobrinho de Filipe II de Espanha. Com efeito, a manutenção de uma Aliança amigável entre Portugal e Inglaterra era uma enorme façanha, tendo em conta o que distanciava estes reinos. Contudo, foram as questões de ordem económica – no contexto das incontáveis riquezas derivadas dos Descobrimentos – que alteraram as relações de amizade entre Portugal e Inglaterra, ameaçando o mapa geopolítico do século XVI, tal como o embaixador francês em Londres, Bertrand de Salignac de La Mothe-Fénelon, relata:

Mais ne se peuvent bien résoudre de ce qu'ilz en doivent espérer, ny si l'issue de nos guerres sera un commencement à eux d'y entrer, par ce

qu'ilz l'ont recherché, dont demeurent en suspens s'ilz s'y doibvent présentement mesler ou non...

Et impriment aussi à la dicte Dame quelque peur, du costé de France, d'Éspaigne et de Portugal, pour les choses que les Anglois on mal exploicté, ceste année, contre les subjectz de ces troys royaumes, luy représentant combien, par la détermination... de vouloir sçavoir se que debvez espérer de paix ou de guerre... les choses estoient venues prez de ropture ;

Et pars les nouvelles proclamations, que le Roy d'Espaigne et le Roy de Portugal on freschment faictes... de toute excluzion de traffic et de commerce de leurs royaumes et subjectz avec les Anglois, en quelle indignation ilz sont contre l'Angleterre (42-46).

Ou seja, não havia qualquer declaração explícita de guerra, apesar de o clima de discórdia ser evidente. O desagrado em relação à rainha de Inglaterra – “la dicte Dame” – e às suas táticas políticas não se circunscrevia a Portugal, mas alastrava-se, abrangendo vários reinos europeus.

Considerando a inexistência, à data, de um embaixador de Portugal em Inglaterra, António Fogaça, um português abastado que residia em Londres, serviu na mediação com Inglaterra (*Cotton MS Nero B.I. f. 149*; Santarém 1865b:CXXXIX). As boas relações e a ampla rede de conhecimentos de Fogaça com negociantes influentes permitiram que a sua intermediação, que terá tido início em Dezembro de 1569, se estendesse até ao ano de 1571.⁵⁹ Sobre a incumbência de Fogaça, cuja cópia se encontra nos National Archives, datada de 16 de Dezembro de 1569 (SP 70/109 f. 140), Barbosa Machado refere:

Os Inglezes como dependiaõ do nosso commercio desejavaõ descobrir algum suave meyo, com que pudessẽs abrandar o animo del-Rey D. Sebastiaõ justamente escandalizado, e para conegueirem este intento se valeraõ de Antonio Fogaça, que pela sua grande intelligencia era muito estimado da Rainha, o qual passando a Lisboa propoz aos Conselheiros de Estado como aquella Princeza estava prompta para admitir huma amigável composiçaõ com o nosso Monarcha. Esta proposta como não vinha authorizada com carta credencial da Rainha não foi atendida pelos

⁵⁹ Sobre a credibilidade de António Fogaça veja-se o Capítulo III.

Confelheiros; porém resolverão, que voltasse Antonio Fogaça a Inglaterra, onde apresentaria aos Ministros daquela Coroa hum papel, no qual se mostrasse o nosso Principe indeciso em pedir, ou regeitar a concordia com a Rainha, usando de termos indifferentes para que se não penetrasse o seu animo. Conftava o papel das clausulas seguintes ... se as fazendas, que são tomadas... a meus Vassallos, lhe forem inteiramente restituídas, e a Serenissima Rainha de Inglaterra... mandar quebrar a diata Carta de marca, que he passada a Vinter para em nenhum tempo se usar della, e mandar dar ordem com que os seus Vassallos não entrem, nem commerceem nas minhas demarcações, e Conquistas da Costa da Guiné, e Mina, eu sou contente (1737:735,737).

O relato acima resulta significativo por várias razões. A inexistência de outros registos torna a narrativa de Barbosa de Machado singular, na medida em que podemos vislumbrar o ambiente vivido na corte portuguesa em torno do interregno comercial, o estado de espírito do rei e a forma como a própria Isabel I e a sua política eram vistas por Portugal. A forma como o protocolo diplomático era seguido emerge também reveladora: sem uma Carta Credencial que indigitasse António Fogaça como representante dos interesses de Inglaterra, os conselheiros lusos não tinham qualquer obrigação de o receber, ou de com ele negociar, o que só reforça a importância crescente da figura oficial do Embaixador. Por fim, afigura-se elucidativo compreender as táticas de política externa a que o monarca português recorreu, ouvindo, sem se vincular, e revelando, sem se comprometer. Aliás, a afirmação “usando de termos indifferentes para que se não penetrasse o seu animo” remete para a já aludida ambiguidade diplomática e confirma que se trata de um imperativo pragmático ubíquo, presente no discurso e nas intenções de todos os intervenientes de uma negociação. Portugal recorria, assim, à ambiguidade, tal como a Inglaterra. Não tendo Isabel I assentido às condições apresentadas, o interregno comercial mantinha-se, pois, em vigor.

6.1. Francisco Giraldes

O embaixador português Francisco Giraldes chegou a Londres em 1571. Uma vez mais, a diplomacia revelou-se crucial para a obtenção de um entendimento e, nesse contexto, Giraldes já havia demonstrado ser um negociador inteligente e experiente. Santarém regista:

Posto que os Ministros Inglezes continuassem a conferir com aquelle Agente [António Fogaça] sobre o modo por que deveria satisfazer a nossa Côrte..., assentou o Governo Portuguez em nomear outro Ministro que com maior autoridade a promovesse.

Foi para isso nomeado Francisco Giraldes, que assistia em Flandres, e que tinha a reputação de ser hábil negociador (Santarém 1865b:CXLIII).

Giraldes empenhou-se, de forma determinada, nas várias conferências para a obtenção da paz com o governo inglês desde a sua chegada a Inglaterra, provavelmente em Junho de 1571 (Santarém 1865b:CXLIII). Em Setembro de 1571, Giraldes informa o monarca acerca da confiança que alimentava quanto à resolução do diferendo com Inglaterra, tendo a resposta do rei, em Dezembro desse mesmo ano, apontado para a necessidade de se elaborar um tratado, a fim de que o acordo fosse duradouro, depositando para tal plena confiança no embaixador (*Cotton MS Nero B.1 f. 161*).

Pela primeira vez nos registos das negociações diplomáticas portuguesas, um Projecto de Tratado foi produzido, o qual consistia em cinco artigos, estipulando os termos da Coroa portuguesa. De forma astuta, Giraldes apresentou o 1º Artigo como uma ponte de conversação, propondo que se restabelecessem as trocas comerciais e a amizade, entre os dois países. Além disso, o embaixador português propôs, no Artigo 5º do Projecto de Tratado, que o *Privy Council* deveria redigir um projecto semelhante, consubstanciando as intenções e os termos da Coroa inglesa, para que pudessem ser por ele apresentados ao soberano português e, dessa forma, acelerar as negociações tanto quanto possível (*Cotton MS Nero B.1. ff. 157-160*). O propósito de Giraldes seria, talvez,

negociar cada um desses artigos individualmente, circunscrevendo as prováveis discórdias (para posterior análise, refutação e convenção) e confirmando as matérias em que ambos os governos estavam de acordo.

Uma vez mais, a linguagem provou ser de máxima relevância no contexto diplomático. O embaixador português detectou com habilidade as manobras inteligentes incluídas no projecto inglês, nomeadamente no que à geografia dizia respeito. O projecto inglês mencionava, por exemplo, que Isabel I não iria permitir a nenhum súbdito inglês navegar para as Índias, cuja conquista pertencia a Portugal (*Cotton MS Nero B.1. f. 156*). No entanto, o uso do termo “Índias” era, uma vez mais, ambíguo e enganador. Giraldes compreendeu que o governo inglês poderia estar a referir-se apenas às possessões de Portugal na América e na Ásia e não aos territórios em África, tendo em conta o uso comum da designação Índias Ocidentais (*West Indies*), usada até muito mais tarde, para indicar os territórios americanos.⁶⁰ A este propósito, Santarém comenta:

A palavra Indias de que o Ministro Inglez se servia, tomada na accepção geographica d’aquella época, applicava-se só á *America* e por conseguinte ao Brazil e a parte da Asia. Parece pois ter sido o emprego de tal palavra uma nova tentativa para iludir as reclamações relativas aos *Mares defesos*, e ás possessões da *Africa* (Santarém 1865b:CXLV-CXLVI).

Giraldes demonstrou engenhosa perícia em detectar as pequenas artimanhas que o discurso escrito pode encerrar. O diplomata não subestimou o mais ínfimo pormenor, assim confirmando a observação de Hamlet de que uma desprezensosa vírgula poderia deter os exércitos de dois reinos e manter a paz (“*As peace should stiff her wheaten garland wear / And stand a comma ’tween their amities*” – V.2.44,45). Giraldes sabia que o inverso era igualmente possível e, apesar da ambiguidade na linguagem usada pelo governo inglês, a nova proposta de tratado apresentada por Giraldes, em Fevereiro de 1572, estabelecia e esclarecia, de forma hábil e competente, qual a interpretação portuguesa para a expressão geográfica “Índias Ocidentais” (*Cotton MS Nero B.1. ff. 157,158*).

⁶⁰ Veja-se, a título de exemplo, o trabalho do século XVIII de Herman Moll, *A Map of the West-Indies or the Islands of America in the North Sea*.

A mesma questão de duplicidade de significados seria novamente levantada e clarificada mais tarde, em 1574, quando as negociações se concentraram em torno das demarcações dos territórios portugueses da Berbéria, termo que hoje designa a região do Magrebe,⁶¹ e referida nos manuscritos aludidos como *Barbaria* (Cotton MS Nero B.1. ff. 164-169). O embaixador português apresentou ainda uma lista de portos da Berbéria, onde Portugal autorizava os Ingleses a realizar comércio; ou seja, muito provavelmente Giraldes terá colocado ao serviço da sua missão diplomática o conhecimento cartográfico associado aos Portugueses e ao qual se fez referência acima. Podemos, inclusive, presumir que o embaixador português terá, para efeitos de clarificação toponomástica, apresentado cartas e portulanos ao governo inglês, originando, contudo, um resultado estratégico suplementar.

Com efeito, se tivermos em linha de conta a possibilidade, muito verosímil, de Giraldes recorrer à cartografia existente para esclarecer as questões de limitação/demarcação territorial que impediam o avanço das negociações, então deve assumir-se que recorreria, por razões de lógica política, a algum exemplar semelhante ao produzido pelo cartógrafo português Domingos Teixeira, em 1573.⁶² Além de se tratar de um trabalho que confirma a importância da produção científica portuguesa na área da Cartografia, neste mapa-mundo bastante completo e actual para a época (incluía as rotas das especiarias resultantes das navegações de Vasco da Gama e de Fernão de Magalhães), encontramos ainda a referência às Índias Ocidentais, a delimitação do Meridiano de Tordesilhas e as bandeiras de Portugal sobre os territórios conquistados. Ou seja, com a apresentação de uma carta como esta, Giraldes estaria a clarificar a questão de toponímia e, acima de tudo, à luz do que foi já referido a propósito da importância política da Cartografia, a reforçar a supremacia, o domínio e a legitimidade de Portugal sobre os territórios e sobre os mares em causa.

Deverá, a este propósito, considerar-se o papel do Embaixador na questão que remete para a arte da negociação e para os paradoxos e as ambiguidades inerentes à prossecução da concórdia ou da paz.

Retomando a ideia já mencionada, o Embaixador é, segundo Callières, um negociador, tal como evidenciado no título da sua obra *De la manière de negocier avec*

⁶¹ Região noroeste de África, que inclui vários territórios, designadamente Marrocos, Tunísia, Argélia, Mauritânia e Saara Ocidental.

⁶² A Torre do Tombo possui, na *Colecção Cartográfica*, vários exemplares importantes da época em apreço.

les souverains. Revière de Carles observa que a própria escolha do título revela precisamente o papel do Embaixador como sombra (“*a shadow*”), ou seja, o diplomata não será o protagonista no palco das negociações (131). Apesar do recurso à metáfora da sombra, a função do Embaixador resulta crucial: em primeiro lugar, porque é o representante do seu soberano; em segundo lugar, porque negocia com o soberano estrangeiro, ou com um ou vários representantes deste. No caso particular de Giraldes, a difícil negociação estendeu-se por vários anos e a vários protagonistas. Todavia, ele permaneceu como o único representante de Portugal em Inglaterra, distante no espaço e no tempo da sede do seu reino. Note-se, neste contexto e a título de exemplo, o tempo que permeava uma decisão do Governo português, a saída do respectivo despacho ou ordem, a chegada da correspondência ao seu destinatário em Londres, o pedido de audiência com a rainha ou ministro, a audiência propriamente dita, o envio da correspondência para Portugal com o resultado das conversações, a espera da reacção portuguesa às mesmas, confirmando ou rejeitando o teor destas até nova exposição e provável ratificação do conteúdo em negociação.

A missão diplomática trata-se, pois, de algo de extrema sensibilidade e importância, a vários níveis e de ordem distinta. A gestão do protagonismo, ou do destaque pessoal, de um dado embaixador em missão decorrerá, desde logo, de um conjunto de características próprias e particulares, mas estará, decerto, igualmente associada à forma como cada um administra o discurso e a linguagem. No entanto, na prudência necessária para gerir o silêncio (o qual era extremamente revelador no contexto das negociações diplomáticas) há algo muito significativo, porque também o silêncio comunica. A apreensão que resulta de uma não-resposta, ou de uma resposta que tarda em chegar, o adiamento ou a protelação de decisões negociais são, em si mesmos, formas de comunicação. E os intervenientes na negociação interpretá-los-ão, sem dúvida, como tal, pois o silêncio pode revelar-se mais forte do que um discurso inflamado, confirmando a ideia da produtividade do não-dito. A este propósito, Cimmieri nota:

Language hides its message behind silence... Contemporary diplomatic treatises probed the most effective way to convey a message, bringing to the fore the importance of silence (106).

No entanto, quando o discurso era concreto (entenda-se por discurso a produção de linguagem oral e escrita), o negociador deveria dominar a arte da interpretação de paradoxos. Revière de Carles refere: “the art of peace relies on paradoxes and on the negotiators’ ability to articulate these paradoxes” (3). Uma vez mais, e recuperando as notas introdutórias a este capítulo a propósito da ambiguidade inerente à prática diplomática, confirma-se que o Embaixador, enquanto negociador de um acordo ou tratado, deve equilibrar de forma harmoniosa a assertividade, a cordialidade, a precisão e a ambiguidade.

A análise proposta por Norman Scott sobre o eixo precisão–ambiguidade no contexto das conferências diplomáticas contemporâneas afigura-se também pertinente no contexto da época em apreço e na missão de Francisco Giraldes, em particular. A precisão decorre da necessidade imperiosa de alcançar um entendimento: termos precisos obviam a dúvidas, duplicidade de sentidos/significados, paradoxos; ou seja, decorre da necessidade de re-escrever ou re-negociar múltiplas vezes os termos de um acordo, com as inerentes consequências político-económicas.⁶³ A ambiguidade resulta incontornável e necessária, pelas razões já apresentadas, resumidas por Scott da seguinte forma:

In conference diplomacy, the successful diplomat engaged in the negotiation of texts will often strive to persuade his interlocutors to reach agreement on a form of words which combines precision with ambiguity... The precision will as a rule serve the purposes of his own side in stipulating claims or limits to commitments; the sought-for ambiguity will serve to allay anxieties on either side or to secure a margin for subsequent interpretation (153).

Face ao exposto, afigura-se clara a sensibilidade da missão de um negociador que tem como função redigir e mediar um tratado, ou um acordo. O uso da expressão “secure a margin for subsequent interpretation” remete para uma das características da ambiguidade: a inconclusividade inerente à interpretação que decorre das múltiplas variáveis referidas.⁶⁴

⁶³ Nos tempos actuais, devem considerar-se ainda os custos incalculáveis decorrentes de possíveis acções judiciais em tribunais.

⁶⁴ Veja-se Empson, Pehar, Lessig e Revière de Carles, por exemplo.

Além do exposto, a importância do Embaixador a nível do poder político, consubstanciado no discurso escrito, afigura-se ainda maior quando considerada à luz da autoridade das palavras. Estas cristalizam, confirmam, perpetuam o poder do Soberano que o Embaixador representa. Matthew Prior, poeta e diplomata do século XVII, enuncia, de forma satírica mas sensata, a autoridade do discurso *versus* a importância da governação. No diálogo dos mortos que confronta o Imperador Carlos V com o erudito professor Nicolas Clenard,⁶⁵ Prior reflecte sobre o modo como os governantes dependem dos homens sábios, esclarecidos e eruditos, entre os quais devemos contar os embaixadores, formados por figuras como Clenard.⁶⁶ A dado passo, o professor afirma:

In effect I formed your Officers tho you Employed them. Without my Instructions, and the Practice of that Discipline which they learned at School, You had better have commanded Herds of Tartars or Nations of wild Indians. And who Governed your Towns all this while, and administered your Laws for you, but those People whom I Educated? When ever it was otherwise, You see all your Constitutions, Institutes, and Diplomata trampled upon (209).

E não deixa de ser pertinente notar como o discurso de Prior poderia operar nos tempos actuais como uma apologia das Humanidades. O argumento parece simples e, no entanto, encerra muito do que engloba a missão do Embaixador: o Soberano pode declarar guerra, comandar exércitos, conquistar territórios, promover a paz, mas será ao homem letrado que cabe a função de assegurar a eficiência da governação do seu Monarca. Uma vez mais se confirma que a sabedoria de um governante, ou de qualquer governo, se inscreve também na capacidade de escolher e investir esses homens sábios de autoridade, tal como observado na epígrafe do presente capítulo.

Por seu turno, a representação de autoridade inscrita na figura do Diplomata encerra outro conceito ao qual importa aludir. O Embaixador representa e imita o seu

⁶⁵ Nicolaas Cleynaerts (Nicolau Clenardo, em português) nasceu em Diest, perto de Lovaina, no Brabante (Flandres). Esteve em Portugal entre 1533-39, tendo sido professor dos infantes D. Duarte e D. Henrique (o futuro cardeal), irmãos mais novos de D. João III.

⁶⁶ Para uma visão mais ampla dos diálogos de Matthew Prior, veja-se Nicolas H. Nelson, em “Dramatic Texture and Philosophical Debate in Prior's Dialogues of the Dead”, *Studies in English Literature, 1500-1900*.

Soberano, porque a sua presença numa corte estrangeira significa a presença do Monarca e do Estado. Porém, o processo de imitação extrapola a representatividade personificada na figura do Diplomata, uma vez que, quando redige um Tratado ou um Acordo, como no caso de Giraldes, por exemplo, se torna também autor, ou seja, a sua autoridade inscreve-se igualmente no processo de autoria. Note-se que autor, autoridade e autoria partilham da mesma raiz etimológica: *auctor*, em latim. De acordo com os conceitos renascentistas, a autoridade conferida ao criador de um texto poético eleva-o a uma posição superior, enquanto criador de uma produção artística que imita a realidade, através do processo de *mimesis*. Na esteira da autoridade e da tradição clássica,⁶⁷ Sir Philip Sidney recupera e desenvolve o conceito grego de imitação em *An Apology for Poetry* e reconhece ao poeta a capacidade inventiva de criar, pelo engenho, “another nature... making things either better than Nature... or quite anew” (100). Como observa Maria de Jesus C. Relvas, a teoria sidneiana não se esgota na Poesia:

... a Poesia é, por excelência, a arte da palavra e efectiva-se tanto em prosa, como em verso... A Poesia não se limita a ser imitação e representação da Natureza, porque, segundo Sidney, a capacidade criativa do poeta – o seu engenho, talento ou intelecto – gera uma segunda e melhor natureza (2015:26, 27).

No caso concreto em apreço, o Embaixador não é o poeta criador de uma “outra natureza”,⁶⁸ mas o paralelo subsiste: o Embaixador cria, imita, representa. A *mimesis* será, portanto, possível de identificar, associada à figura do Diplomata.

Se, face ao exposto, compreendemos que a missão de Francisco Giraldes encerrava uma tarefa deveras multifacetada, as tensões da política externa da época elevaram-na a um superior grau de dificuldade. De facto, Giraldes esclareceu as questões ambíguas nas propostas de tratado apresentadas pelo governo inglês, reiterando a condição imposta pelo reino luso de não permitir que os súbditos ingleses navegassem, ou fossem, até às terras conquistadas por Portugal. A resposta inglesa não se fez esperar,

⁶⁷ Aristóteles, por exemplo, refere-se à Poesia como imitação e distingue as espécies de Poesia e o meio da imitação. Este último – o meio de imitação – encontra-se analisado de acordo com três categorias (meio, objecto e modo), nas quais se inclui a forma narrativa (105,106).

⁶⁸ No caso da produção escrita de natureza política. Contudo, muito embaixadores foram, eles próprios, poetas.

pela pena de *Lord Burleigh* (*Cotton MS Nero B.1. ff. 159,160*), após o que D. Sebastião conferiu poderes a Giraldes, enquanto plenipotenciário do reino de Portugal, a 7 de Abril de 1572 (SP 70/123 f. 43), de forma a poder assinar, em nome do rei, o Tratado que viria a pôr cobro ao interregno comercial. Tudo leva a crer, portanto, que as negociações haviam atingido um nível de concordância suficiente para a assinatura do Tratado que pusesse fim ao bloqueio.

Apesar dos esforços conjuntos em redigir um acordo que possibilitaria a restauração da paz comercial, tal não se confirmou. Através dos registos, não é possível descortinar a razão pela qual Giraldes ainda se mantinha em negociações com o governo inglês nos anos subsequentes a 1572, tendo em conta que o acordo parecia, então, iminente. Uma vez mais, o feliz acaso que envolve a sobrevivência da narrativa dos eventos pela pena de Barbosa de Machado serve o propósito de esclarecer as circunstâncias que envolveram a dilatação das negociações:

Neste tempo representou Filippe Prudente ao nosso Monarcha, que impedisse a ultima conclusão deste contrato em beneficio de huma grave dependencia, que tinha com a Rainha de Inglaterra. Era esta Princeza principal fautora da rebellão dos Holandezes contra Castella; e querendo Fillipe impedir, que não folssem foccorridos pelas armas dos Inglezes, para que desamparados de tão fortes aliados, mais facilmente se reduziriaõ à obediencia do seu Principe verdadeiro, ordenou ao Duque de Alva, Governador dos Eftados de Flandres, que ajustasse tregua com a Corte de Londres, e para que a Rainha consentisse neste projecto, pretendia delRey D. Sebastião não acabasse de ajustar a concordia com Inglaterra. Como os interesses desta Monarchia estavaõ fummamente unidos com os de Hespanha, resolveo D. Sebastião conformarse com a suplica de seu tio, e assim significou a Francisco Giraldes, que fosse dilatando com affectados pretextos a conclusão do negocio, a que o mandara, até que se celebrasse a suspenção de armas com Castella (1737:739).

A importância da geopolítica da época e das alianças mantidas entre Portugal e outros países – neste caso Espanha – determinaram a decisão da Coroa portuguesa em delongar as negociações com Inglaterra, quanto à matéria do interregno comercial. Na

presente situação, os interesses de Portugal sucumbiram aos interesses de Espanha. A pressão exercida por Filipe II sobre D. Sebastião, em consequência das questões em torno dos tumultos religiosos que se faziam sentir na Holanda, resultou decisiva. Giraldes terá, portanto, aplicado todos os recursos de retórica, de subtileza e de habilidade, a fim de não concluir a negociação pela qual tanto havia laborado e que a Coroa portuguesa tanto desejava. Uma vez mais, na presente análise confirmamos que não existem assuntos estanques, circunscritos ou perfeitamente delimitados. Ao invés, cada questão – de carácter económico, religioso, político, social, cultural – integra um plano muito mais amplo, composto pelas várias partes que perfazem o todo. Por esta mesma razão, Portugal manteve a lealdade à Coroa espanhola e às suas conveniências políticas externas, tendo adiado, num outro plano paralelo, a convenção com Inglaterra, com pesadas consequências a nível nacional, conforme explica Barbosa de Machado:

... esta dilação feita em obsequio das dependencias de Hespanha foy prejudicial às conveniencias de Portugal, pois cedendo os Miniftros Inglezes nas primeiras conferencias de que não iriaõ as suas naos comerciar à Costa da Mina, conhecendo que a dilação do noſſo Embaixador era a favor dos intereffes da Coroa Castelhana começaraõ a duvidar do que tinhaõ prometido, até que fatisfeitas algumas duvidas, que difficultavaõ a conclufaõ deste negocio, em que se consumiu largo tempo, se finalizou com grande credito (1737:739, 740).

Podemos imaginar a dificuldade acrescida à missão de Giraldes, decorrente desta nova imposição do monarca: como seriam os contactos com os ministros ingleses, como seriam as audiências com a rainha, como seriam as conversas com os seus homólogos de outras coroas. A importância da ambiguidade diplomática ressurgiu renovada e contextualizada de forma distinta. Compreende-se, igualmente, a reacção da Coroa inglesa à delonga nas negociações imposta por Portugal. E, uma vez mais, imagina-se a provável frustração de Giraldes ao constatar que as pequenas vantagens que havia alcançado na negociação do Tratado com os Ingleses se iam diluindo, à medida que Inglaterra compreendia os motivos de Portugal para a inconclusividade do Acordo. De facto, a competência e a mestria diplomáticas de Giraldes deverão ter sido severamente testadas ao longo dos quatro anos de impasse negocial.

Por fim, a 29 Outubro de 1576, Francisco Giraldes, enquanto plenipotenciário de D. Sebastião, e Francis Walsingham, que havia, entretanto, substituído William Cecil nesta questão, assinaram o Tratado entre Portugal e Inglaterra, terminando, assim, o interregno comercial (*Cotton MS Nero B.1. f. 180*). O documento encontra-se redigido em latim, e o resumo constante no *Calendar of State Papers Foreign* expõe o seguinte:

Suspension of all arrests and letters of marque for the period of three years from 15 Nov. 1576, and agreeing to the appointment of commissioners to determine all matters in controversy concerning the mutual traffic between the countries and dominions of the Queen of England and those of the King of Portugal, and also providing for the more effectual suppression of piracy (*CSP Foreign Eliz. 11:986*).⁶⁹

O facto de o Tratado remeter para a suspensão do interregno pelo período de três anos tem, desde logo, duas implicações que importa referir. Em primeiro lugar, revela o clima de suspeição e consequente prudência vivido à época, o qual impedia os reinos de assinarem acordos perpétuos, dada a conjuntura de constante mudança, tão característica dos tempos modernos. Em segundo lugar, significa que Inglaterra e Portugal re-avaliariam o Tratado nos finais de 1579, período que, como sabemos, coincidiu com o difícil momento de sucessão vivido em Portugal, cujo tema será retomado no Capítulo III.

Giraldes havia, pois, cumprido a sua importante missão, trabalhando como arquitecto de paz; havia, igualmente, contribuído para tecer uma cartografia das mentalidades, uma ponte metafórica entre o ‘Eu’ e o ‘Outro’ – aquela que facultou ao seu Soberano.

De Paris, para onde partiu na missão seguinte, Giraldes reitera o objectivo de fazer sempre mais e melhor pelos interesses do seu rei e do seu país:

⁶⁹ “Elizabeth: October 1576, 16-30.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 11, 1575-1577*. 402-410. *British History Online*. 20.03.2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol11/pp402-410>>.

... conservar e aumentar neste cargo para poder melhor cumprir com a minha obrigação e que perpetuamente terei com amor e felicidade as cousas de Vossa Alteza cuja vida Real Estado acrescente Nosso Senhor por muitos anos (*Corpo Cronológico* 1:111.71).

7. Notas Finais

A relevância dos factos que ocorreram nas cortes sebastiânica e isabelina extrapola os limites histórico-políticos da época em que se inscreveram. De facto, no século XIX, Portugal e Inglaterra iriam recapitular a querela inflamada em torno do mesmo assunto: o direito de Portugal aos territórios descobertos em África, mas desta feita com pesadas consequências para a monarquia portuguesa. O governo português referiu, em defesa da sua causa, que os monarcas ingleses desde o período dos Descobrimentos sempre reconheceram a legitimidade portuguesa sobre esses territórios. No contexto do século XIX, as terras de África eram disputadas pelas nações da Europa e Portugal havia perdido tanto o poder económico, como a projecção geopolítica da Era dos Descobrimentos. Na conjuntura do século XIX, a hegemonia político-económica era pertença do Império Britânico. Após o insucesso luso as negociações na Conferência de Berlim, realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, D. Carlos I herda, quando sobe ao trono em 1889, uma monarquia fragilizada. Foi ele quem, desgraçadamente, enfrentou o ultimato inglês (11 de Janeiro de 1890). D. Carlos foi um brilhante diplomata que tudo fez para restabelecer, com sucesso, as boas relações luso-britânicas. Aliás, tem o cognome de O Diplomata. Contudo, a insatisfação dos seus súbditos, nomeadamente da facção republicana, iria conduzir inexoravelmente os destinos de Portugal ao fim da monarquia, com o assassinio do rei e do príncipe herdeiro, D. Luís, em 1908, e a consequente Implantação da República, em 1910. Os resultados políticos e diplomáticos que ocorreram no século XIX em torno da causa dos territórios africanos tiveram, pois, um desfecho muito diferente dos que se desenrolaram no século XVI e cuja a análise se apresentou. Nas palavras de Barbosa de Machado:

... a conclusão deste negocio... se finalizou com grande credito, e não menor conveniência desta Monarchia (1737:740).

II.

O Caso Religioso:

Diplomacia e (In)Sucesso

*Is it therefore
Th'ambassador is silenced?
W. Shakespeare, Henry VIII (1.1.97,98)*

1. Notas Introdutórias

No domínio das relações externas entre Portugal e Inglaterra durante o reinado de Isabel I, inúmeros acontecimentos indicam os desafios enfrentados pelos embaixadores portugueses nas suas missões. Infelizmente, pouco se sabe acerca destes enviados e são diminutas as referências aos seus nomes, ou feitos diplomáticos, nos estudos sobre a época pré-moderna. Assim, o presente capítulo pretende recuperar os eventos que envolveram os embaixadores portugueses na corte isabelina relativamente à sua fé católica e à forma como esta colidiu com as práticas decorrentes do Compromisso isabelino, visando o estabelecimento da Igreja de Inglaterra.

Assistir à celebração da Missa católica no contexto já referido envolvia riscos que não podem deixar de ser aqui considerados. Contudo, os embaixadores usufruíam de determinadas imunidades, incluindo *le droit de chapelle*, sendo-lhes permitida a celebração da Missa nas suas residências diplomáticas. Como neste capítulo se pretende demonstrar, momentos houve em que os embaixadores portugueses viram os seus direitos diplomáticos violados, expondo assim a tensão entre as forças do poder político e do poder religioso.

A presente análise partirá do incidente diplomático de 1573, desenvolvendo-se, depois, em torno dos restantes incidentes protagonizados pelos enviados portugueses à corte isabelina de que há registo, ou seja, os ocorridos em 1568 e 1576. Estes eventos não serão abordados por ordem cronológica. O critério de iniciar e terminar a presente análise a partir dos episódios vividos por Francisco Giraldes – o embaixador residente que mais tempo permaneceu em Inglaterra e consignatário de maiores poderes – afigurou-se como mais coerente e potenciador de co-relacionações com os múltiplos contextos que importa analisar. Ou seja, a compreensão dos acontecimentos analisados no presente capítulo encerra a reflexão sobre a conjuntura política e religiosa da época, bem como a ponderação, no plano teórico, da evolução da prática da diplomacia e das conquistas, a nível de direitos e imunidades diplomáticas no período pré-moderno.

Em suma, pretende-se um olhar atento sobre o passado, a partir dos eventos protagonizados pelos embaixadores portugueses.

2. O Plano Religioso

A importância do plano religioso no período pré-moderno é, desde logo, referida por Isabel I no seu discurso ao Parlamento, em 1585:

... one matter toucheth me so near as I may not overskip: religion, the ground on which all other matters ought to take root (1806 (1585): 833).

É certamente possível identificar a importância de uma base espiritual (“spiritual ground”) subjacente aos multifacetados aspectos da vida isabelina, ou antes, como T.S. Eliot observou “a social-religious-artistic complex” (1975: 291). As mudanças rápidas, mas profundas que ocorreram no século XVI desafiam a interpretação de como esse “religious ground” – a partir do qual todos os outros assuntos (“all other matters”) deveriam germinar – podia ser encarado como uma fundação comum, partilhada pelos vários aspectos e actividades da época, tal como a rainha pretendia.

De facto, quando Isabel I sobe ao trono, em finais de 1558, as matérias religiosas assumem-se como prioritárias no campo da governação. A herança legada por Maria Tudor consistia no regresso ao Catolicismo e na anulação das reformas henriquinas, nomeadamente do *Act of Supremacy* de 1534, o qual havia permitido a separação de Inglaterra da autoridade papal, reforçado pela apologia da denominação calvinista do reinado de Eduardo VI. Desde cedo, a recém-coroadada monarca informa o *Privy Council* de que a política religiosa assumida pela sua antecessora iria sofrer mudanças (Birth 21). As tensões entre Católicos e Protestantes eram evidentes. Urgia encontrar uma solução de compromisso, mesmo em relação às inclinações religiosas da própria Isabel I:

Meanwhile, Elizabeth herself was proceeding with extreme caution. It has always been a matter of difficulty to determine what was exactly her own religious standpoint. Her conformity, outwardly at least, to the usages of the Church of Rome during her sister's reign may be dismissed at once as mere policy to avert unpleasantness; that she was a reformer in the sense that the bishops of her creation, or that Cecil and Bacon were reformers, is equally untenable. It would seem that her leanings were rather to the side of the Catholics, but that self-interest determined her to throw in her lot with those of the New Learning (Birth 11).

Estabeleceu-se, pois, uma via compromissal entre as doutrinas católica e protestante. Inglaterra manteria, assim, a supremacia e a independência face ao poder imposto por forças externas, nomeadamente o Papa e os dominantes reinos católicos, como Espanha e França. Contudo, outro importante atributo dessa solução de compromisso consistia na conformidade religiosa, a qual impedia o avanço das ameaças internas consubstanciadas pelas sensibilidades mais radicais, como no caso do Puritanismo e do Presbiterianismo (J. Carlos Viana Ferreira 59). Maria Helena P. Correia nota a este respeito:

Quanto à Igreja Anglicana, não obstante posteriores crises, evoluções e movimentos revitalizadores, foi sempre conservando uma base doutrinária incaracterística... a solução de compromisso, viabilizada pelos Trinta e Nove Artigos de Fé... constitui, à sua maneira, uma espécie de tolerância

religiosa veiculada por meio de um credo que não corresponde à aceitação de uma confissão específica, antes combina princípios oriundos de fontes variadas (69).

A propósito das “fontes variadas” subjacentes à criação da Igreja de Inglaterra, Carla Larouco Gomes observa que estas são, por um lado, as analogias com a Igreja de Roma e, por outro, especificidades notoriamente protestantes, uma *via media* que se constitui, em si mesma, como Reforma (88,90). O teólogo Richard Hooker assume-se como figura representativa da defesa dessa *via media*, o equilíbrio entre os ideais protestantes e católicos (Smith 1996: 47), adoptada pela Igreja de Inglaterra e associada à origem do Anglicanismo, termo que surge com o Compromisso, e à própria definição de uma identidade própria nacional (C. Larouco Gomes 84). A própria rapidez com que o Anglicanismo se estabeleceu foi resultado da noção de sobrevivência de uma identidade nacional, de um processo de afirmação. Liah Greefeld defende o surgimento de um sentido de ‘Nação’, associado a Inglaterra na época pré-moderna, embora a mudança radical entre a atitude pré-nacionalista e a atitude nacionalista tivesse sido marcada pelo julgamento e morte de Thomas More, momento paradigmático da colisão entre duas mundividências distintas (30). A esta mudança não será alheia a mentalidade insular na aceção de singularidade, do afastamento geográfico que tanto protege, como ameaça, e que distingue Inglaterra dos seus vizinhos europeus (Bucholz and Key 3,4).¹

Em *Of the Laws of Ecclesiastical Polity* (1592), Hooker apresenta a apologia de uma linha moderada e conciliatória dos planos político e religioso:

To the singular good whereof it cannot but serve as a profitable direction to teach men what is most likely to prove available, when they shall quietly consider the trial that hath been thus long had of both kinds of reformation, as well this moderate kind, which the church of England hath taken, as that other more extreme and rigorous which certain churches elsewhere have better liked (IV.14. 7:413).

¹ No contexto actual do *Brexit*, J. Gibbins considera a mentalidade insular britânica como isolacionista e contrária aos interesses da nação (*Britain, Europe and National Identity: Self and Other in International Relations*; Kindle ed., 2014).

Essencial para uma análise de qualquer época histórica é a noção de mudança e a forma como esta ocorre em termos de tempo, escala e profundidade. Devemos, pois, ter em consideração o ritmo de mudança no contexto do Compromisso isabelino para o estabelecimento da Igreja de Inglaterra. Como Mortimer observou, se alguém visitasse Inglaterra durante a década de 1560, com facilidade poderia aferir quão protestante ou católica era uma determinada paróquia, bastando para tal observar a rapidez com a qual se removiam os vestígios da arte sacra (80). Neste contexto, resulta também relevante notar a crítica de Sir Nicholas Bacon, no seu discurso ao primeiro Parlamento do reinado de Isabel I, no qual referiu aqueles que ora eram demasiado lentos (“too slow”) ou demasiado rápidos (“too swift”) a seguir as leis relativas ao estabelecimento de uma prática religiosa uniforme – “a uniform order in religion” (34).

No âmbito dos cismas do século XVI, deve também considerar-se o número de seitas que proliferavam por toda a Inglaterra. Como referiu a personagem fictícia criada por William Bullein em 1564:

I am neither Catholic, Papist, Protestant or Anabaptist, I assure you. I am *nulla fidian* and there are many of our sect (14).

Apesar das rápidas mudanças que iam tomando forma, as matérias relacionadas com a Fé permaneciam, como permanecem hoje, delicadas e intrincadas. A questão da Fé encontra-se inscrita na contínua construção e percepção do ‘Eu’, profundamente ligada às crenças espirituais mais íntimas de cada indivíduo, uma vez que as matérias da Espiritualidade e da Fé se podem revelar na forma como esse indivíduo vive, como percebe a realidade que o rodeia e como se relaciona com o ‘Outro’. A profundidade da mudança subjacente ao Estatuto Religioso Isabelino (*Elizabethan Religious Settlement*) é, pois, uma outra perspectiva a ter em mente quando analisamos esta época.

Considerando tal complexidade, seria por certo desafiador para um Inglês católico observar a forma como as suas práticas religiosas antes estabelecidas passavam a considerar-se proscritas. Além disso, a resistência em relação ao Catolicismo, ou “the old faith”, ia assumindo maiores proporções, em especial depois da Rebelião do Norte, em 1569. De facto, o evento que se iniciou como uma pública celebração da Missa católica,

sob a responsabilidade dos Senhores (*Lords*) do Norte de Inglaterra, culminou na Bula Papal de 1570, *Regnans in Excelsis*, na qual o Papa Pio V excomungou e depôs Isabel I, considerada “the pretended queen of England and the servant of crime” (36). O Papa pressionou o tema político-religioso de forma ainda mais profunda e abrangente, ao ordenar a todos os Ingleses católicos que se revoltassem contra a monarca e mantivessem a sua obediência e aliança a Roma, sob pena de também eles serem excomungados.

Implicitamente relacionada com a medida papal estava a substituição da protestante Isabel I pela católica Maria Stuart da Escócia, manobra que seria confirmada no ano seguinte, com a chamada Conspiração de Ridolfi (*Ridolfi Plot*)². O apoio estrangeiro à rainha católica conferia uma perturbação de dimensão internacional aos assuntos espirituais de Inglaterra. A religião desempenhava, pois, um papel cada vez mais inquietante, representando a ameaça permanente, não só contra o estabelecimento da Igreja de Inglaterra, mas também contra a vida da própria Isabel I; portanto, os assuntos religiosos e políticos encontravam-se intimamente entrelaçados. Por esse motivo, a intolerância ao Catolicismo traduziu-se numa legislação severa, em especial após o Massacre de São Bartolomeu, a 24 de Agosto de 1572.³ Por último, as práticas da fé católica passaram a ser consideradas como um acto de traição.

Quando o embaixador português e católico Francisco Giraldes chegou a Londres, em 1571, fundiu-se num cenário deveras inquietante, sendo a capital do país considerada, como observou Birth, “the stronghold of Protestantism” (169). Foi precisamente neste contexto de inquietude que o diplomata ameaçou os oficiais do *Sheriff* de Londres: “to smite with his dagger and to kill in his rage” (1573: *Lansdowne MS 16.25*).⁴

² Roberto Ridolfi, abastado banqueiro florentino e católico fervoroso, já tinha estado envolvido na Rebelião do Norte, de 1569. A intenção de destronar Isabel I e substituir a presença protestante no trono de Inglaterra por Maria Stuart permanecia o propósito de Roberto Ridolfi, que havia angariado vários apoiantes para a causa católica, entre os quais se contavam Thomas Howard, duque de Norfolk, o embaixador espanhol Guerau de Spes, como mais adiante se verá, e o próprio Filipe II.

³ Apesar de o Massacre de São Bartolomeu ter ocorrido em Paris, qual purga contra a crescente influência dos Huguenotes (ou protestantes franceses), outros levantamentos se sucederam por toda a França contra os Protestantes, para júbilo dos agentes políticos católicos (nomeadamente o Papa Gregório XIII e Filipe II) e apreensão dos seus homónimos protestantes, como Isabel I.

⁴ As citações relativas ao incidente diplomático de 1573 são retiradas do volume XVI da colecção *Lansdowne Manuscripts*, da *British Library*. De ora em diante, as citações farão apenas referência ao número dos fólios.

3. Edwin Sandys

O bispo de Londres era, à época, Edwin Sandys, o qual tinha substituído Edmund Grindal em 1570, quando este assumiu o cargo de arcebispo de York. Numa carta ao arcebispo Parker, Grindal reconheceu a difícil tarefa do seu sucessor, ao admitir: “But surely he, the Bishop of London, is always to be pitied” (347). Segundo Birth, o Bispado de Londres representava claramente um cargo tão superlativo quanto arriscado:

... London was, from its being the centre of government, the residence of the Court and of foreign ambassadors, in a unique and peculiar position as one of the most important dioceses of the realm... and the work of its Bishop was, therefore, specially difficult and exacting (437).

Talvez devido aos desafios que o esperavam enquanto bispo de Londres, Sandys começou por recusar a oferta, apresentada por Cecil, de substituir Grindal. Sandys invocou razões de saúde, mas cedo compreendeu o desagrado de Cecil pela sua recusa e, posteriormente, aceitou o cargo (Birth 459). As razões subjacentes à decisão final de Sandys remetiam para o seu carácter determinado, tal como Ayre refere:

The grounds for his appointment were, that he was a man of spirit and determination, and a warm promoter of the queen’s ecclesiastical commands (xix).

Conforme registam os seus sermões e epístolas, Sandys considerava que os Católicos eram a “peste da Igreja”, feroz e insolente, a qual aumentava e prosperava porque beneficiava de demasiada liberdade e de uma certa impunidade (441). A metáfora a que Sandys alude, construída a partir de “raposas” – animal reconhecido pela sua astúcia e inteligência – e da “rede” que deve apanhá-las, resulta significativa se associarmos Francisco Giraldes à figura da raposa:

For we must not so regard any one, either the rich man for his wealth, or the mighty for his influence... the little foxes which destroy the vineyard must be taken, and nets must be spread by which the papal stragglers, the firebrands of seditions, and the pests of the church, may be snared and fall (440, 441).

Sandys deixou claro que, independentemente da riqueza, do poder ou da influência, nenhum homem que desafiasse a verdadeira Igreja escaparia à punição divina. Contudo, Sandys reconheceu que o seu poder enquanto bispo de Londres – e, em consequência, da “rede” que pretendia construir e ampliar – dependia em grande parte da autoridade secular da Corte, como expressou numa carta dirigida a Cecil:

The world thinketh that you are my good friend... if the Papists may learn disliking... it will much weaken my work in God's Church (*Lansd.* 12. 82).

Os Papistas (*Papists*) em Londres eram inevitavelmente associados aos embaixadores residentes de fé católica, como Birth observou: “Papists were numerous and... ambassador's houses were places of resort for them” (460). Assim, foi sem surpresa que, apenas dois anos após a chegada de Francisco Giraldes a Londres, um acontecimento perturbador tivesse ocorrido na sua residência, em Tower Street.

4. O Incidente Diplomático de 1573

Duas cartas de Edwin Sandys, incluídas na colecção *Lansdowne Manuscripts* da British Library, registaram o evento. Dado que, aparentemente, as cartas do bispo de Londres surgem como o único registo do incidente diplomático de 1573, a análise desses manuscritos permitir-nos-á uma significativa revisitação do passado, além de uma melhor

interpretação sobre as relações anglo-portuguesas da época, no que diz respeito à coexistência e ao confronto de forças antagónicas de poder.

Em Março de 1573, Edwin Sandys escreveu duas cartas relacionadas com o indevido encorajamento dado à celebração da Missa católica (“the undue encouragement of the Mass”) por parte do embaixador português.

A primeira carta, de 2 de Março de 1573, foi endereçada a William Cecil, *Lord Chancellor*. A segunda missiva, redigida dois dias mais tarde, foi enviada para Robert Dudley, *Earl of Leicester*, favorito de Isabel I. Extractos de ambas as cartas foram publicados, com comentários, em 1838, por Wright, em *Queen Elizabeth and Her Times: a Series of Original Letters*, mais tarde, em 1907, por Birth, em *The Elizabethan Religious Settlement: A Study of Contemporary Documents*, e, mais recentemente, em 2010, por Wagner, em *Voices of Shakespeare’s England*. Contudo, a presente análise das cartas de Sandys pretende partir de um diferente ponto de vista em relação àquele apresentado por Wright, Birth e Wagner, na medida em que se centra em Francisco Giraldes; além disso, pretende ainda analisar e reflectir sobre a colisão dos diferentes interesses políticos e religiosos anglo-portugueses trazidos a lume pelo incidente diplomático de 1573.

Focalizemo-nos então no incidente diplomático que envolveu a prática da fé católica do embaixador português e na correspondência do bispo de Londres sobre o evento ocorrido, que ele descreve como “the intolerable business”. Concomitantemente, conheceremos uma parte da vida de Francisco Giraldes durante a missão em Londres, tendo em conta a importância do seu cargo na corte isabelina enquanto plenipotenciário ao serviço de D. Sebastião.

Na carta dirigida a William Cecil, o bispo de Londres apresenta o sucedido e fundamenta os seus argumentos:

... I learnt that the Mayor of London has fully advertised your Lordship touching our dealings with this Portingale, [the medieval English spelling for Portugal] who of too much boldness and without any Color of authority, has suffered massmongers of long time in his house, to the great degradation of God’s glory, the great offense of the godly and religious, and contrary to the laws of this realm. I, understanding of it... required the Sheriff of London, Mr. Pipe, to apprehend such as he found there committing idolatry (25).

Giraldes encontrava-se, portanto, numa situação bastante delicada. Ele havia sido surpreendido pelos oficiais do *Sheriff* de Londres, no momento em que assistia à celebração da Missa católica, acompanhado por um conjunto de súbditos ingleses que acolhia na sua residência. Dada a proibição, a Missa era celebrada muito cedo pela manhã, ou tarde na noite, em sigilo absoluto. No entanto, a vasta rede de serviços secretos a cargo dos ministros de Isabel I, especialmente sob a orientação de Walsingham, constituía uma ameaça a estas celebrações. Afinal, havia informadores espalhados por todos os locais, actividades e cargos. Quando os oficiais irromperam pelas portas de sua casa, Francisco Giraldes deverá ter experienciado algo semelhante ao descrito por Mortimer:

... [that] frightening moment when a stranger knocks insistently on the door and you look at the terrified faces of those around you, wondering whether you have been discovered (85).

Efectivamente, Giraldes havia sido descoberto, e a carta do bispo menciona que à entrada forçada na residência diplomática se seguiu uma busca. Foram encontrados vestígios de idolatria, nomeadamente a da adoração do bezerro (“worship of the calf”), análoga à do povo israelita após a travessia do Mar Vermelho, enquanto esperava que o Profeta Moisés descesse do Monte Sinai com as Tábuas dos Dez Mandamentos. Sandys informa Cecil: “the altar prepared, the chalice, and their bread god” (25). Quatro estudantes de Direito foram detidos em consequência da busca realizada, embora o bispo soubesse que muitos outros Ingleses se encontravam escondidos na casa do embaixador: “a great number of Englishmen... minded to hear mass... hid in the house” (25). Uma vez mais, podemos tentar imaginar os convidados de Giraldes atropelando-se, na busca de um lugar onde pudessem esconder-se dos oficiais, e, tendo encontrado um refúgio que os acolhesse, permanecendo imóveis e em absoluto silêncio, enquanto decorria a busca.

Não obstante o tumulto e a situação perturbadora, o embaixador português não se escondeu. Aliás, tal como o bispo informa Cecil, Giraldes assumiu uma atitude bem diferente:

Francis Gerald, the Portingale, offered to shoot dogs, to smite with his dagger and to kill in his rage (25).

Apesar das ordens do bispo, o *Sheriff* de Londres não prendeu o embaixador, nem tão pouco o padre que celebrava a Missa. O bispo informa Cecil: “this Portingale is at court to complain” (25). Ou seja, a situação tinha sofrido um *volte-face* algo inesperado para o bispo, agora obrigado a apelar a Cecil para usar de influência na resolução do que chama “the dealings with this Portingale”:

... to see that idolatrer and godless man sincerely punished, if you will let him over to me, and give me authority, I will hand him *secundum virtutes*. Your order I look for, and that I will see executed, so far as my power will reach (25).

Dois dias mais tarde, ainda nenhuma acção legal havia sido tomada contra o embaixador português. Como se a carta dirigida ao *Lord Treasurer* não tivesse conseguido fazer chegar o seu apelo suficientemente perto dos ouvidos da rainha, Sandys decide escrever a Robert Dudley, numa clara manobra de bastidores. Na missiva dirigida a Dudley, informa: “the Portingall has complained at court as if he should have been evil used” (26). A carta do bispo revela ainda o seu espanto perante a ausência de consequências para o embaixador português; refere-se a Giraldes como “this idolatrous proud Portingale” que encorajava a celebração diária da Missa católica, na qual participavam pelo menos vinte súbditos de Sua Majestade (26). O bispo informa ainda:

... the Sheriff apprehended few of a simple sort, but he suffered the author of this evil to escape (25).

Em suma, para o bispo de Londres este episódio tinha-se transformado numa medida de forças com o embaixador português. Era impossível a Sandys admitir a justaposição dos assuntos políticos e religiosos, ou a forma como os primeiros assumiam

prioridade em relação aos últimos e à necessidade imperiosa de purgar (“purge”) a Igreja da idolatria e da superstição associadas à fé católica (25).

Em ambas as cartas, o bispo de Londres relembra os seus destinatários do omnipresente castigo divino pendente sobre os partícipes no pecado da idolatria, mesmo que o façam de forma sub-reptícia. Na carta escrita a Dudley, a citação em latim do livro do Profeta Jeremias, contida no Antigo Testamento, “*Maledictus qui facit opus Domini fraudulenter*” (26) – “amaldiçoado seja aquele que realiza o trabalho do Senhor de forma enganosa” (Jeremias 48:10) – evoca a ideia da retribuição divina sobre todos aqueles que tentam enganar Deus. Contudo, ao citar Jeremias, o bispo opta pelo uso do substantivo “*negligenter*”, ao invés do original “*fraudulenter*”, enfatizando ainda mais a ideia de que o envolvimento no pecado da idolatria poderia assumir múltiplas formas, incluindo a de negligenciar o castigo, justificado e expectável, a aplicar aos considerados responsáveis por essa ofensa divina.

Assumindo uma abordagem ainda mais directa, o bispo relembra Cecil que um simples “pisar de olhos” ao pecado da idolatria é conivente com esse mesmo pecado e acrescenta:

... such an example is not to be suffered, God will be mightly angry with it, it is too offensive; if her Majesty should grant or tolerate it, she can never answer God for it (25).

O bispo recorre então à derradeira arma que possui, lançando uma ameaça velada à alma da rainha e ao risco da sua salvação eterna. De facto, considerava que o assunto não poderia assumir maior gravidade.

Ambas as missivas expressam, de modo notório, a desconsideração de Sandys quanto à conduta do embaixador português, assim como o seu desprezo pelo próprio Giraldes. Tal pode concluir-se das várias vezes que recorre às expressões “*este Português*” (“this Portingale”), ou “este idólatra e orgulhoso Português” (“this idolatrous and proud Portingall”)⁵. O uso do determinante demonstrativo ‘este’ (“this”) para referir o nome ‘Português’ (“Portingale”) dota a forma como o bispo alude ao embaixador com uma

⁵ Sublinhado meu.

conotação negativa. Ademais, apesar de as duas cartas serem algo elaboradas e extensas, Sandys escreve o nome do embaixador apenas uma vez: na carta endereçada a Cecil encontra-se a forma anglizada do nome e sobrenome do embaixador – “Francis Gerald” (25) –, mas na carta escrita a Dudley apenas o apelido “Gerald” parece ser suficiente (26). Portanto, na sua correspondência, o bispo de Londres nega ao embaixador português a sua primordial e mais significativa designação de identidade, ou seja, o seu nome. Na carta a Cecil, Sandys nunca se refere ao sujeito da sua missiva pelo cargo que ocupa – o embaixador português – apesar de mencionar o *Mayor* de Londres e o *Sheriff* de Londres (25). E no caso da referência ao *Sheriff*, o bispo menciona-o pelo seu sobrenome, precedido do título honorífico ‘senhor’: “Mr. Pipe” (26).

Se examinarmos mais de perto ambas as cartas, constatamos que possuem caligrafias distintas, facto que pode ser explicado pelo recurso a um secretário, ou pelo esclarecimento que encontramos no final das duas missivas, indicando que o bispo as havia ‘rabiscado à pressa’: “scribbled... in haste” (25, 26). Independentemente da diferente caligrafia, a designação “Portingale” surge escrita de formas distintas: “Portingale” e “Portingall”. Tal diferença ortográfica não se coaduna com a erudição do bispo, confirmada pelas várias passagens em latim incluídas nas missivas. Embora devamos ter em consideração a evolução ortográfica do nome ‘Portugal’, podemos igualmente ‘ler nas entrelinhas’ e incluir esta incoerência ortográfica como mais um meio pelo qual Sandys expressa a sua desconsideração por Giraldes. Segundo Annabel Patterson, e na esteira da hermenêutica straussiana, no caso da época pré-moderna, o método interpretativo de ler nas entrelinhas (“reading between the lines”) envolvia mais do que apenas *escrever* nas entrelinhas: tratava-se de uma estratégia política consubstanciada na escrita de mensagens subentendidas (7; 224). Em última análise, apesar de as cartas ora em análise expressarem as idiossincrasias do autor, o estudo de tal correspondência permite-nos compreender como a *persona* do embaixador português era tida em conta num círculo de pessoas eminentes.

Não obstante os apelos do bispo de Londres, os registos demonstram que neste embate entre as forças religiosas e seculares foi a diplomacia que saiu vencedora. Como embaixador experiente, Francisco Giraldes havia já estabelecido a sua reputação junto da corte isabelina como hábil e engenhoso negociador, qualidades que seriam, mais tarde, consideradas por De Callières requisitos fundamentais de qualquer diplomata (19-48).

Precisamente devido à reconhecida autoridade de Giraldes enquanto embaixador, D. Sebastião ordenou que o diplomata deixasse o cargo que desempenhava na Flandres para se dirigir a Londres, a fim de resolver o conflito comercial entre Portugal e Inglaterra, analisado no Capítulo I. Por mais de uma década, outros embaixadores e enviados diplomáticos portugueses haviam tentado sanar, sem sucesso, as divergências que opunham as duas coroas. Em 1569, as actividades comerciais entre Portugal e Inglaterra cessaram, e a Aliança de amizade de 200 anos foi quebrada. Assim, a resolução das consequências políticas e comerciais advindas das divergências entre os dois reinos dependia agora das habilidades diplomáticas de Francisco Giraldes. Servindo como plenipotenciário do rei de Portugal,⁶ Giraldes trabalhou de perto com o círculo mais restrito da administração inglesa, tendo várias audiências com Isabel I, monarca cujo favor o embaixador português conseguiu conquistar, apesar do conturbado contexto político-económico. A conduta de Giraldes aparenta ter sido a personificação do verdadeiro diplomata renascentista, conforme Garrett Mattingly observou:

... [someone who] understood that his job was to win and hold the confidence and respect of the people among whom he worked (109).

Muito provavelmente, o bispo de Londres não terá sido capaz de compreender a relevância do papel desempenhado por Giraldes. Isabel I revelou não estar disposta a iniciar uma outra contenda com Portugal, confirmando o que Mattingly assinala: no final, a maioria dos conflitos entre diplomatas e autoridades locais acabava por ser resolvida pelo monarca, o qual tinha menos consideração pelos princípios da lei do que pela importância do poder da figura do Embaixador ou do país que este representava (265).

⁶ Apesar de a carreira diplomática não se encontrar, à época, enquadrada profissionalmente, a representação do soberano enquanto plenipotenciário consubstanciava um serviço de enorme responsabilidade, pois consistia na atribuição de plenos poderes a um ministro ao serviço de um soberano em solo estrangeiro. Se considerarmos que os diplomatas não realizavam qualquer exame de admissão para a função que iriam desempenhar, mas se tratavam de uma escolha pessoal do soberano, seguindo critérios de confiança política e de ascendência social, então o papel de Giraldes surge, uma vez mais, reforçado enquanto ministro plenipotenciário.

5. As Imunidades Diplomáticas

Paralelamente, deve ainda considerar-se que o conceito de imunidade diplomática, como hoje o conhecemos, estava em formação na época do incidente há pouco abordado. Segundo McClanahan:

... the privileges and immunities of resident ambassadors in the sixteenth and seventeenth centuries were something of a new situation, different from the special ambassadors and heralds of the Middle Ages (26).

Tal significava que os teóricos da Jurisprudência se viam forçados a adaptar o familiar conceito de *ius/jus gentium* (direito das gentes ou lei dos povos) a algo distinto, um direito *entre gentes*, *jus inter gentes* (Mattingly 270).⁷ O que havia sido tacitamente aceite durante o período da Idade Média como ‘lei internacional’ passou a ser questionado nos séculos XV e XVI, com o surgimento e a propagação de embaixadores residentes numa Europa dividida pela religião. De acordo com Mattingly, a sociedade da Europa medieval partilhava uma multifacetada estrutura que extravasava a religião: “feudal customs, Christian moral, and Roman juristic thinking had been inextricably and almost imperceptively interwoven” (22). Impunha-se agora repensar essa mundividência única e construir uma estrutura que sustentasse a sociedade de maneira coesa, não obstante a diversidade política.

No entanto, segundo Watkins, podemos denotar o estabelecimento de vários diálogos de continuidade entre os períodos medieval e pré-moderno, os quais fragilizam a observação de Mattingly:

⁷ Mattingly, como outros autores, usa o termo ‘nações’: “a law for sovereign states, a law, that is, not *of* but *among nations*” (sublinhado meu; 270). Dada a complexidade que o termo ‘nação’ encerra, a qual será abordada no Capítulo III, a opção da tradução do comentário de Mattingly recai no uso do termo ‘gentes’. Como já referido no capítulo anterior, da evolução entre *jus gentium* e *jus inter gentes* decorre o surgimento do termo relações internacionais.

Diplomatic theory is inseparable from diplomatic practice, and the distinctions between sacred and secular, medieval and Renaissance experience are less clear than Mattingly... maintains. This analytical instability undermines Mattingly's overarching vision of a pre-eminently secular Renaissance diplomacy carried out by increasingly professionalized residents that was later compromised by post-Reformation sectarianism (3).

Apesar das divergências evidenciadas por estes autores, não podemos negar que a Europa havia mudado indelevelmente, tal como Butler afirma:

As Roman Catholicism, once the religion of the Western Europe, was replaced in certain countries by other forms of obedience – Lutherans, Calvinistic, Anglican and others – liberty in the choice of adequate representatives could only be secured to states by mutual exemption of the diplomatic corps from an obligation of conformity to the state religion. This practice grew slowly and was not established till men had begun to think as naturally in political as they did in religious terms (89).

Consequentemente, a fim de permitir que um embaixador residente pudesse celebrar os serviços religiosos de acordo com as suas crenças num país de outra fé, o *droit de chapelle* foi, de modo progressivo, acrescentado ao conjunto de imunidades concedidas aos enviados diplomáticos do século XVI.⁸

De facto, um problema de ordem prática emergira da forma como os países deveriam proceder em relação aos embaixadores residentes que hospedavam. Tal significava que algum tipo de compromisso teria de ser encontrado entre a teoria medieval e a prática moderna de diplomacia. Nos finais do século XVII, De Callières referir-se-ia àquele que era já considerado um direito garantido, e universalmente aceite, dos agentes diplomáticos:

⁸ Devem considerar-se também a imunidade dos embaixadores em trânsito, a imunidade quanto a dívidas contraídas antes da missão diplomática e a imunidade civil e criminal (Mattingly 257-261). McClanahan identifica as três teorias principais da imunidade diplomática, no contexto dos séculos XVI e subsequentes: (1) representação pessoal, (2) exterritorialidade e (3) necessidade funcional [“personal representation, exterritoriality and functional necessity”] (27-34).

Tous les Ambassadeurs, les Envoyez & les Residents ont droit de faire librement dans leurs maisons l'exercice de la Religion du Prince ou de l'Etat qu'ils servent, & d'y admettre tous les sujets du meme Prince qui se trouvent dans le pais ou ils resident (101).

Por conseguinte, ao analisarmos a invasão da residência do embaixador português pelo *Sheriff* de Londres deveremos ter em mente que o primeiro se encontrava sob o recém-conquistado, e progressivamente consolidado, *droit de chapelle*. Conforme observado por McClanahan:

First to grant this privilege were France and England, reluctantly followed a great deal later by Catholic Spain and Italy and Protestant Scandinavia and The Netherlands. In the end, tolerance for “heretical” chapels was gradually conceded. Because of the delicacy of the subject, the toleration was tacit rather than written (27).

Contudo, será igualmente importante considerar que este privilégio envolvia questões como, por exemplo, o tipo de serviços religiosos permitidos na capela dos embaixadores e quem poderia assistir às celebrações. A resposta à primeira questão remete para o facto de os embaixadores, por norma, insistirem em seguir o modelo de serviço religioso de acordo com os costumes da sua terra natal, como marca de lealdade ao soberano (Mattingly 226, 267). A resposta à segunda questão encontra-se directamente relacionada com o princípio emanado da Paz religiosa de Ausburgo de 1555, *cuius regio, eius religio*,⁹ princípio que, como Brady menciona, “made rulers responsible for the religious welfare, and ultimately consciences, of their subjects” (352). Neste contexto, Giraldes e o seu séquito tinham permissão de assistir à celebração da Missa na capela da residência diplomática. No entanto, tal direito encontrava-se negado aos súbditos ingleses

⁹ Expressão latina cujo significado é “que se siga a religião de quem é a região”; ou seja, que os súbditos devem seguir a mesma religião do seu soberano.

encontrados no local pelos homens do *Sheriff* de Londres, uma vez que deveriam conformar-se às práticas religiosas da sua soberana. Mattingly recorda:

... every ambassador was obliged, as a point of honour and evidence of his faith, to try to secure for near-by compatriots, as well as co-religionists, the privilege of attending his chapel (267).

Esta será, decerto, a razão pela qual se registaram tantas invasões às residências diplomáticas, resultando na prisão de inúmeros súbditos ingleses que assistiam à celebração da Missa católica, o que concedia às autoridades locais a necessária justificação legal para a violação da imunidade diplomática.

O caso da invasão de Durham Place em 1562, quando Álvaro de la Quadra era embaixador espanhol em Inglaterra, insere-se neste contexto, embora as razões da ofensiva fossem mais de pendor político do que religioso. Com a celebração da Missa, o embaixador espanhol havia concedido o pretexto legal de que as autoridades precisavam para invadir a sua casa. De facto, de la Quadra fora associado a conspirações contra a rainha de Inglaterra, além de ser um bispo católico e representante do arqui-inimigo inglês, Espanha; ou seja, este embaixador espanhol personificava precisamente a justaposição dos planos político e religioso, do poder temporal e espiritual, da Lei das Gentes e da Lei Canónica ou Eclesiástica.

A obra de Shakespeare *All is True: Henry VIII*, que contém a epígrafe do presente capítulo, encerra, na personagem de Wolsey, as mesmas complexas justaposições de planos. Além de ter servido como enviado diplomático de Henrique VIII inúmeras vezes, o cardeal Wolsey foi também nomeado Legado papal (*legatus a latere*) em Inglaterra e manteve-se uma figura decisiva em matérias de política externa.¹⁰ Segundo Bradley Irish, no contexto da ordem do cosmos preconizada no período pré-moderno, a sobreposição dos planos temporal e espiritual (Estado e Igreja) resultava amiúde ambígua e complexa, especificamente no que concerne às tensões que podem emergir entre ambos, como aconteceu com Wolsey:

¹⁰ Cavendish, em *The Life and Death of Cardinal Wolsey*, usa o termo “ambassitor” inúmeras vezes para relatar as funções de Wolsey ao serviço de Henrique VIII enquanto enviado diplomático (8, 16, 22), bem como enquanto *legatus/leggate de latere*, ou Legado Papal (16, 17). Veja-se também Maria de Jesus C. Relvas, *Actos Biográficos* (453-483).

By ruthlessly attacking his fundamental role as King Henry's proxy – a role already compromised by his loyalties to Rome – contemporaries cast Wolsey as a monstrously overweening agent, whose usurpation and displacement of his master implicitly perverts the central representational trope of diplomacy (87).

A figura de Thomas Wolsey surge como singular no âmbito da análise da prática diplomática. Enquanto representante de Henrique VIII, Wolsey devia zelar pelos interesses do soberano e não ultrapassar os limites impostos aos ofícios da actividade diplomática, os quais, segundo Hampton, envolvem três formas de acção: negociação, mediação e representação (7). No entanto, o pulsar da autoridade de Wolsey, aliada à sua personalidade forte e determinada, conduziram este *representante* a assumir (ou, como afirma Irish, a usurpar e deslocar) a figura representada. O protagonismo do representante diplomático subverte as premissas da própria diplomacia, uma vez que o foco da atenção não deverá ser o enviado, mas sim aquele que envia. Wolsey emerge também como um exemplo paradigmático quanto às tensões decorrentes dos planos político e religioso. Tendo em conta a conjuntura política do reinado de Henrique VIII e a crise de sucessão que pairava sobre a Dinastia Tudor, o papel de Wolsey enquanto Legado papal evidencia agora uma ameaça aos interesses do rei, ao invés dos benefícios que tal função representara anteriormente:

The threat posed by Wolsey came in no small measure from his double role as “international” legate and royal counsellor (Hampton 143).

A este respeito, e no âmbito da prática da representação diplomática, Irish coloca a questão central: “charged with guarding both the temporal interests of his king and the spiritual interests of his pope, for whom does he [Wolsey] negotiate, mediate, and represent?” (86).

Interligando a figura de Thomas Wolsey com a de Álvaro de la Quadra, um primeiro diálogo pode ser estabelecido: ambos serviam enquanto representantes do poder temporal e do poder espiritual. As vantagens da dupla representação são evidentes na

demonstração da capacidade de análise, avaliação e aconselhamento de matérias de uma amplitude vasta do Direito Canónico e da Lei das Gentes. Contudo, a complexidade da dupla representação emergia sempre que as tensões político-religiosas eclodiam e os interesses entre os dois planos se distanciavam. No caso de Wolsey, aconteceu quando Henrique VIII não conseguiu alcançar do Papa o reconhecimento da nulidade do casamento com Catarina de Aragão. No caso de Álvaro de la Quadra, as tensões resultavam do facto de representar a fé católica num país que se distanciava cada vez mais de Roma, não só em termos de culto religioso, mas também no que respeitava aos divergentes interesses geopolíticos do Vaticano e de Inglaterra. A seriedade e a sensibilidade decorrentes de tais pressões impunham ao enviado diplomático um desafio suplementar. Por tudo quanto foi sendo referido, a personalidade e o perfil individual dos embaixadores surgiram como elementos determinantes para o sucesso ou insucesso das missões diplomáticas.

Se, por um lado, Wolsey se arrogava a autoridade e o poder de decisão (Hampton 143), de la Quadra não praticava a ambiguidade e, pelo contrário, assumia-se pela frontalidade, conforme relata Birth:

In all his interviews with Elizabeth he was fiercely outspoken, particularly as to the religious attitudes she had assumed... he must have told her some unpleasant truths in brutally frank language, since he said he had never written anything about the Queen which he had not had the courage to say to her to her face (449).

Alheio aos benefícios decorrentes de uma certa ambiguidade do discurso diplomático, a franqueza e a verbosidade de Álvaro de la Quadra granjeavam-lhe o desfavor da corte, em geral, e da rainha, em particular. Além das adversidades resultantes dos factores de ordem política e religiosa já expostos, o perfil do embaixador espanhol não emergia como conciliador das disparidades que opunham Espanha e Inglaterra. O diplomata considerava a sua franqueza como louvável, e, ao escrever sobre estas matérias de forma tão directa ao seu soberano, incorria no desfavor da corte que o acolhia, na medida em que a correspondência era, amiúde, interceptada.

Portanto, talvez não seja de estranhar que de la Quadra tivesse sido convidado a abandonar Inglaterra, ao contrário do que aconteceu com os embaixadores portugueses em sequência dos episódios de invasão das residências diplomáticas.¹¹ A par das complexidades advindas da justaposição dos planos político e religioso em matérias da diplomacia do período pré-moderno, a personalidade e o perfil de Álvaro de la Quadra resultaram determinantes para o insucesso da sua missão diplomática em Inglaterra (Birth 449-454).

6. Manoel d'Alvares e o Incidente Diplomático de 1568

Manoel d'Alvares constitui outro exemplo da violação dos direitos diplomáticos. Quando o embaixador português residia em Londres, a sua casa em Hoxton foi tomada pelas forças da autoridade local, em Outubro de 1568. Nessa altura de aflição para o diplomata luso, a ajuda vinda da parte dos seus homólogos espanhol e francês permitiu a resolução do desentendimento com as autoridades londrinas.

Os relatos do incidente permitem-nos levantar o véu sobre este *quasi*-desconhecido embaixador, bem como sobre as dificuldades que encontrou durante a sua missão em Londres.¹² Considerando que não se descortinam quaisquer registos pela pena do próprio Manoel d'Alvares que nos elucidem quanto aos eventos do incidente diplomático de 1568, deveremos analisar as cartas escritas por outros intervenientes no acontecimento.

Um dos relatos da ocorrência chega-nos pela voz do embaixador espanhol em Inglaterra, à época, Guerau De Spes:

Whilst the French ambassador was dining with me to-day, a servant of the Portuguese ambassador was sent to inform me that this morning at mass the agents of the bishop of London entered the house and arrested the

¹¹ Álvaro de la Quadra não regressaria, porém, a Espanha. Faleceu de peste em Langley, a 26 de Agosto de 1563. (Birth 454).

¹² Serão apresentadas citações mais extensas do que o preconizado, uma vez que resultam reveladoras e significativas para um melhor entendimento e uma mais fidedigna contextualização do passado.

Englishmen who were present, but the ambassador forbade them to take them prisoners, and subsequently the officers and a great number of people surrounded the house. He wishes me to see whether I can help him, and asks me to tell him what I think he ought to do. The French ambassador and myself were both of opinion that a servant of mine should accompany the Portuguese ambassador's servant to beg the Lord Mayor to be good enough to go and disperse the people from before the house, but when the Mayor heard that it was a question of the mass, he was in a great rage, and said that if the Bishop wished, he, the Mayor, would rather go with his men to help him. He said it was no good asking him to help men who go to mass. I sent some more of my people to the house of the Portuguese ambassador to say that I thought he ought to inform the Queen, and, at the same time, some officials of the Lord Chancellor, who is Cecil's brother-in-law, arrived in great anger and demanded of the ambassador that the Englishmen should be given up, saying that they had no quarrel with him or his people. The ambassador replied that there was no one there but his own servants, and on the arrival of some more Spaniards, and Wilson who was ambassador in Portugal, the constables retired for the present, those who were inside remaining there in hiding. Probably the Queen would be glad for the Portuguese ambassador to leave after this affront without pressing her more about the prohibition of trade with the Indies and Guinea, as people here are much disturbed by the delay in Hawkin's arrival, and are afraid that the Portuguese fleet has sent him to the bottom, as is reported by a ship which brings the news from Rochelle (*CLSP* Hume 1894: 80, 81).

De Spes relata a Filipe II, de forma pormenorizada, como o seu homólogo português se deparou com a violação da imunidade diplomática, advinda de um subterfúgio jurídico que permitia às autoridades locais invadir as residências dos enviados. A carta de De Spes evidencia ainda como os embaixadores agiam de forma concertada, auxiliando-se mutuamente em situações de disrupção da ordem, lutando pela inviolabilidade dos seus direitos.

O uso do termo inviolabilidade emerge na apologia da mesma, feita pelo jurista italiano e *Regius Professor* da Universidade de Oxford durante 21 anos, Alberico Gentili, o qual contribuiu de modo significativo para a evolução da Lei das Gentes e para a

fundamentação do que mais tarde seria a Lei Internacional. Na sua obra *De legationibus, libri tres* (1585), o autor defende a qualidade inviolável da prática diplomática como um dos princípios fundamentais no contexto da Lei das Gentes. A este propósito, Charles Covell comenta:

The merit of Gentili... lay in the detail and the technical refinement of his treatment of the law of nations... In Gentili's account..., ambassadors were the representatives of foreign rulers, and with the fundamental principle of the law of embassies being that of the inviolability of ambassadors (45).

Ao representarem os seus soberanos, os embaixadores não poderiam ser vistos como meras figuras passivas, desprovidas de autoridade, mas sim como *agentes* políticos, na acepção etimológica do termo ‘agente’: aquele que opera; aquele que produz efeito; activo. Portanto, a autoridade dos embaixadores deveria ser respeitada e as imunidades diplomáticas, nomeadamente a inviolabilidade das suas residências, surgiam como garantias desse respeito.

Do relato de Guerau De Spes resulta também claro como as questões do foro da fé acabavam por repercutir-se em matérias de ordem secular, nomeadamente no que diz respeito às questões comerciais e económicas, as quais constituíam a primordial missão diplomática de Manoel d’Alvares em Inglaterra, conforme exposto no Capítulo I. A este propósito, em resposta à missiva do seu embaixador, Filipe II escreveu:

You will have learnt from Guzman de Silva and from Dr. Manuel Alvarez, a member of the king of Portugal's Council, now resident in London, particulars of the business which the latter is negotiating, and, as discussion had been opened for a settlement of the matter (of which I at once informed the King, telling him I was glad to hear it and hoped an arrangement would be effected on fair terms), I have advised him that the best course for Alvarez to adopt will be to make the most favourable terms possible, take leave of the Queen kindly and return to Portugal (*CLSP Hume* 1894:81).

Na opinião do rei espanhol, Manoel d'Alvares deveria deixar a corte de Inglaterra, não sem antes garantir os termos favoráveis para o seu soberano, sobrinho do rei espanhol, no que ao diferendo comercial dizia respeito. Contudo, Filipe II instou para que d'Alvares se apartasse de Isabel I de forma cordial, servindo assim os melhores interesses do seu país. Embora não fazendo qualquer referência directa ao incidente que opusera d'Alvares e as forças de autoridade locais, Filipe II aconselhava a cessação da missão, de forma a que o diplomata não fosse totalmente desacreditado e acabasse por prejudicar os interesses de Portugal.

Por seu turno, o bispo de Londres, na época Edmund Grindal, deixou também um registo do sucedido na casa do embaixador português. Apesar de se tratar de um pormenor, deparamo-nos com uma discrepância entre De Spes e Grindal quanto à data do incidente envolvendo d'Alvares. De Spes assina a carta de 25 de Outubro, referindo-se aos eventos ocorridos no próprio dia ("to-day"). A carta de Grindal também se encontra datada de 25 de Outubro, mas relata os eventos do dia anterior. Parece, pois, difícil saber, com toda a certeza, se o incidente diplomático que envolveu Manoel d'Alvares ocorreu no dia 24 ou no dia 25 de Outubro de 1568. Esta aparente dúvida será, contudo, esclarecida mais adiante. Na exposição de Grindal a William Cecil, a versão dos factos resume-se da seguinte forma:

Sir, I hear that the Portugal Ambassador hath sent to the Court to inform of matters done in and about his house yesterday; and fearing least he have not uttered all the truth, I have thought good to advertise you, both of mine own doings, and of the constable's doings, so far as I can learn by examining of the said constable. For the first, I and other commissioners, hearing of resort of English men and women to mass there, gave warrant to the constable to apprehend such English persons as should be vehemently suspected to come from mass, not authorising him to enter into the house; and therefore his going into the house (the circumstances whereof appear by his own confession sent herewith) was more of zeal than good discretion.

Afterwards, when the Ambassador kept all the Englishmen secretly in his house, the mass ended, being certified thereof, I willed the constable to watch aloof from the house, till I had sent to my lord Keeper to know his pleasure; which I did. My lord Keeper sent two of his gentlemen to the

ambassador, requiring him to send all the English persons in his house to his lordship, and then the said ambassador (as the said gentlemen in their return by my lord's order informed me), the Ambassador denied that there were any English folks in his house; how truly, I cannot tell. And so about four o'clock in the afternoon the said constable and his watch were willed to depart, every man to his house. The constable's doings with the circumstances thereof cannot be better known than by his own confession upon the examination of him and other. This is the fact, so far as I can learn; the judgement thereof I refer to your wisdom. The poor constable standeth in great fear of his life: it may please you to have consideration thereof, as you shall think good (SP 12/48 f.55).

A carta de Grindal evidencia a tentativa de desresponsabilização face à violação dos direitos diplomáticos de imunidade do embaixador português. O bispo de Londres remete a responsabilidade para os homens que se encontravam ao seu serviço e que, por excesso de zelo, terão ido além das ordens e indicações que lhes havia dado. Grindal apela ainda à compreensão de Cecil e absolvição face ao exagero cometido por estes homens, tendo em conta a conduta do embaixador português, o qual negou a presença de súbditos ingleses na sua residência, apesar de as evidências apontarem para o contrário. De facto, o próprio *Constable*, Humfrey Perwiche, ao apresentar a sua versão dos factos, refere a atitude provocatória do embaixador, justificando-se por qualquer exagero cometido:

... as soon as the constable came to the house, the gate being open he went immediately to the chapel... the said constable... not having any weapon... then the Ambassador's men began to keep a great stir and every man took his weapon some with partisans, pikes, and other weapons and some with guns and daggers. So as the constable and others that came with him were in great fear of their lives, the gates being shut and locked, that they could not go out. And then the ambassador himself came unto them very fiercely, calling them villains, dogs, and such like, and enquired by what authority they came; whereupon the constable caused the letter of the commissioners to be read, and a Portugal that understood English standing by, declared the effect thereof to the Ambassador. Then the Ambassador enquired whose hands were at the same letters, unto whom answer was

made; the Bishop of London and others that were in commission for such matters. Whereunto the Ambassador said he cared not for the Bishop of London his hand, if the Queen's hand were not at it; and so, with most vile words caused them to be thrust out of the gates, and so all the English persons there at Mass conveyed away... The gate [of the Portuguese Ambassador's house] is never left open at any time all the day but when as they be at Mass, to them that there are English persons that come to it, may straight go to the Chapel without stay or let, and not be seen (spelling modernised; SP 46 Domestic: Supplementary ff. 95-97).

Numa clara dispersão de responsabilidades, também o *Constable* de Londres justifica a violação da imunidade diplomática do embaixador português, acusando-o de uma conduta indigna para o cargo que assumia; fê-lo, relatando que tanto ele, como os seus homens correram risco de vida ao serem ameaçados com armas por Manoel d'Alvares e pelos homens do corpo diplomático luso. O *Constable* de Londres também alude ao desrespeito do embaixador pela autoridade do bispo de Londres e dos seus representantes, na medida em que Manoel d'Alvares havia assumido que apenas reconheceria a autoridade de quem se fizesse apresentar com um documento assinado por Isabel I. Por fim, o *Constable* lança uma suspeita sobre o modo como o embaixador desrespeitava as autoridades, ao permitir que súbditos ingleses entrassem pelos portões da residência diplomática (os quais se encontravam abertos apenas em dias de Missa), a fim de assistirem de modo clandestino à celebração. Concomitantemente, Perwiche justificava-se quanto à violação da imunidade do embaixador português, pois, afinal, como relata, o portão da residência diplomática encontrava-se aberto. Logo, o *Constable* parece querer indicar, embora de forma subentendida, que não havia existido qualquer invasão.

O relato de Perwiche permite-nos ainda desvendar a dúvida relativa à incongruência na datação deste evento (por De Spes e Grindal). Na sua introdução, o depoimento do *Constable* indica o seguinte:

The manner and order of the execution of the Commissioner's letters for Causes Ecclesiastical at the Portugal's Ambassador's house at Hoxton in

Mydd. upon Sunday, xxiiiith of October, 1568 (spelling modernised; SP 46 Domestic: Supplementary *f.* 95).

Uma consulta ao Calendário Juliano de 1568 permite-nos confirmar que, de facto, 24 de Outubro foi um Domingo, dia de celebração da Missa católica que acolhe um maior número de fiéis. Assim, a datação de Grindal, e não a de De Spes, parece resultar mais fidedigna para assinalar o incidente diplomático de d’Alvares, em 1568.

6.1. De Spes *versus* d’Alvares: as Qualidades dos Diplomatas

Retomando o conselho de Filipe II para que Manoel d’Alvares deixasse a corte inglesa, não pode deixar de notar-se que o soberano se baseou na informação transmitida pelo seu embaixador, De Spes, quando este último observou: “Probably the Queen would be glad for the Portuguese ambassador to leave after this affront” (*CLSP* Hume 1894: 80, 81). Este será, decerto, um exemplo evidente de como uma parte significativa da comunicação entre embaixadores e seus príncipes resultava das análises dos primeiros, produzindo efeitos nas avaliações e decisões dos últimos; ou seja, trata-se de mais uma confirmação de como os embaixadores eram responsáveis por cartografias das mentalidades. Importa notar a observação de Martin A.S. Hume em relação a De Spes:

... a fiery Catalan knight called Guerau de Spes, as haughty and intolerant as Feria himself, a man... entirely wanting in discretion at a time when, of all qualities, discretion was that most needed... the indiscretion of Guerau de Spes had embittered the relations of the two governments to the last degree (1894:xiii, xv).

O contexto religioso em que os embaixadores ibéricos católicos desenvolviam as suas missões impunha discrição. Além disso, entre as qualidades de um diplomata contava-se a habilidade de defender os interesses do soberano mantendo, simultaneamente, a paz e a cordialidade com o soberano que o hospedava. Depreende-se,

portanto, que De Spes não concretizou nenhum destes requisitos. Não obstante a sugestão de De Spes, Manoel d'Alvares permaneceu ao serviço de D. Sebastião na corte isabelina até finalizar a missão. Regressou a Portugal a 15 de Janeiro de 1569, por ordem do monarca e em boas relações com Isabel Tudor e a sua corte.

Pelo contrário, Guerau De Spes foi expulso de Inglaterra a 14 de Dezembro de 1571, na sequência de indiscrições, atitude manipuladora e comportamento conspirativo (Hume xxxvi), tendo Espanha ficado sem embaixador residente em Inglaterra por um período de cinco anos (Hume xxxviii). Independentemente das diferenças religiosas que distanciavam os embaixadores ibéricos do governo isabelino, era o perfil do diplomata que ditava, em última análise, o sucesso da missão. A este respeito, Manoel d'Alvares saiu vencedor e De Spes vencido. Hume sintetiza, da seguinte forma, o insucesso de De Spes ao serviço da diplomacia:

If, instead of his indiscretion, his rudeness and his bigotry, a minister of the adroitness and tolerance of Guzman [da Silva, the previous Spanish resident ambassador in England] had represented Philip in London during those critical years, it is highly probable that much of the hatred which culminated in the Armada would have been avoided (1894: xxxvii).

A missão diplomática de um embaixador, enquanto “aquitecto da paz” ou negociador de consensos, não poderia, pois, resultar de pior forma do que aquela descrita por Hume acerca de De Spes.

Vários registos descrevem episódios resultantes da violação daquele que era já considerado o crescente axioma de “extraterritorialidade”.¹³ J. Craig Barker admite que o direito decorrente da imunidade diplomática representava problemas adicionais para a prática das relações externas:

This theory [extraterritoriality] asserted that not only was an ambassador and his retinue considered to be outside the jurisdiction of the receiving

¹³ Ou, segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, o “direito que assiste aos representantes das nações estrangeiras de se regerem pelas leis do país que representam”. <<https://www.priberam.pt/dlpo/extraterritorialidade>>.

state but also, by some fiction, they were considered actually to be outside the territory of that state (43).

Como já mencionado, o *Privy Council* estabeleceu uma resolução legal, a fim de ultrapassar as problemáticas levantadas por essas pequenas ilhas de soberania estrangeira, ou “little islands of alien sovereignty”, designação cunhada por Mattingly (268).

Consequentemente, estes incidentes diplomáticos envolviam, por um lado, a oposição entre as autoridades locais, políticas e religiosas, e, por outro lado, a Lei entre as gentes, a qual dotava os embaixadores com recém-criadas imunidades. Contudo, no final, o desfecho do incidente diplomático que opôs o bispo de Londres e o embaixador português prova que o governo de Inglaterra não queria arriscar uma ruptura diplomática com Portugal.

7. O Desfecho do Incidente Diplomático de 1573

Sandys refere-se aos protestos vigorosos do embaixador português, os quais incluíram gritos e ameaças aos invasores da residência. Sempre adaptável, como todos os diplomatas devem ser, Giraldes estava bem ciente de que na esfera política se actua num palco de aparências. A demonstração pública da sua indignação limitaria as acções do *Sheriff* de Londres e dos seus homens, contribuindo, em muito, para a insatisfação e frustração do bispo de Londres; no entanto, em simultâneo, permitia a Giraldes apresentar pessoalmente o seu caso na corte. Como Jeremy Black observou, inscrita nas qualidades de um embaixador encontra-se a capacidade de induzir em erro os adversários (12).

Uma vez na corte, na presença de Isabel I e perante a sua ostentação de poder e autoridade, Giraldes terá adoptado um diferente *modus operandi*, indubitavelmente mais discreto e humilde, mas de igual modo assertivo. Nas palavras de Giraldes, uma audiência com a soberana era uma ocasião para apresentar solicitações de forma engenhosa e cordial: “por se não perder ocasião alguma de seguir solicitando com destreza e calor” (Português modernizado; SP 89/1 f.18). O embaixador português conseguira sair deste incidente diplomático sem colocar em risco a sua missão mais importante que era, como

Peter Barber notou, “the peaceful management of international relations” (6). Que Giraldes continuou a beneficiar do favor real, mesmo depois do incidente de 1573, fica claramente demonstrado na carta que o embaixador escreveu, a 9 de Dezembro de 1575, a D. Duarte Castelo Branco:

Pero Vaz espero cada dia de Flandres, onde o mandei, por se achar presente quando recebi minha mulher por procuração... E por a Rainha levar gosto que esta Dama venha aqui e me oferecer uma das suas naus, para poder passar o mar debaixo de sua protecção (*Embaixada*, fls.124; Português modernizado).

A rainha de Inglaterra ofereceu ao embaixador português uma das suas naus, para que a esposa pudesse juntar-se-lhe em Londres, vinda da Flandres. Tal generosidade, tão raramente associada a Isabel I, confirma o bom relacionamento entre Giraldes e a soberana.

O bispo de Londres foi nomeado arcebispo de York em 1576. Segundo Theodore Rabb, Sandys perdeu gradualmente o zelo e o radicalismo (5). Com efeito, nos últimos anos da sua vida, Sandys iria proteger e patrocinar Richard Hooker, conhecido defensor da *via media* (9). Talvez não só a idade, mas também o confronto com Giraldes – “the intolerable business”, nas palavras do bispo – tenham contribuído para suavizar a determinação do eclesiástico.

8. Francisco Giraldes e o Incidente Diplomático de 1576

A investigação de registos subsequentes confirma que a Missa católica continuaria a ser celebrada em casa do embaixador português. Em 1576, quando Giraldes residia em Charter House, outro incidente diplomático ocorreu. Considerando os documentos que mais adiante se analisarão, bem como o calendário do ano em apreço, o incidente terá ocorrido no Domingo, 4 de Novembro de 1576. De acordo com Henry Norbert Birth, o desagrado de Sandys em relação a Giraldes assumia, desta feita, contornos singulares:

Bishop Sandys... held strong views, which he expressed as strongly, on the subject of the Mass in general, and on its being allowed at the “Portingale” Ambassador’s in particular. Notwithstanding the raid made on that gentleman’s house early in 1573, the usual practices of a Catholic household were resumed. This was too much for Sandys, apparently; and his representations led to another forcible entry made into the same privileged domicile, this time in the autumn of 1576 (462).

Uma vez mais, são os arquivos estrangeiros e não os portugueses que nos permitem conhecer o segundo incidente diplomático que opôs Sandys e Giraldes, a partir da coleção *Lansdowne Manuscripts* da *British Library*, nos seus maços 22 e 23. Thomas Wright publicou, em 1838, a sequência de alguns dos *folios* que remetem para o episódio ora em análise (37-43).

Uma leitura da sequência dos *folios* que registam os eventos de 1576, apresentada em *Catalogue of the Lansdowne Manuscripts in the British Museum*, conduzem-nos, desde logo, a algumas considerações preliminares. Vejamos a sequência de *folios*:

22. 51. Mr. Fleetwood, Recorder of London, to Lord Burghley; from the Fleet, to which he and the Sheriff had been sent, Nov. 7, 1576 (*ff.* 127,128).

23. 52. Names of such as assembled to hear mass at the Portugal Ambassador’s House, by the Sheriff, 1576 (*ff.* 110,111).

23. 53. The Lords of the Council, to the Lord Keeper, Lord Treasurer, &c., to inquire into some violence used at the Portugal Ambassador’s House, Nov. 7, 1576 (*ff.* 112,113).

23. 54. Mr. Recorder Fleetwood, in the Fleet Prison, to Lord Burghley; justifying his proceedings, Nov. 9, 1576 (*ff.* 114,115).

23. 55. Names of persons with the Recorder, at his entering the Portugal Ambassador's house, 1576 (f. 116).

23. 56. The deposition of Edward Hewis; concerning apprehending the mass hearers at the Ambassador's, 1576 (f. 117).

23. 57. The deposition of Nich. Andrewe, a Serjeant at Mace, concerning visiting the Portugal Ambassador's house, 1576 (f. 119).

23. 58. The declaration and confession of Mr. Recorder Fleetwood, concerning the Ambassador's affair, 1576 (ff. 121,122).

A metodologia dos procedimentos subjacentes às “invasões” das residências diplomáticas revela-se clara. As autoridades locais (o *Sheriff* e os seus subordinados), acompanhados do *Recorder* da cidade, deslocavam-se aos domicílios dos embaixadores, com o objectivo de aí encontrarem súbditos ingleses em flagrante desrespeito e desobediência à lei que proibia que assistissem à Missa. Da visita, resultava uma lista que compilava o nome de todos os súbditos ingleses culposos, a qual era apresentada às instâncias superiores, nomeadamente aos membros do Conselho. Como já foi confirmado na análise ao episódio de 1573, tanto o bispo de Londres como o *Lord Treasurer* encontravam-se incluídos nos destinatários dos relatos dos intervenientes nestes processos. Os súbditos ingleses infractores eram presos ou sujeitos a pesadas multas (Birth 464), registando-se todos os eventos e os nomes dos envolvidos. E esses registos constituem a ferramenta essencial para o trabalho de investigação e para o olhar atento ao passado histórico.

Da sequência dos *folios* relativos aos acontecimentos de 1576 resulta também evidente a constatação de alguns desvios do procedimento habitual: a incursão à casa de Giraldes terá envolvido alguma violência (“some violence”); as mais altas instâncias, ou seja, os membros do Conselho, o *Lord Keeper* e o *Lord Treasurer*, abriram um inquérito ao ocorrido; o *Recorder*, William Fleetwood, foi preso na sequência dos eventos e forçado a apresentar a sua defesa perante as mais altas esferas de autoridade. Portanto, conclui-se que este episódio de 1576 merece especial atenção.

William Fleetwood, *Recorder* da cidade de Londres, foi quem registou com maior detalhe os incidentes de 1576, num depoimento realizado a partir da prisão de Fleet, inscrito no *folio* 58 da colecção *Lansdowne*.

8.1. William Fleetwood

William Fleetwood revela-se-nos uma personalidade interessante, até estimulante, e um exame breve ao seu legado permitir-nos-á perspectivar de forma mais rigorosa e abrangente os acontecimentos que ora nos ocupam.

Anthony Wood informa-nos que Fleetwood frequentou a Universidade de Oxford, tendo prosseguido os seus estudos em Middle Temple, tornando-se um advogado eminente e Membro do Parlamento (598). Wood descreve Fleetwood da seguinte forma:

He was a learned man and a good antiquary; but of a marvellous, merry, and pleasant conceit: and as touching his learning, justice and elocution, I cannot better describe them... As for his writings they were many (598-599).

Dadas as qualidades de Fleetwood, não será estranho que tenha escrito proficuamente. A propósito de uma das suas obras, *Liber Fleetwood*, Dennis Moore observa:

Liber Fleetwood gathers eight treatises reporting the findings of his research on topics ranging from the liberties and customs of London, to the queen's (lucrative) prerogative in the salt shores, to the unlawfulness of marrying without parental consent. As his choice of topics implies... his treatises are ultimately meant as practical guides... heavily documented position papers on such issues as who has jurisdiction over a certain matter or what judicial procedures should be followed (4).

Contudo, Fleetwood foi também o autor de *Itinerarium ad Windsor*, obra que se distingue, de forma notória, das suas restantes publicações. Apesar de o título ser em Latim, *Itinerarium* encontra-se escrita em inglês, composta em forma de diálogo, apresentando uma apologia da legitimidade do poder exercido por uma mulher. Dennis Moore resume a questão central levantada por Fleetwood neste seu texto:

Why should a woman be allowed to rule with the same powers of a king?
That question – posed by Queen Elizabeth’s powerful favourite Robert
Dudley, Earl of Leicester – launches the conversation reported in
Itinerarum ad Windsor (1).

Itinerarium relata-nos, pois, a conversa entre Robert Dudley, *Earl of Leicester*, e dois antiquários, Thomas Sackville, *Lord Buckhurst*, e o próprio William Fleetwood, *Recorder of London*, no decorrer de uma viagem de Londres a Windsor, na Primavera de 1575. Em termos literários, as páginas iniciais de *Itinerarium* revelam a influência dos clássicos e a mestria retórica de Fleetwood, como Moore observa:

In their evocation of a specific time and place, their individualized portrayals of members of the ruling elite, and the elaborate *captatio benevolentiae* through which the author establishes his presence and authority, these pages place *Itinerarium* in the honoured tradition of Ciceronian dialogue (5).

Fleetwood não seria, pois, um advogado, ou mesmo um *Recorder* comum. Para além das qualidades intelectuais e de carácter apontadas por Wood, Fleetwood é também descrito como “a good antiquary”, um dos protagonistas em *Itinerarium* (598). De acordo com as observações de Richard Bauman e de Charles L. Briggs, a actividade de antiquariato desenvolveu-se em Inglaterra como um campo de investigação no período pré-moderno:

Antiquarianism coalesced... in the latter half of the sixteenth century, under the convergent influence of Renaissance humanist historiography, the doctrinal and institutional dislocations of the Reformation, and the emergent national consciousness of a burgeoning imperial power. Characterized from the beginning by an admixture of nostalgia for a vanished past and a growing ideological commitment to progress, antiquarian inquiry centered its attention on remnants of the past – documentary, material, behavioral, or ideational indices of past ways of life – in an effort to construct and comprehend a contrastive present (72).

Ainda sobre a relevância deste campo de estudo, Angus Vine acrescenta:

Antiquarianism in its early modern manifestation... was a dynamic, recuperative, resurrective response to the past... The antiquary... is so familiar with the past customs and traditions that he sees the past as if it were the present (3).

Intimamente ligada à metodologia e abordagem humanistas de recuperação do legado clássico, a actividade dos antiquários seguia também, na esteira de Petrarca, uma visão imaginativa de recuperação do passado. Na carta que escreveu a Giovanni Collona, Petrarca relata como o passeio de ambos pela cidade de Roma, em Abril de 1341, o havia feito viajar no tempo, relembrando as glórias do antigo Império Romano, as suas proeminentes figuras históricas, como que numa série de visões ou memórias activadas pela topografia e pelas ruínas da cidade. Petrarca afirma:

... while we wandered not only in the city itself but around it, at each step there was present something which would excite our tongue and mind: here was the palace of Evander, there the shrine of Carmentis, here the cave of Cacus, there the famous she-wolf and the fig tree of Rumina (better named Romulus), here occurred the death of Remus... Here Caesar triumphed, here he perished... here Christ appeared to his fleeing Vicar; here Peter was crucified; there Paul was beheaded (291-293).

Ressonâncias do legado da Antiguidade Clássica, pela evocação de personagens literárias de Lívio e de Vergílio, reproduzem-se nas palavras de Petrarca. O autor reverbera igualmente ecos da mais recente herança do Cristianismo. Conforme Aleida Assmann nota, Roma preservava a continuidade das suas duas culturas – a pagã e a cristã. O passeio dos dois amigos pela cidade estimulou a memória colectiva, como se o passado se encontrasse cristalizado no espaço, podendo ser revisitado sempre que um olhar atento e conhecedor o observasse:

... the spiritual legacy of the past becomes accessible to the senses through the informed eye, as it alights upon visible relics. Through this process – so runs the expectation – a mysterious spark will leap from the past to the present, crossing the gap of time and forgetfulness (Assmann 293, 294).

Neste contexto, Angus Vine defende que Petrarca introduziu aquilo a que chama “imaginative antiquarianism”, ou seja, a ideia de que é possível recuperar o passado, através do despertar da memória e da imaginação, restaurando os fragmentos da história, de forma a trazer as virtudes de eras antigas de volta à vida (4). E um dos meios de restaurar o passado no contexto do período pré-moderno seria, como hoje, através do processo da escrita.

É precisamente o relato deixado por um antiquário a elucidar-nos sobre os acontecimentos que envolveram Giraldes no incidente diplomático de 1576. Encarar o relato de Fleetwood apenas como o resultado de um *Recorder* afigurar-se-ia insuficiente, na medida em que se perderia a dimensão, a amplitude, a abrangência e a convergência da influência humanista, da autoridade do legado clássico, da permanente preocupação em recuperar outras épocas através do olhar atento e informado do antiquário. Concluo, pois, que o depoimento de Fleetwood se reveste de importância e de singularidade incontornáveis, uma oportunidade única de vislumbrar o passado através do registo escrito de quem verdadeiramente procurava entender o ‘Outro’.

8.2. Fleetwood e o Relato dos Acontecimentos

Por todas as razões já evocadas, o longo depoimento de Fleetwood será citado praticamente na íntegra. Esta opção decorre, como se verá, do facto de se tratar de uma exposição pormenorizada dos acontecimentos ocorridos em Charter House. A narrativa sequencial em termos do tempo da acção, a reconstituição do espaço e do ambiente, a descrição espirituosa dos intervenientes, a riqueza sintáctica, a fluidez do discurso e dos diálogos produzem um efeito singular no depoimento de Fleetwood, como se se tratasse de uma memória viva do passado.

A par de múltiplas variações na ortografia (“Quenne”, “Queen”, “Quene”; “mistris”, “Mistres”), verificamos que a forma como determinadas palavras surgem grafadas proporciona ao leitor a sensação de estar perante um relato oral, com a particularidade de poder, inclusive, inferir a pronúncia do narrador e dos restantes intervenientes, como acontece, a título de exemplo, com as palavras “aunswered”, “lewde”, “straungers” e com a expressão “Na, na” de Antonio Guaras. Com o discurso directo em dados momentos, Fleetwood deixou para a posteridade uma verdadeira janela com vista para os eventos de 1576. Dennis Moore sublinha:

... an imaginative scholar preserving the records of earlier eras, interpreting those records as a guide for his contemporaries, and memorializing his own times in testimony to be pondered by scholars who would come after (11).

Concedamos, pois, a palavra a Fleetwood e à sua exposição sobre os acontecimentos ocorridos na casa do embaixador português:¹⁴

¹⁴ As citações relativas ao incidente diplomático de 1576 são retiradas do volume XXIII da colecção *Lansdowne Manuscripts*, da *British Library*. De ora em diante, as citações farão apenas referência ao número dos *folios*.

Upon Sonday last, at sixe of the clock in the afternoon, Mr. Sheriff Kympton and Mr. Sheriff Barnes and I, the Recorder, did repaire unto Charterhowse, and knocking at the gates, no man aunswered. Mr. Sheriff Barnes by agreement went upon the backside to see that no masse-hearers shold escape, and after dyvers knockings at the gate the porter came, being a Portingale who did speake Englishe, and said my Lord was not at home. "Then," quoth I, "let us speake with you, Mr. Porter, for we have brought letters." And the porter aunswered us very stubbornly, and at the length he opened the gate, and I, the Recorder, put in my left legg, meaning to enter in at the gate, and being half in and half out, the porter knowing me very well, saide, "backe, vilaine!" and thrust the gate so sore upon my legg, that I shall carry the grief thereof to my grave. Sithens that time my paine hath been so great that I can take no rest, and if Mr. Sheriff Kympton had not thruste the gate from me, my legg had been utterlie bruised into shyvers; and besides the Porter began to bussel himself to his dagger, and tooke me by the throte; and then I thruste him from me, for indeed he was but a testy little wretche. And so I willed Mr. Sheriff and his officers to stay the fellow from doing any hurte to any other in his furye. After this we passed quietlie, all doors being open, out of the hall up the stayrs, and at the staire-head there was a great long gallerie, that in length stode easte and weste. In the same gallerie all the masse-hearers, both men and women, were standing; for the priest was at the gospel, and the alter candells were lighted, as the old mode was. After this we knocked at the utter door of the gallery, and alf they looked back, and then Mr. Sheriff Kympton and I charged all suche as were Englishmen borne and the Quenne's subjects to come forth of that place, and then came all the straungers coming towards us, some of them beginning to drawe first their daggers, and then after they buckled themselves to drawe their rapiers, and by that time two bailiff errants of Middlesex, whose names I remember not, being at the door, did drawe their swordes. And immediately Mr. Kympton caused the straungers to be quiet, and caused the bailiff to putt up their swordes. And then Mr. Kympton, with all the masse-hearers, with Mr. Gerraldie's wife, and her maydes, were all in a heape forty persons at once speaking in several languages. And then I sayd to Mr. Sherrif, "I praye you, let you and me make a way for my Ladye;" and so he, making a way before, I kissed my hand, and tooke my lady Gerraldie by the hands, and let her owt of the prease to her chamberdoore, and then made a most humbly cursey unto her; and after I

put owt my hands to the rest of the gentlewomen, and first kist it, and delivered them into their chamber also. And then Mr. Sheriff Barnes came into the gallerie, and so we three examined every man what he was, and first suche as were Signor Gerraldie's men we required them to depart, and after many lewde and contumelious words used by them against us, we by faire meanes got them owt of the gallerie into the ladies' lodgyng, and then proceeded to the examination of the straungers that were not of Sig. Gerraldie's howse, nor of his retinewe; and trulie they most dispitefully, against all civilitie, used such lewde wordes in their language against us, that if our company had understande them, there mght have chanced great harme. But in plain terms I said unto them, "Sirs, I see no remedie but you must go to prison, for most of you be free denizens." And then I willed the officers to lay hand on them, and immediately every man, suddenlie, most humbly putt off his capp, and began to be sutors, and sought favour; and so upon their submission we suffered them to depart, all saving Anthony Gwarras, who was not willing to go from us, but kept us company.

And all this done, we examined the English subjects, and sent them to pryson, who, to say the truth, provoked the strangers into fury and disorder against us; for if the Englishmen had according to our direction departed from the strangers and come forth unto us, the strangers had been quiett, and we without trouble. But trewlie the greatest faulte was, that as well the Englishe masse-mongers, as also the free denizens, for the covering of their owne offenses, practised rather to have murther committed then to be taken as they were.

All this while the masse-sayer stode at the north end of the altar, and no man lyving saide a worde to him, nor touched him, saving that he did give to dyvers of our servants singing cakes, wherewith I was offended with them for receiving that ydolatrous bread. And all being done, and we readie to depart, it was said by a stander by, "If you look in at that door nere the altar," said he, "you shall find a number of masse-mongers." And then did the priest take a keye out of his pockett, and smiling opened the door, and Sheriff Kympton and the priest loked in, and there was nobody. And then Anthony Gwarras tooke me by the hand to see the altar howe trime it was, for Mr. Barnes and I stode afarr off in the gallarie. And I said to Gwarras, "Sir, if I had done my dutie to you and to the Queen, I had taken two hundreth here upon All Hallowe day last, and as many more upon All

Sowles day also.” “Ho! Sir,” said Gwarras unto me, “become of this religion, and surelie you will like it well, and I will be a redie means to make you a good Christian.” And so we went nere the altar, where neither he nor I touched any manner of thing, and so we bad the priest farewell, who gently saluted us, and suddenlie loking back, saw the priest shake his head, and mumbled out words which sounded Diable! and male croix! or to that effect. And then said I to Mr. Sheriff, “Sir, let us depart, for the priest doth curse.” And so we departed, and Antony Gwarras brought us to the utter gate, where Mr. Sheriff and I invited him to dynner with us, but he departed back to heare out the profane masse.

The foresaid Gwarras, at this business, said that he himself was an ambassador to a greater person then –, and so did shake his head. “What?” quoth I, “do you meane a greater personage then the Quene our mistris.” “Na, na,” said he, “I meane not so.” “No,” quoth I, “it were not best for you to make comparisons with the Queen our mistres. Whose ambassador are you then?” quoth I, “the Pope’s?” and then he departed further off, in an anger. This Gwarras was a very busye fellow in this action.

...

This is all that I do remember, and in my conscience, as I shall answere before God at the latter day, we used ourselves with such humble reverence unto the Lady and her familie, as more we could not do unto the Queen our Mistris, save in kneeling. I sent Sig. Gerraldie word, as I remember, at Easter last, by Mr. Benedick Spinello, that he shold not suffer the Quene’s subjects to repaire to his masse; and other things shold also be amended, wherewith the people did wonderfullie grudge at him. And I am sure Mr. Spinello did my message unto him in a decent order. This is not the first time that his howse hath bene delt withall by sheriffs. Strompetts have been gotten with child in his howse, and we of the hospital dryven to take order for their keeping. The Masters shall justifie this. I never sawe any ambassador sent out of England but that was both wise and virtuous, and was not indebted to any.

And whether Sig. Girraldie were an ambassador or not, surelie, my Lord, I knewe it not untill my Lords of the counsell had told me thereof, upon Monday last at the counsell borde (*ff.* 121-122).

De acordo com o relato de Fleetwood, as autoridades não demonstraram qualquer intenção de violar a imunidade do embaixador, tratando com deferência tanto este, como os de sua casa e séquito diplomático. Podemos ainda confirmar que a esposa de Giraldes, cuja viagem desde a Flandres havia sido possível pela simpatia e generosidade de Isabel I, já se encontrava em Londres junto do marido, tendo várias damas de companhia, sinal do estatuto distinto do embaixador. Verificamos também que Giraldes vivia em condições bastante agradáveis, numa casa de grandes dimensões (com galeria, escadarias, ala este e oeste) e com uma comitiva diplomática alargada.

O relato de Fleetwood permite ainda confirmar a prática comum de os embaixadores congregarem em suas casas ou capelas outros Católicos, incluindo súbditos ingleses, como forma de os protegerem e garantirem o Catolicismo, ao abrigo da imunidade diplomática: “forty persons at once speaking in several languages”; “two hundreth here upon All Hallowe day last, and as many more upon All Sowles day also”. A resistência dos acusados em acompanhar as autoridades para fora desta guarida ao abrigo da invulnerabilidade diplomática constituiu, segundo o narrador, a causa da violência que acompanhou os eventos em Charter House: “But trewlie the greatest faulte was, that... the mass-mongers... practised rather to have murther committed then to be taken as they were”. Apesar de toda a cordialidade demonstrada pelas autoridades inglesas, o *decorum* não havia sido retribuído pelos Católicos reunidos em casa de Giraldes, e Fleetwood sugere ao *Lord Treasurer* a expulsão do embaixador, por ser “both wise and virtuous”. Não deixa de ser curioso notar, ainda, que Fleetwood afirma, mesmo no final do relato, não ter tido conhecimento que aquela incursão seria realizada na casa de um embaixador, remetendo-nos, uma vez mais, para os contornos políticos envolvidos neste género de ocorrências.

Tal constatação confirma-se, de resto, pelo facto de Fleetwood apresentar o relato a partir da prisão. Se a busca conduzida em casa do embaixador português era legal, se os homens que a realizaram haviam mantido uma atitude e um comportamento irrepreensíveis, e se a única fonte de distúrbios tivera origem nos convidados de Giraldes, então o encarceramento de Fleetwood emerge como uma consequência algo paradoxal. Thomas Wright elucida-nos a este respeito:

Signor Giraldi... made great complaint of this infraction of his domestic arrangements, and to pacify him, the Lords of the council called up the recorder, and committed him for a time in the Fleet (41).

Não havendo qualquer documento que confirme as queixas apresentadas por Giraldes, afigura-se-nos provável que tivessem sido feitas oral e pessoalmente, ou à própria rainha (como acontecera em 1573), ou a qualquer um dos altos dignitários da corte ou do Conselho com quem mantinha proximidade. O único registo conhecido pela pena de Giraldes em relação ao sucedido é uma carta em italiano,¹⁵ dirigida a Walsingham a 6 de Novembro, “De lla xertosa”, ou seja, de Charter House:

Le parole de V.S. mi detto... hieri grandissimo conforto, E alteratione no piccola por haver tronato questa casa piu violata e ofessa di quello ni poteria immaginare... como credo che a questa hora ne sara... V. S. pienamente informato dal mio secretario, E dello S^{mo}. S^{or}. Comte delle Ssester [Conde de Leicester] (SP 70/140 f.143).¹⁶

Giraldes refere, portanto, o conforto recebido de Walsingham, o qual terá igualmente informado Robert Dudley, *Earl of Leicester*, do sucedido. Considerando a incursão à sua residência uma violência e uma afronta, o embaixador português solicita a punição do *Sheriff* e do *Recorder* de Londres e termina com uma advertência: “questa ofessa mi fa suspendere del tutto la speditione... circha laccordo... stabilito” (SP 70/140 f.143).

¹⁵ O uso do italiano deve-se, segundo Santarém, ao facto de ser a língua da política e da guerra na época do Imperador Carlos V e de assim se ter mantido em homenagem aos Medici (1865b:CLXXII). Contudo, deve considerar-se como o domínio do latim pelos diplomatas em geral era cada vez menor e como o italiano se constituía como a língua moderna mais comum em quase toda a Europa, embora mais usada em contextos sociais do que enquanto língua oficial da diplomacia (Mattingly 225, 226). Neste contexto, importa ainda notar que Isabel I era proficiente em italiano, o que facilitaria a comunicação com os interlocutores portugueses, conforme nota Carlo M. Bajetta (41-60).

¹⁶ Veja-se o Anexo 5.

O Acordo a que o embaixador português alude, analisado no Capítulo I, havia sido assinado poucos dias antes, a 29 de Outubro, e servia agora como elemento da pressão política exercida por Giraldes sobre o governo inglês.

8.3. Giraldes *versus* Fleetwood

De facto, o fim do interregno comercial fora alcançado. Os dois signatários foram Francisco Giraldes, enquanto plenipotenciário e embaixador de Portugal, e Francis Walsingham, precisamente o receptor da carta de Giraldes de 6 de Novembro. À semelhança do ocorrido em 1573, a mais alta esfera política inglesa decidiu não criar qualquer perturbação que colocasse em risco o acordo recém-firmado. Fleetwood acabou como “bode expiatório” – expressão usada por Henry Norbert Birth – do incidente diplomático que envolveu Giraldes em 1576 (462). Desse mesmo facto, Fleetwood nota com a minúcia que lhe é característica:

We departed from you Honor to the court, where we had bene called for ere we came. We were heard as muche as we could saye for ourselffs. My Lords made a true report to her Majestie. At theire returne, they sayd we had done but according to the lawe, yet, notwithstanding, for honor’s sake, insomuche as Sig. Geraldo was upon his dispatche, and for that by his good meanes there was an honourable conclusion of trafique brought to pass, therefore it was thought mete by her Majestie that we shold go to the Fleet... I was contented to take the matter upon me alone, where in very deed, my Lord, my going was by earnest request of the Sheriff, and especially for that Mr. Sheriff’s man, being light fyngered, might take things away. Trewlie, my Lord, that was the cause why I went (*ff.* 127, 128).

Fleetwood demonstra ter compreendido como a resolução das questões políticas e comerciais que tinham dividido os dois reinos assumia prioridade sobre os eventos na casa de Giraldes. Da mesma forma, Fleetwood reconhece que as capacidades de

negociação do embaixador português subjaziam ao entendimento alcançado: “by his [Giraldes’s] good meanes there was an honourable conclusion of trafique brought to pass”. De forma a não ferir a susceptibilidade de Giraldes, era, pois, uma questão de honra – “for honor’s sake” – que alguém fosse punido. A punição recaiu sobre Fleetwood, apesar de este apresentar a *Lord Burghley* o verdadeiro responsável: “where in very deed, my Lord, my going was by earnest request of the Sheriff”. Isabel I e os membros do Conselho reconheceram que a entrada das autoridades locais na casa do embaixador português estava de acordo com a lei – “My Lords made a true report to her Majestie. At theire returne, they sayd we had done but according to the lawe”. Aliás, vários foram os súbditos ingleses encontrados em incumprimento e os seus nomes registados pelo *Sheriff* (ff. 110, 111). Contudo, o encarceramento de Fleetwood não terá sido penoso, pois o próprio relata a *Lord Burghley*:

I do beseech you, thanke Mr. Warden of the Fleete for his most friendly and courteous using of me, for surelie, I thank God for it, I am quiet, and lacking nothing (ff. 114, 115).

Constata-se, portanto, que a prisão de Fleetwood constituiu mais uma das muitas manobras, engenhosas e dissimuladas, do mundo de aparências que era o palco político. Embora Fleetwood tivesse aceitado “sacrificar-se” em nome das boas relações com Portugal, manteve a sua opinião acerca de Giraldes:

My Lord [Lord Burghey], I have required Mr. Spinola in times past to give Sig. Gerraldie counsell to amende dyvers things that have been awrye, and especially touching the repaire of those lewd people, the Quene’s subjects, that came to his masse. Sig. Gerraldie saith to his friends, that I beare him malice, and did this for malice... Sig. Gerraldie his faultes are suche as that I do not onlie malice but do abhor. Our Lord make him a virtuous man! (ff. 114, 115).

Com ou sem malícia, Fleetwood assume, sem rodeios e perante as mais altas esferas de autoridade, a abominação para com a conduta de Giraldes; daí a prece relativa ao carácter de Giraldes. Fleetwood assumiu um protagonismo inesperado no episódio de 1576, tal como Edwin Sandys assumira no episódio de 1573. Antecipando um desfecho idêntico neste segundo confronto com o embaixador português, Sandys ter-se-á resguardado, e Fleetwood – o advogado, *Recorder*, antiquário e admirador dos Clássicos – acabou sendo empurrado para o palco dos acontecimentos. No entanto, essa manobra táctica produziria algo de valor inestimável para os investigadores, pois, sem a riqueza dos relatos de Fleetwood, o vislumbre sobre o passado e o ‘Outro’ resultaria muitíssimo mais pobre.

8.4. Guaras ou Giraldes?

Outra figura que ficamos a conhecer a partir do relato de Fleetwood é Antonio Guaras. Apesar da manifesta e incontestável autoridade de Birth, gostaria de salientar um detalhe que considero constituir uma imprecisão do autor na análise do episódio aqui abordado. Birth acrescenta uma nota à citação que retira dos fólhos 121 e 122 da *Lansdowne Collection*, “touching the repair of these lewd people of the Queen' subjects that come to his [Guarras's] Mass” (462). Mais adiante, ainda sobre o mesmo assunto, Birth explica:

In his deposition, Fleetwood states that he said to Signor Guarras, while prosecuting his search, “Sir, if I had done my duty to God and to the Queen, I had taken 200 here upon All Hallow day last...”. Fleetwood concludes his “confession” by saying that at the previous Easter he had sent Guarras warning “not to suffer the Quenn’s subjects to repair to his Mass (463).

Todos os registos indicam Francisco Giraldes como o senhor da casa de Charter House, sendo Antonio Guaras um dos seus convidados. Através da análise já realizada confirma-se que Fleetwood escreveu:

I sent Sig. Gerraldie word, as I remember, at Easter last, by Mr. Benedick Spinello, that he shold not suffer the Quene's subjects to repaire to his masse (121, 122).

Três aspectos fulcrais podem explicar a imprecisão de Birth. Em primeiro lugar, o facto de os embaixadores portugueses não serem suficientemente conhecidos, e o véu que os encobre – tanto as identidades, como as missões – recair também sobre a investigação académica a seu respeito. Assim, envoltos numa atmosfera de alguma penumbra, com facilidade se trocam as identidades destes embaixadores, pois pouco se sabe sobre eles. Em segundo lugar, Birth escreveu *The Elizabethan Religious Settlement* no início do século XX, logo, numa época sem informação digital, sem acesso facilitado às fontes, sem bibliotecas *online*, sem a rapidez e a facilidade de cruzamento e comparação de dados acerca de um mesmo manuscrito. O trabalho de investigação era, pois, muitíssimo mais árduo, moroso e complexo do que aquele que é desenvolvido pelo investigador na era das tecnologias da informação. Neste contexto, a biografia de Ricardo III da autoria de Paul Murray Kendall contém, na sua Introdução à edição de 2000, a seguinte nota, pela pena do filho do autor:

Paul Murray Kendall spent many years of research searching through disorganized, uncatalogued foreign and domestic archives, sifting, examining, even discovering documents. Few of us who do use archives, especially since the advent of the Internet, realize the importance of taking time to browse, to speak to other scholars... to share encounters with odd and cryptic documents (7).

Em terceiro e último lugar, o investigador está perante um conjunto de manuscritos antigos, muitos deles de difícilíssima leitura. Esta dificuldade advém de inúmeros factores, nos quais podemos incluir a tinta repassada, as manchas de bolor ou humidade acumuladas ao longo dos anos, as marcas de incêndio ou a caligrafia do autor do manuscrito. Em todos estes casos, parece evidente que o equívoco de Birth, trocando

“Giraldie” por “Gwarras” – formas como os nomes surgem no manuscrito – será compreensível.

Não pretendendo deixar Antonio Guaras envolto na mesma espécie de *quasi-vazio* em que se encontram muitos dos embaixadores portugueses, justifica-se uma breve referência sobre a figura.

Como mencionado, em sequência da expulsão de De Spes, Espanha ficou sem embaixador residente em Inglaterra, até à chegada de Bernardino de Mendoza, em 1578. Segundo Hume, Antonio Guaras foi quem assumiu, durante esse tempo e oficiosamente, as funções de defender os interesses espanhóis:

A Spanish banker or merchant named Antonio de Guaras, who lived in London for many years and had continued to send information to Alba, was instructed to look after Spanish interests informally. He was a man who appears to have had a perfect passion for intrigue and whose ruling design was to play the statesman (1894: xxxviii).

Através das inúmeras cartas que Guaras escreveu e que se encontram incluídas no segundo volume do *Calendar of Letters and State Papers Relating to English Affairs Preserved Principally in the Archives of Simancas*, confirmam-se as observações de Hume a respeito da figura, à qual regressaremos oportunamente, com mais detalhe.

8.5. Mendoza *versus* Castilho

Em 1578, no mesmo ano em que Bernardino de Mendoza chega a Inglaterra, morre D. Sebastião. Portugal conhece, nos anos subsequentes, uma agonizante crise sucessória cujas repercussões se fizeram sentir na representação diplomática em Inglaterra. Embora o Capítulo III examine mais pormenorizadamente os acontecimentos em torno da perda da independência de Portugal em 1580, importa tecer algumas considerações relevantes para a análise em curso.

A partir do momento em que Filipe II de Espanha convoca as Cortes de Tomar, que se iniciaram a 16 de Abril de 1581, e é aclamado rei de Portugal, dá-se início ao processo que perduraria até 1640, denominado União Ibérica. Pedro Cardim escreve a propósito da convocação das Cortes de Tomar:

... a presença de D. Filipe I nas Cortes de Tomar, em 1581, tem de ser encarada como um gesto de conciliação, pois significava que o recém-chegado monarca estava disposto a comunicar com os estados do reino, a escutar as suas reivindicações e a assumir compromissos. Filipe comportava-se não propriamente como um conquistador autoritário e implacável, mas sim como um senhor justo e benevolente que desejava retomar o curso ordinário dos acontecimentos em Portugal, alterando o mínimo possível os equilíbrios sociais estabelecidos (279).

De facto, as intenções de Filipe de Habsburgo ficaram inscritas em *Patente dos priuilegios perpétuos, graças & mercês de que El Rey Dom Philippe primeiro deste nome, nosso senhor fez mercé a estes seus Reynos & Senhorios de Portugal quando nelles foi levantado por Rey*. Embora tal documento registe exaustivamente inúmeros cargos e ofícios, nada refere acerca da importante função dos embaixadores. Seja como for, podemos inferir que seria intenção do recém-aclamado Filipe I de Portugal manter homens de origem portuguesa nas funções de representação diplomática, as quais, como mencionado anteriormente, dependiam da escolha do soberano:

... primeiramente, ordenamos, & mandamos, & pomos Ley, que quando quer que a noſſo Senhor apouuer de o dito Principe meu Filho herdar eſtes Reynos, ou qualquer de ſeus herdeiros... que todos os officiaes... de qualquer qualidade que ſeijão, aſſi grandes, como pequenos... que todos não ſe dem, nem os paſſão auer, ſenão Portugueſes (14,15).

No contexto dos assuntos de Portugal, todos os oficiais, de maior ou menor importância (política, económica, entre outras áreas de poder) deveriam, pois, ser portugueses.

Contudo, tal não foi o entendimento de Bernardino de Mendoza, o embaixador espanhol residente em Inglaterra na época em análise, para quem a representação diplomática bicéfala não fazia sentido no contexto da União Ibérica. Mendoza, que havia trabalhado numa parceria estreita e colaborativa com o seu homólogo português, António de Castilho, sobre quem havia tecido amplos elogios a Filipe, escreveu o seguinte ao monarca, a 4 de Maio de 1581:¹⁷

Although Antonio de Castillo is clever and learned, and properly zealous as a good subject in your interests... he would nevertheless be unfitting to attend to your Majesty's interests here as he is quite ignorant of the affairs of France and Flanders, and especially so of warlike matters... Besides this, he does not speak French, which is very necessary here for Flemish affairs, whilst Latin and Italian are needful for English. He has, moreover, no knowledge at all of military matters... It was this knowledge which allowed me to present a bold front to the Queen... Castillo will be very fitting to serve your Majesty in the legal affairs of Portugal... and it would be advisable to... withdraw him at once from here (*CLSPREA* 3:113).

Mendoza foi claro e os seus argumentos evidenciam as qualidades necessárias a um embaixador. No entanto, refere-se a Castilho de forma pouco abonatória, questionando a sua habilidade enquanto negociador e as suas competências enquanto embaixador residente. O diplomata espanhol defende o seu lugar de embaixador de um só rei para dois reinos; ou seja, Mendoza deveria ser a escolha do rei para permanecer na missão em Inglaterra, pois possuía as qualidades necessárias e particulares ao contexto das relações anglo-ibéricas, precisamente das quais Castilho carecia. Filipe II de Espanha, I de Portugal, concordou com os argumentos de Mendoza, como podemos confirmar pela

¹⁷ As citações retiradas da colecção *Calendar of Letters and State Papers Relating to English Affairs: Preserved Principally in the Archives of Simancas* (que no presente trabalho surge na forma abreviada *CLSPREA*) figuram em inglês, tendo em conta as observações que constam na nota introdutória de cada volume: “Derived in large part from the archives at Simancas, they [the manuscripts] have been carefully edited and translated into English by Martin Andrew Sharp Hume (1843-1910), a respected historian of Spain and a scrupulous archival researcher” (i).

carta de Isabel I, dispensando Castilho da sua corte. Contudo, resulta significativa a análise comparativa entre a opinião da rainha sobre Castilho e aquela apresentada por Mendoza. Numa cópia em latim, sem data, listada no volume 15 do *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth* como pertencendo a Abril de 1581,¹⁸ possivelmente preparatória para o original que seria enviado mais tarde, já no decorrer do mês de Maio, Isabel I escreve a Filipe:

Antonio de Castillo, the Portuguese nobleman... has handed us your letter, from which we understand it to be your desire that he should go home to perform those offices about you for which by his integrity, his education, and his uncommon experience of experience, he seems both born and trained. We cannot abstain from congratulating you on the return to you of so accomplished a man. He has left with us an approved character for prudence in the handling of the business entrusted to him, with a disposition inclined by all means to preserve peace and amity between princes, and in no way to foster discords, which seems to us by far the best natural disposition, and we have liked him accordingly (*CSP Foreign Eliz.* 15:721).¹⁹

O retrato de António de Castilho apresentado pela monarca inglesa parece coincidir com as qualidades que o próprio D. Sebastião notara neste homem, Cavaleiro da Ordem de Avis, Comendador de Mora e um dos primeiros colegas de S. Paulo da Universidade de Coimbra (Santarém 1865b:CLXVI). Tal comprova-se pela nomeação de Castilho para Guarda-Mor da Torre do Tombo, em 16 de Novembro de 1571. A este propósito, importa referir que Castilho sucedeu no cargo a Damião de Góis, uma personalidade incontornável do Humanismo e do Renascimento em Portugal. Castilho foi igualmente Cronista-Mor do reino, cargo que confirma as competências que lhe eram reconhecidas (*Corpo Cronológico* 1:110.137).

¹⁸ A referência que acompanha o volume 15 designa “1581-1582”, pelas razões de datação já referidas. Por questões de lógica e coerência do tempo cronológico, deverá tratar-se de 1581.

¹⁹ "Elizabeth: April 1582, 26-30." *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 15, 1581-1582*. 657-672. *British History Online*. 17.04. 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol15/pp657-672>>.

Apesar da opinião expressa por Mendoza e da decisão tomada por Filipe, resulta evidente que Castilho tinha cumprido a missão mais importante em Inglaterra: ele saía do país colhendo o favor e os elogios da rainha em cuja corte servira durante três anos. Castilho deixou, pois, Inglaterra em 1581; seria o último embaixador português no país até D. João IV de Portugal enviar nova embaixada a Londres, em 1641, como adiante se verá.

Por seu turno, Mendoza foi expulso de Inglaterra, através de uma ordem expressa pelo *Privy Council* a 19 de Janeiro de 1584. Os motivos subjacentes à exclusão de Mendoza relacionavam-se com sistemáticas intrigas e conspirações, nomeadamente a sua associação a Maria Stuart, rainha da Escócia, no que ficou conhecido como *Throckmorton Plot*.²⁰ Contudo, Timothy Hampton menciona que Mendoza não teria estado envolvido, de forma activa, nesta conspiração:

Mendoza's collusion with Throckmorton appears to have been unwilling. He was in favour of eliminating Elizabeth, but wanted the plot to be controlled by the Spanish. Regardless of who controlled the plot... the English decision to expel Mendoza without official accusation or trial was a gesture aimed at preserving Tudor sovereignty and affirming national unity. In other words, Mendoza was not expelled because he had broken any laws... He was expelled because he was a threat to England (140).

Uma vez mais, importa interligar as várias facetas da realidade geopolítica da época. Espanha pretendia avançar e garantir o domínio do Catolicismo na Europa, particularmente nos Países Baixos, onde também Inglaterra detinha interesses. Por inerência do reino que representavam, os embaixadores espanhóis eram vistos como uma ameaça. Contudo, pode inferir-se que essa ameaça se estendia aos embaixadores católicos em geral, apesar de terem sido os diplomatas espanhóis, em particular, a incorrer em episódios de expulsão de Inglaterra. Para a presente investigação interessa compreender como os embaixadores ibéricos desenvolviam a arte diplomática de forma tão distinta.

²⁰ *Throckmorton Plot* foi liderado por Sir Francis Throckmorton e ocorreu em 1583. Consistiu na tentativa de assassinar a protestante Isabel I e substituí-la, no trono inglês, pela católica Maria Stuart.

O já mencionado Gentili, jurista e *Regius Professor* da Universidade de Oxford, terá sido chamado a pronunciar-se sobre a complexa situação do foro das relações externas que envolviam Bernardino de Mendoza (Hampton 140). Gentili dedicaria parte da sua obra a circunscrever as matérias legais em torno das embaixadas e dos embaixadores: “*De iure legationum*” (39-41); “*De mentita legatione*” (41-42); “*De legato speculatore, & perfido*” (45-48); “*An sit cum rebellibus ius legationis*” (53-55).²¹ Em relação à personalidade jurídica atribuída aos embaixadores por Gentili, Covell comenta:

... for Gentili, ambassadors were subject to the ordinary civil law... In addition, ambassadors were subject to the criminal law, liable to criminal penalties including death, for such offences as involved acts of violence against the sovereign rulers of the states where they were assigned: although Gentili maintained that dismissal rather than criminal punishment was to apply in cases where ambassadors did no more than enter into conspiracies against the sovereign rulers concerned (46).²²

Portanto, apesar da gravidade e seriedade das acusações lançadas sobre o embaixador espanhol, percebe-se como o contributo do teorizador político-jurídico Gentili terá resultado a favor do diplomata, num primeiro plano, e no bem maior das relações externas entre Espanha e os restantes reinos europeus, num plano mais lato.

No entanto, convém ainda considerar a dimensão particular da figura do Embaixador, ou seja, não enquanto *persona* política que representa o seu monarca, mas enquanto pessoa singular e única. Tal como observa Hume, o temperamento altivo, amargo e rancoroso de Bernardino de Mendoza contribuíram para que incorresse no desfavor da rainha e da corte de Inglaterra (1896:xliii).²³ Pelo contrário, tudo indica que os embaixadores portugueses se mantiveram alheios e/ou discretos quanto a teias

²¹ Ou seja, sobre os direitos do embaixador; sobre embaixadas impostoras; sobre embaixadores conspiradores e desleais; sobre embaixadores revoltosos.

²² Gentili 74-80.

²³ Como já mencionado, também de la Quadra e De Spes haviam sido expulsos da corte isabelina, em 1562/3 e 1571, respectivamente.

conspirativas de carácter político-religioso, não obstante os três incidentes aqui analisados.

9. A Violação das Imunidades Diplomáticas

Agora que se nos afigura clara a situação da representação diplomática em Inglaterra no período conturbado pós-Crise de Sucessão portuguesa, importa retomar a análise principal do presente capítulo.

Efectivamente, as questões relacionadas com a violação das imunidades diplomáticas no que concerne à prática do Catolicismo em Inglaterra extravasaram o reinado de Isabel I. Embora o foco deste estudo seja a diplomacia portuguesa na corte isabelina, uma breve análise de alguns dos acontecimentos que envolveram os embaixadores portugueses nos reinados subsequentes permitir-nos-á compreender a evolução do *droit de chapelle* e conhecer como a representação diplomática em Inglaterra se concretizou com a perda, e posterior reconquista, da independência de Portugal, em 1580 e 1640, respectivamente.

William Raleigh Trimble sintetiza as questões levantadas pela existência de capela nas residências diplomáticas:

The gist of the embassy chapel problem was whether the extra-territorial nature of the chapel shielded a person from persecution for violating those English laws which commended attendance at the services of the established church and penalized nonattendance and also from persecution for violating that law which forbade the saying and hearing of mass (107).

Conforme atrás exposto, tratava-se de uma questão sensível. Muitos embaixadores católicos abrigavam súbditos ingleses em suas casas, para que pudessem praticar a sua orientação religiosa, apesar de contrária à Igreja do Estado. A imunidade diplomática estendia-se ao séquito do embaixador, mas não aos cidadãos ingleses. Poderia a condição de extraterritorialidade estender-se também aos súbditos de Inglaterra, incluindo os padres

que celebravam a Missa em inglês nas capelas das residências diplomáticas? De um modo claro, as leis penais (*penal laws*), como eram habitualmente mencionadas, proibiam-no, não obstante os embaixadores desconsiderarem com frequência tal legislação. Na opinião destes agentes, as questões de Fé e a liberdade religiosa deveriam sobrepor-se à lei temporal, ao passo que a lei internacional deveria, por sua vez, sobrepor-se à lei nacional. Trimble aborda o dilema:

When Catholic diplomats from other countries attempted to circumvent this legislation [the penal laws] by cloaking worship at their chapels by native Englishmen with diplomatic immunity, thereby asserting a claim in international law which no publicist of the time or of later years recognized, the government was faced with the ticklish problem of maintaining its public policy and, yet, of not offending the home governments of the ambassadors (97).

O modo como, no final, o governo inglês, sob a égide de Isabel I, resolvia os incidentes diplomáticos advindos desta problemática foi já abordado. Em situações análogas ulteriores, a primazia dada à manutenção das relações internacionais com os países católicos, como Portugal, seria idêntica. Em 1624, Jaime I declarou:

I will take order for the shameful disorder of the resorting of my subjects to all foreign ambassadors... It is true that the houses of ambassadors are privileged places; and though they cannot take them [the English Catholic subjects] out of their houses; yet the lord-mayer, and Mr. Recorder of London may take them as they come from thence, and make some of them examples (Thoyras, ed. 281).

O rei reconhecia, assim, as embaixadas como ‘pequenas ilhas de soberania’, tal como Mattingly notou. Para as autoridades locais, as residências diplomáticas deveriam ser consideradas território intocável e inatacável, pelo que a apreensão de súbditos ingleses católicos teria de ser executada fora do perímetro da embaixada. Tratava-se, pois, de uma evolução do conceito e da aplicabilidade da imunidade diplomática.

No reinado de Carlos I, o direito à imunidade diplomática passou a abranger todos aqueles que se encontravam dentro das embaixadas. O descontentamento em relação à fé católica aumentou, ao longo do seu reinado, muito devido ao posicionamento do monarca face ao Catolicismo e ao Arminianismo. A 10 de Maio de 1641, o embaixador veneziano Giovanni Giustinian relatava ao Senado e ao *Doge* o seguinte episódio, envolvendo o embaixador português em Inglaterra:

The disposition of the people here against the Catholics grows steadily worse. Learning that on Easter day a number of Catholics had gathered in the houses of the ambassadors of Spain and Portugal, to hear mass as usual, a great crowd assembled and proceeded to the spot, where they heaped insults on the Portuguese, aspersing the honour of their ladies, and attempted to force the doors of the Spanish ambassador and take away his very goods. But the Mayor of London, who has the custody of the city, came up and with much trouble prevented the riot from going further. He is now having the embassy guarded by numerous public guards (*CSP Venice* 25:185).²⁴

Na missiva de Giustinian, parece inegável que a celebração da Missa se mantinha um evento regular na casa dos embaixadores católicos. A manifestação de fúria da população londrina em relação à permissividade do Governo face a tal afronta à Igreja do Estado obrigou as forças de autoridade locais a montarem guarda às residências dos embaixadores. Uma vez mais, constatamos a reiterada condição de imunidade extraterritorial consignada às embaixadas, bem como a protecção dessa mesma condição por parte das autoridades inglesas.

Conforme esclarece o Visconde de Santarém, a 7 de Março de 1641, desembarcou em Plymouth, com destino à corte de Londres, a embaixada portuguesa composta por D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão, acompanhados pelo secretário de ambos, Doutor António de Sousa de Macedo (1859: 13). O objectivo de D. João IV, da Casa de Bragança, era naturalmente (r)estabelecer a Aliança Anglo-Portuguesa que unia

²⁴ O original encontra-se em italiano. "Venice: May 1641." *Calendar of State Papers Relating To English Affairs in the Archives of Venice, Volume 25, 1640-1642*. 141-158. *British History Online*. 17.04. 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/venice/vol25/pp141-158>>.

as duas Coroas desde o Tratado de Windsor, vendo o seu reinado reconhecido pelo rei de Inglaterra. Paralelamente, o embaixador espanhol em Inglaterra, D. Afonso de Cardenas, manifestou enorme insatisfação, caso a embaixada portuguesa fosse recebida na corte inglesa, ameaçando Carlos I que sairia do país e que a correspondência entre Espanha e Inglaterra seria quebrada (*CSP Venice* 25:172).²⁵ O já referido Giustinian relata ao Senado de Veneza, numa carta datada de 29 de Março de 1641, a decisão de Carlos I:

Since writing my last I hear that they had a long discussion at the palace today about the reception of the Portuguese ambassador, and finally decided to receive him, and treat him on the same footing as the ambassadors of crowned heads, announcing that they do so in consideration of the rights of the House of Braganza over that kingdom and that this prince was called to the crown amid the universal acclamations of the people. They sent him the news this evening and next week he will make his public state entry (*CSP Venice* 25:173).²⁶

Em 1641, Portugal restabeleceu a sua representação diplomática em Inglaterra depois de 60 anos de interregno. A este propósito, Santarém partilha uma nota curiosa:

D. Affonso de Cardenas [o embaixador Espanhol] ofendido retirou-se de Londres, e D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão foram acolhidos pelo filho de Jaques I com a maior benevolência (1859:9).

Foi, portanto, a vez de Espanha não se encontrar representada diplomaticamente em Inglaterra, embora apenas de forma temporária, tal como acontecera no reinado de Isabel I.

Mesmo durante a severa governação anticatólica de Cromwell, os embaixadores portugueses conseguiram abrigar um elevado número de súbditos ingleses católicos,

²⁵ “Venice: March 1641.” *Calendar of State Papers Relating To English Affairs in the Archives of Venice, Volume 25, 1640-1642.* 126-134. [British History Online](http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/venice/vol25/pp126-134). 17.04. 2017.< <http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/venice/vol25/pp126-134>>.

²⁶ “Venice: March 1641.” *Calendar of State Papers Relating To English Affairs in the Archives of Venice, Volume 25, 1640-1642.* 126-134. [British History Online](http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/venice/vol25/pp126-134). 17.04. 2017.< <http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/venice/vol25/pp126-134>>.

decorrente da imunidade diplomática concedida às suas residências e capelas, contornando habilidosamente o exercício das autoridades locais (Trimble 104). A guarda londrina via-se forçada a cumprir a inviolabilidade das embaixadas e, a fim de não ofender os embaixadores, permanecia a uma distância considerável das residências diplomáticas, sempre que pretendia prender os súbditos ingleses à saída da Missa (Trimble 104).

Conclui-se, portanto, que no decorrer dos séculos XVI e XVII as questões da prática da Fé católica por parte dos embaixadores residentes impulsionaram o desenvolvimento e o estabelecimento de imunidades diplomáticas, nomeadamente o *droit de chapelle*. Apesar do paradoxo legal decorrente deste direito que assistia os embaixadores, a condição de extraterritorialidade das embaixadas foi-se cristalizando e os incidentes diplomáticos advindos das questões de Fé foram sendo sanados pela via do compromisso. Neste contexto, o contributo dos embaixadores portugueses não deve ser desconsiderado.

10. Os Silêncios Diplomáticos

No capítulo anterior fez-se breve referência à importância do silêncio no discurso diplomático. Com efeito, o silêncio comunica, repleto de peso e de significado, tal como a palavra proferida. No âmbito da Diplomacia, os silêncios são geridos de diversas formas. Numa primeira análise, pode compreender-se o silêncio de um soberano ao negar, ou protelar, uma audiência a determinado embaixador; mas também se deve ter em linha de conta o silêncio que o Embaixador opta por manter em determinada ocasião. Ampliando o elemento do silêncio a uma segunda linha de análise, este poderá ser voluntário ou involuntário. Veja-se, por exemplo, o caso dos embaixadores que aguardam com expectativa uma oportunidade para apresentar o seu caso a um soberano, o qual lhes nega essa possibilidade, mantendo-os, pois, num silêncio forçado, mas amplo de significado. Ou, tal como referido por Cimmieri, “language hides its message behind silence” (106).

À luz do exposto, veja-se a epígrafe que acompanha o presente capítulo: “Is it therefore / Th’ambassador is silenced?” (1.1.97,98). A situação que Shakespeare apresenta decorre do silêncio imposto ao embaixador francês em Inglaterra. A cena retrata a conversa entre o duque de Buckingham, o duque de Norfolk e *Lord Abergavenny*, genro

de Buckingham. Todos discorrem sobre o encontro dos reis Henrique VIII de Inglaterra e Francisco I de França, organizado pelo cardeal Wolsey.²⁷ Os interlocutores lamentam o poder de Wolsey e reconhecem que o entendimento com França não será duradouro, numa atitude de manifesta subversão do êxito diplomático que tal encontro representava para a carreira de Wolsey. É neste contexto que *Lord Abergavenny* se pronuncia sobre o silêncio do embaixador.

Considerando uma das possíveis fontes de Shakespeare para a composição da obra em apreço, *Hall's Chronicle*, como se tornou mais amplamente conhecida,²⁸ o autor relata: “The French Ambassador was commanded to keep his house in silence, and not to come in presence, till he was sent for” (Hall 3Q4r; fol. lxxxxiii). Nas notas que acompanham os dois versos em análise, Charles Symmons e John Payne Collier informam o leitor quanto ao seguinte: “The French ambassador, being refused an audience, may be said to be silenced” (139). O silêncio a que Abergavenny se refere nos versos em questão trata-se, pois, de um silêncio imposto ao embaixador, o qual se mantinha na expectativa de uma audiência com o rei.

Não pretendendo reformular a interpretação contextualizada dos versos em análise, gostaria de propor uma outra leitura, sugerida pelo contexto mais amplo oferecido pela relação entre o silêncio do discurso e do ofício diplomáticos e o estudo das características dos embaixadores portugueses na corte isabelina. A escrita nas entrelinhas, segundo Leo Strauss, consiste também em evitar críticas claras que conduzem à perseguição do autor (22-38). No contexto diplomático, a interceptação de cartas era sempre uma hipótese a considerar, especialmente tendo em conta a rede de inteligentia ao serviço de Walsingham.

Como se foi demonstrando ao longo da presente investigação e especialmente no decurso deste capítulo, os enviados portugueses à corte isabelina distinguiam-se dos seus homólogos espanhóis.²⁹ Os últimos eram prolíferos autores tanto de cartas, como de cartografias. No domínio epistolar, escreviam com assaz regularidade ao soberano, de modo disciplinado: as cartas iniciavam-se, por norma, referindo a data e o teor da missiva

²⁷ Tendo em linha de conta o contexto histórico, deverá tratar-se do encontro ocorrido em 1532, através do qual Henrique VIII objectivava o apoio do rei francês junto do Papa Clemente VII, na causa do reconhecimento da nulidade do seu casamento com Catarina de Aragão.

²⁸ A obra intitula-se *The Union of the Two Noble and Illustre Families of Lancastre and Yorke*, embora se tenha tornado amplamente conhecida por *Hall's Chronicle*, seguindo o nome do autor, Edward Hall.

²⁹ Veja-se, igualmente, página 60 e nota 36.

a que estavam a dar resposta, só depois passando aos assuntos que os ocupavam. No domínio da cartografia, as missivas eram ricas em detalhes e em descrições, prática idêntica, aliás de outros embaixadores na corte isabelina. A este propósito, Lauren Mackay nota:

... one of our most important sources of this period, Eustace Chapuys, who served Charles V as imperial ambassador, left the English court for Brussels and did not return for a year and a half. Tudor historians might have felt his absence more keenly were it not for the arrival of the new French ambassador Charles de Marillac.

Marillac, to the delight of the historian, had a penchant for detailed and witty descriptions... and we are particularly indebted to him for his detailed reports (*History Extra* “Through Foreign Eyes”, 30th November 2016).

Na abundância descritiva e detalhada da correspondência diplomática, os investigadores contemporâneos encontram vislumbres significativos sobre o passado, não só como contributos para reconstituir panoramas de ordem político-económica, religiosa, sociológica ou cultural, mas também quanto aos mais multifacetados elementos de ordem psicológica e emocional.

Não deixa de ser interessante notar como a ficção e a factualidade histórica se entrecruzam na obra de Shakespeare citada no presente capítulo:³⁰ o embaixador Eustace Chapuys a quem Mason alude, encontra-se representado na personagem de *Lord Caputius*, o último visitante de Catarina de Aragão. Esta, por sua vez, a poucos dias de morrer, incumbe o embaixador de entregar uma carta ao seu tio, o Imperador Carlos V, ou seja, o embaixador emerge representado no cumprimento da sua missão de mensageiro. Ao contrário dos versos analisados que remetem o embaixador ao silêncio, neste passo Shakespeare eleva-o, pois apresenta-o como o portador da mensagem final de Catarina de Aragão (McMullan 206).

³⁰ O título da primeira representação teria sido *All is True*, confirmando o interesse do autor pela autenticidade histórica, à qual se fazem inúmeras alusões desde o Prólogo (McMullan 2,3).

11. Os (In)Fortúnios dos Embaixadores Portugueses na Corte Isabelina

A análise dos incidentes que envolveram os embaixadores portugueses em missão na corte Isabelina permite-nos aprofundar uma outra matéria, relacionada com as circunstâncias e as condições de vida destes servidores governamentais.

A Torre do Tombo guarda nos seus arquivos uma carta de Francisco Giraldes datada de 22 de Agosto de 1579, quando já se encontrava ao serviço na corte francesa, expondo ao cardeal-rei D. Henrique as questões financeiras que o preocupavam.³¹ Vejamos, pois, a exposição de Giraldes:

Em virtude das cartas que Vossa Alteza escreveu a Domingos Leitão e a Estevão Nunes sobre o dinheiro que me haviam de pagar com as que recebi no... tempo de Vossa Alteza em Inglaterra, sobre este provimento me pagou em Londres Alonso de Basurdo por virtude do crédito que Domingos Leitão me mandou de quatro mil e cinquenta ducados... o ducado moeda de Flandres, novecentas e doze libras esterlinas treze soldos e seis dinheiros conforme... corria o câmbio... Em três mil e trezentos e dezoito cruzados e três terços de quatrocentos reis o cruzado, cobrado depois que cheguei a este Reino de França de Francisco Henriques por seu crédito... e que foram reduzidos por pessoas de bem, como por suas certidões aparece. De modo que somando... vem a fazer cinco mil e trezentos e noventa e três cruzados, pouco mais ou menos. Sem mos quererem mandar pagar as partes se lhes não dava uma minha obrigação para nos contos de Vossa Alteza lhes dar quitação de todo o dinheiro que por ordem de Vossa Alteza cobraram nestas partes, o que fiz, por [para] poder sair de Inglaterra e ter com que suprir a despesa que fiz de entrar

³¹ A citação da carta encontra-se em português contemporâneo, com adição de pontuação minha, a fim de facilitar a leitura e a compreensão do conteúdo, bem como com todas as palavras escritas por extenso. Estas opções derivam do facto de a pontuação do manuscrito original ser praticamente inexistente, o português se mesclar com o espanhol e o italiano e ainda por Giraldes recorrer a muitas abreviaturas, designadamente “V.A.”, “dr^o”, “^q”, as quais transcrevo por extenso (da minha autoria também) como “Vossa Alteza”, “dinheiro”, “em que”. Veja-se o Anexo 6.

nesta corte... E convertidos em cruzados de quatrocentos reis montaram oito mil e duzentos e sessenta e cruzados, de que mandei então a conta aos oficiais da Fazenda de Vossa Alteza, como de novo lhe serão apresentadas com as demais por Mateus... da Costa, meu procurador, a fim de Vossa Alteza haver por bem que se me passe uma provisão para as [as contas] não ter em coberto [a descoberto; em dívida]. Porque juntando estas três partidas com os oito mil cruzados que Pero Vaz Pinto me trouxe este Janeiro... somariam vinte e um mil e seis contos e sessenta e um cruzados e tantos reis que tirados os doze mil deles que Vossa Alteza houve [teve; usufruiu] por seu serviço, que paguem deste dinheiro a conta de uma parte dos rendimentos que se me devem, do meu juro que tenho na Casa da Índia, ficariam somente nove mil e seiscentos e sessenta e um cruzados, dos quais desconto três mil de mercê que El Rei que Deus tem [D. Sebastião] me fez pela ajuda de custas... no mês de Junho do ano passado, como aparece pela portaria dela que no dito tempo passou. Disso o secretário Miguel de Moura, com mais mil cruzados para o caminho de Inglaterra [até] Paris, onde os gastei pela gente e casa... Entendendo-se mais na dita portaria haver sua Alteza por seu serviço que me proovesse entrar a conta do meu ordenado seis meses adiantados... também Vossa Alteza de mercê ordenaria aos... seus embaixadores residentes dez mil cruzados... Pelo qual peço humildemente a Vossa Alteza de mercê mandar-me levar em conta o meu acustamento [ordenado] do ano sobredito, respeitando ser esta atenção [a intenção] d'El Rei que Deus tem, como merecimento dos meus serviços em que tenho continuado por tantos anos, com manifesta perda da minha fazenda e dívidas que para o sustentar tenho feito. E... que me possa valer dele, do ordenado que tenho vencido... visto ir-me sustentando de empréstimo e com penhores... para poder melhor cumprir com a minha obrigação e que perpetuamente terei com amor e felicidade as cousas de Vossa Alteza cuja vida Real Estado a crescente Nosso Senhor por muitos anos (*Corpo Cronológico* 1:111.71).

Giraldes vivia em circunstâncias económicas precárias, apesar do seu elevado estatuto enquanto diplomata. Recorde-se que o Plenipotenciário consistia no mais elevado cargo na hierarquia diplomática, uma vez que apenas estes representantes tinham a legitimidade de substituir o Rei, negociando e assinando Acordos e Tratados em seu nome. A carta de Giraldes parece indiciar um homem sério, que apresentava as contas

com minúcia, detalhando as fases distintas dos pagamentos efectuados e os câmbios da moeda usada para tais pagamentos; parece indiciar ainda uma pessoa cautelosa, devido às inúmeras referências a terceiros – que atestariam a sua versão das transacções realizadas – e à própria legislação (“portarias”), fundamentando as contas que apresentava ao rei; deduz-se também que se trataria de um homem que sabia equilibrar a importância da função que desempenhava com a humildade que deve acompanhar quem serve.

No plano da contextualização teórica, importa considerar a missiva de Giraldes, com base nas práticas comuns da diplomacia do período pré-moderno. Uma vez mais, o estudo aprofundado de Mattingly em torno da diplomacia da época revela-se incontornável. O autor comenta:

It was the common practice of Christendom to pay ambassadors a stipend – usually quite modest – on a per diem basis. It was also accepted in law and in practice that an ambassador was entitled to the ordinary expenses of his journey and to indemnity for losses incurred in it. Once he had presented his credentials, his ordinary living and that of his suite would be, it was assumed, at the expense of the receiving government so that his per diem, plus expenses, made up a reasonable remuneration. But commonly the per diem, or most of it, was not payable until the ambassador’s return, and there was no clear rule about initial expenses (33).

Face ao exposto, antecipa-se, desde logo, que apesar de as questões financeiras de qualquer missão diplomática se encontrarem acauteladas, pela lei e pela prática comum das gentes, existia uma diferença significativa entre o plano teórico e o plano prático. Mattingly também nos elucida que qualquer embaixador encarava a possibilidade de embaraço financeiro no cumprimento da sua missão (222), tendo muitas vezes de adiantar dinheiro próprio (223) ou recorrer a empréstimos, os quais incluíam o pagamento de juros, situação que só contribuía para agravar a precariedade económica destes agentes governamentais. Seria precisamente essa a situação do embaixador português quando enviou a carta ao cardeal-rei em 1579.

Através da missiva de Giraldes somos informados sobre importantes pormenores da vida de um diplomata português no período pré-moderno: o montante que Portugal pagava aos embaixadores residentes (dez mil cruzados); as despesas a pagar (casa,

secretário, restante séquito diplomático, viagens); a forma como o pagamento era realizado (com atraso). Giraldes via-se, pois, forçado a adiantar o seu próprio dinheiro, ou a recorrer a empréstimos, os quais acabavam por se esgotar, mais cedo ou mais tarde. Como Mattingly observa, muitos embaixadores terminavam as suas missões mais pobres do que quando as haviam iniciado, e poucos lucravam com o serviço prestado ao monarca em solo estrangeiro, nomeadamente através da recompensa em forma de uma tença, uma comenda, ou até um título de nobreza:

A few... diplomats, like Walsingham, made a resident embassy a stepping stone to a lucrative career at court, but I know of no one except Chapuys [Charles V's diplomat] who got rich at diplomacy itself (225).

Contudo, e não obstante o desastre financeiro que pairava sobre a vida da grande maioria dos embaixadores do período em apreço, Mattingly garante que a carreira diplomática continuava a atrair um conjunto de homens hábeis e brilhantes (225), embora raramente encontrassem nos seus soberanos qualidades correspondentes:

It is a tribute to the kind of loyalty which the new monarchies were able to command that this most crying imperfection of the princes, their inability to pay their most important servants abroad as regularly and faithfully as they paid their grooms and ushers, did not occasion more frequent derelictions of duty... Ambassadors often possessed secrets worth a fortune. Yet very few ambassadors proved corruptible. The imperfect princes were better served than their treatment of their servants seemed to merit (221).

Tendo em conta o que já conhecemos acerca da missão diplomática de Giraldes em Inglaterra e do homem que inferimos ter sido, o teor da sua carta não deixa de remeter o leitor do século XXI para um sentimento de consternação e até de alguma decepção. À luz da missiva, tanto o cardeal-rei D. Henrique, como o seu antecessor, D. Sebastião, terão provavelmente preenchido os requisitos de “príncipes imperfeitos”, referidos por Mattingly. Giraldes viu-se forçado a pedir, de forma humilde, que o soberano lhe pagasse

o “merecimento dos [s]eus serviços”, ou seja, as remunerações em atraso – “do ordenado que tenho vencido” – e adiantasse as subsequentes, para assim poder cumprir a missão para a qual tinha sido enviado – “para poder melhor cumprir com a minha obrigação”. Tal facto denota que a corte portuguesa ainda tinha um longo caminho a percorrer até abarcar a importância, profunda e ampla, de manter os seus representantes diplomáticos em condições de vida honesta e condigna.

12. As Residências Diplomáticas dos Embaixadores Portugueses

Tal como Giraldes refere na carta de 1579, as despesas da missão em Londres incluíam pagar “casa”. Não podemos, pois, deixar de averiguar a que tipo de casa poderiam os embaixadores da coroa portuguesa ambicionar; resultaria igualmente significativo se, com base nas cartas referidas no presente capítulo, pudéssemos identificar alguma das residências diplomáticas onde ocorreram os incidentes analisados.

Em termos cronológicos, o primeiro incidente envolveu o embaixador Manoel d’Alvares, na sua casa em Hoxton. Esta residência faria provavelmente parte do conjunto de boas casas, de dimensões consideráveis, que se estendiam ao longo de Hoxton Street ou em torno de Hoxford Square, zona que se havia tornado preferencial nos gostos dos mais abastados da época em estudo. Pelo relato de Perwiche já analisado, depreendemos que a residência diplomática de Manoel d’Alvares incluía um portão exterior, um pátio interior e uma capela. Infelizmente, segundo James Bird, não foi possível identificar a casa do embaixador português, embora possamos caminhar pelas antigas ruas de Hoxton, zona que na actualidade mantém a mesma designação toponímica e se localiza imediatamente a norte da zona financeira, conhecida como *City* (40-47).

O segundo episódio analisado ocorreu em 1573 e envolveu Francisco Giraldes e a violação da sua residência em Tower Street. A toponímia da rua deriva da associação com a Torre de Londres e com Tower Hill. Segundo Anne Lancashire, Tower Street já se tinha estabelecido como parte do roteiro dos principais cortejos e procissões, incluindo os de coroação (47, 132). Por se tratar de uma artéria ampla, próxima da Torre de Londres,

monarcas como Isabel I faziam amiúde passar os seus cortejos cerimoniais por Tower Street, altura em que a rua ganhava uma beleza singular:

... [Queen Elizabeth] rode from the Tower to Whitehall seated in a golden chariot... the streets were decorated with triumphal archways, and tableaux were performed at the street corners (Weinreb e Hibbert 928, 929).

Não é possível identificar a casa onde Giraldes viveu, embora se saiba que, à época, Tower Street (hoje Great Tower Street) teria sido uma importante artéria habitada por mercadores abastados, cuja actividade económica se desenvolvia em especial a partir da transacção de mercadorias que decorria nas docas e nos portos logo a sul de Tower Street. Uma vez que a principal função de Giraldes consistia em estabelecer um acordo com Inglaterra que garantisse a paz comercial entre os dois reinos, parece sensata a escolha do embaixador em morar numa zona que lhe permitisse acesso rápido aos locais de embarque e desembarque de mercadorias. Giraldes poderia, assim, vigiar os portos e verificar pessoalmente as infracções dos mercadores ingleses dos direitos da coroa portuguesa em relação aos bens oriundos da costa africana.

O terceiro e último incidente diplomático analisado ocorreu em 1576, quando Giraldes vivia em Charter House. O minucioso relato de Fleetwood desempenhou um papel fundamental na investigação em torno desta residência. Como se pode verificar na descrição do *Recorder* acerca das características da casa do embaixador português, sabemos que tinha portões, um salão que conduzia a uma escadaria e, ao cimo da escadaria, uma longa e ampla galeria para este e oeste: “knocking at the gates”, “hall up the starys”, “at the staire-head there was a great long gallerie, that in length stode easte and weste” (58). Na parte final das cartas escritas por Giraldes entre 1574 e 1578, incluídas na *Cotton Collection* da British Library, pode ler-se o local “Charter-house”, seguido da data de cada missiva. Alguns exemplos das entradas abreviadas na colecção dessas missivas são apresentados em seguida:

Fran^{co} Giraldi, to the E. of Sussex; about the earl’s ill health, and an accident he himself had met with (Two originals, Ital.). Charter-house, March 29 and Nov. 1, 1574 (Titus B. VII. 144.313).

Fr. Giraldi, to complimentary (Or. Ital). Charterhouse, Oct. 8, 1576 (Nero.B.I.88. 214b).

Fran^{co} Giraldi, to the E. of Sussex; requiring an audience from the Queen; Charter-house, Jan. 3, 1577 (Titus B. VII. 157.339).

Fr^{co} Giraldi to the E. of Sussex; three letters of inquiry about the Queen's health and complaining about some ill treatment from the servants of the E. of Surrey (Orig. Ital.). Charter-house, April 24, and 30, 1578, and Casal, March 10, 1574 (Titus B. VII.107.236).

Os registos confirmam, portanto, que Giraldes residiu em Charter House, pelo menos entre 1574 e 1578. Apesar de as cartas de Giraldes redigidas em italiano apresentarem a designação “Xertosa”,³² esta surge nos registos com duas diferentes grafias – “Charter-house” e “Charterhouse”. Sabemos, contudo, tratar-se do mesmo local, cuja história Stephen Porter resume da seguinte forma:

The site of the Charterhouse was acquired by Sir Walter de Mauny, a prominent soldier and courtier, as a burial ground when the Black Death struck London in 1348. The chapel built there became the church of a Carthusian priory, which he founded in 1371. This was the largest and best endowed of the nine Carthusian priories in medieval England, attracting financial support from the crown, the aristocracy and leading citizens of London. In the 1530s the priory was the forefront of opposition to the Henrician Reformation... After the Dissolution, parts of the buildings were destroyed, but others were incorporated in an impressive mansion built for Sir Edward North in 1545-6, and embellished and extended in the early 1570s by Thomas, fourth Duke of Norfolk, until he was executed in 1572 for his involvement in the Ridolfi Plot... It was here, in one of Tudor London's premier mansions, that Queen Elizabeth chose to stay when she first entered London following her accession in 1558, and she was imitated by her successor, James I, on his arrival in the capital from Scotland in 1603 (7).

³² Entre outras, as cartas escritas a Walsingham datadas de 6 de Novembro de 1576 (SP 70/140 f.143), 1 de Julho de 1577 (SP 89/1 f.1) e 9 de Agosto de 1577 (SP 89/1 f.5).

Tendo em conta as dificuldades financeiras expressas por Giraldes na carta de 1579, parecia pouco provável que uma residência desta magnitude pudesse ter sido o local escolhido pelo embaixador para nele habitar com a esposa e o séquito diplomático.

Uma pesquisa *online* conduz-nos ao sítio “the Charterhouse”.³³ A mansão Tudor encontra-se aberta ao público, mobilada e decorada de acordo com o estilo coevo. À medida que procedemos a uma análise comparativa entre a visita a Charter House e a descrição física realizada por Fleetwood da residência diplomática de Giraldes, parece cada vez mais provável tratar-se da mesma casa. O contacto estabelecido com o historiador e arquivista de The Charter House, via *e-mail*, esclareceu a dúvida que pairava em torno da possível residência diplomática de Francisco Giraldes em Londres.³⁴

After the dissolution of the Carthusian priory, in 1545 the site was acquired by Sir Edward (later Lord) North, who in 1546 built a courtyard house on the site. That was sold in 1565, soon after his death, to Thomas, fourth Duke of Norfolk, who made a number of significant changes to the buildings, especially during his time under house arrest there in 1571. In 1572 he was executed for his part in the Ridolfi Plot, and although the buildings could have been confiscated by the crown because of his treason, it seems that they passed to his son Philip Howard (1557-95), who held the courtesy title of Earl of Surrey - his father's title having been extinguished – until he succeeded his grandfather as Earl of Arundel in 1580. He preferred Arundel House in the Strand and so the Charterhouse was empty and the Portuguese ambassador was a tenant, probably from 1573 until 1577. Presumably he was Philip's tenant, although given his leanings towards Catholicism and the prominence of the Howard family the crown may have been involved, hence the use of the house as an ambassadorial residence. Thomas Lord Paget was living there in some state in the early months of 1577 [London Metropolitan Archives, acc/446/EF/25/11.] He was a prominent Roman Catholic and was suspected of plotting on behalf

³³ The Charterhouse: Charterhouse Square London - EC1M 6AN. <<http://www.thecharterhouse.org/explore-the-charterhouse/>>.

³⁴ O contacto foi encetado com o *Master of the Charterhouse*, Charlie Hobson, que encaminhou a minha questão para Stephen Porter, cuja obra havia servido nesta linha de investigação. A resposta pronta do Dr. Porter surge transcrita em seguida.

of Mary, Queen of Scots and fled to France in 1583 (Stephen Porter, “Re: Enquiry” 26. Oct. 2015)

Assim, Francisco Giraldes, o embaixador português católico, terá sido arrendatário de Philip Howard entre 1573 e 1577, embora talvez a sua estadia em Charter House se tenha estendido também aos meses de 1578 em que Giraldes permaneceu em Inglaterra. Tal circunstância explicaria a carta datada de 30 de Abril de 1578 a Thomas Radclyffe, *Lord of Sussex*, ainda expedida de Charter House.

Seja como for, parece significativo encontrar o exacto local que serviu de residência diplomática a um dos embaixadores portugueses na corte isabelina. A detalhada descrição de Fleetwood permitiu, pois, estabelecer as necessárias pontes entre o passado e o presente. Além disso, o esclarecimento do historiador Stephen Porter permite-nos regressar ao início deste capítulo e à referência a Ridolfi Plot, interligando a prática católica de Giraldes com a da família Howard, proprietária de Charter House.

À luz da recém-encontrada evidência, as palavras de Giraldes a D. Duarte de Castelo Branco emergem agora de forma distinta, pois podemos associar o evento descrito pelo embaixador ao local exacto onde ocorreu:

A semana que vem terei nesta casa de S. Alteza as Damas da Rainha com alguns do Conselho e outros muitos senhores como o Embaixador de França jantar comigo (*Embaixada*, f.124; Português modernizado).

O embaixador português Francisco Giraldes recebia na sua casa em Charter House – a mesma onde Isabel Tudor se havia alojado antes da coroação – importantes figuras da corte isabelina, o que demonstra o estatuto de Giraldes enquanto diplomata ao serviço de Portugal.

13. Notas Finais

Em articulação com a nota introdutória relativa à questão das fontes que subjazem à presente investigação, de uma forma geral, importa deixar algumas considerações quanto às fontes utilizadas no presente capítulo, em particular. Com efeito, os registos conhecidos não oferecem qualquer evidência sobre se Manoel d'Alvares ou Francisco Giraldes alguma vez terão informado a corte portuguesa dos incidentes diplomáticos que viveram em Londres. A este respeito, e antes de qualquer outra consideração, deve reter-se que muitos documentos de valor incalculável – incluindo correspondência diplomática – se perderam no Grande Terramoto de Lisboa e no incêndio que se lhe seguiu, em 1755. Como Mattingly observa, a documentação diplomática do período pré-moderno, e muito especialmente aquela que resulta da pena de embaixadores residentes, apresenta aos investigadores um desafio suplementar:

During his mission, each ambassador was expected to preserve the originals of all papers received (transcripts of all documents transmitted, and copies of all dispatches originated in the embassy, these last normally in letter-books), so that the entire correspondence of any embassy was represented by two complete files, the ambassador's and the royal secretary's. But throughout the sixteenth and seventeenth centuries the embassy files were the ambassador's personal property. Sometimes he took them home with him. Many books and bundles of embassy papers now in the national archives were long in the muniment rooms of private families. Sometimes a departing ambassador destroyed most of his papers before he left. Once or twice he just abandoned them in the vacant embassy to be snapped up by the agents of his recent host. In any case the embassy files were usually left bare. The next resident could not count on finding even the texts of major treaties; whatever documents he needed he had to get before he left, from a royal secretary (230).

A exposição acima explica, portanto, a enorme dificuldade envolvida no trabalho de investigação de correspondência diplomática do período que nos ocupa. O facto de os

séculos XV e XVI testemunharem o desenvolvimento da prática e dos procedimentos diplomáticos terá contribuído para a inexistência de uma acção normalizada entre os embaixadores, no que respeita à recolha e arquivo deste tipo de documentos. Muito tempo decorreria até que os diplomatas tivessem o mesmo procedimento relativamente a como proceder com a documentação resultante das missões.

Se os embaixadores mantinham os documentos na sua posse e, mais tarde, na posse das suas famílias, então a improbabilidade de os investigadores se cruzarem com esses escritos resulta ainda maior. A hipótese de perder tais registos em sequência de um qualquer fenómeno natural (tempestades, incêndios ou outros), bem como de sucessivas mudanças da residência da família, multiplicam-se pelo número de bibliotecas particulares. No caso da correspondência diplomática portuguesa da época em apreço, este factor, a par do Terramoto de 1755, parece ter sido determinante para a existência de tão escassos registos. As fontes subjacentes à investigação dos incidentes diplomáticos analisados resultam da compilação sistematizada e escurpulosa de documentos (muitos deles avulsos) mantidos em arquivos estrangeiros, originando as centenas de volumes que compõem, por exemplo, *Calendar of Letters and State Papers relating to English Affairs Preserved Principally in the Archives of Simancas*, *Calendar of State Papers Relating To English Affairs in the Archives of Venice*, *Public Records Office*, *Calendar of State Papers Foreign* ou *Lansdowne Manuscripts*. Por outro lado, os três incidentes diplomáticos examinados permitiram-nos compreender vários factores que os contextualizaram.

No plano religioso, o contexto do estabelecimento da Igreja de Inglaterra, comprometia a possibilidade de Católicos ingleses professarem a sua fé. Apesar de os embaixadores beneficiarem de certas imunidades diplomáticas, como *le droit de chapelle*, também estes agentes governamentais viveram momentos difíceis na prática da sua orientação religiosa, especialmente porque albergavam súbditos ingleses que mantinham as crenças na antiga fé – “the old faith”. Essa atitude de protecção da fé católica, num país que orientava a religião do Estado cada vez mais no sentido do Protestantismo, valeu aos embaixadores portugueses a invasão das suas residências pelas autoridades locais. Os episódios de 1568, 1573 e 1576 constituem demonstrações de como as questões de fé e de confissão religiosa colidiam com os interesses e as missões diplomáticas dos embaixadores portugueses residentes em Inglaterra.

Independentemente das dificuldades experienciadas, tanto Manoel D’Alvares, como Francisco Giraldes se mantiveram no favor de Isabel I, em especial o segundo, o

qual permaneceu em Inglaterra por vários anos. As personagens que partilharam o palco dos incidentes diplomáticos com os embaixadores portugueses, num verdadeiro combate político que visava fragilizar a imagem e a missão dos enviados, acabariam eles próprios por ter de reconhecer a derrota. Nos três casos analisados, a diplomacia venceu, e Isabel I não expulsou, nem admoestou, nem tão pouco desfavoreceu os diplomatas portugueses envolvidos nas desavenças com as autoridades locais. Por seu turno, quer os bispos de Londres – Grindal e Sandys – quer o *Recorder* Fleetwood foram forçados a reconhecer que os interesses das relações anglo-portuguesas se sobrepunham às matérias religiosas e à aplicabilidade da legislação nacional. A este respeito, as questões financeiras estiveram subjacentes às missões diplomáticas portuguesas em Inglaterra, uma vez que objectivavam o acordo económico tão desejado, o qual permitiria desbloquear o impasse das relações comerciais. Conclui-se, pois, que a diplomacia portuguesa foi bem servida nas pessoas de Manoel D’Alvares e de Francisco Giraldes.

Para além das considerações a nível dos contextos político-económico e religioso, a análise dos incidentes diplomáticos de 1568, 1573 e 1576 deve contextualizar-se também ao nível dos planos teórico e conceptual da evolução da Diplomacia. A mudança de paradigma advinda do incremento de embaixadores residentes numa Europa religiosamente dividida questionou as antigas práticas e conduziu à criação de um enquadramento legal distinto. Vivía-se, pois, um período singular: a transição da antiga prática diplomática para a Diplomacia moderna. Os direitos e as imunidades do Embaixador foram revistos e alargados, à medida que as novas realidades empurravam príncipes e teóricos para a criação de novas normas da prática diplomática. Surgem *le droit de chapelle*, o conceito de extraterritorialidade, acompanhados pelas decisões de ordem financeira que visavam normalizar questões da manutenção e da subsistência de um embaixador residente que permanecia por vários anos numa corte estrangeira. No contexto em apreço, os incidentes diplomáticos que envolveram os embaixadores portugueses contribuíram para o debate em torno destas matérias e, consequentemente, para a procura de soluções para as questões suscitadas, assomando-se como importantes auxílios para a construção das novas imunidades diplomáticas.

Por conseguinte, a análise da correspondência diplomática a partir dos temas Religião e (In)Sucesso remete-nos para a confirmação de que não existem períodos históricos estanques; de que os acontecimentos históricos, culturais e religiosos e os movimentos a eles subjacentes se intersectam e entrecruzam; de que estamos perante uma

teia complexa e detalhadamente urdida, composta por inúmeros laços que unem personagens, atitudes, categorias, ambientes, crenças, expectativas, decisões, entre outros. Como Rui Carvalho Homem observa: “texto e história indistinguem-se e intervêm num permanente conflito em torno de significações instáveis (29). Vislumbrar o passado terá, necessariamente, que levar em linha de conta a justaposição dos vários planos, procurando sempre, com as ferramentas de que hoje dispomos, compreender melhor o ‘Outro’ que fomos, buscando a perfeição do ‘Eu’ que somos.

III.

O Caso Político:

Diplomacia e (In)Dependência

WESTMORELAND:

Shall we call in th'ambassador, my liege?

KING HENRY:

Not yet, my cousin. We would be resolved,

Before we hear him, of some things of weight

That task our thoughts...

W. Shakespeare, *Henry V* (I.2.4-7)

1. Notas Introdutórias

A 4 de Agosto de 1578, o jovem rei de Portugal, D. Sebastião, morreu na Batalha de Alcácer-Quibir. Com apenas 24 anos, Sebastião permanecia solteiro e sem herdeiros que assegurassem a continuidade governativa da Dinastia de Avis. O desaparecimento do monarca deixou Portugal em suspenso durante um período de fragilidade e instabilidade de ordem política e económica, sob a governação do cardeal-rei D. Henrique, seu tio-avô. Francisco Bethencourt observa:

O reinado do cardeal D. Henrique durou apenas um ano e cinco meses... Trata-se de um período excepcional de crise, tanto a nível económico e financeiro, como ao nível político e moral, que é geralmente “avaliado” como uma espécie de interregno que precede a perda da independência (460).

A crise de sucessão reuniu, no palco político, vários pretendentes ao trono de Portugal, portugueses e estrangeiros. Entre os primeiros, D. Catarina de Bragança, D. António, Prior do Crato, e D. João I, 6º duque de Bragança;¹ entre os segundos, o rei espanhol, Filipe II, Rainúncio Farnese, duque de Parma, e Emanuel Felisberto, duque de Saboia.²

Nos finais de 1580, Filipe II de Espanha entra em Portugal como rei legítimo (Magalhães 477). A crise de sucessão esbate-se e o monarca espanhol é confirmado como rei Filipe I de Portugal nas Cortes de Tomar, a 16 de Abril de 1581. Portugal e Espanha passariam, pois, a estar unidos sob uma mesma coroa – a espanhola – e Portugal só voltaria a emergir no cenário político enquanto reino independente 60 anos depois, em 1640. Como refere Joaquim Romero Magalhães, apesar de a independência política de Portugal não ter sido juridicamente afectada com a união dinástica, a dificuldade em distinguir, de forma clara, um Estado e o soberano desse Estado na época em apreço resultaria “numa alteração profunda para Portugal, na ordem internacional. Portugal deixou de contar” (479).

O presente capítulo pretende analisar o envolvimento de Isabel I nesse momento decisivo da história de Portugal e das relações anglo-ibéricas, conhecido como Crise de Sucessão de 1580; pretende-se ainda analisar o papel da diplomacia em torno das questões de argumentação e estratégia política na conjuntura da contenda sucessória.

A este propósito, Charles Beem e Carole Levin enfatizam a importância da correspondência diplomática no reinado de Isabel I, uma rainha que nunca saiu de Inglaterra (3). Os embaixadores eram, acima de tudo, o meio pelo qual os soberanos

¹ D. Catarina, duquesa de Bragança, era neta do rei D. Manuel I, por via de seu pai, D. Duarte, duque de Guimarães, filho do casamento entre D. Manuel e Maria de Aragão (filha dos Reis Católicos). D. António, Prior do Crato, era igualmente neto de D. Manuel por via de seu pai, o Infante D. Luís, duque de Beja (também filho do casamento de D. Manuel com Maria de Aragão). Contudo, D. António nasceu de uma união ilegítima e, como tal, as suas pretensões ao trono de Portugal seriam desvalorizadas. D. João I, 6º duque de Bragança, era bisneto de D. Isabel, irmã de D. Manuel I. O seu direito ao trono era distante, pelo que cedo abdicou da sua pretensão.

² Filipe II, rei de Espanha, era neto de D. Manuel I por via de sua mãe, Isabel de Portugal (fruto do casamento de D. Manuel I com Maria de Aragão). Rainúncio Farnese, duque de Parma, era, por sua vez, bisneto de D. Manuel I por via materna (sua mãe, Maria de Portugal, duquesa de Parma, era, tal como a sua irmã, Catarina de Bragança, filha de D. Duarte, duque de Guimarães, o filho mais novo de D. Manuel I). Emanuel Felisberto, duque de Saboia, era neto de D. Manuel I por via materna (sua mãe, D. Beatriz, duquesa de Saboia, era fruto do casamento do rei D. Manuel I com Maria de Aragão).

comunicavam entre si, o recurso usado para a prossecução de negociações de teor político, económico, militar, entre outros. Os embaixadores eram, *de facto*, os olhos e os ouvidos dos soberanos em cortes estrangeiras, proporcionando relatos e descrições que possibilitariam, em tempo oportuno, tomadas de decisões. A correspondência diplomática abarcava não só informação de ordem prática essencial à estratégia geopolítica, mas igualmente interpretações, segundo a natureza intrínseca dos autores, em relação à forma como perspectivavam o ‘Outro’. No fundo, uma vez mais se sublinha como os diplomatas, em particular os embaixadores residentes, funcionavam, quais pontes metafóricas entre reinos e soberanos, assumindo o papel enquanto cartógrafos das mentalidades, uma vez que mapeavam, teciam e moldavam os pensamentos, os julgamentos e as decisões dos príncipes. A esse propósito, Timothy Hampton notou: “diplomatic success may have less to do with what one does as an ambassador, than with what one *writes*” (6, 7).

Portanto, a análise da correspondência, especialmente a diplomática produzida durante a conjuntura da Crise de Sucessão de 1580, proporcionará uma visão mais ampla sobre a temática em apreço, com o objectivo de complementar o nosso conhecimento acerca das relações anglo-ibéricas no período pré-moderno, bem como acerca dos mecanismos do aparelho político e diplomático no contexto internacional.

2. Crise de Sucessão de 1580: Breve Enquadramento

Segundo Francisco Bethencourt, a crise sucessória representa, para Portugal, um período de “traumatismo colectivo”, uma época “de luta política intensa – seguramente o período mais complexo e mais rico de todos os que conhecemos no ‘longo’ século XVI” (462; 464). A análise do envolvimento de Inglaterra na Crise de Sucessão de 1580 impõe um enquadramento deste período histórico, se bem que por meio de sucinta contextualização, uma vez que não se pretende aprofundar as inúmeras e vastas complexidades subjacentes à crise sucessória, mas sim relacionar essa contextualização com o tema que ocupa a presente tese.

Importa compreender, desde logo, que a política de alianças matrimoniais havia arrastado a Dinastia de Avis para uma situação de considerável fragilidade: oito dos onze casamentos da Casa Real de Portugal ao longo das três últimas gerações tinham sido realizados com Castela (Cunha 465).³ Como já mencionado no Capítulo I, Inglaterra e Portugal partilhavam a mesma problemática sucessória, e D. Sebastião tinha sido “O Desejado” desde o nascimento. Portanto, as decisões tomadas ao longo dos anos conduziram, de forma inexorável, os destinos do reino para o momento que agora se vivia. Francisco Ribeiro da Silva comenta:

... a interferência protagonizante do filho de Carlos V na História de Portugal aconteceria de qualquer modo, houvesse ou não o desastre de Alcácer-Quibir, tivesse ou não deixado filhos o desventurado D. Sebastião. De facto, a teia de interesses e cumplicidades das duas Coroas castelhana e portuguesa fora urdida tempos atrás, remontando aos reinados respectivamente dos Reis Católicos e de D. João II, com reforços matrimoniais ulteriores que, como se pretendia, se vieram a mostrar decisivos (247).

A 31 de Janeiro de 1580, no dia do seu 68º aniversário, morre o cardeal-rei de Portugal, D. Henrique. As Cortes portuguesas encontravam-se reunidas em Almeirim desde o dia 11 de Janeiro, tendo sido convocadas pelo monarca, a fim de ser encontrado o seu sucessor. Em testamento, datado de 29 de Maio de 1579, D. Henrique havia clarificado o seguinte sobre esta matéria:

E porque ao tempo, que faço este testamento, nam tenho descendentes, que diretamente ajam de succeder na Croa destes Reynos, e tenho mandado

³ (1) D. Afonso (filho de D. João II) e (2) D. Manuel casam com D. Isabel (filha dos Reis Católicos, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela); (3) D. Manuel casa depois com D. Maria, irmã da sua falecida esposa, e, por último, (4) com Leonor da Áustria, filha de Filipe I e de D. Joana, ambos reis de Castela; (5) D. João III casa com D. Catarina da Áustria, também ela filha dos reis de Castela (Filipe I e D. Joana); (6) D. Isabel, irmã de D. João III, casa com Carlos V; (7) D. Maria, filha de D. João III, casa com Filipe II; (8) D. João, filho de D. João III e pai de D. Sebastião, casa com D. Joana de Áustria (filha de Carlos V e D. Isabel).

requerer aos meus fobrinhos, que algum direito podem pertender, e está este cazo da successão em justiça, por quanto nam declaro aqui agora quem me ha de succeder, ferá quem conforme a direito ouver de fer, e esse declaro por meu herdeiro, e successor, falvo se antes de minha morte nomear a pelloa, que este direito tiver (*Gavetas* 16:1.13).⁴

O sucessor ao trono seria, portanto, encontrado através de fundamentações legais. Daí terem os vários pretendentes: (1) apresentado as suas candidaturas, com os respectivos argumentos jurídicos que fundamentavam a pretensão, legitimidade e precedência em relação aos demais; (2) encetado esforços para reunir apoios, dentro e fora do território nacional. Por último, e também por essa mesma razão, foram as Cortes convocadas.

No fundo, conforme observado por Mafalda Soares da Cunha, o país encontrava-se em “compasso de espera” por três motivos essenciais: a avançada idade de D. Henrique, a sua condição eclesiástica e o vazio jurídico que subjazia à problemática da sucessão (466). Mesmo a tentativa de obter a dispensa papal para D. Henrique contrair matrimónio, com pedido apresentado a 24 de Setembro de 1578, deve considerar-se mais como um adiamento por parte do governo português, uma forma de “aliviar a pressão sobre o grupo dirigente exercida pelos pretendentes ao trono” (Bethencourt 462), e não tanto como um esforço genuíno para alcançar um herdeiro legítimo. Mafalda Soares da Cunha acrescenta:

A crise dinástica de 1580 constitui um dos momentos da História de Portugal que suscitaram maior abundância de reflexões e controvérsia política. O debate talvez nunca tenha sido tão grande como na época... limitando-se, depois, a amplificar e valorizar à luz das diferentes ideologias e conjunturas históricas as dúvidas, incertezas e perplexidades da polémica jurídica de então... Assim, a indefinição do corpo normativo estabelecido

⁴ O manuscrito contém uma nota que se reproduz em seguida, pois confirma os pressupostos, já aqui várias vezes mencionados, quanto à preservação e constante probabilidade de descoberta de documentos históricos: “Este testamento achei lá nas casas debaixo de um armário entre uns livros, que eu Jorge da Cunha, escrivão da Torre do Tombo, restitui nesta gaveta, em Lis[bo]a a 23 de Maio de 1630”. [Ass.] “Jorge da Cunha”.

e a evidente conflituosidade dos interessados em jogo justificam porventura a incapacidade de uma tomada de posição clara na matéria (465; 467).

A morte de D. Henrique precipitou os acontecimentos, antes de qualquer acordo ter sido alcançado. Considerando a complexidade das temáticas em torno da Crise de Sucessão, as Cortes de Almeirim mantiveram-se reunidas até 15 de Março, sem sucesso quanto à matéria fundamental. O conclave resultou apenas na instituição de um Conselho de Governadores do Reino de Portugal, responsável pelo governo até ser concluído o processo de sucessão.

O reino estava, pois, sem monarca, e vivia-se um período singular. O *quasi-vazio* governativo dividia Portugal, em particular os grupos de poder, em torno da escolha dos candidatos mais proeminentes ao trono, ou seja, D. Catarina, D. António e Filipe II. Sobre a causa da divisão que se operava em Portugal, Isabel I empregaria a expressão “jealous’ heads” (CSP 14:345),⁵ como mais adiante veremos, apesar de ser importante notar, desde já, a forma como o individualismo dos pretendentes portugueses se sobrepôs ao bem comum e maior do reino. Bethencourt comenta:

... tinha sido a própria apresentação da candidatura de D. António, com a obtenção de fortes apoios dos procuradores dos conselhos e de alguns apoios tanto do clero como da nobreza, que tinha prejudicado a constituição de um sólido suporte à candidatura de D. Catarina de Bragança dos três estados, inviabilizando a criação de consenso em torno da sua nomeação... Faltava a D. Catarina o suporte do terceiro estado, bem como, curiosamente, da maior parte da nobreza... Filipe II... vai tecendo uma importante rede de aliados e de apoiantes na base da ameaça, da persuasão e da promessa venal... que acaba por envolver a maior parte da nobreza, uma boa parte do clero e a quase totalidade da burguesia régia (463).

⁵ “Elizabeth: June 1580, 21-30.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580*. 313-328. *British History Online*. 1 July 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp313-328>>.

A esta complexidade, que dividia o país, deve ainda acrescentar-se a problemática levantada quanto à possibilidade da escolha (ou eleição) do soberano, tese que radicava na tradição de pensamento político do século XIV e defendia “que o povo dispunha do direito de escolher o rei, quando o trono se achasse vago” (Cunha 470). Sentem-se os ecos da crise sucessória de 1383-85, especialmente centrados na figura de D. António. A candidatura do Prior do Crato dividia os apoios a D. Catarina, mas era acolhida pelo sentimento da população como forma de transpor a ameaça espanhola e centrar o debate político no direito do povo escolher o rei. Conforme demonstra Bethencourt:

... este período de crise vem colocar pela primeira vez o problema da nação enquanto comunidade histórica e afectiva, com identidade própria... pela primeira vez aparece o termo “Nação” com sentido de comunidade política, em concorrência com o termo “Reino” (464).

Importará, neste contexto, considerar como a Crise de Sucessão impele a uma “profunda reflexão sobre a identidade portuguesa” (Bethencourt 464):

A insegurança gerada pelas dificuldades de toda a ordem que o Reino vivia parece terem propiciado a reflexão sobre uma identidade comum, apesar de tudo ainda mal definida... estas manifestações difusas de um sentimento de continuidade histórica particular afirmavam-se sobretudo pelo carácter intimidante que a proximidade geográfica, a disparidade de recursos e o peso político de Castela geravam face à autonomia do Reino (Cunha 471).

Sabemos que as “manifestações” a que Cunha se refere não terão envolvido todos os Portugueses, não obstante acolherem amostras de todos os grupos sociais. A tese da eleição veio incluir o povo na “profunda reflexão sobre a identidade portuguesa” mencionada por Bethencourt e, tal como nota Liah Greenfeld, a formação de uma

identidade nacional nos Estados europeus é precedida por uma crise de identidade (14). O recurso ao termo ‘Nação’ envolve enorme complexidade e debate, nomeadamente porque o conceito contemporâneo de ‘Nação’ enquanto entidade política decorre amiúde da associação ao termo ‘nacionalismo’ (Hobsbawm 9), impulsionado pela Revolução Industrial e modernização do século XIX (Bicakci 634).⁶ Para Ernest Gellner, o princípio político de ‘nacionalismo’ será o factor que une, de forma coerente, as unidades política e nacional (1). O mesmo defende Hobsbawm, ao afirmar que o ‘nacionalismo’ precede a existência das ‘nações’ (10). Contudo, para Greenfeld, a ideia moderna de ‘Nação’ surge no século XVI, em Inglaterra (14), pensamento reforçado por Schulze, que associa às particularidades da Era Isabelina a noção de “cultural ‘us-awareness’” (122). Como refere Stuart Hall: “national identities are not things we are born with, but are formed within and in relation to representation” (292). Luísa Leal de Faria observa que o sistema de representação cultural nacional é o conjunto de significados produzidos pela ‘Nação’ enquanto entidade política simbólica, e que o século XVI terá assistido ao despontar da identidade associada ao estado-nação (137). Independentemente da controvérsia em torno do termo ‘Nação’ e da definição da sua origem em termos cronológicos, para efeitos da presente análise, podemos assentir na proposição de Bicakci:

The concept of “nation” is historically older than nationalism as a political movement... The word has gradually taken the meaning of large group of people with a common ancestry. The idea of nation takes shape in conjunction with cultural, political, and psychological factors. Language, religion, history, literature, folkloric themes (epics, myths, legends), and customs are the elements creating bonds among a group of people that transform a nation (633).

A Crise de Sucessão de 1580 terá, pois, criado nos Portugueses uma noção de comunidade unida pelas semelhanças e pelo passado comum, consciente dessa unidade, colectivamente enfrentando a ameaça da perda de independência e as respectivas

⁶ A esta acepção política de ‘Nação’ deve acrescentar-se a ideia de ‘nação’ enquanto entidade cultural, cuja origem se encontra associada aos pensadores do século XVIII (Johann Gottfried Herder, Friedrich Hegel, entre outros) e ao conceito de *Volksgeist* ou ‘espírito da nação’ / ‘carácter nacional’ evidenciado pelo Movimento Romântico alemão.

consequências económicas, sociais, políticas, culturais, psicológicas e históricas. Face ao exposto, compreende-se porque o termo ‘Nação’ com sentido de comunidade política surja neste contexto de crise de identidade lusa.

A hipótese de escolha/eleição do rei, que veio incluir, de forma oficial, o povo na questão da Crise, acabaria também por ser dirimida no campo legal. Em *Alegações*,⁷ apresentadas pela candidatura de D. Catarina, argumentava-se que a doutrina de eleição apenas se poderia aplicar quando o trono se encontrasse vago e, havendo candidatos legítimos de sangue real, as cortes não beneficiavam do direito de escolher o rei (*Alegações* 8; Torgal 198; Cunha 470). De qualquer modo, conforme esclarece Luís Reis Torgal, o sentimento de consciência colectiva da ‘Nação’ portuguesa, com uma identidade própria, não pode ser desconsiderado como factor de união desperto pela crise sucessória:

... havia em Portugal uma consciência teórica e prática juspolítica que se inseria numa tradição cultural escolástica, caracteristicamente ibérica, onde se salientava a teoria da origem “popular” do poder régio... esta teoria não chocava propriamente com a tendência centralizadora do Estado e com um certo realismo e empirismo político característico do mundo moderno que desabrochava, que também em Portugal se ia verificando dentro da sua própria dinâmica (199).

Face ao acima exposto, compreende-se a complexidade e a delicadeza do momento vivido em Portugal à época, em termos da conjuntura política. Não podemos, contudo, apreender o amplo quadro da Crise de Sucessão de 1580 sem considerarmos um factor determinante para o seu desfecho: a situação económica do reino.

A campanha de D. Sebastião em África tinha sido financiada “através de expedientes vários”, em especial um adiantamento providenciado pelos cristãos-novos, “recebendo o rei 250 000 cruzados” (Magalhães 459). Identificar os motivos pelos quais

⁷ Título completo: *Alegações de direito, que se oferecem aao muito alto e muito poderoso Rei Dom Henrique nosso Senhor na causa da socessão destes Reinos por parte da Senhora Dona Catarina sua sobrinha filha do Iffante dom Duarte seu irmão, a 22 de Outubro de MDLXXXIX.*

a coroa não havia sido capaz de subsidiar a campanha sebastiânica, torna imprescindível recuar algumas décadas, até à época habitualmente associada à grandeza da Campanha dos Descobrimentos portugueses. Santarém expõe a difícil situação financeira de Portugal já em 1534, aquando do reinado de D. João III, filho do Venturoso:

[Portugal tinha o montante de] 808 contos e seiscentos mil reis... de dividas da India, e de cambios de Flandres, cabendo a estes ultimos não menos de 160 contos... Esta divida vencia juros usurarios, que na maior parte não eram inferiores a vinte, ou a vinte e cinco por cento por anno, aggravando-se deste modo as obrigações annuaes do erario com um encargo de mais de 150 contos que, ou se havia de satisfazer aos negociantes da Flandres, de Castella, e das feitorias da India, ou se ia accumular ao capital em condições desfavoraveis... difficultando novos emprestimos a que a pobreza do thesouro forçava o rei, exigindo antecipações ruinosas, e arrastando o credito por todos os modos e em todas as praças (Santarém 1858:LXIX).

Se a dívida externa era já considerável na década de 30 do século XVI, as décadas posteriores acumulam o défice. Na longa exposição de Santarém sobre o estado financeiro das contas públicas portuguesas à época (Santarém 1858: LXIX-CVII), resulta evidente a extrema dificuldade em manter o equilíbrio entre receitas e despesas, resultando no que se conhece (até à contemporaneidade) como o saldo negativo do Tesouro do Estado de Portugal.

A coroa não havia sido, pois, capaz de financiar a campanha de D. Sebastião em África e menos ainda de suportar os efeitos económicos da derrota. Tendo em conta que a Batalha de Alcácer Quibir envolveu quase todas as famílias da nobreza, muitos fidalgos morreram com D. Sebastião, enquanto cerca de 80 foram feitos cativos (Bethencourt 462). Sobre os nobres capturados pendiam volumosos pedidos de resgate. D. Henrique reuniu apenas 100 000 cruzados, dos 400 000 exigidos para a libertação dos cativos, e o restante montante deveria ser pago pelas famílias envolvidas (Velloso 1946:18-56; Bethencourt 462). A dificuldade da coroa portuguesa e das famílias nobres em reunir a importância do

resgate conheceria algum amparo por parte de Filipe II, que contribuiu com “valiosos subsídios” (Velloso 1946:47).

Conforme nota José Velloso, confirmando a análise de Santarém, “a penúria do Tesouro era grande” (1946:31). A coroa e a aristocracia portuguesas evidenciaram as dificuldades financeiras em que se encontravam, especialmente em termos de tesouraria, resultando na tentativa de trocar por numerário, letras, jóias, obras de arte em ouro e prata, entre outros bens (Velloso 1946:20; 31). Portugal permanecia, portanto, numa situação de extrema fragilidade financeira, a qual desempenharia um papel determinante no desfecho da Crise.

Com efeito, pode afirmar-se que o reconhecimento de Filipe II de Espanha como Filipe I de Portugal nas Cortes de Tomar, em 1581, se deve a três factores essenciais. Em primeiro lugar, o monarca espanhol havia mantido o duque de Ossuna, Pedro Téllez-Girón, e Cristóvão de Moura como embaixadores residentes em Lisboa, desde 1578. Estes diplomatas eram, portanto, uma fonte de informação regular, responsáveis pela elaboração de uma teia de interesses e por uma rede de apoiantes à candidatura filipina ao trono de Portugal (Velloso 1946:175-176; 255). Em segundo lugar, Filipe II tinha vindo em auxílio de Portugal e de várias famílias nobres na resolução da problemática dos cativos, ameaçando a imparcialidade quanto à escolha do candidato ao trono, apenas com base em pressupostos de jurisprudência (Cunha 471). Por último, o soberano espanhol mantém Portugal sob ameaça de uma invasão militar no caso de a sua sucessão ao trono não ser resolvida por via do Direito, com o duque de Alba a liderar um “numeroso e bem armado” exército, posicionado em Badajoz (Cunha 473; Magalhães 474). Em suma, Filipe II havia demonstrado a habilidade de antecipar obstáculos, a astúcia e a prudência necessárias para realizar uma paciente campanha, a qual se prolongou no tempo até ao sucesso pretendido: o trono de Portugal. Fê-lo por três vias: diplomática, económico-financeira e político-militar. Como afirma Francisco Ribeiro da Silva:

... a reunião das duas Coroas na pessoa de Filipe II foi longamente preparada não apenas pelos sucessivos casamentos entre indivíduos das casas reinantes mas também pelo intercâmbio de interesses e por interdependências económicas e culturais. Talvez devamos acrescentar que para a nobreza portuguesa a união ibérica representou uma solução

aceitável, talvez um mal menor, visto que, por um lado, as promessas de Filipe II garantiam a possibilidade de resgate de uma grande parte dos que, embarcados com D. Sebastião, haviam ficado prisioneiros nos cárceres marroquinos; por outro, os nobres vislumbravam hipóteses de mercês e empregos honrosos da parte do Rei castelhano, como veio a acontecer (250).

A política de alianças matrimoniais, a interdependência de interesses económicos e a fragilidade financeira do Estado português ditaram o desfecho deste momento histórico. Filipe II de Espanha representava a única saída possível de tão profunda crise do Tesouro luso. Os interesses corporativos foram-se posicionando e instalando. Chegada a hora da decisão, todos os factores confluíram para o mesmo desfecho. A resistência era pouca, fraca e desorganizada; além disso, estava dividida. D. Catarina e a sua facção sucumbem perante o poderio do monarca espanhol. D. António, Prior do Crato não dispunha das mesmas qualidades, nem dos mesmos apoios do herói providencial da Crise de 1383-85, D. João, Mestre de Avis. Mesmo tendo sido aclamado rei pelo braço popular a 19 de Junho de 1580, D. António não é capaz de vencer o possante exército do duque de Alba, com o qual se confronta na Batalha de Alcântara, a 25 de Agosto. Desde então, e até à sua morte, viveria exilado e tentaria incessantemente recuperar o apoio popular e o trono, sem sucesso (Magalhães 474-475).

Afigura-se possível concluir que, apesar dos pedidos de apoio endereçados a Isabel I pelos pretendentes portugueses, Inglaterra não poderia determinar um desfecho diferente para a Crise de Sucessão de 1580. A ajuda internacional não desconstruía a intrincada teia de problemáticas situações domésticas que os próprios Portugueses haviam construído e mantinham insolúveis.

Em suma, os breves traços apresentados sobre a multifacetada conjuntura em torno da crise sucessória confirmam que a união ibérica das coroas em 1580 deve ser encarada, não como um ponto de partida, mas antes como um ponto de chegada (Magalhães Godinho 257).

3. Inglaterra no Contexto da Crise de Sucessão de 1580

3.1. Os Pedidos de Apoio dos Pretendentes Portugueses ao Trono

D. Catarina de Bragança e D. António, Prior do Crato encetam, no contexto da Crise, uma campanha nacional e internacional de angariação de apoios. O nosso interesse recai nos pedidos endereçados à rainha de Inglaterra. A Aliança de amizade entre as duas nações representaria para os pretendentes uma espécie de prenúncio em relação à resposta de Isabel I, que ambos esperavam ser positiva. Dos registos constantes nos National Archives, apresentar-se-ão dois exemplos que resumem, de forma paradigmática, os conteúdos e a tonalidade da restante correspondência, a qual evidencia a expectativa, por parte dos pretendentes ao trono de Portugal, de obter de Isabel I solidariedade na causa comum que os opunha a Filipe II.

As cartas trocadas entre estas três figuras históricas encontram-se nos arquivos ingleses e, por essa mesma razão, serão apresentadas de acordo com a tradução em inglês. Tal facto serve o propósito de compreender como Isabel I lia e analisava a correspondência, especialmente em línguas que não dominava, como era o caso do português. As traduções eram, por norma, realizadas por Cecil, muitas vezes do português para o italiano.⁸ O ministro e secretário de Estado inglês preparava, de forma minuciosa, a informação remetida por embaixadores, conselheiros, agentes secretos, e redigia as suas próprias notas sobre as matérias, segundo o modelo retórico *in utramque partem*, ou seja, apresentando a Isabel I e ao *Privy Council* os dois lados da argumentação, tal como nota Stephen Alford:

Cecil's private notes written in *utramque partem* became part of the process of Elizabethan policy-making, crucial to his role as Principal Secretary,

⁸ Da correspondência do embaixador português Francisco Giraldes analisada na presente investigação, uma parte significativa das suas cartas eram em italiano, não sendo acompanhadas por qualquer tradução para o inglês.

privy councillor, and governor. An important element in the making of policy at Council level was information, intelligence, and synthesis. Cecil received reports from ambassadors and representatives, analysed their contents, and combined the presentation of evidence with his own notes on the problem (8).

É precisamente na colecção *Cecil Papers* que encontramos a carta de D. Catarina de Bragança para a soberana de Inglaterra, escrita em Fevereiro de 1579. Trata-se de uma missiva curta, de cerca de meia página, acompanhada da seguinte nota de Cecil:

Copy of the letter written by Donna Caterina to your Majesty, which I translated into Italian for your Majesty's better understanding (*CP* 205:68).⁹

D. Catarina apela à solidariedade inglesa e expressa a sua preocupação quanto à crise vivida em Portugal nos seguintes termos:

Your Majesty's expression of sympathy for the troubles caused in the country by the death of Don Sebastian, emboldens me to ask your sympathy for my sorrow at the death of the King [Henry], who died on the last day of last month, only three days after I was come to him. The case of the Succession to the throne, he desired in his will to have decided by law and justice. One of the claimants has however more confidence in his arms than in the justice of his claims and desires to make himself master of the kingdom by arms. For me in spite of my clear claim and the loyalty of the people to me I will never employ force, except to defend my rights against any who shall begin a war without having a legal sentence in his

⁹ "Cecil Papers: 1580." *Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House: Volume 13, Addenda*. 174-189. *British History Online*. 27 June 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-cecil-papers/vol13/pp174-189>>.

favour. I know that if your Majesty understood the circumstances of this kingdom, you would extend your protection to it, considering the ancient friendship and amity that existed between the two countries (CP 205.68).

Sem nunca referir o nome de Filipe II, D. Catarina de Bragança confirma a ameaça por este representada; indica ainda a possibilidade da deflagração de uma guerra, sendo tal referência suficiente para subliminarmente se determinar como afectaria também a economia de Inglaterra e arrastaria a Europa para mais um cenário de conflito armado, em sequência dos alinhamentos entre aliados e rivais políticos, com naturais repercussões no cenário geopolítico.

A introdução da missiva inscreve-se no domínio do foro dos sentimentos e das emoções: de empatia, de ousadia, de tristeza. D. Catarina refere como o cardeal-rei havia falecido apenas três dias depois do encontro de ambos, informação que sublinha o seu sentimento de perda. A conclusão remete, como previsível, para a Aliança de Amizade entre Portugal e Inglaterra, um apelo aos deveres de apoio e de protecção de nações aliadas. De uma forma geral, a missiva de D. Catarina parece confirmar a harmonia entre o *decorum* e a discrição esperados da mulher e a vontade resoluta em vencer a causa da sucessão ao trono pela via do Direito. A autora demonstra ainda a capacidade de apresentar, de modo inteligente e hábil, argumentos sólidos na busca de apoio.

D. António também procurava o auxílio de Isabel I. Numa carta conservada no espólio do *Calendar of State Papers Foreign*, de Maio de 1580,¹⁰ catalogada “D. António’s requests”, resultam claras as razões evocadas por este pretendente ao trono para a obtenção do favor da monarca de Inglaterra.

Justificam-se algumas considerações prévias à análise da missiva. Visconde de Santarém observa que João Botelho, um dos enviados de D. António a Inglaterra, terá servido como mensageiro (1858:130), mas, considerando o facto de a missiva se encontrar redigida na terceira pessoa, talvez Botelho possa ter sido também o seu autor. Esta possibilidade decorre da análise de uma outra carta, do mesmo mês, dirigida a

¹⁰ A classificação constante em *Calendar of State Papers Foreign*, “? May [1581] (or earlier— Autumn of 1580?)”, resulta dúbia, pelas questões de datação referidas na Introdução. Tendo em linha de conta os pressupostos já mencionados da aplicação de calendários distintos em Portugal e Inglaterra, bem como o contexto épocal quanto à sucessão de acontecimentos históricos, a missiva deverá inscrever-se no ano 1580 e não 1581.

Isabel I: “What the King of Portugal asks of the Queen of England” (CSP 15:206). Trata-se da enumeração de um conjunto de pedidos do foro militar: 12 navios, 2.000 arcabuzes, artilharia, pólvora, entre outros. O que importa realçar, no contexto, é o final da curta carta:

I, the ambassador of Don Antonio, King of Portugal, have made this and signed it with my own hand. Jm Roiz de Sousa (CSP 15:206).¹¹

Portanto, o próprio embaixador de D. António,¹² Rodrigues de Sousa, redige e assina a carta em nome do rei de Portugal, forma como alude ao Prior do Crato, aclamado rei a 19 de Junho. Assim, o recurso ao discurso na terceira pessoa na missiva, cuja análise se apresenta em seguida, pode justificar-se pelo facto de ser o embaixador, ou enviado de D. António, a escrever o que seriam os pedidos do seu soberano, consubstanciados da seguinte forma:

What Don Antonio asks of her Majesty is, first, to take him under her protection, and that she will be pleased to favour his cause and right, because it is different from that of all the other claimants; inasmuch as he is the legitimate son of Dom Lewis, brother of the last king, Dom Henry, and if not, because he is a man and descended from a man, and never since Portugal was a kingdom have women or the descendants of women succeeded. It was so in the time of King John of happy memory, who being aided by this realm, and being a bastard, succeeded to the crown by the election of the people, there being a daughter of King Ferdinand married to the King of Castile, and sworn princess of these realms in her father's lifetime. Afterwards in like manner, King Emmanuel father of Dom Lewis and King Henry left the reversion of the throne to a bastard. In this respect, even if Don Antonio were not legitimate, (as he clearly is, and it can be proved), the people has to elect, and all wish for him, and make him their king, but he dares not oppose the power of the King of Castile till he knows that the Queen will aid him, as her forefathers of happy memory did. Don

¹¹ “Elizabeth: May 1581, 21-31.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 15, 1581-1582*. 181-194. *British History Online*. 27 June 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol15/pp181-194>>.

¹² O primeiro nome do embaixador resulta incerto, sendo talvez João. Conforme figura numa outra carta, “The heads of the Speech to be delivered to John Roderigo de Zuza”, à qual se fará referência mais adiante (CSP 15:208).

Antonio asks that the Queen will aid him by lending him men and munitions, and heavy and field artillery. If God grants him grace to be king of those realms, and the people recognise her as the last help of their liberty, he will repay in full; if he dies in the enterprise, he will arrange, in whatever manner it may be, for her to recover her own, and leave directions for it to be paid out of his property... He asks that she will agree to send a nobleman of hers to him, to give warmth to his cause, a spirit to the natives of that realm, and fear to the King of Castile... It remains to say that if God grants to Don Antonio to be King of Portugal, as he hopes, either by his legitimation or by the election of the people, since King Philip has taken up arms and made war before sentence was given, he will make a league with this realm on matters of navigation in such sort that her Majesty and her subjects will be contented, and the King of Castile very discontented, because in time he will be as weak a lord in the Indies as he now is in Flanders, because he is our neighbour there, and has to pass through our territories by force (CSPO 15:207).¹³

As abordagens de D. António e de D. Catarina revelam-se bastante diferentes. Um espírito combativo e uma visão estratégica político-económica perpassam toda a missiva de D. António. O Prior do Crato não se limita a pedir auxílio; oferece, antes e desde logo, algo em retorno, uma espécie de relação de *quid pro quo*, caso Isabel I o favoreça, permitindo à monarca inglesa compreender as vantagens desse favorecimento.

O discurso de pendor mais varonil do início da missiva (“because he is a man and descended from a man, and never since Portugal was a kingdom have women or the descendants of women succeeded”) poderia resultar contraproducente, tendo em conta que se destinava a uma mulher. De facto, a questão de género mantinha-se incontornável em variadíssimas matérias, apesar de, no presente contexto, a questão sucessória assumir particular relevância. O homem do Renascimento herda o legado da tradição medieval e da Escolástica, segundo o qual a mulher era perspectivada segundo os arquétipos de *mala mulier* ou de *bona mulier*. Na dicotomia entre ambos residia a condição feminina da mulher do período pré-moderno, reverberando os ecos das ideologias que relegavam a

¹³ “Elizabeth: May 1581, 21-31.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 15, 1581-1582. 181-194. British History Online.* 27 June 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol15/pp181-194>>.

mulher para um papel submisso e secundário na sociedade, assumindo ela o seu lugar na esfera do *oikos*. Sempre que se questionava a ordem pré-estabelecida em termos de sucessão, a esta moldura de pensamento acrescia a disposição da lei sálica, nomeadamente o princípio agnático que excluía as mulheres em matérias sucessórias. Isabel I, enquanto mulher-monarca, personificava as mudanças que se verificam no período em apreço, herdeiro de tradições que mantém, mas paralelamente inovador na interpretação da realidade feminina. A convicção de que o ‘corpo político’ (*body politic*) minorava as fragilidades e as limitações do ‘corpo natural’ (*body natural*) resolveria a questão da natureza inferior da mulher-monarca (Kantorowicz 9), qual vaso mais fraco (S. Pedro 3:7). Em Portugal, contudo, a mudança de perspectiva quanto ao direito das mulheres em matérias de sucessão não se verificaria, mesmo não vigorando a lei sálica, como se confirmou no caso de D. Catarina de Bragança. A sociedade portuguesa continuaria, nesta questão, a olhar para o passado e a manter os costumes de carácter tradicional, em contraste com a atitude visionária e inovadora de quem tem os olhos postos no futuro, demonstrada na campanha dos Descobrimentos.

Face ao contexto em que Isabel Tudor havia subido ao trono de Inglaterra, a missiva de D. António refere ainda outra matéria sensível: a bastardia. De qualquer modo, com habilidade e pragmatismo, o autor compensa as passagens mais controversas com matérias estimadas pela destinatária, nomeadamente a ameaça de Filipe II, um futuro mais promissor para o comércio de Inglaterra e a promessa de retorno do investimento financeiro envolvido no apoio militar inglês à causa de D. António. Como mais adiante se verá, Isabel I compreendeu os benefícios que lhe eram apresentados por este pretendente ao trono de Portugal.

3.2. Os Pedidos de Apoio dos Governadores do Reino

O acervo dos National Archives guarda também a troca de correspondência entre o Conselho Executivo português e a soberana de Inglaterra. Os cinco elementos que constituíam o Conselho de Governadores do Reino de Portugal eram D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa; D. João Mascarenhas, vedor da fazenda; D. João Telo de Meneses, antigo embaixador de Portugal em Roma; Francisco de Sá de Meneses, camareiro-mor;

Diogo Lopes de Sousa, governador da Casa do Cível (Magalhães 474). Duas cartas merecem atenção particular, pois correspondem ao pedido de apoio endereçado a Isabel I pelos Governadores do Reino e respectiva resposta da soberana. Interessa-nos referir esta troca de correspondência, considerando que, dos cinco elementos do Conselho, uma maioria simples acabaria por apoiar Filipe II, assinando, a 17 de Julho de 1580, o reconhecimento do rei espanhol como legítimo sucessor ao trono de Portugal (Velloso 1953:175-179; Magalhães 474). Porém, a aceitação de Filipe II seria extraída com base numa miríade de factores, entre os quais a pressão militar exercida pela crescente aproximação às fronteiras portuguesas do exército do duque de Alba. Esse reconhecimento dar-se-ia em Julho, mas meses antes, a 19 de Fevereiro de 1580, o Conselho de Governadores apelaria da seguinte forma a Isabel I:

We do your Majesty to wit that on the last day of January it pleased God to take to himself our lord King Henry; whereby we and all these realms are in grief proportionate to our loss, since the quiet of the realm so greatly depended on his life. We are performing this duty by the hand of Dr. Antonio de Castillo, who will communicate the rest to you as we have ordered. We recognise our great obligations to your Majesty; and we are confident that remembering the ancient alliance between this Crown and your Majesty and your predecessors, whereby in troublous times these realms have often times been aided, and seeing that they stand now in need of your help, you will readily grant us your favour. We look for it with the more confidence that the present occasion and our need are greater than ever in the past, and also because our cause is common to all the princes of Europe. If there is anything in this realm wherein we can serve you, you will find us most prompt. But we commit everything to Antonio de Castillo and pray your Majesty to give him all credit, both in this matter, and in all that may occur affecting this Crown and its subjects (*CSPO* 14:167).¹⁴

¹⁴ “Elizabeth: February 1580, 11-20.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580*. 152-160. *British History Online*. 4 July 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp152-160>>.

A carta enviada de Almeirim, onde se achavam reunidas as Cortes, encontra-se assinada por D. João Mascarenhas, Arcebispo de Lisboa, Francisco de Sá, D. João Telo de Meneses (“Don Joao Fello”) e Diogo Lopes de Sousa, faltando assim a assinatura do camareiro-mor, Francisco de Sá de Meneses. Informando, de modo oficial, da morte do cardeal-rei e acreditando António de Castilho como embaixador residente em Inglaterra, o Conselho apela ao apoio de Inglaterra, nesta época especialmente convulsiva: “our need are greater than ever in the past”. Confirma-se o habitual recurso à Aliança de amizade que unia os dois reinos e o Conselho adianta que algo maior e mais urgente une agora Portugal e Inglaterra: “because our cause is common to all the princes of Europe”. O crescente pulsar do poderio Habsburgo poria em risco outras Casas reinantes. Apesar de se tratar de um pedido de auxílio pouco veemente, encontramos, por ora, a vontade do Conselho em resistir ao apelo da união ibérica.

Isabel I responde a 4 de Abril, e os National Archives guardam uma cópia do documento preparatório, com correcções e anotações pela pena de Burghley, datadas do dia seguinte. Em resumo, a soberana afirma:

... where you require of us our favour for the conservation and defence of justice in your realm as in former lifetimes by our 'antecessors' those kings have had, we assure you of our good will therein. And for the demonstration of our good will, we cannot forbear to move you, to whom it appears the government of the State in this interregnum belongs, that all means be used to unite the whole Estates of the realm with you in one consent for the good government of the realm in peace until God shall establish one on the throne of that kingdom; and especially to stay all factions that may be stirred to disunite your strength. And to that end whatever 'domestical partialities' may arise about the title of that Crown should be speedily by your wisdom compounded, lest the union of your strength at home be dissolved, and ruin follow to that State, as by the

wisdom of God has generally in such cases been pronounced, 'That every kingdom divided in itself shall be desolate.' (CSPO 14:248).¹⁵

A moderação, a prudência e o bom senso parecem imperar nesta resposta. A monarca inglesa assegura auxílio à causa da defesa da preservação do reino de Portugal e da justiça, talvez antecipando a possibilidade de materializar o apoio de uma forma mais concreta, sem vincular Inglaterra a qualquer configuração de ajuda militar. Isabel I reitera os laços de amizade que unem as duas nações e reconhece a legitimidade executiva do Conselho de Governadores do Reino. Contudo, a tonalidade geral da missiva resulta algo maternal e condescendente, denotando-se um discurso repleto de conselhos.

Como adiante se verá, Inglaterra assiste às convulsões portuguesas como disrupções domésticas, contendas um tanto individualistas e ambiciosas, resultantes de egos que teimam em sobrepor-se ao bem maior do reino. O recurso à citação bíblica dos Evangelhos (Mateus 12:25; Lucas 11:17), mencionando as palavras de Jesus Cristo – “‘That every kingdom divided in itself shall be desolate’ ” – pretenderá, além da sabedoria inerente à orientação propriamente dita, sublinhar que a fé cristã une, afinal, Portugal e Inglaterra. Uma vez mais se denota a essência do pensamento da monarca, confirmada no seu discurso ao Parlamento, em 1585, referido no Capítulo II: a religião, neste caso a cristã, protestante ou católica, deve surgir como uma espécie de alicerce comum que a todos orienta no sentido do Bem – “religion, the ground on which all other matters ought to take root” (1806 (1585): 833). As facções que se formam em torno das candidaturas de D. Catarina e de D. António auspiciam, segundo Isabel I, um futuro sombrio para Portugal, na medida em que, seguindo a continuidade dos versos dos Evangelhos de Mateus e de Lucas, “every city or house divided against itself shall not stand” (Mateus 12:25), ou “a house divided against a house falleth” (Lucas 11:17). Seria, portanto, função primordial dos Governadores reforçar o sentido e o compromisso de união, sob pena da queda de Portugal, enquanto reino independente.

¹⁵ “Elizabeth: April 1580, 1-10.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580*. 212-227. *British History Online*. 4 July 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp212-227>>.

3.3. Portugal como Foco de Interesse

A Crise de Sucessão de 1580 concentra a atenção de outros reinos quanto à posição de Portugal no xadrez europeu (Bethencourt 463). Neste contexto, importa analisar a forma como Inglaterra se mantinha atenta às convulsões políticas portuguesas.

Vários registos na *Cotton Collection* confirmam o cuidado e a diligência ingleses em relação à situação portuguesa, entre outros: cópia da carta de Filipe II à cidade de Lisboa após a morte de D. Sebastião (*Cotton MS Nero B.1. fol. 225*); o levantamento da linhagem dos descendentes de D. João I (*Cotton MS Nero B.1. fol. 232*); um resumo do que ocorria nas cortes, ou como surge “in the parliament of Portugal” (*Cotton MS Nero B.1. fol. 224*); o discurso pelos membros da Câmara de Lisboa (“rulers of Lisbon”) dirigido à nobreza e ao clero após a recepção de uma carta de Filipe II (*Cotton MS Nero B.1. fol. 224b*).

De igual modo, o *Calendar of State Papers Foreign* possui inúmeros registos que confirmam a monitorização do governo inglês quanto aos assuntos de Portugal. Enumeram-se, em seguida, apenas alguns exemplos dos fólios do volume 14, relativos a Março de 1580:

- i. ‘The names of the nobility and principal personages which have the present managing of the affairs of Portugal, anno dom. 1580.’

The Duke of Braganza and Donna Catherina his wife, who make pretence to the Crown of Portugal. The Duke of Barseilles [Barcellos] son to the Duchess of Braganza. Don Antonio, natural son of Don ‘Luigi.

The 5 Governors: The Archbishop of Lisbon: Francisco de Saa, Lord Chamberlain to the last king Don ‘Anriques; Don Diego Lopes de Sousa, at present Governor of Lisbon; Don Joan Mascarenhas; Don Joan Tello, sometime ambassador at Rome.

Governors of provinces and commanders of places: Don Diego de Sousa, Governor of 'Lentesio'; Don Duarte de Menesis of Algarve on the south east; Antonio Monisbaretto, who was governor of the Indies, and now governs the port of Setubal and the country of Ribatezo; Don Diego Menesis, appointed governor of the Indies, now stayed and assigned to be governor of all the frontier places on the west of Portugal, and of the port of Lisbon; Don 'Giorgio' de Menesis, general of the army by sea; Francisco Barreto, maggiordomo, who was sent by King Sebastian to govern between the rivers Douro and 'Minius' towards the north parts; Manuele de Melo, montero maggiore, who was sent with the Bishop of Coimbra in embassy to the Catholic king, and appointed to be governor of the country of Beira on the east side of Portugal; Don Duarte de Castel-Branco, proveditor and distributor of all munitions and victuals, and other such principal things...' (CSP Foreign Eliz. 14:242).¹⁶

ii. A collection of documents relating to the Portuguese succession:

(1) 'The true copy of an article contained in the last will and testament of our sovereign lord King Henry of famous memory.' He has referred the whole cause of his successor to be tried by the course of justice, and leaves the succession 'to him upon whom right will cast it;' charging all persons in the realm 'that as soon as any person shall be thereto nominated either by myself or by the judges thereunto appointed they do forthwith receive him as their sovereign lord.' He commends to such successor the defence of the Catholic Faith, and that he will maintain the Holy Inquisition as most necessary for its establishment and continuance. Also the religious orders, of St. Jerome, St. Francis and St. Dominic, with the order and fellowship of Jesus, and lastly the colleges and universities wherein so many persons are instructed...

(2) Two pedigrees of the Portuguese royal family, in both of which Don Antonio is called 'unlawful' or 'bastard.'

...

¹⁶ "Elizabeth: March 1580, 21-31." *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580. British History Online*. 10 June 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp194-212>>.

(4) ‘The reasons whereby Katherine the Duchess of Brigance doth claim the Kingdom of Portugal.’ ‘The reasons whereby Raynutius Farnese, son to the Prince of Parma, doth claim the Kingdom of Portugal.’ ‘The reasons whereby the King of Spain etc.’ ‘The difficulties of the disputation, if the doctors of both sides do stand upon their points’...

(5) Account of a vision seen by Alfonso, King of Portugal, when about to fight with Ismael and four other Moorish Kings, and related by him to certain chief men of his realm, Oct. 30, 1152; together with his institution of the arms of Portugal... (*CSP Foreign Eliz.* 14:244).¹⁷

Em suma, verifica-se a meticulosidade no levantamento de informação e o rigor na recolha de conhecimento relativo ao ‘Outro’. A maioria dos dados reunidos contemplavam matérias objectivas, relacionadas com assuntos do foro governativo e/ou jurídico. As Casas nobres, familiarizadas com as questões de linhagem e de sucessão no âmbito dos conflitos dinásticos, mantinham, amiúde, registos meticulosos e completos quanto à genealogia das famílias, além de outros conteúdos pertinentes ao tema. Como já referido, a própria Casa Tudor era disso exemplo: a legitimidade de Henrique Tudor foi bastante controversa e a sua pretensão ao trono assaz problemática, induzindo em todos os monarcas Tudor um empenho na justificação e na consolidação da sua legitimidade, por intermédio de uma campanha sólida e implacável.¹⁸ Seguindo esta linha de raciocínio, ao coligir o conjunto de registos referidos acima, o governo de Isabel I não fazia mais do que manter os costumes e as tradições da época, em geral, e da Dinastia Tudor, em particular.

A última referência resulta, porém, algo incoerente. A razão de incluir um registo relativo à lenda do milagre da Batalha de Ourique (Martins 247) e a posterior formação de Portugal ultrapassará, por certo, a simples colecção de informação genealógica das

¹⁷ “Elizabeth: March 1580, 21-31.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580. British History Online*. 10 June 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp194-212>>.

¹⁸ A escolha do termo ‘implacável’ decorre, neste contexto, do facto de a propaganda Tudor envolver a muito provável eliminação de documentos e outros registos oficiais dos oponentes dos monarcas Tudor, nomeadamente no caso da destruição dos *Rolls of Parliament* do reinado de Ricardo III a mando de Henrique VII (Kendal 555).

Casas dinásticas.¹⁹ Importa, portanto, analisar a inclusão deste documento numa perspectiva diferente, aquela que remete para o entendimento do ‘Outro’. Compreender o passado tornava-se imprescindível para avaliar a presente situação da crise sucessória lusa, uma vez que o passado não fica no passado. As ressonâncias do processo dinâmico constituinte da identidade de uma sociedade, a confluência de factores que convergem para um dado momento histórico devem ser interpretadas para compreender o todo e não apenas a parte. Tratar-se-ia, pois, de uma espécie de estratégia interpretativa da conjuntura coeva, tendo em conta o seu amplo contexto. Os significados construídos a partir dessa análise ditariam uma avaliação e, em consequência, a decisão a tomar quanto ao posicionamento de Inglaterra face às súplicas de Portugal por apoio. Talvez a invocação miraculosa e a instituição das armas lusas na sequência da intervenção divina justificassem a manutenção da sua independência.

Outra observação aos registos coligidos pelo governo inglês acerca de Portugal recai sobre fólio 93 do maço 89 dos *State Papers*, preservados nos National Archives. O fólio contém a árvore genealógica de D. Manuel I, construída segundo uma lógica simples, acompanhada pela fundamentação da candidatura de cada um dos pretendentes ao trono (SP 89/1.93). A peculiaridade do registo consiste sobretudo em dois elementos que em seguida se explanam.²⁰

O primeiro remete para a classificação arquivística, a qual apresenta o seguinte esclarecimento, apostado ao documento: “Portugal, 30 Out. 1552!!”. O autor da nota sublinha, com dois traços, o primeiro número 5, reforçando a ideia de se tratar de um manuscrito de 1500. Em seguida, na linha abaixo, acrescenta “1152”. Parece evidente que tal documento jamais poderia ter sido produzido no século XII, como o autor da marginália conclui de modo enfático (com dois pontos de exclamação). No entanto, resulta igualmente inverosímil a datação proposta, considerando que duas das figuras constantes na árvore genealógica não tinham ainda nascido em 1552: D. Sebastião nasceu em 1554 e Rainúncio Farnese em 1569. Assim, resulta incompreensível porque razão a data constante no final do próprio manuscrito, “Anno 1579”, não é tida para efeitos de classificação, critério apoiado e fundamentado pela própria conjuntura histórica.

¹⁹ A datação também se afigura controversa, tendo em conta que a “primeira notícia que se conhece sobre a Batalha de Ourique, incluída no *Livro de Noa I...*, [foi escrita] no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra pouco depois de 1168” (Adrião 4).

²⁰ Veja-se o Anexo 7.

O segundo elemento significativo decorre da numeração que acompanha os descendentes de D. Manuel I (“*Emanuel Rex.*”). O autor pretendia enquadrar, de forma lógica e coerente, os pretendentes à sucessão ao trono português. Isabel (“*Isabella*”), mãe de Filipe II, surge com o número 1, D. João III com o número 2, D. Luís (“*Ludovicus*”), pai de D. António, Prior do Crato, com o número 3, o cardeal-rei D. Henrique (“*Henricus Card. Rex.*”) com o número 4 e D. Duarte (“*Eduardus*”) é o último, sem qualquer numeração.²¹ Se, por um lado, a numeração pretendia coincidir com a senioridade dos filhos de D. Manuel, então a leitura resulta dúbia, tendo em conta que D. Isabel nasceu um ano depois de D. João III. Se, por outro lado, a numeração pretendia apresentar uma possível graduação quanto à pretensão ao trono por parte de cada uma das linhagens, também não se compreende a leitura final global (nomeadamente a primazia de D. Luís, cujo filho era ilegítimo, face a D. Henrique). O texto explicativo que acompanha a representação genealógica tão pouco torna mais clara a sua interpretação. Parece, pois, poder concluir-se que este documento encerra já a convicção dos Ingleses, em pleno ano de 1579, de que era Filipe II de Espanha quem reunia mais sólidas probabilidades de suceder ao trono de Portugal.

Em suma, os manuscritos mencionados confirmam a observação de Charles Beem em relação à política externa levada a cabo por Isabel I e pelo seu governo:

... a queen and her kingdom much more connected and integrated into a much wider world than usually detected and discussed in the voluminous scholarly works pertaining to the queen and her reign (viii).

²¹ Neste caso, a numeração acompanha apenas as duas linhas descendentes de D. Duarte.

4. Os Enviados Ingleses a Portugal

4.1. Edward Wotton

A maior confirmação do modo como Inglaterra monitorizava atentamente os destinos de Portugal consiste no envio de diplomatas à corte de Lisboa. Edward Wotton foi o primeiro, enviado no Verão de 1579. No presente contexto, deve ter-se em linha de conta o costume inglês de não manter, por sistema, embaixadores residentes em reinos estrangeiros, enviando apenas diplomatas em missões especiais (Doran 67). Albert Pollard refere que a missão de Wotton consistia em congratular o cardeal-rei na ascensão ao trono (63), tal como recomendado pelo protocolo diplomático. Contudo, D. Henrique havia sido aclamado rei cerca de um ano antes, a 28 de Agosto de 1578 (Bethencourt 460). Há ainda que considerar o facto de não existirem registos do envio de embaixadores ingleses a Lisboa na coroação de anteriores soberanos, resumindo-se o protocolo à troca de correspondência de felicitação e de reforço dos laços, ou Aliança de Amizade, como já observado. Assim, depreende-se a excepcionalidade da missão ora em análise, ou seja, Wotton terá sido enviado à corte de Lisboa para avaliar as tensões decorrentes do problema sucessório, enquanto testemunha ocular.

Wotton provara as suas capacidades diplomáticas ao serviço de Inglaterra quando acompanhou Sir Philip Sidney na embaixada a Viena, em 1577 (Kuin lxiii). Além disso, eram também reconhecidas as suas capacidades ao nível do domínio de várias línguas e em termos de organização administrativa (Kuin lxiv).

Convém relembrar a temática abordada no Capítulo I: a 15 de Novembro de 1576, Inglaterra e Portugal haviam assinado um tratado de paz comercial, válido por três anos. O prazo para rever o acordo surgia, pois, no horizonte, e Wotton teria também a incumbência, bastante provável, de aferir e reportar os pressupostos lusos quanto à revogação ou validação do mesmo. Que essa era uma inquietude de Isabel I, a qual, por

sua vez, determinava o comportamento de Inglaterra face às convulsões portuguesas confirma-se numa missiva do embaixador espanhol, Bernardino de Mendoza:

The Portuguese ambassador [António de Castilho] has been discussing with the Queen the business about which he came, namely the extension of the treaty by which the English are not to trade with the Mina nor with Barbary. She answered him that she would appoint ministers with whom he was to negotiate, but I am told that she has not yet done so, and is delaying the matter with the object of keeping it pending until the declaration about the Portuguese succession is made (CLSPREA 3:10).

Mendoza escrevia ao seu soberano a 20 de Fevereiro de 1580, confirmando que o tema da extensão do tratado não se encontrava ainda resolvido nessa data. Isabel I protelava o desfecho do acordo, pois avaliava as vantagens decorrentes da clarificação da crise em Portugal. Se Filipe II anexasse o reino luso ao seu domínio sem o apoio explícito de Inglaterra aos pretendentes portugueses, a rainha Tudor esperava conseguir alcançar mais benefícios comerciais na revisão do tratado. Por sua vez, caso fossem os pretendentes portugueses a assumir o trono com a ajuda de Inglaterra, então Isabel I poderia também rever o tratado com tremendas vantagens para Inglaterra. No fundo, protelar qualquer decisão quanto ao auxílio a prestar na conjuntura portuguesa servia os interesses da monarca inglesa e do seu reino. Tal não significava, contudo, que Inglaterra não tivesse a maior conveniência em seguir de perto os acontecimentos vividos em Portugal.

A 18 de Agosto de 1579, Wotton reporta a sua missão a Francis Walsingham, numa longa missiva. O enviado relata a generosidade com que foi acolhido na corte e a forma como o rei terá sido evasivo na audiência: “*to common officers belong common answers, and such were the King's to me*” (CSP Foreign Eliz. 14:39). Apesar de a missão do embaixador inglês a Lisboa se ter estendido por apenas 10 dias, a recolha de informações sobre os candidatos ao trono foi assaz ampla e apresentada segundo um critério de grande pragmatismo. Não pode deixar de se mencionar a opção de Inglaterra enviar embaixadores em missões especiais, a qual resultava bastante vantajosa: por um

lado, os custos eram bem menores do que os associados à manutenção de um embaixador residente em corte estrangeira; por outro lado, a informação recolhida num curto espaço de tempo podia ser igualmente valiosa e fidedigna quando era enviado um diplomata diligente e habilidoso. Além disso, estes enviados estariam menos sujeitos a pressões e esquemas de estratégia política. Compreende-se, portanto, que um dos objectivos de manter um embaixador residente em corte estrangeira decorria, também, da necessidade de ampliar uma teia de interesses políticos, sendo os próprios diplomatas autores de influências exercidas sobre determinados grupos ou agentes político-económicos, sociais ou religiosos. Tal foi, como se verá, o caso da missão de Edward Wotton.

Na sua epístola, Wotton enumera os prós e os contras relativos a cada candidatura, alicerçados numa fundamentação bem informada e pormenorizada. O embaixador realiza ainda um conjunto de apreciações sobre o posicionamento dos vários grupos sociais em torno da crise sucessória e remata, concluindo quem, de acordo com o seu parecer, sucederá ao rei de Portugal. A opção de incluir o longo excerto apresentado em seguida, o qual é, por sua vez, apenas uma pequena parte da missiva de Wotton, resulta da forma como, mais uma vez, se confirma o que tem vindo a ser exposto. Os embaixadores desenham uma cartografia das mentalidades, a qual, oferecida aos seus soberanos, modela, e em parte determina, as posições destes últimos relativamente a uma dada matéria. Veja-se, pois, o relato de Wotton sobre o tema da sucessão:

Concerning the succession in Portugal, I know not what to say; so much may be said both in favour and in disfavour of every one of the pretendants, by which I mean the King of Spain, the Duke of Braganza, and Don Antonio, for as for the Duke of Savoy and Prince of Parma, their parts are least in the pudding. Nevertheless I will as well as I can set down such reasons as may make both for and against every one of them, leaving the judgment to your wisdom. The things which are to hinder Don Antonio are the following. The King favours him not because of his dissolute life. He has many bastards by base women, most of them by 'new Christians.' It is feared therefore by the nobility that if he should come to be King, being unable by ordinary means to make them all great he will seek to advance them by extraordinary means, and perhaps take dignities and 'incommiendas' from the rest of the nobility to give them. He is very poor,

and therefore not able to win such of the nobility as are to be won by money; nor if it should come to force, would he be able to maintain a power in the field. Things which may further him are, that he is generally beloved of the people, gracious in his behaviour, and liberal in spending. Things which may further the Duke of Braganza are these. The King favours him much, and many of the nobility; he is very rich; the Jesuits favour him, who may do much in Portugal by persuasion. Things which may hinder him are, that he is not beloved of the common people; that his eldest son is a prisoner in Africa, and it is thought, if the Duke be chosen king, that the Moors will ask as his son's ransom the restitution of the forts held by the Portuguese in Africa, a thing very prejudicial to Portugal. He has not the gifts of nature to allure men that Don Antonio has. Things which may hinder the King of Spain: The great and deep-rooted hatred which is and ever has been between the Portuguese and the Castilians, which is like to cause the people to try all extremities rather than become subjects to them, whom they never thought worthy to be their equals. The great inconvenience which is like to grow to other princes and potentates, as the Queen of England, the King of France, most of the princes of Italy, by the over greatness of the Spaniard, if the country of Portugal should be annexed to the Crown of Spain; and consequently the great care these are like, or ought, to have to defend the Portuguese against the Spaniard. The great fear which the 'new Christians,' who in Portugal are no small party, have of being subject to the cruelty of the Spanish Inquisition, which is much more severe than that in Portugal. The great desire of the Portuguese to be governed by a king of their own nation. The great charges the King of Spain is at by reason of the war in Flanders, besides the danger he is in of losing that country. Things which may help the King of Spain: The great forces he can make both by sea and land. The means he has of maintaining an army long time in the field, by means of the credit his power gives him with the merchants; together with the countenance the Pope and the Emperor are like to give him. The facility with which he may, and has already, as it is thought, corrupted many of the chief nobility of Portugal, who hunger and thirst after gold. The general weakness of the Portuguese nation, as being altogether unacquainted with matters of war, men out of order and untrained, whose chief soldiers and captains were either slain in Africa, or are now prisoners there. The particular weakness of the nation, being divided in itself by reason of the two factions of Don Antonio and

the Duke of Braganza; the weaker of which King Philip is likely in time to win to himself, and so strengthen his party... If the King of Spain withhold the victuals, especially the corn, which goes out of Andalusia and Castile into Portugal, the Portuguese are in great danger of being famished in a short time; especially if with his Armada he keeps the sea or gets any of the forts at the mouth of the river which goes up to Lisbon, a thing not impossible for him to do. I will not take upon me to give sentence which of these three pretendants is likely to carry it away, but leave it, as I have said, to your consideration. Nevertheless, if I were commanded to say my opinion precisely, weighing in an equal balance the reason pro and contra every side, I should pronounce the likelihood of succession to the King of Spain (*CSP Foreign Eliz.* 14:39).²²

O distanciamento temporal permite uma análise mais ampla de um determinado acontecimento histórico e da mescla de factores a ele subjacentes. Contudo, ao compararmos a apreciação de Wotton sobre o conturbado período vivido em Portugal com o enquadramento apresentado no início do presente capítulo, verificamos que se trata de avaliações muito semelhantes. No fundo, a informação coeva apresentada por Wotton à corte inglesa não é muito distinta da análise histórica realizada *a posteriori*, a qual reúne inúmeros contributos dos historiadores dos séculos subsequentes. O embaixador inglês terá sido capaz de abarcar, compreender, identificar e transmitir a complexidade e a multiplicidade de factores intrínsecos ao posicionamento dos vários grupos sociais, económicos e religiosos em torno do tema da crise sucessória. Parece, contudo, prudente destacar o facto de o embaixador inglês não mencionar D. Catarina como pretendente ao trono de Portugal, optando por analisar e avaliar a candidatura do marido, o duque de Bragança. As razões de tal decisão podem decorrer de concepções e idiosincrasias patriarcais do embaixador, avaliando a pretensão do duque, ou seja, do homem e chefe/cabeça da Casa de Bragança, e, por extensão, a da esposa deste, a duquesa de Bragança. Wotton foi igualmente perspicaz quanto ao modo como antecipou o desfecho da crise sucessória, apontando quem seria, no seu entender, o próximo rei de Portugal.

²² “Elizabeth: August 1579, 16-31.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580*. 43-52. *British History Online*. 04.06.2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp43-52>>.

O sucesso da missão de Wotton estará, por certo, também associado a uma ampla rede de informadores mantidos em cortes estrangeiras, proporcionando a Londres – e a Walsingham, em particular – um ininterrupto fluxo de notícias:

Walsingham's clandestine activities combines the roles fulfilled in modern British society by the Secret Intelligence Service (better known as MI6), the Security Service (or MI5) and the Special Branch of Police. He was concerned... with gathering and analysing vital military and diplomatic intelligence... At its peak, his extensive espionage network is said to have numbered fifty-three spies and eighteen agents in foreign courts, as well as a host of informers (Hutchinson 16,17).

A missão de Edward Wotton como embaixador enviado à corte de Lisboa terá sido, portanto, um sucesso diplomático. O enviado recolheu informação valiosa conducente a uma perspectiva ampla, decorrente do testemunho ocular dos acontecimentos, elemento fundamental para a tomada de posição de Isabel I, relativamente à contenda dos pretendentes ao trono português. Mais do que apenas congratular o cardeal-rei D. Henrique, tal terá sido, de facto, a verdadeira incumbência deste embaixador inglês para a sua vinda a Lisboa no Verão de 1579.

4.2. William Waad

Um ano mais tarde, no Verão de 1580, Isabel I dá um conjunto de instruções a William Waad, sobre a missão a realizar em Lisboa. O fólio 114 da colecção *Sloane Manuscripts* contém a seguinte informação:

Instructions purposed to be sent by William Waade, Esq. from her majestie towards Portugal, during the time of the Interregnum (*Sloane MS 2442:14*).

O termo “*Interregnum*” remete, no presente contexto, para o período de *quasi-vazio* governativo vivido à época em Portugal, período em que o poder executivo do reino dependia do Conselho de Governadores, como vimos.

As funções de William Waad não se circunscreviam à diplomacia, embora a sua experiência neste âmbito fosse ampla, com missões em França, Itália, Alemanha, Espanha e Holanda (Hasler 561). Tratava-se de um enérgico e eficiente secretário de Cecil, e, posteriormente de Walsingham, muitas vezes ao serviço do último na previsão de golpes de Estado e nas consequentes punições impostas aos culpados de traição (Hasler 561). Não obstante os atributos referidos, a escolha de Waad para a missão diplomática em Lisboa talvez se deva às seguintes competências:

Waad’s usefulness to the government was largely due to his fluency in French and other European languages, and to the experience he gained of continental courts in more than ten years of almost constant service abroad... His early work on the Continent evidently convinced the government that he was a vigorous and efficient agent (Hasler 561).

Resumidamente, a rainha de Inglaterra solicita ao seu embaixador que interceda junto dos pretendentes portugueses ao trono, D. Catarina de Bragança e D. António, Prior do Crato, para unirem esforços contra Filipe II, ao invés de agudizarem as divergências entre si e darem prioridade às causas e aos interesses pessoais; aconselha-os a não levantarem armas e a resolverem a contenda da sucessão pela via do Direito; declara que reconheceria quem fosse declarado como legítimo sucessor, mas aconselha D. Catarina a desistir, caso não consiga provar os seus direitos, e oferece a D. António asilo e um salvo-conduto, caso perca a causa; informa que os Governadores haviam solicitado apoio, mas Inglaterra não pode declarar-se sem dispor de informação suficiente sobre o número de forças de cada uma das facções (portuguesa e espanhola); instrui Waad a informar D. António que, tendo em conta a afeição deste pela monarca inglesa e as virtudes que o caracterizam, a preferência de Isabel recai sobre ele (*Sloane* MS 2442:14; SP 1[Portugal]:45; Santarém 1858:124-126).

Isabel I solicita ainda ao seu enviado para entregar uma carta a D. Catarina de Bragança (CSPO 14:382; Santarém 1858:123),²³ cujo conteúdo se encontra envolvido num tom cordial (“Illustrissima y muy querida Prima”), embora a rainha não antecipe qualquer favorecimento explícito em relação à causa da duquesa na pretensão ao trono. Apesar de suportarem ambas os desígnios impostos pela moldura patriarcal e as consagrações de direito adversas à admissão das mulheres à herança da coroa (Cunha 468), a rainha de Inglaterra não assumia uma defesa de género na crise de sucessão portuguesa. Antes, a sua dilecção parecia incidir em D. António, filho ilegítimo do Infante D. Luís, cujo casamento com Violante Gomes nunca foi provado. Talvez neste domínio se possam detectar ecos da situação que envolvera a própria Isabel Tudor no reconhecimento da sua legitimidade. A controvérsia em torno da pretensão do Prior do Crato colheria da monarca inglesa uma espécie de benevolência empática. Além disso, conforme já referido, haverá que ter em linha de conta as vantagens para Inglaterra, caso Isabel I favorecesse a candidatura de D. António. Recordemos o facto de a candidatura de D. Catarina não reunir consenso, nem apoio alargado no seio da nobreza, situação que podia decorrer também da personalidade do duque de Bragança (Bethencourt 463). Portanto, a (discreta) predilecção da soberana de Inglaterra por D. António, Prior do Crato poderia resultar apenas de uma avaliação desprendida e pragmática das probabilidades quanto ao desfecho da crise. A questão essencial e ubíqua na política de relações internacionais ao longo do reinado de Isabel I consistia em afastar, e manter afastado, Filipe II das fronteiras de Inglaterra, tornando-se, portanto, imperativo limitar o crescente poder dos Habsburgo. Com efeito, D. António parecia apresentar condições mais sólidas na prossecução desse objectivo.

As instruções de Isabel I a Waad merecem, ainda, uma análise suplementar. A monarca explicita o seguinte:

‘Forasmuch as the actions of princes are often subject to the surmises and discourses of jealous heads’ for the avoiding of any suspicion of some ‘particular affection’ on our part to one of the competitors more than to the other in that realm of Portugal... we have thought good... that at your

²³ “Elizabeth: July 1580, 21-31.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580*. 359-371. *British History Online*. 23 June 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp359-371>>.

arrival you shall first address yourself to the Governors... afterwards to the Duchess of Bragança and her husband... We think it meet, however, in respect of the great good will that Don Antonio has always professed to bear towards us, you should at your arrival give him secret intelligence of your coming into the realm, and let him know that in respect of the jealousy that might be conceived by the Governors and the other competitors, we did not think it meet that you should address yourself first to him (CSP 14:345).²⁴

O excerto inicial das instruções de Isabel I – “the acts of princes are often subject to the surmises and discourses of jealous heads” – resultam paradigmáticas. *Stricto sensu*, a monarca aconselhava o seu embaixador a seguir o protocolo diplomático relativo à sequência das visitas. De forma a evitar a invidía dos intervenientes na crise governativa portuguesa, ou qualquer interpretação desadequada acerca das preferências de Inglaterra na temática sucessória, Waad deveria seguir a ordem (pré-)estabelecida pela precedência e/ou legitimidade do poder executivo. *Lato sensu*, porém, e tendo em conta as evidências até aqui analisadas, afigura-se provável sugerir que as atenções dos soberanos se encontravam emaranhadas em estratégias políticas individualistas e aspirações ambiciosas, resultando em suposições e discursos (“surmises and discourses”), ao invés de acções políticas isentas, ou tomadas de posição decisivas para o bem maior de Portugal. Uma vez mais se sublinha o factor da desunião entre os pretendentes lusos ao trono como elemento determinante para a crise da conjuntura política. Segundo a monarca Tudor, tratava-se de uma disposição perante os assuntos governativos, corruptora e contraproducente:

... continual unquiet jealousies and suspicions, the only canker and incurable ulcer of quiet and contentedness of life (CSP 14:345).

Não existem registos deixados por Waad sobre a sua missão em Lisboa, sendo impossível confirmar a concretização dos desígnios diplomáticos da monarca de Inglaterra. Todavia, as instruções deixadas por Isabel I demonstram, de forma evidente,

²⁴ “Elizabeth: June 1580, 21-30.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580*. 313-328. *British History Online*. 1 July 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp313-328>>.

a prudência do governo inglês em relação à matéria sensível que envolvia os destinos de Portugal: Inglaterra não viria em socorro dos Portugueses; Inglaterra não hostilizaria, de forma declarada, Filipe II pela causa da manutenção da independência lusa; Inglaterra manter-se-ia atenta ao cenário político, mas sempre equidistante. Aliás, como vimos no Capítulo I, Inglaterra preferia os bastidores e não o centro do palco.

5. A Rede de Correspondência Diplomática

Como mencionado antes, a correspondência diplomática constituía já, e ao contrário de épocas anteriores, uma ampla rede. A este propósito, convém referir o papel desempenhado por Henry Cobham, embaixador inglês responsável por várias missões diplomáticas, nomeadamente em Espanha, Viena, Antuérpia e Paris. Os *State Papers* possuem um espólio expressivo da correspondência do diplomata, importando assinalar a forma sistemática como fornecia informação (*intelligence*) à corte inglesa sobre os assuntos de Portugal.

Segundo James M. Rigg, Cobham foi enviado para Paris em 1579, enquanto embaixador residente, sendo esta missão justificada pelas instruções ao embaixador:

He was instructed (1) to negotiate for a joint expedition to place Don Antonio on the throne of Portugal, (2) to require the establishment of a court for the relief of English subjects injured by the depredations of French privateers, (3) to temporise in the matter of the proposed marriage with Alençon (155).

Destaca-se a primeira instrução dada a Cobham, a qual remete para os assuntos de Portugal, nomeadamente para o favorecimento de D. António na causa da sucessão. Uma vez mais, evidencia-se a prudência e a moderação de Isabel I, qualidades que apenas a impediam de emitir uma apreciação pública de preferência quanto aos pretendentes portugueses, mas não a coíbiam de encetar esforços no sentido de promover, num *modus*

operandi de encobrimento e secretismo, os interesses de Inglaterra, os quais seriam talvez diligenciados de forma mais inequívoca por D. António do que por D. Catarina.

Convém retomar o nome de João Rodrigues de Sousa, embaixador de D. António, e interligá-lo com a missão de Cobham. Num documento conservado nos National Archives, com o título “The heads of the speech to be delivered to John Roderigo de Zuza” (CSP 15:208),²⁵ confirmamos o trabalho preparatório de Francis Walsingham para aquela que seria a resposta de Isabel I às solicitações do emissário do Prior do Crato. Walsingham termina o memorando com a seguinte informação:

... What assurance he has that the promised assistance by the French king will go forward, when it will be ready, and how to be employed? He [D. António] must understand that her Majesty having appointed her ambassador resident to feel the king's mind in that behalf, does not find him so forward in this cause as she had looked for. In case the king does not join with her in the action she sees not how she can in policy reasonably proceed, ‘but’ it will be prejudicial for her and her subjects, by drawing her into an actual war, and most dangerous for him to attempt anything against the King of Spain until he is thoroughly assisted by both the French king and her (CSP 15:208).

As linhas mestras traçadas por Walsingham quanto à posição de Inglaterra resultam claras: Isabel I tinha enviado a França um embaixador residente, Henry Cobham, a fim de avaliar a vontade política e a disponibilidade militar do rei francês para apoiar a causa de D. António contra Filipe II. Tendo em conta que o embaixador inglês reportava a fraca probabilidade de Henrique III de França avançar, também Inglaterra não avançaria numa guerra contra o monarca espanhol, pois essa decisão política resultaria desfavorável para os Ingleses. Inglaterra não possuía o poder militar para encetar uma campanha de

²⁵ “Elizabeth: May 1581, 21-31.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 15, 1581-1582. 181-194. British History Online.* 27 June 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol15/pp181-194>>.

forma unilateral, procurando estabelecer alianças contra o crescente poderio Habsburgo. Os Ingleses aconselhavam a D. António o mesmo procedimento de prudência.

Também o embaixador português, Francisco Giraldes, se encontrava em Paris. Em 7 de Março de 1580, Cobham actualiza Walsingham sobre os assuntos abrangidos na sua missão. O relato permite-nos compreender o xadrez político relativo aos assuntos de Inglaterra, Portugal, França e Espanha, mas também outras matérias pertinentes e indispensáveis a um olhar mais abrangente sobre o período, nomeadamente o labor dos diplomatas no contexto da crise sucessória:

The Portugal Ambassador, Cavaliero Giraldi, has delivered me under the colour of a 'visitation,' a packet with an inclosed letter of 'Donnia' Catherina, Duchess of Braganza, which he desires may be delivered to her Majesty's own hands with all secrecy, so that especially none of the ambassadors 'ligiers' or others may be made privy thereto as yet. His hope is that you will have the right of his Lady favoured and the tyranny of the Castilian king bridled by all such means as her Majesty may think good, both by treating with the king and otherwise. He has in like sort requested me to send his dispatch to Monsieur, since he is much watched by the Spanish ambassador, and his doings looked into, so that if his dealings for his Lady should be any way perceived, it would be an occasion for King Philip to press upon them with great expedition. If her Majesty think good, I shall willingly deliver any such message to the Spanish agent as I may be commanded. It is understood that he has been a busy dealer against Monsieur's marriage with her Majesty, and a frequent visitor and a great practiser with the Scottish Queen's ambassador and with the Bishop of Ross. Methinks Giraldi would be glad if her Majesty and the Christian King would join together for the protection of the Duchess of Braganza's right, and desires that such expedition may be used as the necessity of the cause imports and it shall seem good to her Majesty. As yet the ambassador of Portugal 'ligier' in England is not made privy thereto; but in time,

Giraldi says, he will be trusted, as one known 'confident' enough in this cause (*CSP* 14:207).²⁶

Afigura-se claro o modo como os embaixadores deviam dominar a multifacetada e intricada teia de associações de matérias políticas, abarcando igualmente as suas mais variadas repercussões. Cobham relata como Giraldes se posicionava na questão da crise sucessória: o embaixador português dedicava parte do seu trabalho diplomático em França a proteger e difundir a pretensão de D. Catarina. Percebemos como esse ofício era desenvolvido com secretismo e habilidade, de forma a manter o homólogo espanhol desinformado; compreendemos, de igual modo, a forma como os embaixadores, sob pretextos vários (“under the colour of a ‘visitation’”) serviam de intermediários na entrega de missivas secretas e talvez de dádivas simbólicas (“a packet”); compreendemos como o serviço dos embaixadores consistia ainda na arte da construção e desconstrução de estratégias políticas, atendendo ao relato do esforço do embaixador espanhol em transtornar a aliança matrimonial que se preparava entre Inglaterra e França (“that he has been a busy dealer against Monsieur's marriage with her Majesty”) e a forma como o embaixador português pretendia a união dos monarcas de Inglaterra e de França, no impulso da causa de D. Catarina (“Methinks Giraldi would be glad if her Majesty and the Christian King would join together for the protection of the Duchess of Braganza's right”); por fim, destaca-se que a confiança correspondia a uma qualidade a ser granjeada, cultivada e amadurecida no âmbito das missões diplomáticas. Com efeito, a informação não era partilhada de modo imponderado, mesmo entre compatriotas – “As yet the ambassador of Portugal ‘ligier’ in England [António Castilho] is not made privy thereto; but in time, Giraldi says, he will be trusted, as one known 'confident' enough in this cause”.

Os embaixadores portugueses trabalhavam de acordo com agendas distintas. Castilho tinha sido enviado para Londres pelo cardeal-rei D. Henrique (em Novembro de 1579) e mantido em funções pelo Conselho dos Governadores do Reino de Portugal. Por esta altura, Giraldes deveria estar familiarizado com o facto de a maioria dos cinco

²⁶ “Elizabeth: March 1580, 1-10.” *Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth, Volume 14, 1579-1580. 177-185. British History Online.* 23 June 2017. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp177-185>>.

governadores favorecerem a união ibérica. Como já referido, a união entre Portugal e Espanha iria manter, e incrementar, os privilégios dos aristocratas.

Os registos confirmam as suspeitas de Giraldes. De facto, o embaixador espanhol residente em Londres, Bernardino de Mendoza, escreve a Filipe II, a 12 de Março de 1580, dizendo-lhe que Castilho demonstrava ser tão sensato e inclinado para a causa filipina que o rei espanhol deveria recompensá-lo (*CLSPREA* 3:17). Várias cartas de Mendoza ao seu monarca incluíam cópias da correspondência portuguesa, confirmando de novo a partilha de informação secreta entre Castilho e o embaixador espanhol (*CLSPREA* 3:115, 141). A missiva de 15 de Agosto de 1580 constitui-se como exemplo significativo, pois não só confirma estas matérias de (des)informação sigilosa, como lança mais uma luz sobre o posicionamento e a actuação dos embaixadores em torno da Crise de Sucessão:

... on the 10th there arrived here by sea a Portuguese named Juan Rodriguez de Souza, a man 32 years of age, a knight of the Order of Christ. He comes from Don Antonio with letters for the Queen... He also brought a letter from Don Antonio himself to Antonio de Castillo... Castillo refused to receive it, and replied that he was astonished that a letter should be sent to him from the king of Portugal without saying who the king was... In consequence of this, and his refusal to negotiate with the Queen without orders from the Governors, from whom he has not heard for six months, and for not having consented to be mixed up with the plots and intrigues which Giraldo has been planning here and France, the latter has been writing a thousand slanders about him... I am sure that he will now serve your Majesty, whose subject he is, with the same fidelity, and I beg humbly that you may be pleased to reward him as he deserves...

As I am closing this letter, I have been put into possession of a letter written by this Portuguese [Rodrigues de Sousa]... I send a copy... I have, however, spies to tell me whether he gets a secret interview (*CLSPREA* 3:47,48).

A desarticulação diplomática portuguesa surge como uma evidência. Cada embaixador lutava por uma causa própria, de acordo com os interesses do seu soberano (ou pretendente ao trono), os quais, por sua vez, defendiam ambições individualistas de poder e não tinham em primordial consideração a independência de Portugal. João Rodrigues de Sousa acautelava a causa de D. António, Giraldes a pretensão de D. Catarina e António de Castilho aguardava instruções que teimavam em não chegar. O interregno governativo era bem mais do que um trono sem rei. Entretanto, o enérgico embaixador espanhol mantinha-se firme na defesa da unificação ibérica e trabalhava afincadamente, almejando conquistar Castilho para a causa filipina. Por esta altura, D. António intitulava-se rei de Portugal, mas, como vimos, dez dias depois, a 25 de Agosto, travar-se-ia a Batalha de Alcântara e D. António perderia a luta pelo trono. Os apoios pretendidos não chegaram e, face à análise da correspondência diplomática trocada na época, emerge clara a dessincronização e o desalinhamento da estratégia governativa portuguesa. Resulta também evidente como a teia de informação era alimentada por campanhas de desinformação, por espões e agentes secretos.

Um outro exemplo da dissonância entre os agentes diplomáticos portugueses à época personalizava-se na figura do mercador António Fogaça, recomendado por Giraldes. Fogaça tinha garantido ao diplomata português provisões financeiras, face às dificuldades das quais já temos conhecimento: “has miserias e necessidades em que leixei naquelle reino António Fogaça” (*Corpo Cronológico* 1:111.72). No entanto, Fogaça seria apanhado pelas autoridades inglesas na posse de correspondência trocada ao longo de vários anos com os ministros de Filipe II, constituindo-se como mais um dos informadores ao serviço de Mendoza (*CLSPREA* 3:238,239).

Giraldes ter-se-á mantido resolutivo no combate contra a união ibérica, defendendo a pretensão de D. Catarina de Bragança. A 21 de Abril de 1580, Mendoza escreve a Filipe II, relatando-lhe que a rainha de Inglaterra havia recebido uma carta de Giraldes, embora a cópia não se encontre nos arquivos. Mendoza informa:

The Queen has received a letter from Francisco Giraldo, Portuguese ambassador in France, setting forth the many occasions upon which Portugal has supported and aided this Crown, and pointing the poor return she is making for it at this time when her help is needed, in consequence

of your Majesty's attempt to usurp the crown. He says that the King of France has shown a much better disposition towards them, and has given them all they wanted, namely artillery and munitions. When the Queen read the letter she said, as did her Councillors, that Giraldo was not strong enough to have written such a letter himself, and it was doubtless prompted by the French... She therefore decided not to answer the letter (*CLSPREA* 3:27).

Uma primeira abordagem à missiva de Mendoza parece indicar: a prática de violação de correspondência diplomática; o recurso ao pagamento de favores a elementos da corte em troca de informação; a partilha de informação secreta entre figuras diplomáticas. No entanto, a forma como Mendoza dá continuidade ao relato permite-nos considerar uma outra possibilidade:

The Queen summoned me on the 6th and told me that she had received a letter from the Governors of Portugal, informing her that they were quite agreed, since the death of the King, to give the Crown to the person who was the rightful heir to it; and if any force was brought to bear upon them they would defend themselves. With this end they asked for her aid and support... Answer was sent that the Queen... did not believe that any prince would try to use violence, especially your Majesty... she wished to convey this to your Majesty through me, as Giraldo was very busy in France, and she believed the King of France was writing to your Majesty on this matter (*CLSPREA* 3:27,28).

Isabel I convocou, portanto, o embaixador espanhol para lhe dar notícias dos assuntos de Portugal, partilhando o conteúdo da sua troca de correspondência com os Governadores do Reino. O objectivo terá sido demonstrar como as figuras de Estado – governadores e diplomatas, neste caso – se esforçavam em manter a independência, recorrendo à ajuda externa para fins militares. O aviso (ou a ameaça, embora velada) permanecia: caso Inglaterra e França unissem esforços para apoiar Portugal, Filipe II veria as suas hipóteses de “usurpação” menos prováveis. Talvez tenha sido, portanto, estratégia

do governo inglês dar conhecimento a Mendoza de uma carta que, no fundo, ninguém acreditava ter sido escrita pelo embaixador português e cujos registos não conhecemos, mantendo a honra do diplomata e, ao mesmo tempo, abrindo caminho para uma manobra política de bastidores. Em suspenso ficava: em primeiro lugar, o aviso de reforços militares já terem sido fornecidos por França a Portugal; em segundo lugar, a informação de que França apoiava Portugal na causa contra Filipe II, diminuindo as probabilidades de proximidade/aliança entre Espanha e França, com claras vantagens para Inglaterra; por último, a crítica ao monarca espanhol – “your Majesty’s attempt to usurp the crown”.

Retomando a missiva de Cobham, esta permite-nos ainda um olhar sobre a complexa situação de Inglaterra. Martin Hume refere como 1580 terá sido um ano de provações várias para Isabel I: “1580 opened full of anxiety for Elizabeth... her position... full of difficulties and dangers, which no person but herself could adequately appreciate” (2003:ii). Resumidamente, mantinham-se as negociações para firmar uma aliança entre Inglaterra e França, através do matrimónio da monarca inglesa com o duque de Alençon e de Anjou, irmão do rei Henrique III. Porém, tal estratégia política não reunia o consenso do *Privy Council* e Susan Doran observa como também a opinião pública se erguia contra o casamento: “The public agitation against the match took Elizabeth completely by surprise” (39). Além disso, o Papa Gregório XIII e Filipe II mantinham um sólido apoio, quer aos insurgentes irlandeses, quer à causa de Maria Stuart, rainha da Escócia. No Continente, em especial nos Países Baixos, a instável justaposição dos campos religiosos e políticos constituía um epicentro de sucessivos abalos, cujas réplicas eram sentidas por toda a Europa, mas de modo particular em Inglaterra, que apoiava (ora de forma mais encoberta, ora de forma mais evidente) os estados protestantes. Entretanto, Filipe II ia consolidando a sua autoridade e preparava-se para juntar a coroa de Portugal ao seu vasto domínio, existindo já rumores da formação de uma poderosa armada. A este propósito, as missivas do embaixador espanhol Bernardino de Mendoza para o seu soberano confirmam a apreensão dos Ingleses, em geral – “they [the English and the Council] fear... the coming of the Spanish fleet” (20 Feb. 1580; *CLSPREA* 3:9) – e de Isabel I, em particular:

I found her so much alarmed about the fleet... that she descended from the dais in the privy-chamber and came down forward... to meet me. Before I

could say a word she asked me whether I came as a herald to declare war upon her (20 Feb. 1580; *CLSPREA* 3:10).

Isabel Tudor atravessava um período difícil na governação, precisamente quando os pretendentes portugueses ao trono mais precisavam do apoio de Inglaterra. Seria expectável uma acção inequívoca da parte da monarca, tendo em conta a ameaça sempre presente e sempre crescente de Filipe II, mas tal não aconteceu, pois a rainha protelou qualquer tomada de decisão. Será difícil circunscrever o seu silêncio a uma causa específica, resultado de indecisão ou indefinição de uma estratégia política, ou, pelo contrário, resultado de uma linha clara de actuação quanto aos assuntos externos.

6. A Prudência de Isabel I face aos Assuntos de Portugal

As decisões cabiam, em última instância e conforme prerrogativa real, à soberana, mas esta não governava em regime absolutista. Isabel I confiava nos conselhos dos seus ministros, nos relatos dos embaixadores e de outros agentes diplomáticos, na informação (*intelligence*) recolhida pela ampla rede ao serviço do governo inglês e, naturalmente, dos pareceres do *Privy Council*, o qual, por sua vez, nem sempre reunia consenso ou unanimidade. Segundo Alford, entre 1558 e 1585, as divergências no seio do *Privy Council* não terão sido determinantes em matérias de decisão, mas sim nas questões de como actuar:

A number of shared experiences bound and united the early Elizabethan Privy Council... There were disagreements and debates within the regime... – surely an inevitable part of any political process – but these were rare and (more importantly) strategic rather than ideological (213).

A característica de dilação associada à política governativa isabelina não parece poder relacionar-se com fracturas estruturantes no interior do *Privy Coucil*, nem mesmo com divergências ideológicas associadas a Cecil e Walsingham. Susan Doran resume vários estudos acerca do modo como convergiam e divergiam as perspectivas e convicções destes dois importantes conselheiros de Isabel I,²⁷ concluindo o seguinte:

Cecil was deeply committed to a religious ideology, which helped shape his policies... Thus, like Walsingham, he saw international relations as a struggle between true religion and the Antichrist and expressed a strong sense of solidarity with England's fellow Protestants abroad... Yet, despite this shared mind-set, Cecil and Walsingham did not always reach the same conclusions about foreign policy. First, until the 1580s Cecil was obsessed with the danger from the Guises and Rome, whereas Walsingham believed that the main danger to England came from Spain. Second, Cecil was always prepared to make alliances... Walsingham, on the other hand, believed... that Catholics could not be trusted as allies and, even worse, that divine anger might well be aroused if Protestants were to make agreements with idolatrous nations (47, 48).

No seguimento das negociações para resolver o interregno comercial entre Portugal e Inglaterra, os embaixadores portugueses terão tido várias oportunidades para avaliar e aferir as características distintivas dos dois ministros. Os diplomatas lusos seriam, portanto, capazes de prever as exortações de cada um junto da rainha: Cecil privilegiando a *Realpolitik*, Walsingham o combativo zelo pela causa protestante que o opunha aos soberanos católicos. Neste contexto, seria por certo estratégico da parte de Giraldes tentar conquistar o favor de Walsingham, tal como a carta de Cobham permite concluir.

Deve considerar-se ainda uma outra perspectiva no âmbito da análise da acção (in)decisória de Isabel I face aos assuntos de Portugal. De acordo com John Alexander

²⁷ Nomeadamente, *The Early Elizabethan Polity: William Cecil and the British Succession Crisis, 1558-1569* (1998) de Stephen Alford, "Sir Francis Walsingham and the Anjou Marriage Plan 1574-81" (1989) de Mitchell M. Leimon e "William Cecil and the Antichrist: A Study in Anti-Catholic Ideology" (1994) de Malcolm Thorp.

Guy, a governação isabelina terá tido dois períodos diferenciados: o primeiro de 1558 a 1585, época cerne do presente capítulo, e o segundo de 1585 a 1603. O autor considera as disparidades entre essas duas fases governativas de tal forma vincadas que afirma poderem ser observadas como dois reinados distintos:

... there were two reigns of Elizabeth I, each with distinctive features. Her 'first' reign ended about 1585 with the dispatch of an English expeditionary force to the Netherlands. This seemingly dramatic reversal of the queen's non-interventionist foreign policy was followed by the trial and execution of Mary, Queen of Scots, and by the outbreak of war with Spain and her ally, the French Catholic League... In her 'second' reign Elizabeth's grip on events slackened markedly. In her 'first' reign she knew her minds even when she procrastinated; her judgement was not infallible, but her instinct was shrewd: often shrewder than that of her privy councillors. As the 1590s advanced, her inaction led to political marginalization as her mind and body aged... Since Elizabeth persistently dithered, decisions were taken on her behalf (1-4).

Não obstante a política mais intervencionista que marca a última fase do reinado de Isabel I, em larga medida decorrente das circunstâncias externas que se foram abatendo sobre Inglaterra e não tanto como uma estratégia pró-activa de intervenção, a monarca mantém uma continuidade em relação a duas das suas características mais distintivas: a cautela e a dilação. De modo prudente, Isabel avaliava e interpretava o 'Outro' demoradamente, como se apenas depois de estar em absoluto poder de toda a informação se sentisse habilitada a decidir.

Essencialmente, essa prudência emerge na epígrafe do presente capítulo: quando se lhe oferece a possibilidade de conversar com o embaixador ("Shall we call in th'ambassador, my liege?"), Henrique V decide adiar a audiência ("Not yet, my cousin"), a fim de poder primeiro avaliar e discutir as matérias sensíveis em apreço entre os seus conselheiros, num procedimento governativo de ponderação e de prudência – "We would be resolved, / Before we hear him, of some things of weight / That task our thoughts..." – (*Henry V* (I.2.4-7)). De uma forma geral, todos os soberanos personalizam, de modo

mais ou menos vincado, a prudência de Henrique V através da pena de Shakespeare. Como já vimos, também o cardeal-rei D. Henrique optou por responder ao embaixador inglês, Edward Wotton, de forma lacónica e evasiva (“to common officers belong common answers, and such were the King's to me”), revelando comedimento e uma apreciação prudente da informação a partilhar, em jeito de confirmação de que as avaliações e as deliberações haviam sido feitas previamente – “We would be resolved, / Before we hear him” – (*Henry V* (I.2.6,7)).

Isabel I surge, portanto, como figura paradigmática de prudência: talvez pela incapacidade de poder, com bom senso e agilidade de raciocínio face à idade e ao desgaste imposto pela governação, abarcar e dominar as múltiplas facetas da política externa, a soberana terá reduzido a sua participação activa nas questões de decisão, entendendo-se tal atitude como procrastinatória. No fundo, se Isabel I delonga as decisões políticas na primeira fase do seu reinado devido à sua prudência governativa, mantém-se a dilação que lhe é associada na segunda fase, embora por razões aparentemente distintas.

A justaposição entre as características isabelinas e o pedido de apoio endereçado à monarca de Inglaterra pelos pretendentes lusos ao trono parece indicar a improbabilidade de Isabel I tomar uma decisão inequívoca, em tempo útil, que se viesse a revelar determinante para o desfecho da crise sucessória em Portugal. Mesmo tendo em conta a progressiva ameaça da força do exército de Filipe II, a qual se ia concretizando (de forma perigosamente próxima) junto das fronteiras de Portugal, não poderiam os Portugueses esperar da parte de Inglaterra um apoio militar, como Isabel I explicou na carta aos governadores, ou uma escolha clara entre os pretendentes D. Catarina de Bragança e D. António, Prior do Crato, como resulta evidente na correspondência trocada. Em suma, não seria expectável que Inglaterra fornecesse o apoio célere desejado por Portugal, mesmo considerando a atribulada conjuntura da crise sucessória.

A estratégia política de Isabel I quanto aos assuntos externos terá sido, assim, caracterizada por uma linha de continuidade vincadamente associada à prudência e à dilação, pontuada por momentos de intervencionismo reactivo, ou seja, em resposta a elementos exteriores impostos a Inglaterra. Todavia, essa estratégia pode ser interpretada precisamente como o inverso, ou seja, como falta de estratégia, como um certo vazio ou, talvez, uma certa hesitação, conforme Cristopher Haig observa:

It [the decision to invade Scotland in 1559] was to be a typically Elizabethan exercise, begun in hesitation and delay, and carried through an inglorious end because policy was insufficiently clear (156).

Não obstante a pertinência da crítica à aparente indecisão isabelina, Susan Doran defende que a última soberana Tudor não só tinha, como também defendia, orientações claras quanto aos assuntos de política externa:

Her goals were primarily defensive and... she entertained no dreams of expansionism... Her first priority was security... A secondary aim, but one that was still important, concerned the defence of European Protestantism... Third, Elizabeth was mindful of England's economic interests... By her death... her main objectives were fulfilled: England's borders were secure; the Spanish presence was removed from France; France was kept out of Flanders; the power of Spain was 'impeached' but not destroyed; the United Provinces were free from the threat of Spanish military rule; and Protestantism was tolerated in the United Provinces (65,70).

A ausência de uma (re)acção de Isabel I no contexto da crise sucessória de Portugal parece ter sido o superior interesse na defesa do seu reino, afastando a ameaça de Filipe II no tempo e no espaço. Inglaterra não tinha capacidade, à época, para enfrentar o poderio militar e naval espanhol. A monarca optou, certamente de modo consciente e ponderado, por manter abertas todas as possíveis linhas de comunicação e de coligação. Sem rejeitar liminarmente nenhum pedido de apoio, nem dos governadores de Portugal, nem dos pretendentes portugueses ao trono, também não deferiu qualquer despacho. Neste limiar entre o sim e o não, entre a luz e a sombra, reside a ambiguidade do discurso diplomático e da política isabelina no contexto da crise sucessória de Portugal. No entanto, como já analisado, a ambiguidade encerra elementos de indiscutível proveito político.

7. Notas Finais

Após a derrota na Batalha de Alcântara, D. António, Prior do Crato continuaria a reclamar o direito ao trono de Portugal até ao fim da sua vida; fê-lo com o apoio de Inglaterra, principalmente a partir de um foco de resistência com base nos Açores. Filipe II foi aclamado Filipe I de Portugal e deu início à união ibérica que haveria de subsistir por 60 anos. D. Catarina seria reconhecida, por altura da Restauração da Independência de Portugal no século XVII, como a legítima herdeira do trono, quando o seu neto, D. João II, 8º duque de Bragança, subiu ao trono como rei D. João IV.²⁸

A análise dos temas abordados no presente capítulo permite-nos reconhecer a importância do labor diplomático na manutenção de um constante fluxo de informação, especialmente da autoria de embaixadores residentes, essas figuras originárias do período pré-moderno. Os embaixadores mais metódicos e eficientes escreviam proficuamente e muniam os soberanos da matéria-prima essencial para decisões executivas.

Ao longo do período da crise sucessória vivida em Portugal, foi possível reconhecer as características governativas isabelinas de prudência e delonga e as complexidades subjacentes a uma deliberação inequívoca no quadro da Crise de Sucessão portuguesa. Susan Doran reconhece a inação de Isabel I em todas as frentes políticas até ao final de 1580 (39). Quando a monarca de Inglaterra recuperou do seu entorpecimento deliberativo, voluntariamente exercido ou não, era já demasiado tarde para D. Catarina de Bragança e para D. António, Prior do Crato. Portugal, enquanto ‘Nação’ independente, havia expirado²⁹ e Filipe II inspirava agora os destinos das nações ibéricas. Em consequência, se até aqui havia sido difícil Inglaterra defrontar abertamente o poderio

²⁸ D. Isabel de Viseu casou com o 3º duque de Bragança D. Fernando, executado em Évora por ordem de D. João II e foi, portanto, bisavó do futuro D. João II, 8º Duque e D. João IV de Portugal, neto de D. Catarina, Infanta de Portugal (18 de janeiro de 1540 - 15 de novembro de 1614). Esta foi, por sua vez, a segunda filha do infante D. Duarte, Duque de Guimarães, filho do rei D. Manuel I de Portugal, e da infanta D. Isabel de Bragança, filha do 4º Duque de Bragança, D. Jaime I. Em 1563, casou com o 6º Duque de Bragança, o seu primo D. João I. Desse casamento nasceu D. Teodósio II, 7º Duque de Bragança, pai de D. João II, 8º duque de Bragança e futuro rei D. João IV, que nasceu em 1604.

²⁹ Durante a monarquia dual que perduraria até 1640, Portugal manteria a sua identidade nacional, a sua língua, as suas tradições, as suas leis. Os dirigentes administrativos, tanto no reino como no ultramar, seriam portugueses. Os sucessores dos reis espanhóis seriam reconhecidos e aclamados pelas cortes portuguesas, segundo o costume dos reis de Portugal. A nível interno, Portugal manter-se-ia como reino, embora a nível de política externa não usufrísse de independência. Todavia, no contexto epocal em apreço, o sentimento português de perda de independência seria generalizado e profundo; daí o recurso metafórico associado a uma ‘nação’ que expira.

espanhol, a anexação de Portugal ao vasto império espanhol veio complicar o quadro geopolítico de forma considerável. Talvez, como a própria Isabel I afirmara, demasiado tempo tivesse sido desperdiçado em suposições e discursos (“surmises and discourses”).

Conclusão

Um olhar atento sobre o passado pressupõe a noção do que é singular: o olhar é pessoal e próprio de quem se dispõe a observar tempos idos; os acontecimentos vislumbrados são fruto de narrativas, individuais ou colectivas, registadas de acordo com a marca particular de quem escreve num determinado tempo, e tendo implícito(s) determinado(s) destinatário(s). A própria acção de seleccionar documentação a investigar resulta de uma escolha, mais ou menos consciente, que conduzirá a uma determinada e, necessariamente, parcial perspectiva dos eventos; a interpretação dessa perspectiva de eventos é também particular, própria do leitor, que destaca uma passagem em detrimento de outra, ou preenche eventuais silêncios nos relatos, de acordo com a sua estratégia interpretativa. Tal como Bernard Williams observa em *Truth and Truthfulness* (2002), “the truths in any history are at the very least a selection” (243). A selecção da presente investigação recaiu na correspondência diplomática, em particular a portuguesa, no decurso do reinado de Isabel I, como forma de melhor compreender as relações anglo-portuguesas na época pré-moderna.

Uma ideia transversal aos três capítulos da tese consiste na função dos embaixadores como cartógrafos das mentalidades. Retomemos a questão da ponderabilidade metafórica do título da presente tese. O termo ‘mentalidade’ provém do latim *mentālis* e significa: maneira individual de pensar e de julgar; a mente; estado psicológico; conjunto das faculdades intelectuais de um indivíduo; movimento intelectual; o conjunto dos homens mais notáveis de uma nação.¹ Para efeitos da análise realizada, o significado intrínseco a ‘mentalidade’ assumiu particular relevância enquanto maneira individual de pensar e de julgar. Se é certo que, nesse sentido, mentalidade remete para a qualidade do que é próprio do indivíduo, não podemos desconsiderar a multiplicidade de influências que a formam, que com ela comunicam e a fixam. O estudo da correspondência diplomática permitiu concluir que os embaixadores foram agentes na

¹ Definição segundo o *Dicionário de Língua Portuguesa Priberam*. De acordo com o *OED*, o termo ‘mentality’ surgiu no século XVII e correspondia a “mental process”, sendo que os significados actuais (“the characteristic way of thinking of a person or group”; the capacity for intelligent thought”) datam de meados do século XIX.

cartografia das mentalidades da época em apreço, na esteira do comentário de Stefan Collini:

... one of the most interesting questions... is essentially one about the relative casual power of different historical forces and agents... what if much of what has determined [the experience of the vast majority of the population] is actually the work of small elites and even of individuals, whether in politics, science, thought, or whatever? (36)

Os embaixadores terão tido o poder de formar, moldar, entretecer o modo como os seus soberanos pensavam, julgavam e, em última análise, decidiam sobre as matérias de governação. Enquanto parte que integrava o todo do poder político, os diplomatas faziam a travessia de espaços, estabeleciam pontes de entendimento, transformavam a ilha num istmo. Terão sido a primeira forma tentada de globalização, no estabelecimento de uma teia de relações que servia os interesses de cada nação e se apresentava, em simultâneo, como um conjunto de conveniências partilhadas.

Deve ainda considerar-se o facto de as mentalidades dos soberanos se formarem a partir de um plano particular de equilíbrio entre o livre-arbítrio e o juízo pessoal, para um plano lato de governação, numa justaposição do quadro individual e do quadro colectivo e nacional. Neste contexto, os eventos estudados permitiram descortinar o surgimento do sentimento embrionário de comunhão entre indivíduos nascidos no mesmo lugar (*nasci*), partilhando lealdades, e a memória política colectiva que une comunidades em torno de um mesmo sentido de identidade nacional.

As cartas diplomáticas aqui tratadas permitiram-nos concluir que os embaixadores portugueses enviados à corte isabelina foram João Pereira Dantas (1559; 1562-63), Manoel d'Araújo (1560-61), Ayres Cardoso (1564), Manoel d'Álvares (1567-68), Francisco Giraldes (1571-78) e António de Castilho (1579-81). Portanto, desde que Isabel I subiu ao trono, em finais de 1558, até Filipe II assumir a governação dos reinos ibéricos, em 1580, Portugal manteve uma quase permanente representação diplomática em Inglaterra através de embaixadores residentes. Contudo, quando Portugal e Espanha passaram a estar unidos sob uma só coroa, os embaixadores portugueses deixaram

Inglaterra e deu-se por terminada a representação diplomática portuguesa na corte isabelina a partir de 1581.

As missões realizadas pelos embaixadores lusos desenvolveram-se essencialmente em torno das questões económicas. Os diplomatas tiveram a responsabilidade de defender os direitos de comércio de Portugal nos territórios da costa ocidental africana, em especial na Costa da Mina. Dois períodos fundamentais distinguem as missões dos diplomatas lusos: antes e depois do interregno comercial (1569-1576). Na fase que antecedeu o início da ruptura, João Pereira Dantas, Manoel d'Araújo, Ayres Cardoso e Manuel d'Álvares apresentavam as reclamações do reino em relação à forma como os Ingleses despojavam os Portugueses das riquezas oriundas dos territórios conquistados por Portugal. Após o início do interregno, coube a Francisco Giraldes a responsabilidade de negociar a concórdia e o restabelecimento das relações comerciais entre os dois reinos. Destaca-se a missão deste embaixador, mais longa do que as dos seus homólogos, pelas complexidades inerentes à função diplomática de negociação numa conjuntura de discórdia.

A figura de António de Castilho emerge como significativa se considerarmos o facto de Portugal manter um embaixador em Inglaterra, não obstante a assinatura do Acordo comercial e a restauração da Aliança de Amizade anglo-portuguesa. Esse critério confirma a evolução dos pressupostos normativos quanto à instituição de uma representatividade diplomática regular em cortes estrangeiras, através da manutenção de embaixadores residentes. Ao longo do período estudado, Portugal sistematizou e consolidou a *praxis* diplomática das embaixadas residentes, um contributo claro na evolução da diplomacia e cujas vantagens se viram confirmadas no contexto da Crise de Sucessão de 1580.

A correspondência examinada permitiu identificar o desenvolvimento da arte da escrita diplomática lusa, já não limitada aos soberanos, mas alargada a uma ampla rede de contactos. A informação passou a fluir de forma mais rápida e eficiente, sendo o embaixador residente uma importante figura enquanto impulsionador desta responsabilidade diplomática.

O conteúdo das missivas revela ser no equilíbrio entre o silêncio e a palavra enunciada que encontramos os embaixadores portugueses na corte isabelina. O silêncio forçado pelos factores externos, imposto pelo desaparecimento das suas missivas no Terramoto de 1755, mas, acima de tudo, o silêncio imposto pelos próprios, num exercício

de contenção, na decisão de escrever nas entrelinhas. Esta análise afigura-se transversal e evidente no estilo discursivo dos diplomatas lusos, talvez resultado de uma instrução ou directriz determinada por um cuidado extremo quanto ao *decorum* desejado (e desejável) de um agente político. Ao contrário dos embaixadores espanhóis, franceses ou venezianos oportunamente referidos, os diplomatas portugueses eram parcos em descrições de carácter psicológico, emotivo, físico, sociológico. A sua correspondência circunscrevia-se, sobretudo, a matérias de ordem económica e política, e raras são as ocasiões em que as emoções ou os juízos de valor pessoais afloram nos registos. Talvez por essa mesma razão também os investigadores contemporâneos os tenham vindo a relegar ao silêncio. Contudo, a atitude que perpassa todos os embaixadores portugueses acabou por lhes granjear o favor da corte que os acolheu, independentemente do enquadramento político das missões ou da possibilidade de as cartas serem interceptadas. Os embaixadores portugueses parecem, pois, ter elegido o silêncio quanto a determinadas matérias, não se arriscando em antagonismos que comprometessem o sucesso das missões.

Em simultâneo, o perfil dos embaixadores portugueses que emerge da análise realizada afigura-se igualmente significativo, não só em termos da contextualização teórica em torno da Diplomacia do período pré-moderno, mas também no que concerne as relações anglo-portuguesas. Manoel d'Alvares e Francisco Giraldes, por exemplo, demonstraram destreza e habilidade em manter as negociações para as quais haviam sido instruídos, apesar das diferenças ideológicas que os distanciavam da Igreja de Inglaterra. A capacidade de conservar a aprovação de Isabel I resulta ainda mais reveladora. Neste âmbito, dever-se-á incluir António de Castilho, tendo em linha de conta as palavras da própria rainha de Inglaterra a propósito das competências do diplomata.

Importa, ainda, reflectir sobre a forma como estes embaixadores se diferenciavam dos seus vizinhos ibéricos ao serviço na corte isabelina. Embora Portugueses e Espanhóis partilhassem a fé católica, o modo como desenvolviam as missões diplomáticas em Inglaterra distanciava-os. Nenhum embaixador português foi expulso de Inglaterra, nem tão pouco incorreu na antipatia ou no desfavorecimento de Isabel I e de sua corte. Atendendo ainda à importância incontornável de que a verdadeira missão de qualquer diplomata decorre da capacidade em gerir de forma pacífica as relações internacionais, conclui-se que os embaixadores portugueses granjearam esta distinção.

As destrições reveladas nas missivas diplomáticas dos embaixadores de nacionalidades várias, bem como dos seus respectivos soberanos, indicia que as

mentalidades ganham uma dimensão colectiva, na medida em que uns e outros agem de acordo com a mentalidade da nação a que estão indelevelmente ligados, pelos laços de sangue, pelo solo pátrio, ou seja, pela consciência de um nacionalismo que emergia de forma mais nítida à medida que os impérios se erguiam, com as implicações geopolíticas e económicas já mencionadas. De certo modo, a nova cartografia geográfica é acompanhada por uma cartografia das mentalidades que, sem renegar o passado, lhe acrescenta novos propósitos. Como refere Hagen Schulze em *Nations States and National Cultures* (1998), no caso inglês o sentimento de pertença à nação reverbera em obras literárias como *The Faerie Queene* de Edmund Spenser (1590-1596), baseando-se na mítica e nos factos históricos da génese de Inglaterra; de um ponto de vista mais prosaico, a língua comum, o sentimento anti-católico e a integração política do Estado também contribuíram para o processo (121-122). Shakespeare consubstanciou tal visão em *Richard II*:

This royal throne of kings, this sceptered isle,
This earth of majesty, this seat of Mars,
This other Eden, demi-paradise,
This fortress built by Nature for herself
Against infection and the hand of war,
This happy breed of men, this little world,
This precious stone set in the silver sea,
Which serves it in the office of a wall...
This blessed plot, this earth, this realm, this England (II.1.40-50).

De modo diverso, mas também evidente, a formação da identidade nacional portuguesa bebe dos mesmos argumentos, com a óbvia excepção do anti-catolicismo, afirmando-se na épica camoniana no respeitante à memória comum de sucessos; unindo-se em revezes como Alcácer-Quibir; ou firmando a sua constitucionalidade na Crise de 1383-85. Por outro lado, a nova cartografia também está presente na epopeia lusíada, em esquisso imperial:

As armas e os barões assinalados,
Que da occidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos, e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
Entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram:

E também as memorias gloriosas
Daquelles Reis, que foram dilatando
A Fé, o Império; e as terras viciosas
De Africa e de Asia, andaram devastando:
E aquelles, que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando (Camões, *Os Lusíadas* Canto I e II).

Uma última consideração deve ser feita em relação às fontes que permitiram a realização da presente tese. Com efeito, dada a relevância para a cultura portuguesa e para o estudo das relações anglo-lusas, considero este projecto um *work in progress*, a ser explorado e aprofundado. Impõe-se que a correspondência diplomática portuguesa da época pré-moderna seja organizada e trabalhada arquivisticamente, ao invés de se manter dispersa, descontextualizada e quase inacessível. A recolha, a organização e a compilação realizadas nos arquivos estrangeiros resultaram na criação de colecções cujos catálogos se encontram publicados e acessíveis. Descortina-se, pois, a necessidade imperiosa de recuperar, decifrar, catalogar e divulgar os documentos diplomáticos do período em apreço existentes nos arquivos e nas bibliotecas em Portugal, numa primeira fase, e em outras bibliotecas fora do território nacional, numa fase posterior. Tais testemunhos constituem-se como narrativas do passado, memórias que permitem aos indivíduos de épocas posteriores reflectir sobre elas e delas extrair significados, como Bernard Williams observa:

When we try to make sense of a particular happening, we often tell a story about the sequence of events that led to it... The past will not make sense unless we make sense of it (233, 244).

No fundo, somos uma vez mais remetidos para as preocupações que perpassaram este trabalho de investigação, às quais M. Bakhtin e T.S. Eliot fazem referência:

Only at the point of this contact [text-context] does a light flash, illuminating both the posterior and the anterior (Bakhtin 162).

... different cultures should recognise their relationship to each other... an interrelated history of thought and feeling and behaviour, an interchange of arts and ideas (Eliot, 1948:119).

Compreender as sociedades no presente e vislumbrar caminhos para o futuro engloba a construção de significados a partir das narrativas do passado; enquadrar esses significados no contexto histórico e numa perspectiva cultural contribuirá para que possamos fazer sentido do ‘Eu’ e do ‘Outro’ que fomos e que somos. Não sendo possível recuperar *todas* as narrativas do passado, recuperemos, pois, *todas* as que forem possíveis, nomeadamente aquelas contadas pelos embaixadores portugueses na corte isabelina. Com efeito, o derradeiro contributo desses agentes diplomáticos compreende o facto de a cartografia das mentalidades por eles tecidas servir o investigador da actualidade na análise do período pré-moderno, estabelecendo igualmente uma espécie de ponte metafórica entre o passado e o presente.

Bibliografia

A Catalogue of the Lansdowne Manuscripts in the British Museum with Indexes of Persons, Places and Matters. London, 1819.

A Catalogue of the Manuscripts in the Cottonian Library deposited in the British Museum. 1802. Lincoln's Fields: Luke Hansard, 1833.

Adrião, Vitor Manuel. *Ourique: A Batalha Impossível*. Sintra: Comunidade Teúrgica Portuguesa, 2015.

Albuquerque, Luís de. *A Comissão de Cartografia e a Cartografia Portuguesa Antiga*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.

----. Intr. *Atlas do Mundo e dos Descobrimentos: Cartografia Antiga, Cartografia Actual, Descrição dos Países*. Ernesto Jana *et al.* Amadora: Clube Internacional do Livro, 1995.

Alegações de direito, que se oferecem aao muito alto e muito poderoso Rei Dom Henrique nosso Senhor na causa da socessão destes Reinos por parte da Senhora Dona Catarina sua sobrinha filha do Iffante dom Duarte seu irmão, a 22 de Outubro de MDLXXXIX. Almeirim: Antonio Ribeiro & Francisco Correa, 1580. <<http://purl.pt/14260/3/#/0>>. Último acesso em 02.06 2017.

Alford, Stephen. *The Early Elizabethan Polity: William Cecil and the British Succession Crisis, 1558-1569*. Cambridge and New York: Cambridge UP, 1998.

Anand, Ram Prakash. *Origin and Development of the Law of the Sea: History of International Law Revisited*. Boston and London: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.

Aristóteles. ca. 350 B.C. *Poética*. Trad. Eudoro de Sousa. 8ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2010.

Arnold, Matthew. 1932. *Culture and Anarchy*. Ed. J. Dover Wilson. London and New York: Cambridge UP, 1981.

As Gavetas da Torre do Tombo. “Bula ‘*Inter Caetera Quae Nobis*’ do Papa de Calisto III, pela qual outorgou e concedeu à Ordem de Cristo o espiritual de todas as ilhas, desde os Cabos do Bojador e não, por toda a Guiné até à Índia.” 1455-03-13. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Gaveta 7, maço 13, nº 7.

----. “Carta da Rainha de Inglaterra, D. Maria, a D. João III a respeito dos mercadores ingleses.” 1556-05-19. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Gaveta 2, maço 6, nº 1.

----. “Carta da Rainha de Inglaterra, D. Maria, para a Rainha de Portugal.” 1556-05-19. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Gaveta 2, maço 6, nº 4.

----. “Ratificação do Tratado de Tordesilhas feito com D. João II, assinada por D. Isabel e D. Fernando, reis de Castela, Leão e Aragão, e por seu filho, o príncipe D. João.” 1494-07-02. Portugal: Torre do Tombo. Gaveta 17, maço 2, nº 21.

----. “Testamento de D. Henrique. 1579-05-29.” Portugal: Torre do Tombo. Gaveta 16, maço 1, nº 13.

Assmann, Aleida. *Cultural Memory and Western Civilization: Arts of Memory*. Cambridge and New York: Cambridge UP, 2011.

Aughterson, Kate, ed. 1998. “Papal Bull.” *The English Renaissance: an anthology of sources and documents*. London and New York: Routledge. 36, 37.

Bacon, Nicholas. 1682 (1559). “The Journal of the House of the Lords: Proceedings in the House of the Lords, in the Parliament holden at Westminster Aº Iº Regin. Eliz.

- A. D. 1558 & 1559." *The Journals of All the Parliaments During the Reign of Queen Elizabeth both of The House of Lords and House of Commons*. Ed. Paul Bowes. London: John Starkey. 31-35.
- Bagrow, Leo. *History of Cartography*. Rev. R.A. Skelton. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1985.
- Bajetta, Carlo M. "Editing Elizabeth I's Italian Letters." *Journal of Early Modern Studies*. Vol. 3. 2014. 41-68
- Bakhtin, M.M. *Speech Genres and Other Late Essays*. Trans. Vern W. McGee. Austin: University of Texas Press, 1986.
- Barber, Peter. *Diplomacy: The World of the Honest Spy*. London: Longwood, 1979.
- Barker, J. Craig. *The Protection of Diplomatic Personnel*. Hampshire and Burlington, Ashgate Publishing, 2006.
- Bauman, Richard, and Charles L. Briggs. *Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality*. Cambridge and New York: Cambridge UP, 2003.
- Belsey, Catherine. *A Future for Criticism*. Malden and Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- Bentham, Jeremy. *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Ed. J.H. Burns and H.L.A. Hart. Oxford and New York: Oxford UP, 1970.
- Bethencourt, Francisco. "D. Henrique." *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 460-465.
- Bicakci, Salih. "Nationalism." *21st Century Political Science: A Reference Handbook*. Vol. 1. Eds. John T. Ishiyama, Marijke Breuning. California and London: Sage Publications, 2011. 633-638.

Bird, James, ed. "Historical introduction: Hoxton, east of Kingsland Road", *Survey of London: Volume 8, Shoreditch*. London: London County Council, 1922. *British History Online*. <<http://www.british-history.ac.uk/survey-london/vol8/pp40-47>>. Último acesso em 26/09/2015.

Birth, Henry Norbert. *The Elizabethan Religious Settlement: A Study of Contemporary Documents*. London: George Bell, 1907.

Black, Jeremy. *A History of Diplomacy*. London: Reaktion Books, 2010.

Boyden, James. M. *The Courtier and the King: Ruy Gómez de Silva, Philip II, and the Court of Spain*. Berkeley, Los Angeles and London: U of California P, 1995.

Brady, Thomas A. et al, eds. *Handbook of European History 1400-1600: Late Middle Ages, Renaissance and Reformation*. Leiden, New York: Brill, 1994.

Bulas. "Instrumento de 'trascrito reduzido em pública forma' com o teor da Bula 'Aeterni Regis Clementi' do Papa Sisto IV pela qual aprovou e confirmou as Bulas de Nicolau V e Calisto III pelas quais foram concedidas aos reis de Portugal todas as ilhas e terra firme, assim descobertas como por descobrir, desde o Cabo Bojador e Cabo Não por toda a Guiné até à Índia e a jurisdição espiritual delas à Ordem de Cristo." 1481-06-21. Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. BULAS: 0009, 1.

Bullein, William 1888. *A Dialogue Against the feuer pestilence*. Mark W. Bullen and A. H. Bullen, eds. London: Early English Text Society by E. Trübner and Cy.

Bury, J.B. "The Science of History." *Selected Essays of J.B. Bury*. Ed. Tempeley Harold. London: Cambridge UP, 1930.
<<https://archive.org/stream/in.ernet.dli.2015.52817/2015.52817.Selected-Essays-Of-Jb-Bury#page/n7/mode/2up>>. Último acesso em 01/04/2017.

Butler, Geoffrey and Simon Maccoby (1928). *The Development of International Law*. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2003.

Bucholz Robert and Newton Key. *Early Modern England 1485-1714: A Narrative History*. 2nd Edition. Malden and Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House. "Cecil Papers: 1580." *Volume 13, Addenda*. Ed. E Salisbury. London: His Majesty's Stationery Office, 1915. 174-189. British History Online. <http://www.british-history.ac.uk/cal-cecil-papers/vol13/pp174-189>. Último acesso em 27/06/2017.

Calendar of State Papers Foreign. "Elizabeth: April 1559, 11-20." *Volume 1, 1558-1559*. Ed. Joseph Stevenson. London: Her Majesty's Stationery Office, 1863. 210-222. British History Online. <http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol1/pp210-222>. Último acesso em 11/09/2016.

----. "Elizabeth: June 1562, 6-10." *Volume 5, 1562*. Ed. Joseph Stevenson. London: Her Majesty's Stationery Office, 1867. 74-90. British History Online. <http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol5/pp74-90>. Último acesso em 25/09/2016.

----. "Elizabeth: February 1569, 1-28." *Volume 9, 1569-1571*. Ed. Allan James Crosby. London: Her Majesty's Stationery Office, 1874. 25-40. British History Online. <http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol9/pp25-40>. Último acesso em 06/03/2017.

----. "Elizabeth: November 1576, 1-15." *Volume 11, 1575-1577*. Ed. Allan James Crosby. London: Her Majesty's Stationery Office, 1880. 410-421. British History Online. <http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol11/pp410-421>. Último acesso em 25/10/2015.

----. "Elizabeth: January 1578, 21-31." *Volume 12, 1577-78*. Ed. Arthur John Butler. London: Her Majesty's Stationery Office, 1901. 464-482. British History Online. <http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol12/pp464-482>. Último acesso em 16/06/2015.

----. "Elizabeth: August 1579, 16-31." *Volume 14, 1579-1580*. Ed. Arthur John Butler. London: His Majesty's Stationery Office, 1904. 43-52. British History Online. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp43-52>>. Último acesso em 04/06/2017.

----. "Elizabeth: June 1580, 21-30." *Volume 14, 1579-1580*. Ed. Arthur John Butler. London: His Majesty's Stationery Office, 1904. 313-328. British History Online. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol14/pp313-328>>. Último acesso em 01/07/2017.

----. "Elizabeth: May 1581, 21-31." *Volume 15, 1581-1582*. Ed. Arthur John Butler. London: His Majesty's Stationery Office, 1907. 181-194. British History Online. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol15/pp181-194>>. Último acesso em 27/06/2017.

----. "Elizabeth: April 1582, 26-30." *Volume 15, 1581-1582*. Ed. Arthur John Butler. London: His Majesty's Stationery Office, 1907. 657-672. British History Online. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol15/pp657-672>>. Último acesso em 04/10/2015.

Calendar of State Papers Relating To English Affairs in the Archives of Venice. "Venice: May 1557, 11-15." *Volume 6, 1555-1558*. Ed. Rawdon Brown. London: Her Majesty's Stationery Office, 1877. 1041-1095. British History Online. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/venice/vol6/pp1041-1095>>. Último acesso em 26/07/2016.

----. "Venice: May 1641." *Calendar of State Papers Relating To English Affairs in the Archives of Venice: Volume 25, 1640-1642*. Ed. Allen B Hinds. London: His Majesty's Stationery Office, 1924. 141-158. British History Online. <<http://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/venice/vol25/pp141-158>>. Último acesso em 4/10/2015.

Camões, Luís Vaz de. 1572. *Os Lusíadas*. Ed. José Maria de Souza Botelho. Paris: Officina Typographica Firmino Didot, 1819.

- Cardim, Pedro. “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I.” *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Vol. I. Ed. Amélia Apolónia *et al.* Porto: FLUP, 2001. 275-306.
- Carles, Nathalie Rivière de, ed. *Early Modern Diplomacy, Theatre and Soft Power: The Making of Peace*. Palgrave Macmillan: London, 2016.
- Carlye, Thomas. *Oliver Cromwell’s Letters and Speeches, with Elucidations*. Vol. I. New York: Wiley & Putnam, 1845.
- Cavendish, George. *The Life and Death of Cardinal Wolsey*. Ed. Richard S. Sylvester. London, New York and Toronto: Oxford UP, 1959.
- Cimmieri, Valeria. “The Performative Power of Diplomatic Discourse in the Italian Tragedies Inspired by the Wars against the Turks.” *Early Modern Diplomacy, Theatre and Soft Power: The Making of Peace*. Ed. Nathalie Rivières de Carles. Palgrave Macmillan: London, 2016.
- Collini, Stefan. *English Pasts: Essays in History and Culture*. Oxford and New York: Oxford UP, 1999.
- Cornago, Noé. *Plural Diplomacies: Normative Predicaments and Functional Imperatives*. Ed. Jan Melissen. Leiden and Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2013.
- Cornaro Atlas*. A Portolano, containing thirty-five charts, on a plane scale, executed by different Venetian artists between 1489 and 1492, known as the ‘*Cornaro Atlas*’. MS British Library, Egerton Ms.73.
- Corpo Cronológico*. “Carta de Henrique VIII, Rei de Inglaterra, para D. Manuel I, em que lhe recomenda João Wallop, nobre cavaleiro inglês, que desejava servir o rei de Portugal.” 1516-09-14. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 20, n.º 99.

- . “Carta de Francisco Pessoa, feitor em Málaga, dando parte ao Rei que, por causa da armada do Barba Roxa não era conveniente às suas naus mercantes passarem por levante.” 1536-08-22. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 49, n.º 80.
- . “Carta de D. Francisco Pereira dando parte ao rei que o Rei de Espanha lhe mandara assegurar não escrevera coisa alguma a favor do comissário-geral dos menores mas só a benefício de toda a ordem, esculpizando? opor-se à eleição do geral em Frei André por lhe prejudicar a sua honra e boa reputação e publicar-se que Sua Alteza o reputava em menos. que o Rei mandara ir a Armada para se retirar a Castela. que o Duque de Sabóia ia receber-se a França. que por ordem do Parlamento de Inglaterra se juntaram cinco Bispos Católicos e cinco Luteranos para disputarem sobre a fé, os quais levando por escrito suas razões as levam ao povo e aqueles que não levaram aviso para assim o fazerem se lhes concedeu um dia, sob pena de rebeldes e pelo não poderem fazer foram presos no Castelo de Londres.” 1559-08-22. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 103, n.º 61.
- . “Carta de Lourenço Pires de Távora ao Rei D. Sebastião em que lhe diz ser conveniente ter na Côrte de Roma embaixador e não agente, porque sendo assim, se conseguiam os negócios e o Papa cuidara em os despachar.” 1561-10-27. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 105, n.º 50.
- . “Carta que escreveu o Bispo D. Álvaro De La Quadra ao Rei de Portugal D. Sebastião sobre, entre outros assuntos, a navegação da Etiópia.” 1561-11-24. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 105, n.º 63.
- . “Cópia de uns capítulos da carta que o Embaixador do Imperador em Inglaterra escreveu de Inglaterra à Duquesa de Parma sobre as naus que, a pretexto de irem com intuitos comerciais, iam efectivamente para as américas contra os portugueses.” 1561-12-20. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 105, n.º 80.

- . “Carta de Rui Mendes avisando João Pereira de Dantas, Embaixador em França, negociarem os ingleses nas mercadorias da Mina. Que lhe tinha tomado todas as informações precisas e se fazia necessário que Sua Alteza pusesse os meios competentes para evitar que se apossassem desta negociação. 1562-09-28. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 106, n.º 23.
- . “Carta de João Pereira Dantas ao Rei de Portugal avisando que a 24 de Agosto tinha partido para a Costa da Mina e Rio dos Cestos a armada de Inglaterra e Flandres que, conforme já avisara, ia com intenção de resgatar escravos, que também ia preparada para edificar em terra.” 1564-09-29. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 107, n.º 12.
- . “Carta de Cristóvão de Távora para António de Castilho, guarda-mor da Torre do Tombo e cronista-mor do reino, sobre particulares seus.” 1573-07-03. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 110, n.º 110.
- . “Carta de Diogo Bernardes para António de Castilho, Guarda-mor da Torre do Tombo e Cronista-mor do reino, na qual lhe agradece as honras que tinha feito a Diogo Soares e outros cumprimentos.” 1574-03-11. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 110, n.º 137.
- . “Carta de Francisco Geraldès informando o Rei que agradecera em seu nome ao Rei de França a nulidade das cartas de marea, encarecendo-lhe com honra e destreza poderem ter-se cruzado as más satisfações delas se tivesse um embaixador residente na corte.” 1578-09-17. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 111, n.º 72.
- . “Carta de Francisco Geraldès expondo ao rei as diversas quantias de dinheiro que tinha recebido em Inglaterra e depois que passara a França pedindo ao mesmo Senhor o proveesse com tempo de dinheiro para se poder tratar com decoro e desempenhar-se.” 1579-08-22. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 111, n.º 71.

----. “Traslado da ordem por que o Almirante de França proibiu irem navios à Guiné e Brasil passando a requerimento de Belchior Raposo, gentil homem do Embaixador de Portugal em França.” 1532-06-28. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 49, n.º 32.

----. “Traslado da carta do Rei de França para as suas justiças examinarem sumariamente as tomadias e roubos feitos aos vassallos do rei de Portugal e lhas fazerem restituir, castigando os culpados como quebrantadores da paz.” 1536-08-27. Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Parte I, maço 57, n.º 94.

Costa, Mário Alberto Nunes. *Em torno da Correspondência de Diogo Barbosa Machado*. Coimbra: U Coimbra, 1992.

Cotton Manuscripts. “Records and papers (originals and copies) concerning England and Portugal, 1373-1604.” MS British Library, Nero B. I.

Covell, Charles. *The Law of Nations in Political Thought: A Critical Survey from Vitoria to Hegel*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

Cruz, Bernardo da, Alexandre Herculano *et al.* *Chronica de El Rei D. Sebastião*. Lisboa: Galhardo e Irmãos, 1837.

Cunha, Mafalda Soares. “A questão jurídica na crise dinástica.” *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 465-472.

D’ Anghiera, Pietro Martire. c. 1504-1526. *Décadas del Nuevo Mundo*. Trad. Dr. D. Joaquín Torres Asensio. Buenos Aires: Bajel, 1944.

D’Avezac, M. *Note sur un Atlas Hydrographique Manuscrit: executé à Venise dans le XV^e siècle et conservé aujourd'hui au Musée Britannique*. Paris: L. Martinet, 1850.

- Dean, J. Rennard. "Portugaliae Monumenta Cartographica: Review." *International Hydrographic Review*, vol. 40, n° 2, July 1963, pp. 191-204.
- De Callières, François. *De la manière de négocier avec les Souverains: de l'utilité des négociations, du choix des ambassadeurs et des envoyez, et des qualitez nécessaires pour réussir dans ces emplois*. Amsterdam: pour la Compagnie, 1716.
- Dekker, Elly, and Lippincott Kristen. "The Scientific Instruments in Holbein's Ambassadors: A Re-Examination." *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 62, 1999, pp. 93-125.
- Dictionary of National Biography*. "Henry Cobham." Ed. Leslie Stephen. Vol. 11. New York and London: Macmillan and Smith, Elder & Co., 1887. 154-155.
- Doran, Susan. *Elizabeth I and Foreign Policy: 1558-1603*. London and New York: Routledge, 2000.
- Eagleton, Terry. *The Idea of Culture*. Oxford and Malden: Blackwell, 2000.
- Elizabeth I 1806 (1585). "The Queen's Speech at proroguing the Parliament." *The Parliamentary History of England, from The Earliest Period to The Year 1803*. Vol. I. London: T.C. Hansard, Peterborough-Court. 833, 834.
- Eliot, T.S. 1939. *Selected Prose of T. S. Eliot*. Ed. Frank Kermode. London and Boston: Faber and Faber, 1975. 285-291.
- . *Notes towards the Definition of Culture*. London: Faber & Faber, 1948.
- Empson, William. *Seven Types of Ambiguity*. London: Hogarth P, 1927.
- Embaixada e Governo de D. Duarte Castelo Branco 1571-1581* Vol. IV. Biblioteca da Ajuda, Palácio Nacional da Ajuda. Fls. 123-125v.

- Faria, Ana Leal de 2008. *Arquitectos da Paz: A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815, com Atlas, Biografias e Roteiro de Fontes*. Lisboa: Tribuna, 2008.
- Faria. Luísa Leal de. *Sociedade e Cultura Inglesas*. Lisboa: U Aberta, 1996.
- Ferreira, J. Carlos Viana. *Primórdios da Modernidade em Inglaterra: Um Estudo de Cultura Inglesa*. Cadernos de Anglística 14. Lisboa: CEAUL/ULICES; Edições Colibri, 2008.
- Ficalho, Conde de. *Memórias sobre a influência dos descobrimentos dos portugueses no conhecimento das plantas: Memória sobre a malagueta*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.
- Forster, E.M. 1940. “Does Culture Matter?” *Two Cheers for Democracy*. London: Penguin, 1970. 108-114.
- García, María del Carmen Mena. *Sevilla y las Flotas de Indias: la Gran Armada de Castilla del Oro (1513-1514)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998.
- Gellner, Ernest. 1983. *Nations and Nationalism*. New York: Blackwell, 2006.
- Godinho, Vitorino Magalhães. “1580 e a Restauração”, in *Ensaio II sobre História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968.
- . *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Volume 2. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- Gomes, Carla Larouco. “Richard Hooker e a Defesa da Via Media em *Of The Laws of Ecclesiastical Polity*.” Diss. Mestrado. Júlio Carlos Viana Ferreira (Orient). Faculdade de Letras, U Lisboa, 2007.
- Gibbins, Justin. *Britain, Europe and National Identity: Self and Other in International Relations*. Kindle ed., Palgrave Macmillan, 2014.

- Greenblatt, Stephen. *Learning to Curse: Essays in early modern culture*. New York and London: Routledge, 1990.
- Greenfeld, Liah. *Nationalism: Five Roads to Modernity*. Cambridge and London: Harvard UP, 1992.
- Grindal, Edmund. *The Remains of Edmund Grindal, D.D.: Successively Bishop of London and Archbishop of York and Canterbury*. Ed. Rev. William Nicholson. Cambridge: Cambridge UP, 1843.
- Guy, John, ed. *The Reign of Elizabeth I: Court and Culture in the Last Decade*. Cambridge and New York: Cambridge UP, 1995.
- Haig, Cristopher. *Elizabeth I*. New York: Routledge, 2013.
- Hair, Paul Edward Hedley. *The founding of the Castelo de São Jorge da Mina: an analysis of sources*. Wisconsin: African Studies Program, 1994.
- Hall, Linda B. *Mary, Mother and Warrior: The Virgin in Spain and the Americas*. Austin: U Texas, 2004.
- Hall, Stuart. "The Question of Cultural Identity." *Modernity and its Features*. Cambridge: Polity P, 1992.
- Hampton, Timothy. *Literature and Diplomacy in Early Modern Europe: Fictions of Embassy*. Ithaca and London: Cornell UP, 2009.
- Hamy, Ernest Theodore. *Portulan Charts of the XVth, XVIth and XVIIth Centuries*. New York: Anderson Auction Company, 1912.
- Hasler, P.W. *The History of Parliament: the House of Commons, 1558-1603*. Vol. III. London: Her Majestys Stationery Office, 1981.

- Hobsbawm, Hagen. *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge and New York: Cambridge UP, 1990.
- Homem, Rui Carvalho. *Estranha Gente, Outros Lugares: Shakespeare e o Drama da Alteridade*. Cadernos de Anglistica 7. Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- Hooker, Richard. 1592. "Of the Laws of Ecclesiastical Polity." *The Works of That Learned and Judicious Divine Mr. Richard Hooker*. Ed. Isaac Walton. Vol. I. Oxford: Oxford UP, 1845.
- Hume, Martin A.S., Ed. *Calendar of Letters and State Papers Relating to English Affairs Preserved Principally in the Archives of Simancas*, Vol. II. Cambridge and New York: Cambridge UP, 1894.
- . *Calendar of Letters and State Papers Relating to English Affairs Preserved Principally in the Archives of Simancas*, Vol. III. Cambridge and New York: Cambridge UP, 1896.
- Hutchinson, Robert. *Elizabeth's Spy Master: Francis Walsingham and the Secret War that Saved England*. London: Phoenix, 2006.
- Irish, Bradley J. "'Not Cardinal but King': Thomas Wolsey and the Henrician Diplomatic Imagination." *Authority and Diplomacy from Dante to Shakespeare*. Eds. Jason Powell and William T. Rossiter. London and New York, Routledge, 2016. 85-100.
- Jonson, Ben. 1623. "To the Memory of My Beloved the Author, Mr. William Shakespeare." *Poems by William Shakespeare*. Vol. I. London: C. Chapple, 1804.
- Kantorowicz, Ernst H. 1957. *The King's Two Bodies. A Study in Medieval Political Theology*. New Jersey: Princeton UP, 1997.
- Kendall, Paul Murray. 1955. *Richard the Third*. New York and London: W.W. Norton & Company, 2002.

Kuin, Roger, ed. *The Correspondence of Sir Philip Sidney*. Vol. I. Oxford: Oxford UP, 2012.

La Mothe-Fénelon, Bertrand de Salignac de. *Correspondance Diplomatique*. Tome II. A. Teulet: Paris et Londres, 1840.

Lancashire, Anne. *London Civic Theatre: City Drama and Pageantry from Roman Times to 1558*. Cambridge: Cambridge UP, 2002.

Lansdowne Manuscripts. "Edwyn, Bp. of Worcester, to Sir Wm Cecil; his grief that his refusing the Archbishopric of London has displeased him, &c. April 26, 1570." MS British Library, Lansdowne 12. 82.

----. "Edwyn, Bp. of London, to the Lord Treasurer; concerning the Portuguese Ambassador's undue encouragement of the Mass. March 2, 1573." MS British Library, Lansdowne 16. 25.

----. "Edwyn, Bp. of London, to the Earl of Leicester; he warmly pleads against tolerating the Portuguese Ambassador to hear Mass, and calls him a calf-worshipper. March 4, 1573." MS British Library, Lansdowne 16. 26.

----. MS British Library, Lansdowne 23. 52-58.

Leimon, Mitchell M. "Sir Francis Walsingham and the Anjou Marriage Plan 1574-81." Ph.D thesis. G. R. Elton (Sup.). Cambridge U, 1989.

Lessig, Lawrence. "The Regulation of Social Meaning." *The University of Chicago Law Review*. (1995) 62:943-1045.

Levin, Carole and John Watkins. *Shakespeare's Foreign Worlds: National and Transnational Identities in the Elizabethan Age*. Ithaca and London: Cornell UP, 2009.

Lopo Homem, *et al.* *Atlas Miller*. 1519. Bibliothèque Nationale de France. GED-26179, GE DD-683 (RES) GED-26179 (RES).

<<http://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&collapsing=disabled&query=%28gallica%20all%20%22atlas%20miller%22%29%20and%20dc.relation%20all%20%22cb40887479k%22#resultat-id-1>>.

Último acesso em 10/07/2016.

Machado. Diogo Barbosa. *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. Sebastião único em o nome, e décimo sexto entre os monarchas portuguezes do anno de 1554 até o anno de 1561. Dedicadas a elrey D. João V: Tomo I*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, Academia Real, 1736.

----. *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. Sebastião único em o nome, e décimo sexto entre os monarchas portuguezes do anno de 1561 até o anno de 1567. Dedicadas a elrey D. João V: Tomo II*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, Academia Real, 1737.

----. *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. Sebastião único em o nome, e décimo sexto entre os monarchas portuguezes do anno de 1568 até o anno de 1574. Dedicadas a elrey D. João V: Tomo III*. Lisboa: Sylvianna, Academia Real, 1747.

----. Biblioteca Nacional. <<https://www.bn.gov.br/explore/colecoes/diogo-barbosa-machado>>. Último acesso em 5/11/2016.

Mackay, Lauren. "Through foreign eyes: the forgotten ambassadors to the Tudor court." History Extra. *BBC History Magazine*. 30th November, 2016. <<https://www.historyextra.com/period/tudor/through-foreign-eyes-the-forgotten-ambassadors-to-the-tudor-court/>>. Último acesso em 28/02/2017.

Magalhães, Joaquim Romero. "1481-1621: o longo século português." *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 15,16.

- . "Os Régios Protagonistas do Poder: D. Sebastião, D. António, Filipe II (I de Portugal)." *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 455-460; 472-481.
- Maisse, André Hurault-Sieur de. *A Journal of All That Was Accomplished*. Trans. and ed. G. B. Harrison and R. A. Jones. Bloomsbury, IN: Nonesuch, 1931.
- Martín-Merás, Luisa. *La Carta de Juan de la Cosa: Interpretación e Historia*. Monte Buciero. Ayuntamiento de Santoña, 2000. 4:71-86.
- Martins, Eunice. "Lenda do Milagre de Ourique." *Lendas de Portugal de norte a sul*. Paris: BoD, 2016. 247-249.
- Mattingly, Garrett. *Renaissance Diplomacy*. Middlesex and Victoria: Penguin, 1955.
- McClanahan, Grant V. *Diplomatic Immunity: Principles, Practices, Problems*. London and Washington DC: C. Hurst & Co. Publishers, 1989.
- Moll, Herman. *A New and Complete Atlas*. c. 1720. Geographicus Rare Antique Maps. <<http://www.geographicus.com/P/AntiqueMap/WestIndies-moll-1720>>. Último acesso em 28/02/2017.
- Moore, Dennis. "The Name of a Queene." *Queenship and Power: The Name of a Queen; William Fleetwood's Itinerarium ad Windsor*. Eds. Charles Beem and Dennis Moore. New York: Palgrave Macmillan, 2013. 1-15.
- Mortimer, Ian. *The Time Traveller's Guide to Elizabethan England*. London: Bodley Head, 2013.
- Nelson, Nicolas H. "Dramatic Texture and Philosophical Debate in Prior's Dialogues of the Dead." *Studies in English Literature, 1500-1900*, vol. 28, no. 3, 1988, pp. 427-441.

Newitt, Malyn, ed. *The Portuguese in West Africa: 1415-1670; A Documentary History*. New York: Cambridge UP, 2010.

Nye, Joseph S. "Soft Power." *Foreign Policy*, 80 (1990): 153-171. <<http://faculty.maxwell.syr.edu/rdenever/PPA-730-27/Nye%201990.pdf>>. Último acesso em 03/03/2017.

Paiva Correia, Maria Helena, et. al. *Literatura Inglesa I (Época Renascentista)*. Lisboa: U Aberta, 1996.

Patente dos priuilegios perpétuos, graças & mercês de que El Rey Dom Philippe primeiro deste nome, nosso senhor fez mercé a estes seus Reynos & Senhorios de Portugal quando nelles foi levantado por Rey em as Cortes solemnes de todos os três Estados que se fizeram em a Villa de Thomar..., em Abril de MDLXXXJ. S.l.: s.n., depois de 24 Julho 1595. Biblioteca Nacional de Portugal. Último acesso em 04/10/2015. <<http://purl.pt/23308>>.

Patterson, Annabel. *Reading between the lines*. London: Routledge, 2004.

Pehar, Dražen. "Diplomatic Ambiguity: From the Power-Centric Practice to a Reasoned Theory." *Polemos*. Vol. 8 (2005), 153-181. <file:///C:/Users/spoli_000/Downloads/5_Pehar.pdf>. Último acesso em 04/03/2017.

Petrarca, Francesco. c. 1325-1366. "To Giovanni Colonna of the Order of Preachers, that one must love not sects but the truth, and concerning the remarkable places in the city of Rome." *Letters on Familiar Matters: Rerum Familiarium Libri; I-VIII*. Trans. Aldo. S. Bernardo. New York: The State U of New York, 1975. 290-296.

Pigafetta, Antonio. *Magellan's Voyage: A Narrative Account of the First Circumnavigation*. Trans. And ed. Raleigh Ashlin Skelton. New York, Dover Publications Inc., 1994.

- Pina. Rui de. *Chronica d'El Rei D. Affonso V. Vol. III*. Lisboa: Escriptorio, 1901.
- Porter, Stephen. *The London Charterhouse: A History of Thomas Sutton's Charity*. Gloucestershire: Amberley, 2009.
- . "Re: Enquiry." E-mail to Susana Paula de Magalhães Oliveira. 26 October 2015.
- Prior, Matthew. *The Writings of Matthew Prior: The Dialogues of the Dead and Other Writings Written in Prose and Verse*. Ed. A.R. Waller. Cambridge: Cambridge UP, 1907.
- Rabb, Theodore. *Jacobean Gentleman: Sir Edwin Sandys, 1561-1629*. Princeton and West Sussex: Princeton UP, 1998.
- Relvas, Maria de Jesus C. "Nota prévia, Introdução e Notas." *Sir Philip Sidney – An Apology for Poetry (1595)*. Trad. Maria Eduarda Ferraz de Abreu. Textos Chimaera. Lisboa: CEAUL/ULICES, 2015. 9-34, 47-151.
- . "Actos Biográficos do Renascimento Inglês. Os Exemplos de Thomas More, Francis Bacon e George Cavendish." Tese Doutorado. António M. Feijó (Orient.). Faculdade de Letras, U Lisboa, 2001.
- Resende. Garcia de. 1607. *Vida e Feitos d'El Rey Dom João Segundo*. Ed. Evelina Verdelho. Coimbra: CELGA, Faculdade de Letras da U Coimbra, 2007.
- Ricardo. António. 1584. *Pragmática sobre os Dez Dias do Ano*. Biblioteca Digital Mundial. <<https://www.wdl.org/pt/item/2837/>>. Último acesso em 6/09/2016.
- Rymer, Thomas, ed. 1704-1735. *Foedera, conventiones, literæ, etc.* Vol. 5:4. NP: Hagae Comitit Neaulme, 1739. Internet Archive. <<https://archive.org/stream/fderaconvention05ryme#page/186/mode/2up/search/Amicorum>>. Último acesso em 10/08/2016.

Sandys, Edwin, and John Ayre 1841. *The Sermons of Edwin Sandys, D.d., Successively Bishop of Worcester and London and Archbishop of York: To Which Are Added Some Miscellaneous Pieces by the Same Author*. Cambridge: Printed at the UP.

Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa, Visconde de, ed. *Memoria sobre a Prioridade dos Descobrimentos Portuguezes na Costa d'Africa Ocidental, para servir de Ilustração à Chronica da Conquista da Guine por Azurara*. Paris: Livraria Portuguesa de J.-P. Aillaud, 1841.

----. *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. Tomo 1. Paris: J.P. Aillaud, 1842.

----. *Recherches sur la Découverte des Pays Situés sur la Côte Occidentale D'Afrique au-delà du Cap Bojador; et sur les progres de la science geographique, après les navigations des Portugais, au XV^e Siècle*. Paris: Librairie Orientale de Ve Dondey-Dupré, 1842.

----. *Demonstração dos Direitos que tem a Coroa de Portugal sobre os Territórios situados na Costa Occidental D'Africa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

----. *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. Continuado e dirigido por Luiz Augusto Rebello da Silva. Tomo 16. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1858.

----. *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. Continuado e dirigido por Luiz Augusto Rebello da Silva. Tomo 17. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1859.

----. *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até*

aos nossos dias. Continuado e dirigido por Luiz Augusto Rebello da Silva. Tomo 9. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1865.

----. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. 1853-1854. Tomo 15. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1865.

Schulze, Hagen. *States, Nations and Nationalism: From the Middle Ages to the Present*. Trans. W. E. Yuill. Malden and Oxford: Blackwell, 1996.

Scott, Norman. "Ambiguity versus Precision: The Changing Role of Terminology in Conference Diplomacy." *Language and Diplomacy*. Ed. Jovan Kwbalija and Hannah Slavik. Malta: DiploProjects, 2001.

Selden, John. 1637. *Of the Dominion, Or, Ownership of the Sea*. Vol. 1. Ed. Marchamont Nedham. New Jersey: Lawbook Exchange, 2004.

Serras, Adelaide Meira. "Na rota do Império, segundo John Dee." *The British Empire: Ideology, Perspectives, Perceptions*. Org. J. Carlos Viana Ferreira e Teresa de Ataíde Malafaia. Lisboa: ULICES/CEAUL, 2010.

Sidney, Sir Philip. 1595. *An Apology for Poetry*. Ed. Geoffrey Shepherd. Manchester: Manchester UP, 1973.

Siebold, Jim. *The Atlas Miller. Renaissance Maps*. 329.1. <<http://www.myoldmaps.com/renaissance-maps-1490-1800/3291-the-atlas-miller.html>>. Último acesso em 10/07/2016.

Shakespeare, William. *Henry VI Part III*. 1591. Ed. Randall Martin. Oxford and New York: Oxford UP, 2001.

----. *Richard II*. 1592. Ed. Anthony B. Dawson and Paul Yachin. Oxford and New York: Oxford UP, 2011.

----. *Henry V. c. 1599*. Ed. Gary Taylor. Oxford and New York: Oxford UP, 1982.

----. *Hamlet*. 1599/1602. Ed. Ann Thompson and Neil Taylor. London and New York: Arden Shakespeare, 2016.

----. *Henry VIII. c. 1613*. Ed. Jay L. Halio. Oxford and New York: Oxford UP, 1999.

Sharp, Paul. "For Diplomacy: Representation and the Study of International Relations." *International Studies Review*, vol. 1, no. 1 (Spring, 1999), pp. 33-57.

Silva, Francisco Ribeiro da. *Quinhentos/Oitocentos: Ensaios de História*. Porto: FLUP, 2008.

Sloane Manuscripts. "Sir William Waad: Instructions to, as Ambassador to Portugal: [1580]." Algernon Peyton, Rector of Doddington county Cambridgeshire: Collection by his grandfather, Sir J. Peyton, of instructions to ambassadors etc; presented to Charles II. Ambassadors: Instructions to, temp. Edw. VI.-Jas. I., collected by Sir J. Peyton. British Library. Sloane MS 2442:114.

Spenser, Edmund. *The Faerie Queene*. 1590/1596. Ed. Thomas P. Roche. London: Penguin Books, 1978.

State Papers Foreign. Secretaries of State: State Papers Foreign, Elizabeth I. SP 70. Letters and papers relating to foreign countries, of the reign of Elizabeth I to the year 1577. The National Archives. Kew, London.

----. Secretaries of State: State Papers Foreign, Portugal. Mainly in-letters to the Secretary of State from the English (later British) ambassadors, envoys, and ministers to the Kingdom of Portugal. 1577-1780. The National Archives. Kew, London.

Strauss, Leo. *Persecution and the art of writing*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1988.

Sutherland, N. M. *Princes, Politics and Religion: 1547-1589*. London: Hambledon P, 1984.

Teixeira da Mota, Avelino. *Reflexos do Tratado de Tordesilhas na cartografia náutica do século XVI*. Coimbra: Revista da U Coimbra, 1973.

Tawney, R.H. *Religion and the Rise of Capitalism*. Middlesex and New York: Penguin, 1926.

The Dictionary of Human Geography. Eds. Derek Gregory, et al. 5th Edition. Malden and Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

The Holy Bible. 1611. Authorized King James Version. NP: Thomas Nelson, Inc., 2003.

Thornton, John K. *A Cultural History of the Atlantic World, 1250–1820*. New York: Cambridge UP, 2012.

Thorp, Malcolm R. “William Cecil and the Antichrist: A Study in Anti-Catholic Ideology.” *Politics, Religion and Diplomacy in Early Modern Europe: Essays in Honor of De Lamar Jensen*. Eds. Malcolm R. Thorp and Arthur J. Slavin. Sixteenth Century Essays & Studies, Vol. 27. 1994.

Thoyras, M. Rapin. *The History of England: Vol. VIII*. Trans. N. Tindal. London: assignment from Mr. Knapton, 1758.

Torgal, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

Trimble, William Raleigh. “The Embassy Chapel Question, 1625-1660”, *The Journal of Modern History*. U of Chicago P, vol. 18:2. (June 1946), pp. 97-107.

Velloso, José Maria de Queirós. *A perda da Independência: O reinado do cardeal D. Henrique*. Vol I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946. 18-56.

- . *O interregno dos governadores e o breve reinado de D. António*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953.
- Vespucci, Juan. 1526. *Mappa Mundi*. The Hispanic Society of America, New York. Media Center for Art History. Columbia U.
<<http://www.learn.columbia.edu/hispanic/monographs/vespucci-map.php>>.
Último acesso em 10/07/2016.
- Vine, Angus. *In Defiance of Time: Antiquarian Writing in Early Modern England*. Oxford and New York: Oxford UP, 2010.
- Vyas, Utpal. *Soft Power in Japan-China Relations: State, sub-state and non-state relations*. New York: Routledge, 2011.
- Wagner, John A. *Voices of Shakespeare's England; Contemporary Accounts of Elizabethan Daily Life*. Santa Barbara: Greenwood, 2010.
- Watkins, John. "Toward a New Diplomatic History of Medieval and Early Modern Europe." *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 38:1, Duke UP, 2008. 1-14.
- Weber, Max. *Max Weber: Collected Methodological Writings*. Ed. Hans Henrik Bruun and Sam Whimster. London and New York: Routledge, 2012.
- Weinreb, Ben, Christopher Hibbert, *et al*, editors. 1983. *The London Encyclopaedia*. New York: Macmillan, 2008.
- Wicquefort, Abraham de. *Mémoire touchant les ambassadeurs et les ministres publiés*. Vol. 2. Cologne: chez Pierre Marteau, 1679.
- . *L'Ambassadeur et ses Fonctions*. Vol. 2. Cologne: chez Pierre Marteau, 1689.
- Williams, Bernard. *Truth and Truthfulness*. New Jersey: Princeton UP, 2002.

Williams. Raymond. 1958. "Culture is Ordinary." *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989. 3-14.

Wright, Thomas. *Queen Elizabeth and her times: a series of original letters, selected from the inedited private correspondence of the lord treasurer Burghley, the Earl of Leicester, the secretaries Walsingham and Smith, Sir Christopher Hatton, and most of the distinguished persons of the period*. Vol. I. London: Henry Colburn, 1838.

----. *Queen Elizabeth and her times: a series of original letters...* Vol. II. London: Henry Colburn, 1838.

Wood, Anthony. *Athenae Oxonienses: an exact history of all the writers and bishops who have had their education in the University of Oxford: to which are added the Fasti, or Annals of the said University: Vol. I*. London: Printed for F.C. and J. Rivington, 1813.

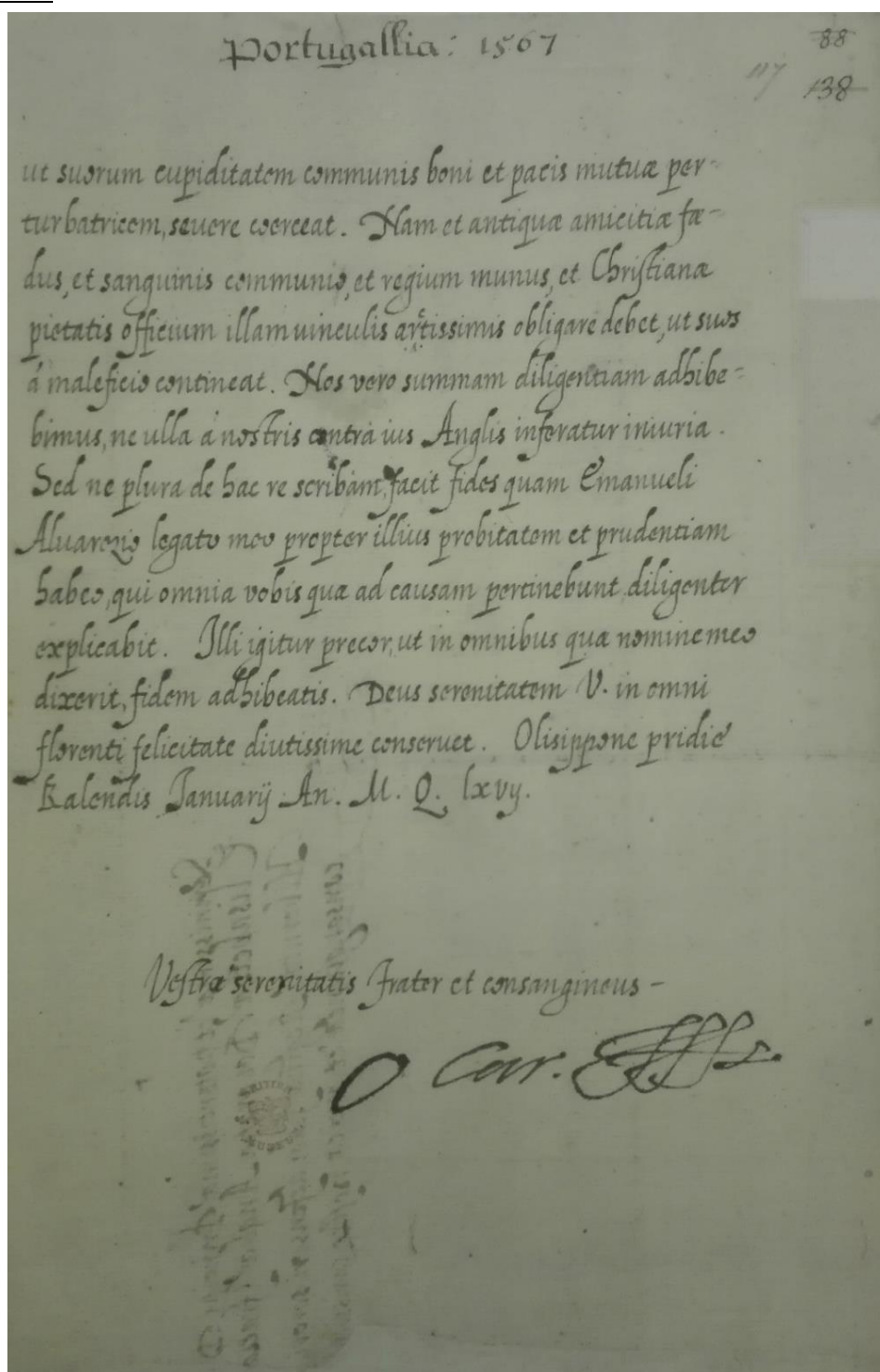
PINTURAS

Fernández, Alejo. ca. 1531-36. *Virgen de los Navegantes*. Capela da Casa de Contratación, Real Alcázer, Sevilha. Public Domain. <[https://es.wikipedia.org/wiki/Virgen_de_los_Navegantes_\(Alejo_Fern%C3%A1ndez\)#/media/File:Fernandez-Virgin_of_the_Navigators_\(proper_inversion\).jpg](https://es.wikipedia.org/wiki/Virgen_de_los_Navegantes_(Alejo_Fern%C3%A1ndez)#/media/File:Fernandez-Virgin_of_the_Navigators_(proper_inversion).jpg)>. Último acesso em 24/11/ 2017.

Holbein The Younger, Hans. *The Ambassadors* (1533). *National Gallery*. London. <[https://en.wikipedia.org/wiki/The_Ambassadors_\(Holbein\)#/media/File:Hans_Holbein_the_Younger_-_The_Ambassadors_-_Google_Art_Project.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Ambassadors_(Holbein)#/media/File:Hans_Holbein_the_Younger_-_The_Ambassadors_-_Google_Art_Project.jpg)>. Último acesso em 24/11/ 2017.

ANEXOS

Anexo 1



Credencial a favor do embaixador Manuel d'Alvares para que este represente os assuntos de Portugal na corte de Isabel I (Cotton MS Nero B. 1. f. 117v). Pormenor das três classificações distintas quanto à numeração dos *folia*.

Anexo 2



Virgen de los Navegantes (ca. 1531-36), de Alejo Fernández.

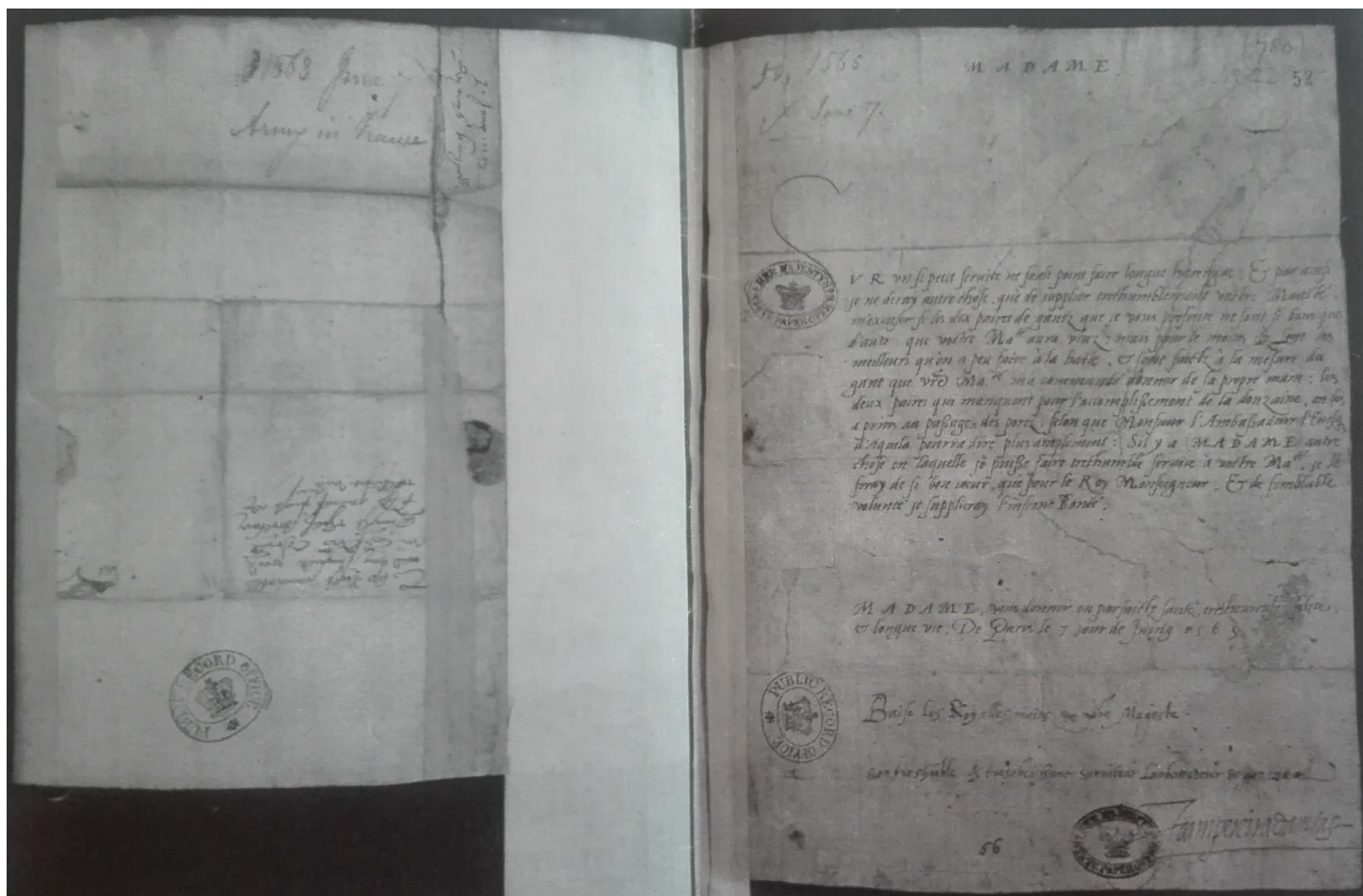
Capela da Casa de Contratación, no Real Alcázer, em Sevilha.

Anexo 3



The Ambassadors (1533). Hans Holbein The Younger. *National Gallery*, London.

Anexo 4



Carta do embaixador português João Pereira Dantas à rainha Isabel I (SP 70/58 f. 52)


Anexo 5

le parole de v. s. s. mi dettono hieri gran
 dissimo conforto; e alteratione no piccola
 in hauer tronato questa casa piu violata e
 ofesa di quello mi poteva immaginare con la
 relatione che certi jo ne ebbi; come credo che
 a questa hora ne sara v. s. pienamente informato
 dal mio secretario; e delle s^{me} s^{re} conte delle
 creste la causa che mi moueva in transferir
 mi certi hieri; e quella che mi amosso lo s^{me}
 s^{re} tesauriere in aspettar prima de sua m^{te}
 quel tanto che per seruicio suo haaua ordi
 nato in questo caso; Del quale mi prometo
 molto della autorita e prudencia de v. s.;
 a fine che sia tale quale merita la degnita
 mia verso questa felicissima corona; Del
 resto no saprei dir altro a v. s. salvo che questa
 ofesa mi fa suspendere del tutto la spedizione
 che de gia a uenir principiato per s^{re} Re
 mio s^{re} circa l'accordo supra dinoy stabilito.
 Conche li bacio con ogni deuotione le manie.
 desiderandolli dadio contento e felicità; De
 lla xertosa ally. 6. di nobre 1576
 D. v. s. s. Affettoso s^{re} fco giraldis
 143

Carta de Francisco Giraldes a Walsingham, enviada “De lla xertosa” ou Charter House

(SP 70/140 f.143)

Anexo 6

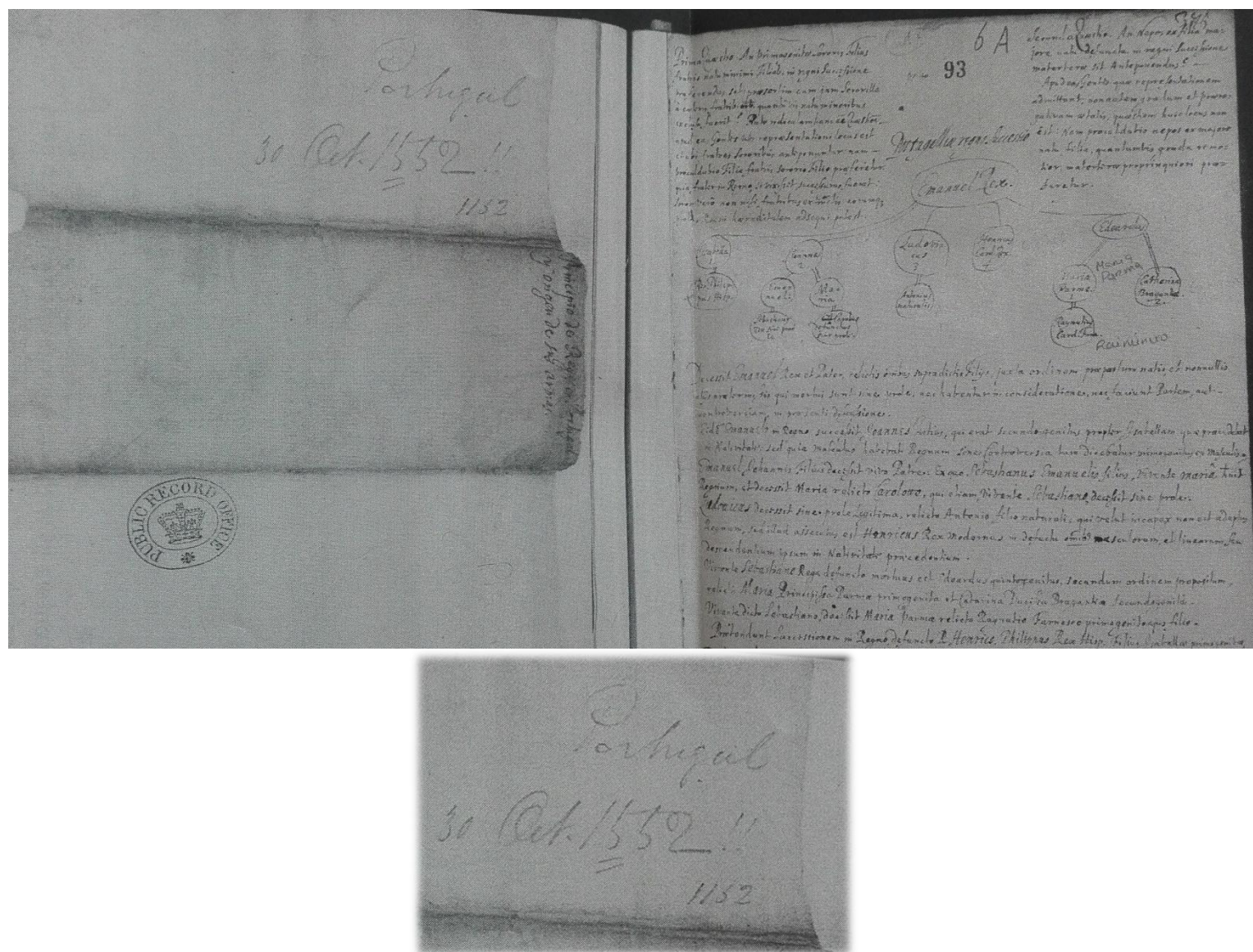


Em virtude das cartas q' V. A. escreueo adomingos leitas e a e stuaõ nuneõ.
 sobre o d' q' me a viaõ de pagar com as q' recebi no dito tempo de V. A. Em In:
 graterca sobre o proximo me pagou Em Londres alamo de basendo por ver
 tude du credito q' domingos leitas me mandou de quatro mil e cincoenta ducados
 de setenta placas o ducado moeda de frandes nome contas e doze liuras e dez linas
 e doze solidos e seis dr^{as} conforme a como corria o cambio denvees per aquela
 praça ha qual soma se reduzia por mercadores de bem Em tres mil e doze ducados
 e doze cruzaõs e tres textos de quatro centos reis o cruzaõ. Cobrado depois
 q' cheguei a Este Meyno do franco de fran^{ca} anriquez por hu credito de estimo
 nuneõ de dois mil e doze ducados e noventa ducados e tres coxtas de corata pla
 cas de frandes o ducado dois mil e setenta e cinco cruzaõs e doze ducados e se
 tenta e doze reis de coxtas centos r^{es} e q' foyã reduzidos por peoas de bom
 como por suas certidoens aparece — De modo q' a somando estas duas partidas
 e cobradas de portugal vem a ser cinco mil e doze ducados e noventa e tres #. pou
 mais ou menos / Sem mais quexarem mandar pagar has partes se lhos não
 daria heuã minha obrigacão per nos santos de V. A. lhos dare quitacão de todo
 o d' q' por ordem de V. A. cobramos nas das partes, o q' foy por poder sahir de ingra
 terra e ter camq' so prax a despeza q' foy e entrar nesta corte, e não por q' heite
 em rialdaõ huãzarem elles ambos desta seguridade camigo —

Carta de Francisco Giraldes ao Rei de Portugal, expondo as suas inquietações financeiras

(Corpo Cronológico 1:111.71)

Anexo 7



Fundamentação da candidatura dos pretendentes ao trono de Portugal e pormenor da classificação arquivística para a datação do documento (SP 89/1.93).